

## **TABLE OF CONTENTS / SUMÁRIO [PDF](#)**

*Pesquisas e Práticas Psicossociais* 4(1), 001-139, São João del-Rei, Dez. 2009.

### **EDITORIAL / EDITORIAL**

**Afonso, Maria Lucia Miranda**

**Text in portuguese - [PDF/MS Word](#)**

### **ESSAYS / ENSAIOS**

**Organizational culture, identity and life quality at work: articulations and suggestions for research in organizations**

**(Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações)**

**Tolfo, Suzana da Rosa; Silva, Narbal; Luna, Iúri Novaes**

**[Abstract in english/portuguese](#)**

**Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)**

**Suicide and freedom of will: possibilities of individuation in the industrial society**

**(Suicídio e liberdade de vontade: possibilidades de individuação na sociedade industrial)**

**Rocha, Ana Paula; Franciscatti, Kety Valéria Simões**

**[Abstract in english/portuguese](#)**

**Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)**

### **RESEARCH REPORTS / RELATOS DE PESQUISA**

**Configurations/contradictions of the african descendants' identitary process: a case study**

**(Configurações/contradições do processo identitário de afro-descendentes: um estudo de caso)**

**Miranda, Sheila Ferreira; Silva, Marcos Vieira**

**[Abstract in english/portuguese](#)**

**Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)**

**Matricial support in the perspective of family health team coordinators**

(O apoio matricial na perspectiva de coordenadoras de equipes de saúde da família)

Dimenstein, Magda; Galvão, Vanessa Medeiros; Severo, Ana Kalliny de Sousa

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**Assistance to people in violence situation: the position and practices of psychologists in programs of the Metropolitan Region of Vitoria/ES**

**(Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES)**

Trindade, Zeidi Araujo; Menandro, Maria Cristina Smith; Cortez, Mirian Béccheri; Ciskon-Evangelista, Mariane Ranzani; Barbosa, Paola Vargas; Tesche, Beatriz Baptista; Moraes, Leandro Gama; Fonseca, Karina de Andrade

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**Friendship and career choice: a study with private and public school students**

**(Amizade e escolha profissional: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas)**

Pereira, Fábio Nogueira; Garcia, Agnaldo

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**Subculture in the use of police force: an analysis of the use of police force following the theory of social representations**

**(Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais)**

Souza, Ricardo Belini Muffato de; Oliveira, Atualpa Luiz de

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

## **PROFESSIONAL REPORTS / RELATOS DE EXPERIÊNCIAS**

**From bond to transference: a contribution from psychoanalysis to the practices of family follow-up**

**(Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias)**

Rena, Ana Cláudia Castello Branco

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

**The (re)construction of psychologist's position in public health: from the four walls of the health center to homes  
(A (re) construção do lugar do psicólogo na saúde pública: das quatro paredes do centro de saúde para os lares)**  
Prates, Leonardo Gonçalves; Nunes, Lidiane de Paula

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

## **METHODOLOGIES FOR PSYCHOSOCIAL INTERVENTION / METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL**

**Methodology for psychosocial intervention and group process work with productive unities within the productive inclusion project of APRECIA**

(Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA)

Ogioni, Aline; Afonso, Lúcia; Peixoto, Carolina; Gomes, Daniela Dias; Bicalho, Georgia; Moreira, Neila; Silva, Wanderson da Conceição

[Abstract in english/portuguese](#)

Text in portuguese – [PDF/MS Word](#)

## **BOOK REVIEW / RESENHA**

**The phylosophy of the complex thought  
(La filosofía del pensamiento complejo)**

Noriega, José Ángel Vera; Quijada, Adrian Israel Yañez

Text in spanish– [PDF/MS Word](#)

(c) Agosto de 2009 a Dezembro de 2009

Universidade Federal de São João Del-Rei

Praça Dom Helvécio 74 – Bairro Dom Bosco

36.300-000 São João del-Rei, MG, Brasil.

## Editorial

Maria Lúcia Miranda Afonso<sup>1</sup>

Entrando em seu 4º ano de existência, Pesquisas e Práticas Psicossociais apresenta um número com excelentes contribuições vindas de diversas universidades do Brasil e do exterior.

Os professores Suzana da Rosa Tolfo, Narbal Silva e Iúri Novaes Luna, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos fazem refletir sobre mudanças contemporâneas no mundo do trabalho, através do ensaio teórico *Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações*. O ensaio busca contribuir para a pesquisa em psicologia social, dentre outros campos, sugerindo temas de pesquisa, uma vez que os valores e crenças no mundo do trabalho têm grande influência nos modos de sentir, pensar e agir dos sujeitos sociais, contribuindo para a construção de suas identidades.

Um trabalho que articula filosofia, arte e psicologia social é oferecido ao leitor no ensaio de Ana Paula Rocha e Kety Valéria Simões Franciscatti, da Universidade Federal de São João Del Rei. Com um título desafiador - *Suicídio e liberdade de vontade: possibilidades de individuação na sociedade industrial* – o artigo nos remete à reflexão sobre as conseqüências da não realização da individuação para o ser humano. Utilizando-se da imagem de Ulisses (*Odisséia* de Homero), as autoras nos conduzem à reflexão sobre as veredas da liberdade humana, sua relação com a sociedade e com os processos psicológicos.

Os relatos de pesquisa, neste número de Pesquisas e Práticas Psicossociais, levantam questões atuais e instigantes.

Sheila Ferreira Miranda e Marcos Vieira Silva publicam o artigo *Configurações/Contradições do processo identitário de afro-descendentes: um estudo de caso*, que apresenta uma parte da pesquisa de dissertação de mestrado de Sheila Ferreira Miranda, intitulada *Identidades de afro-descendentes: estratégias de resistência e manifestações de preconceito como motores de um processo em produção*. A dissertação foi orientada por Marcos Vieira Silva, no Programa de Mestrado

em Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei, com o apoio do CNPq. Recebeu o prêmio da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) de melhor dissertação da área de Psicologia Social no Brasil em 2009.

Magda Dimenstein, Vanessa Medeiros Galvão e Ana Kalliny de Sousa Severo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, apresentam uma pesquisa com enfermeiras, coordenadoras de Equipes de Saúde da Família em Natal, objetivando debater, como o nome de seu artigo expressa, *O Apoio Matricial na perspectiva de coordenadoras de Equipes de Saúde da Família*. O Apoio Matricial é um arranjo proposto pelo Ministério da Saúde para promover articulação entre saúde mental e atenção básica. Contudo, as autoras mostram que esta articulação precisa ser problematizada para que não reproduza a mesma lógica de assistência fragmentada que visa superar.

A questão do atendimento às pessoas em situação de violência é colocada em relevo por Trindade e colaboradores no artigo *Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES*. A pesquisa reuniu alunos de graduação, mestrandos e professores doutores da Universidade Federal do Espírito Santo. Enfatizou a necessidade de ampliar e fortalecer a formação dos profissionais em psicologia para que atuem junto às demandas sociais.

Da Universidade Federal do Espírito Santo, recebemos também a contribuição de Fábio Nogueira Pereira e Agnaldo Garcia, com a pesquisa *Amizade e escolha profissional: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas*. Os autores mostram que as escolhas dos jovens sofrem influências tanto dos adultos quanto dos amigos, porém com estratégias diferentes e impactos diferenciados.

A questão da violência policial, sempre atual e mais do que nunca urgente, é enfrentada na pesquisa desenvolvida por Ricardo Belini Muffato de Souza, da Universidade Federal de São João Del Rei, e Ataulpa Luiz de Oliveira, da Universidade Federal de Lavras. No artigo *Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da Teoria das Representações Sociais*, os autores fazem uma relevante incursão nas

<sup>1</sup> Editora de Pesquisas e Práticas Psicossociais. Mestre e Doutora em Educação, Professora aposentada da UFMG, pesquisadora associada ao LAPIP/UFSJ, coordenadora da pós-graduação "Intervenção Psicossocial no contexto das políticas públicas (Faculdades UNA-BH): [lufonso@yahoo.com](mailto:lufonso@yahoo.com).

representações sobre a violência, mantidas por grupos de policiais, buscando também compreender o papel das instituições na manutenção dessas representações.

Os relatos de experiência incluídos neste número também promovem um bom debate. Com base em sua experiência profissional, Ana Cláudia Castello Branco Rena faz uma reflexão sobre a prática de acompanhamento de famílias em cumprimento de medida sócio-protetiva por determinação judicial, com ênfase na relação que se estabelece entre o técnico do serviço e as mães. Seu artigo - *Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias* – convida os leitores a considerar os aspectos subjetivos que estão envolvidos nestes serviços e a considerar as contribuições que adviriam do emprego da psicanálise no acompanhamento das famílias.

A *(re)construção do lugar do psicólogo na saúde pública: das quatro paredes do centro de saúde para os lares* é o artigo assinado pelos psicólogos Leonardo Gonçalves Prates e Lidiane de Paula Nunes, fruto de sua experiência de estágio curricular na saúde pública. Os autores abordam as interrelações entre psicologia e saúde pública e debatem a atuação profissional dos psicólogos, “além das paredes do centro de saúde”.

Pesquisas e Práticas Psicossociais inaugura também uma nova seção: trata-se da publicação de metodologias de intervenção psicossocial que têm sido utilizadas em diversos contextos. Nossa intenção é incrementar as trocas e o debate entre profissionais, dentro e fora da academia. A importância da construção e da reflexão sobre a prática é uma tônica de nossa publicação. Esperamos, com esta nova seção, lançar um desafio e colher bons frutos que expressem o “estado da arte” da intervenção psicossocial.

Finalmente, contamos, neste número, com a resenha sobre o livro *La aventura de pensar*, de autoria de Fernando Savater, publicado em 2008, em Buenos Aires, pela Editorial Sudamericana. Através da resenha, José Ángel Vera Noriega e Adrian Israel Yañez Quijada, da Universidade de Sonora, no México, fazem uma breve mas substancial referência à filosofia do pensamento complexo, reafirmando a sua importância contemporânea para as ciências sociais.

Concluindo mais este número de nossa revista, deixamos aos nossos leitores o prazeroso trabalho de ler, refletir e discutir os resultados.

Tolfo, S. da R.; Silva, N. & Luna, I. N. Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações

## **Cultura Organizacional, Identidade e Qualidade de Vida no Trabalho: Articulações e Sugestões de Pesquisas em Organizações**

### **Organizational Culture, Identity and Life Quality at Work: Articulations and Suggestions for Research in Organizations**

Suzana da Rosa Tolfo<sup>1</sup>

Narbal Silva<sup>2</sup>

Iúri Novaes Luna<sup>3</sup>

#### **Resumo**

O objetivo deste artigo é discutir teoricamente mudanças contemporâneas no contexto do trabalho, aceleradas em decorrência da globalização, que se refletem nas organizações e nos trabalhadores. As organizações passaram a incorporar nas suas culturas, valores e artefatos consoantes com as “novas” formas de organização do trabalho e com as recentes exigências do ambiente macro societário. Ao mesmo tempo, em função das múltiplas mudanças que estão ocorrendo de forma intensa nas organizações, se reforça o discurso que foca a preocupação em proporcionar bons lugares para trabalhar e estratégias voltadas ao desenvolvimento da qualidade de vida no trabalho, notadamente em uma perspectiva gerencialista. Os valores e crenças e as influências que os mesmos exercem nos modos de sentir, pensar e agir em relação ao ser humano, trabalho, ambiente físico e psíquico são socialmente construídos. Estes contribuem à formação e definição das identidades daqueles que atuam em organizações de trabalho, pois o que é valorado institucionalmente interfere nas suas escolhas, constituições enquanto sujeitos e nas possibilidades ou limites em termos de qualidade de vida no trabalho. Com base na articulação dos três construtos aqui discutidos, são apresentadas, ao final do texto, sugestões de possíveis temas de pesquisas.

**Palavras-chave:** cultura organizacional; qualidade de vida no trabalho; identidade.

#### **Abstract**

This article aims to discuss, through theory, about contemporary changes in the work context, accelerated due to globalization, which reflect on organizations and their employees. The organizations have been incorporating, in their cultures, values and artifacts compatible with the “new” ways of organizing work and with the recent demands of the macro social environment. At the same time, due to multiple changes that are intensely taking place in organizations, there is a reinforcement of the discourse that focuses on the preoccupation in providing good work places as well as on strategies aimed at the development of life quality at work, notably in a managerial approach. The values, beliefs and the influence that they have on the ways of feeling, thinking and acting regarding human beings and their working, physical and psychological environments are socially constructed. These factors contribute to the formation and definition of the identities of those who act in work organizations, given that what is institutionally valued interferes in their choices, their constitution as subjects and in the possibilities or limits in terms of quality life quality at work. Based on the articulation of the three constructs discussed, suggestions of possible topics of research are presented at the end of the text.

**Key words:** organizational culture; life quality at work; identity.

---

<sup>1</sup> Doutora em Administração/PPGA/UFRGS. Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço para correspondência: UFSC- CFH – Departamento de Psicologia – Campus Universitário – Trindade – 88040-900 – Florianópolis – SC. Endereço eletrônico: srtolfo@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção/PPEPS/UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço eletrônico: narbal@cfh.ufsc.br.

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia Política/PPGSP/UFSC. Universidade do Sul de Santa Catarina. Endereço eletrônico: iuri.luna@unisul.br.

Tolfo, S. da R.; Silva, N. & Luna, I. N. Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações

## **Introdução**

As transformações no contexto do trabalho ocorridas, principalmente nas últimas três décadas, sob a égide da globalização, têm reflexos na cultura organizacional, na gestão de pessoas e na identidade dos sujeitos que trabalham. As mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e geopolíticas fizeram com que muitas organizações inserissem nas suas culturas valores como competitividade, produtividade/qualidade e rentabilidade. Em decorrência, os pressupostos básicos de cultura e, especialmente, os artefatos visíveis, manifestos nas políticas de gestão de pessoas, incluindo programas de qualidade de vida no trabalho, orientados por premissas racional-econômicas parecem interferir sobremaneira no processo de construção das identidades dos trabalhadores.

Na sociedade contemporânea, o trabalho realizado nas organizações por meio de estruturas e processos formais e informais constitui fonte relevante de construção do autoconceito e de conservação, ou não, da auto-estima das pessoas que o realizam (Zanelli & Silva, 2008). Em uma sociedade como a nossa, orientada para o mercado, a auto-imagem ocupacional preenche amplos espaços da auto-imagem total dos trabalhadores, que, para muitos, é a parte mais relevante (Schein, 1982). Portanto, os valores proeminentes na sociedade contemporânea, que são transpostos, por meio das pessoas às estruturas e processos organizacionais, entre outros modos, são expressos em políticas e práticas de gestão de pessoas e de qualidade de vida no trabalho. Como consequência, tal fenômeno, de natureza psicossocial, influi extraordinariamente na construção das identidades pessoal e ocupacional do trabalhador. Ou seja, no modo como o trabalhador passa a se “enxergar” e a compreender no que se constitui a partir das relações que estabelece com o processo produtivo da denominada sociedade pós industrial. Tal aspecto, também repercute no jeito típico como é “visto” pelos outros considerados significativos, seja por questões de afeto, ou de cálculo utilitário das conseqüências de suas respostas.

Nesta perspectiva, levando-se em conta as relações existentes entre cultura, qualidade de vida e construção de identidade, este trabalho procura produzir conhecimentos que possam contribuir para identificar relações entre estes construtos, de modo a impulsionar a produção e a realização de futuros estudos por meio de pesquisas teóricas e de campo.

## **Repercussões da Cultura Organizacional na Qualidade de Vida no Trabalho e na Formação da Identidade do Trabalhador**

### **Abordagens que orientam os estudos em cultura organizacional**

O que significa a palavra cultura enquanto fenômeno psicossocial nas organizações de trabalho? Existe hegemonia na literatura a respeito do significado de cultura organizacional? As organizações possuem culturas ou se constituem em expressões culturais na totalidade? Existem aproximações entre cultura organizacional, qualidade de vida no trabalho e construção da identidade do trabalhador contemporâneo? Tais questões são representativas do controvertido campo de conhecimento relativo à cultura nas organizações. Em virtude disto, as respostas que têm sido dadas a estas e outras inquietações sobre cultura organizacional têm invariavelmente se caracterizado por múltiplos posicionamentos a respeito das características deste fenômeno e da sua dinâmica nas organizações atuais.

Em que pese à diversidade epistemológica e conceitual, a referência à cultura no presente artigo é relativa aos conhecimentos, ideologias, valores e rituais típicos dos sistemas sociais. De um modo genérico, o conceito significa que diferentes grupos possuem estilos de vida próprios (Morgan, 1996, 2002), que são definidos a partir de hábitos, costumes e crenças compartilhadas pelos membros de uma sociedade e influenciam o agir social, diversificando os grupos humanos (Laraia, 1997).

Os pesquisadores tem adotado determinadas abordagens teóricas para orientar suas perspectivas de investigação em cultura organizacional com base nos pressupostos que os mesmos têm e que orientam seus conceitos de organização, cultura e ser humano. Os estudos e pesquisas em cultura organizacional têm sido concebidos de dois modos principais: como uma expressão total da organização ou como uma variável, algo que a organização tem. Estes dois modos de compreender o fenômeno permitem dividir os estudos e pesquisas em cinco perspectivas principais (Smirch, 1983). Há dois grupos de estudos centrados na influência da cultura nacional, um deles com foco no processo de construção dos valores organizacionais e outro no qual predomina a

Tolfo, S. da R.; Silva, N. & Luna, I. N. Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações

concepção das organizações como produtoras de artefatos culturais, como rituais, lendas e cerimônias peculiares, além de bens e serviços característicos. Nestas concepções, o principal pressuposto é que o fenômeno cultural se constitui em algo que as organizações possuem, além da estrutura, processos humanos e artefatos.

Em um terceiro modo de compreender o fenômeno, as organizações são em si mesmas fenômenos culturais, em essência e na totalidade. Nesta perspectiva, as organizações são manifestações expressivas, frutos da consciência humana e entidades expressivas, ideacionais e simbólicas. De acordo com este princípio, existem regras nos grupos sociais que necessitam ser compreendidas para que se conheça a visão de mundo, as crenças e as ações dos seres humanos que compõem os grupos sociais. Outro modo de conceber o fenômeno cultural reside na compreensão do discurso simbólico dos seres humanos, com base no entendimento de experiências compartilhadas, consideradas significativas na história de determinado agrupamento social. Por fim, na quinta perspectiva de estudos, a suposição básica é a de que os comportamentos e as ações humanas nas organizações representam produtos de projeção dos processos inconscientes, e que são expressos na arquitetura, na tecnologia e no fazer humano nas organizações.

Tais possibilidades de investigação permitem demonstrar o fato, já destacado, de que não existe unanimidade neste campo de conhecimento, o que continuará sendo problematizado em seqüência.

### **Os conceitos contemporâneos de cultura organizacional**

Apesar de inúmeros esforços, a definição do que venha a ser cultura se constitui em um aspecto controvertido na literatura. Martin (1992) identifica ambigüidade a respeito do conceito e afirma que vários aspectos considerados cruciais são origem de múltiplas divergências quando os estudos são transpostos para o campo das organizações. O autor procura reduzir a ambigüidade conceitual em torno do assunto e, para tanto, identifica três categorias de estudos culturais que agrupariam grande parte das pesquisas realizadas: a) Integração – os participantes da organização concordam com uma visão comum da organização; b) Diferenciação – focaliza os valores expressos que são inconsistentes; c) Fragmentação – a ambigüidade está na essência do que seja cultura organizacional.

Na concepção de Geertz (1989), a cultura de uma organização se expressa na atribuição de significados compartilhados pelos próprios participantes. Os significados elaborados no processo histórico de construção da organização são gradativamente produzidos e reiterados nas relações estabelecidas entre os diversos atores do cenário organizacional. Numa proposição conceitual próxima de Geertz (1989), Pettigrew (1979) conceitua cultura como um sistema de significados com aceite público e coletivo de um determinado grupo em momento específico de sua história. Esse universo de expressões, formas, categorias e imagens localizaria para as pessoas o sentido atribuído às circunstâncias nas quais as mesmas estariam envolvidas no dia-a-dia da organização. Neste conceito, a relação entre o homem e a cultura é entendida como dinâmica e os empreendedores possuiriam um papel essencial no processo de elaboração dos estágios iniciais das organizações.

Ao promoverem indagações concernentes ao sentido atribuído ao universo simbólico das organizações, em uma perspectiva antropológica, Beyer e Trice (1986) conceituam cultura organizacional como a rede de concepções, normas e valores considerados inquestionáveis e que por isso permanecem nos “subterrâneos” da vida organizacional. Para que as culturas possam ser criadas e mantidas, os pressupostos que as norteiam devem ser confirmados e revelados de diferentes modos, por meio de elementos como rituais, mitos, histórias, gestos e artefatos visíveis e simbólicos no ambiente da organização.

Outra contribuição à compreensão da cultura nas organizações é a teoria da adequação cultural de Handy (1994). Nesta concepção, os conflitos e os problemas de comunicação nas organizações se proliferam e encontram explicação nos embates de diferentes culturas dentro de uma mesma organização. A essência está na compreensão de que não existe uma cultura boa ou ruim, mas sim aquela mais adequada para determinada circunstância ou organização.

Uma das poucas perspectivas de estudo do fenômeno cultural nas organizações de base psicológica foi elaborada por Schein (1987). Para o autor, a cultura constitui um conjunto de pressupostos básicos, criado, desenvolvido ou descoberto, em um processo de aprendizagem coletivo, para lidar com os problemas socioemocionais dos membros do grupo e de adaptação com o ambiente externo. Uma vez consolidados, os pressupostos básicos da cultura,

Tolfo, S. da R.; Silva, N. & Luna, I. N. Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações

assumidos como verdade natural e inquestionável na organização, são transferidos aos demais participantes como modos considerados certos de pensar, sentir e agir. Assim, artefatos de controle e comando são adotados e reiterados como “naturais”.

Ao se reportar aos diferentes níveis de análise cultural, Schein (1987), sugere que é na instância mais profunda, a dos pressupostos básicos de cultura, que se encontram as verdadeiras orientações sobre as relações, aceitas como certas, dos participantes da organização com o meio externo e entre eles próprios. Existem, então, diferentes pressupostos que orientam as relações entre as pessoas nas organizações: nos pressupostos racional-econômicos a prioridade está em alcançar as metas econômicas, em detrimento dos sentimentos ou do moral dos funcionários. Já nos pressupostos sociais são consideradas as necessidades e as expectativas do trabalhador na situação de trabalho, como fatores substanciais à qualidade e produtividade no trabalho. Por fim, os pressupostos de auto-realização endereçam para o fato de que o trabalho com significado proporciona criatividade e inovação, fatores indispensáveis à sobrevivência das organizações na atualidade.

No nível cultural intermediário estão os valores racionalizados ou idealizados, e é relativamente comum os discursos calcados em valores considerados “politicamente corretos”. As falas dos executivos de topo de que o ser humano é o patrimônio fundamental da organização, bem como as estratégias justificadas pela preocupação com a qualidade de vida dos trabalhadores, representam iniciativas que nem sempre são consistentes, considerando a lógica que as originaram e suas expressões em práticas contraditórias em relação aos discursos propalados. Muitas vezes a gestão da QVT se constitui em controle disfarçado sob o discurso da empresa de preocupação com o trabalhador, interessada em gerar comprometimento, maior participação e melhor desempenho (Dourado & Carvalho, 2007).

No nível mais superficial de análise cultural estão representados os artefatos visíveis e audíveis. Em grande parte é neste nível que é observada a construção da identidade do trabalhador, entendida como produto de um processo sócio-histórico, sempre em transformação. Não obstante que os pressupostos culturais referentes ao ser humano no trabalho resultam em práticas organizacionais, expressas mediante artefatos simbólicos, visíveis e audíveis, as identidades relacionadas ao trabalho

desenvolvem-se fortemente orientadas pelos pressupostos básicos da cultura organizacional.

É na instância cultural dos artefatos visíveis que também estão expressos aspectos efetivos de qualidade de vida no trabalho, tais como, política salarial, ambiente psicossocial, processo de trabalho, processo de comunicação organizacional, políticas de desenvolvimento pessoal e profissional e imagem da organização nos âmbitos interno e externo. Ou seja, é no nível superficial que os padrões de qualidade de vida no trabalho se manifestam, embora sua interface com a cultura organizacional, assim como acontece com a construção identitária, exista desde o nível dos pressupostos básicos.

Assim, é no nível mais superficial da cultura organizacional, o dos artefatos visíveis, que possíveis contradições entre os discursos e as práticas organizacionais ficam mais aparentes e, via de regra, são identificadas nas estratégias de gestão de pessoas, entre elas os programas voltados à qualidade de vida no trabalho. O valor cultural expresso no discurso pode ser o de proporcionar um bom lugar para trabalhar, mas na prática os gestores da organização muitas vezes não têm critérios justos para a compensação salarial ou à ascensão na carreira, não adotam estratégias voltadas para a qualificação e o desenvolvimento de competências, o trabalho ocupa um espaço de tempo excessivo na vida do trabalhador, há práticas que denotam preconceitos, dentre outras. Assim, os pressupostos racional-econômicos podem se destacar na instância mais profunda da cultura, suscitando a existência de inconsistências entre o discurso e a prática.

Observa-se, deste modo, que os pressupostos dos gestores sobre a qualidade de vida no trabalho se constituem em fonte de expressão da base de valores centrais das organizações, que por sua vez orientam ações efetivas. Em síntese, os conceitos e dimensões de qualidade de vida no trabalho adotados em uma organização representam expressões da cultura organizacional que se manifestam mediante práticas que repercutem na construção da identidade do trabalhador, dos processos trabalho, do ambiente físico e psíquico, da tecnologia e da organização, enquanto “entidade” construída por pessoas. Em que consiste, então, a Qualidade de Vida no Trabalho, bem como sua possível repercussão na identidade dos trabalhadores? Este é o tema que será abordado a seguir.

Tolfo, S. da R.; Silva, N. & Luna, I. N. Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações

### **Qualidade de vida no trabalho (QVT) como expressão da cultura organizacional e suas repercussões na identidade do trabalhador**

Embora a preocupação com a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) tenha recebido considerável atenção nas últimas décadas, tal qual o estudo da cultura organizacional, ainda existem incertezas com relação ao sentido exato do termo. O termo, genérico, *Qualidade de Vida no Trabalho* engloba aspectos tais como saúde, motivação, satisfação, condições de trabalho, stress, estilos de liderança, atividade física, dentre outros.

Para responder às demandas científicas e práticas foram desenvolvidas diferentes abordagens sobre a questão. Para Hackman e Lawler (citado por Moraes & Kilimnick, 1989) a satisfação significativa dos sujeitos no trabalho está associada a trabalhos que permitem variedade, autonomia, identidade da tarefa e presença de *feedback*, aliados à convivência com os outros e a oportunidade de amizade. Os autores identificam que a maioria dos esforços sob o título de “qualidade de vida no trabalho” é direcionada para tornar os cargos mais produtivos e satisfatórios, o que reitera a visão gerencialista de QVT. Nadler e Lawler (1983) enfatizam que qualidade de vida no trabalho é relativa à preocupação com os reflexos do trabalho nas pessoas e na efetividade organizacional, e à ênfase na participação das pessoas para a solução de problemas organizacionais.

Walton (1973), que formulou o modelo adotado com mais frequência, contempla no conceito de QVT os princípios de humanização do trabalho e responsabilidade social das organizações. Para ele, QVT compreende o entendimento de necessidades e aspirações do indivíduo por meio da reestruturação do desenho de cargos e novas formas de organizar o trabalho, aliadas à construção de equipes de trabalho com um maior poder de autonomia e uma melhoria do meio organizacional. Com base nos principais autores que conceituam qualidade de vida no trabalho Tolfo (2008) constatou ênfase em três vertentes principais: na humanização do trabalho; nas questões relacionadas à reformulação de cargos e na participação e envolvimento dos trabalhadores nas decisões e nos problemas do trabalho; no bem-estar e na satisfação do trabalhador, aliados ao aumento de produtividade, eficácia e efetividade organizacional<sup>4</sup>.

Com base nos estudos verifica-se que a qualidade de vida no trabalho é tratada, didaticamente, como composta de conteúdos *subjetivos* (satisfação de necessidades intrínsecas) e *objetivos* e *concretos* (forma de organização e condições de trabalho). É principalmente no que tange aos aspectos objetivos (os artefatos visíveis) que é mais explícita a relação entre cultura e QVT. A forma como a organização sistematiza o trabalho, as políticas de gestão de pessoas, dentre outras, são representativas dos valores manifestos. Por seu lado, os conteúdos subjetivos estão mais latentes, orientando os modos de lidar com os empregados, as atitudes relativas ao relacionamento entre chefias e empregados e expressões sobre a concepção de natureza humana. Embora a distinção entre objetivo e subjetivo seja questionável, neste caso ela contribui para entender alguns indicativos mais ou menos concretos em relação àquilo que a organização adota de forma mais explícita e gerenciável.

Há diversas abordagens que contribuem para identificar aspectos presentes no trabalho que estão relacionados à existência de Qualidade de Vida no Trabalho. O modelo proposto por Walton (1973) é identificado na literatura como a perspectiva de análise mais abrangente da temática e será o referencial básico da articulação apresentada. Ele é composto por oito dimensões e seus indicadores e permite analisar o conjunto de condições e práticas organizacionais, questões relacionadas à satisfação e percepção dos empregados sobre aspectos positivos no trabalho (Silva & Tolfo, 1999), assim como a relação das políticas organizacionais com o processo de construção das identidades dos trabalhadores. As dimensões e os seus respectivos indicadores são os seguintes:

- 1) Compensação justa e adequada: equidade salarial interna e externa e benefícios;
- 2) Condições de trabalho: condições físicas seguras e salutar e jornada de trabalho;
- 3) Oportunidade de uso e desenvolvimento de capacidades: autonomia e autocontrole; aplicação de habilidades variadas e perspectivas sobre o processo total do trabalho;
- 4) Oportunidade de crescimento contínuo e segurança: oportunidade de desenvolver carreira e segurança no emprego;
- 5) Integração social no trabalho: apoio dos grupos primários, igualitarismo e ausência de preconceitos;

---

preocupação das organizações com a formação da identidade do trabalhador, enquanto auto e hetero imagem relacionadas a determinados interesses, sobretudo ao comprometimento do trabalhador com os objetivos organizacionais, em uma perspectiva funcionalista.

<sup>4</sup> A despeito da preocupação instrumental, a existência de programas de QVT não garante o alcance de maior produtividade pelos empregados; entretanto, evidencia a

Tolfo, S. da R.; Silva, N. & Luna, I. N. Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações

- 6) Constitucionalismo: normas e regras, respeito à privacidade pessoal e adesão a padrões de igualdade;
- 7) Trabalho e espaço total da vida: relação do papel do trabalho dentro dos outros níveis de vida do empregado; e
- 8) Relevância social da vida no trabalho: relevância social da organização frente ao ambiente. (Walton, 1973)

As oito dimensões interrelacionadas formam um conjunto que possibilita ao pesquisador apreender os pontos percebidos pelos trabalhadores como positivos ou negativos na sua situação de trabalho (Silva & Tolfo, 1999) e orientam sua identificação com a organização. Todavia, conforme salienta Walton (1973), os indicadores propostos não são definitivos e genéricos, no sentido de contemplar todos os aspectos relativos à questão; no que concorda Fernandes (1996) que os amplia ao incluir demandas relativas à saúde, ecologia, ergonomia, psicologia, sociologia, economia, administração e engenharia.

Os estudos da cultura organizacional, tal qual de QVT, também remetem a interfaces com diversas áreas (psicologia, antropologia, sociologia

e administração) e apresentam alguns pressupostos, que, segundo Schein (1987), são: Relacionamento da organização com o ambiente (relativo ao tipo de relação que a organização estabelece com o meio externo), Natureza da verdade e da realidade (o interesse principal é de saber quem e de que modo é produzido o que é tido como verdade e realidade na organização), Natureza da natureza humana (referente ao conceito de ser humano que prevalece na organização), Natureza das atividades humanas (a finalidade essencial está em saber se o trabalho realizado na organização é predominantemente individual ou colaborativo) e Natureza dos relacionamentos humanos (o interesse principal está em saber se os relacionamentos humanos no contexto de trabalho da organização tendem à individualidade ou à cooperação). Com base nos pressupostos culturais e nos indicadores de QVT é possível elaborar um paralelo entre ambos os construtos, conforme apresentado no quadro 1. As relações estabelecidas entre cultura e qualidade de vida no trabalho não pretendem ser unidirecionais e exclusivas, mas mostram tendências existentes de mútua influência.

**Quadro 1:** Relação entre pressupostos básicos de Cultura Organizacional e QVT

PRESSUPOSTOS BÁSICOS DE CULTURA	INDICADORES DE QVT
Relacionamento com o ambiente	Relevância social da vida no trabalho
Natureza da verdade e da realidade	Uso e desenvolvimento de capacidades Constitucionalismo
Natureza da natureza humana	Uso e desenvolvimento de capacidades Oportunidade de crescimento e segurança
Natureza das atividades humanas	Condições de trabalho Uso e desenvolvimento de capacidades Trabalho e espaço total de vida Compensação justa e adequada
Natureza dos relacionamentos humanos	Integração social

Fonte: Silva e Tolfo (1999).

As relações entre as categorias lógicas de cultura organizacional e indicadores de QVT estão expressas, por exemplo, ao se indagar aos gerentes – segmento funcional responsável pela preservação e veiculação da cultura dominante - e aos trabalhadores - que reproduzem a cultura - a respeito de suas percepções da QVT. Em seus discursos, os mesmos estarão fazendo referência, de modo, indireto aos valores subjacentes que sustentam os padrões culturais. Tal assertiva reitera a necessidade de caracterizar QVT com base no contexto cultural, sócio-econômico e político brasileiro, que é próprio e diferente dos países

desenvolvidos (Hanashiro, citado por Fernandes & Becker, 1988).

Parece inegável, contudo, a existência de uma tendência mundial, advinda dos países capitalistas centrais, de exclusão, precarização e informalização do trabalho (Antunes, 2006) associadas à exigência de um forte comprometimento dos empregados (aparente parceria capital-trabalho). A adoção de políticas organizacionais que buscam garantir a assunção de princípios vinculados à valorização da qualidade, do baixo custo de produção e da melhoria contínua, visa homogeneizar determinada percepção de QVT, associada à idéia de que “o que é bom para a empresa, é bom para seus

Tolfo, S. da R.; Silva, N. & Luna, I. N. Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações

empregados” e pode servir como instrumento de controle (Dourado & Carvalho, 2007). Para tanto, o investimento na identificação dos trabalhadores com os objetivos organizacionais, como parceiros – “colaboradores” - torna-se vital para as organizações contemporâneas, com vistas a abafar o conflito capital-trabalho.

As percepções relativas ao trabalho como possibilidade de qualidade de vida remetem às representações que os trabalhadores possuem a respeito de si mesmos e às representações que os grupos (formais e informais), colegas de trabalho e gerentes, têm sobre eles, o que, por sua vez, é orientado pela cultura organizacional. Assim sendo, a última parte da presente articulação discute, de forma mais específica, questões sobre a identidade dos trabalhadores e sua relação com a cultura organizacional e a QVT, ensejando sugestões de pesquisa no campo das organizações.

## **Identidade, Cultura Organizacional e Qualidade de Vida no Trabalho: Algumas Aproximações**

### **Sobre o movimento de construção de identidades**

Compreender as complexas relações existentes entre culturas organizacionais, identidades e qualidade de vida dos trabalhadores das organizações é um desafio que instiga interessados no tema e que não propomos resolver neste artigo. Muitas são as análises possíveis, assim como as armadilhas provenientes de reducionismos, determinismos e romantismos de todas as espécies. A identificação de uma “subjetividade autêntica”, desvirtuada ou estimulada pelas organizações de trabalho é uma dessas armadilhas; a desvalorização da responsabilidade humana nos processos de reprodução social é outra.

Admitir que os seres humanos não são tabulas rasas (variáveis dependentes) que sofrem passivamente o impacto dos discursos e das práticas organizacionais (variáveis independentes) é o primeiro passo para a identificação do movimento de construção de identidades. Enquanto sujeitos ativos, sociais e históricos (Vygotsky, 1991), os homens e as mulheres produzem suas próprias subjetividades, e se individualizam no emaranhado de relações que travam com o meio que os cerca e do qual fazem parte. Elimina-se qualquer possibilidade de dicotomizar interno/externo. A identidade individual constitui-se, assim, no seio da identidade coletiva, que se refere à identificação com os outros, com os quais se compartilham

traços, valores e projetos. O surgimento de uma identidade individual acontece tanto como fenômeno histórico, como enquanto fenômeno psicossocial.

De acordo com Elias (1994), à medida que as pessoas passaram a controlar suas necessidades naturais que reclamam satisfação imediata e a ser controladas pelas sociedades complexas, mais elas experimentaram um sentimento de individualização. Em outras palavras, perceber a si próprio como um “indivíduo” não é um acontecimento natural, mas sim histórico. Nas sociedades primitivas, por longo tempo, as pessoas pensavam e agiam primordialmente do ponto de vista do “nós”, mesmo após terem evoluído biologicamente para a espécie de primatas denominada *homo sapiens* (homem sábio). O avanço da divisão das funções, o incremento da previsão e da capacidade de refrear os impulsos no curto prazo – em busca do domínio da natureza - e o conseqüente surgimento do sentimento de individualização são, antes de tudo, frutos do desenvolvimento social e mental em uma mesma espécie biológica, e não sintomas de novas evoluções corporais: “o corpo, os braços e as pernas, os olhos, os ouvidos e a estrutura cerebral já eram os mesmos” (Elias, 1994, p. 113).

Do ponto de vista psicossocial, o surgimento e a manutenção de um sentido de identidade individual ocorrem através da imposição das diferenças nas relações cotidianas. Nesta direção, a crise e o conflito, tanto no âmbito psicológico como na esfera social, ocupam um lugar central no que se refere ao sentimento de possuir um “eu” individual. Quando surgem novas formas de vida em decorrência da contestação de determinadas tradições culturais (valores, normas e costumes), ou seja, em momentos de crise social, ocorrem as grandes irrupções da experiência subjetiva privatizada. Decisões precisam ser tomadas e, para isso, não existem pontos de referência na sociedade,

cada homem se vê obrigado a recorrer com maior constância ao seu ‘foro íntimo’ – aos seus sentimentos (que nem sempre condizem com o sentimento geral), aos seus critérios do que é certo e do que é errado (e na sociedade em crise há vários critérios disponíveis, mas incompatíveis). (Figueiredo, 1996, p. 16)

Verifica-se, que, como fenômeno histórico e psicossocial, as identidades individuais e coletivas sempre se encontram relacionadas, podendo ser esta relação mais harmônica ou mais tensa e conflituosa. E em se tratando especificamente da relação

Tolfo, S. da R.; Silva, N. & Luna, I. N. Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações

identidade-trabalho, a identidade coletiva pode remeter ao conjunto dos trabalhadores – identificação com os demais empregados –, assim como aos gerentes – identificação com os interesses empresariais.

Não obstante existam perspectivas de estudo da identidade dos seres humanos provenientes de diversas áreas do conhecimento (Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicologia) e baseadas em determinados referenciais teóricos, tais como a Psicanálise e os Estudos Culturais (Coutinho, Krawulski & Soares, 2007), para a articulação proposta a identidade será compreendida desde uma abordagem social. Nesta perspectiva, o sujeito é concebido sempre em transformação, mas capaz de manter certa unidade e estabilidade, sendo a identidade individual construída na imposição das diferenças nas relações com o outro (Ciampa, 1984; Martin-Baró, 1985; Coutinho, 1999; Luna; Baptista, 2001).

**Cultura organizacional, modos de gestão, qualidade de vida no trabalho e construção da identidade do trabalhador**

Tendo em vista o caráter sócio-histórico da identidade humana, torna-se possível levantar algumas questões a respeito das relações entre a cultura organizacional, os modos de gestão e a identidade dos sujeitos que trabalham nas organizações contemporâneas, que se encontram influenciadas pelo paradigma da flexibilidade. Modo ou método de gestão, de acordo com Chanlat (1997), significa “o conjunto de práticas administrativas colocadas em execução pela direção de uma empresa para atingir os objetivos que ela tenha fixado” (p. 119). Ele engloba, entre outros aspectos, as políticas em relação à gestão de pessoas, como os programas voltados à qualidade de vida no trabalho, que são baseadas em determinados valores e filosofias definidos pelos gestores e membros de determinada organização. Destaca-se a advertência feita pelo autor de que existem dois componentes em todos os modos de gestão: um componente abstrato, prescrito, formal e estático, denominado de *modo de gestão prescrito*, e um componente concreto, real, informal e dinâmico, chamado de *modo de gestão real*. Com base nas discussões anteriores reitera-se que ambos os componentes representam manifestações da cultura organizacional.

Tendo em vista os *modos de gestão prescrito e real* levados a efeito pelas organizações que procuram sobreviver e crescer em um mercado

competitivo, surgem questões relativas às construções das identidades individuais e coletivas de seus membros. Uma vez que a experiência da subjetividade privatizada ou, em outras palavras, a consciência de uma identidade individual, origina-se a partir de situações de crise e conflito, pode-se inferir que no cenário atual, onde muitos sujeitos se encontram à deriva (Sennett, 2002), existe um espaço propício para o florescimento de identidades individuais. A situação instável, precária e sem garantias de muitas pessoas que trabalham nas organizações brasileiras, somada à falta de tradições que forneçam referência às ações, exigem destas a construção de estilos de vida e planos de vida reflexivos, ou seja, estabelecidos mediante exame, não espontâneos... De acordo com Giddens (2002), o estilo de vida pode ser compreendido como “um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material e uma narrativa particular de auto-identidade” (p. 79).

Esta situação configura-se como um obstáculo às intenções presentes nos modos de gestão de pessoas utilizados contemporaneamente. A estratégia de manter a força humana de trabalho por meio de Programas de QVT e do comprometimento com a organização - identificação com os interesses organizacionais mediante a produção de uma identidade coletiva comprometida com a organização - pode falhar ao não oferecer contrapartidas básicas como estabilidade, segurança e coerência (Walton, 1973). Destaca-se, neste sentido, que o *modo de gestão prescrito*, por mais garantias e benefícios que ofereça, muitas vezes não obtém sucesso devido a incoerências com o *modo de gestão real*, que se encontra norteado pelos pressupostos básicos da cultura organizacional, frequentemente racional-econômicos.

Assim sendo, as contradições e os movimentos de contracultura presentes nas organizações podem ser compreendidos, em parte, com base na resposta às seguintes indagações: como construir ou manter uma rede de concepções, normas e valores inquestionáveis, nos subterrâneos da vida organizacional (Beyer & Trice, 1986), em empresas – sobretudo micro e pequenas - que vivem em um contexto de grande instabilidade? Como edificar ou manter os pressupostos básicos da cultura, aquilo que é tido como verdade natural e inquestionável (Schein, 1987), que serve como referência para a construção da identidade coletiva dos membros das organizações, em um ambiente inseguro e com alta

Tolfo, S. da R.; Silva, N. & Luna, I. N. Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações

rotatividade? Como sustentar, em tal ambiente, os indicadores de QVT relativos à possibilidade de crescimento e segurança (Walton, 1973)? Se por um lado as intensas mudanças observadas no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, desafiam pressupostos culturais consagrados, em direção ao aumento da autonomia e da confiança nos trabalhadores, por outro lado, o cenário contemporâneo de incerteza e “curto-prazo” solapa os projetos voltados à promoção da qualidade de vida. As ações ou a retórica da qualidade de vida podem se constituir, então, tão somente em estratégias para que os trabalhadores sugiram a solução para problemas de desempenho que podem decorrer de problemas na organização (Dourado & Carvalho, 2007).

Neste contexto, a insegurança dos indivíduos em relação aos seus empregos provoca um paradoxo: por um lado, prejudica a identificação dos empregados com a organização e suscita a construção de identidades individuais “de quem só pode contar consigo mesmo” (Coutinho, 1999), de planos de vida individuais e reflexivos (Giddens, 2002); por outro lado, reforça a identificação dos empregados com a organização e sua cultura, como forma de proteção em momentos de “corte de pessoal”, na lógica de que “os mais comprometidos permanecem”.

Martin (1992) identifica três categorias de estudos culturais que contribuem, de forma especial, para o estudo da articulação entre cultura, identidade e QVT. A categoria denominada *integração*, caracterizada pela existência de uma cultura forte, cujos valores centrais são compartilhados pelos membros da organização, é freqüentemente encontrada nas organizações maiores, que possuem maior poder e autonomia no meio em que atuam. Nas organizações de grande porte, a possibilidade da construção de uma identidade coletiva vinculada à cultura da organização é maior, uma vez que se torna mais presente a possibilidade das pessoas e dos grupos pensarem do ponto de vista do “nós”. Também tende a ser nessas organizações que práticas voltadas à qualidade de vida no trabalho, como estratégias de gestão, são adotadas de forma mais ampla. Ações voltadas à integração social, por meio de grupos e equipes; ao desenvolvimento do orgulho de trabalhar na empresa; ao constitucionalismo, com regras e normas voltadas para tratamento justo, podem incrementar a construção tanto de uma “cultura forte” quanto de uma identidade coletiva coerente com a cultura da organização.

A categoria *diferenciação*, marcada pela inconsistência entre os valores explicitados e as decisões e práticas efetivas, pode ser observada nas organizações que, procurando manter ou conquistar uma cultura forte compartilhada, anunciam valores e programas “politicamente corretos”, entretanto não os levam a efeito. Esta situação, marcada pelas contradições entre o *modo de gestão prescrito* e o *modo de gestão real* (Chanlat, 1997), não fornece uma base sólida para a formação de um sentimento de confiança recíproco, tampouco oferece um ambiente propício para o florescimento de identidades coletivas. Desse modo, a qualidade de vida no trabalho, na perspectiva gerencialista, mostra-se inconsistente e os trabalhadores identificam que há muito discurso e pouca prática em relação à constituição de um bom ambiente para trabalhar. Gera-se, muitas vezes, um elevado grau de insatisfação no trabalho.

A terceira categoria, denominada *fragmentação*, com freqüência assume o lugar central nas organizações de menor porte, nas quais freqüentemente os salários são menores e a rotatividade é maior. Nesta categoria, caracterizada pela ambigüidade, pouco há de pressupostos básicos compartilhados. Diferentes indivíduos e grupos “passam” pela organização, com valores e linguagens próprias, o que acaba por reforçar as suas identidades individuais e limitar a construção de uma identidade coletiva ligada à organização. Isso não significa que em organizações maiores a *fragmentação* não seja observada e que em organizações menores a *integração* não exista. Os modos de gestão das organizações, suas tecnologias, os mercados onde atuam e os ambientes sociais dos quais fazem parte também são variáveis determinantes a incidir na definição – ou não – de estratégias voltadas à qualidade de vida. Quando predomina a fragmentação, as ações de QVT geralmente são pontuais, como ginástica laboral e palestras para mudanças de hábitos de saúde, por exemplo.

As mudanças no mundo do trabalho relacionam-se, desta forma, com a produção de culturas organizacionais, com as estratégias de gestão de pessoas e QVT e com os processos de construção de identidades. Então, a diversidade atualmente observada nas sociedades, nas culturas, nas organizações, nas estratégias de gestão de pessoas e de promoção de qualidade de vida no trabalho encontra-se determinada pelo processo de globalização da economia.

Observa-se, enfim, que as articulações apresentadas entre os construtos cultura

Tolfo, S. da R.; Silva, N. & Luna, I. N. Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações

organizacional, qualidade de vida no trabalho e identidade do trabalhador podem ser úteis para análises de métodos de gestão, para a compreensão da construção da subjetividade nas organizações, assim como para o estabelecimento de hipóteses em processos de investigação científica. A principal contribuição final deste artigo para a produção do conhecimento está em anunciar possibilidades de futuros estudos sobre os fenômenos ora apresentados.

Deste modo, os autores sugerem a realização de pesquisas que relacionem pressupostos culturais, concepções gerenciais sobre a qualidade de vida e sobre a construção das identidades de trabalhadores. Sugerem-se estudos que possam relacionar culturas organizacionais baseadas em pressupostos racional-econômicos, programas de QVT gerencialistas e características das identidades individuais e coletivas dos trabalhadores.

Finalmente, considera-se também relevante a realização de estudos que possam caracterizar as identidades individuais e coletivas dos trabalhadores de organizações com culturas fortes, baseadas em pressupostos gerenciais da qualidade total e da qualidade de vida.

### Referências

- Antunes, R. (Org.). (2006). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Beyer, J. & Trice, H. (1986). How an organization's rites reveal it's culture. *Organizational Dynamics*, [s. l.], [s. n.].
- Chanlat, J. F. (1997). Modos de gestão, saúde e segurança no trabalho. In E. P. B. Davel & J. G. M. Vasconcellos (Orgs.), *"Recursos" Humanos e subjetividade* (pp. 118-128). Petrópolis: Vozes.
- Ciampa, A. C. (1984). Identidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Coutinho, M. C. (1999). Trabalho e construção da identidade. *Psicologia em Estudo*, 4(1), 29-43.
- Coutinho, M. C., Krawulski, E. & Soares, D. H. P. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: repesando articulações possíveis. *Psicologia e Sociedade*, 19(ed. especial 1), 29-37.
- Dourado, D. C. P. & Carvalho, C. A. (2007, dezembro). Extra! Extra! O caso da Metrorec revela como é operada a manipulação ideológica do discurso da QVT. *Cadernos Ebape*, 5(4).
- Elias, N. (1994). *A sociedades dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Fernandes, E. C. (1996). *Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar*. Salvador, BA: Casa da Qualidade.
- Fernandes, E. & Becker, J. L. (1988). Qualidade de Vida no Trabalho: a realidade dos CPD's. In *ENANPAD* (12ª ed.), v.3, 1775-92.
- Figueiredo, L. C. M. (1996). *Psicologia, uma introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo: EDUC.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Handy, C. (1994). *Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura empresarial*. São Paulo: Saraiva.
- Laraia, R. B. (1997). *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Luna, I. & Baptista, L. C. (2001). Identidade profissional: prazer e sofrimento no mundo do trabalho. *Psicologia Revista*, 12(1), 39-51.
- Martin, J. (1992). *Cultures in Organization: three perspectives*. New York: Oxford University Press.
- Martin-Baró, I. (1985). *Acción e ideologia: psicologia social desde Centroamérica*. San Salvador, El Salvador: UCA.
- Moraes, L. F. R. & Kilimnik, Z. M. (1989). A evolução do papel do administrador, a utilização do computador e reflexos em sua qualidade de vida. In *ENANPAD* (13 ed.), v.1, 305-324.
- Morgan, G. (2002). *Imagens da organização: Edição executiva*. São Paulo: Atlas.

Tolfo, S. da R.; Silva, N. & Luna, I. N. Cultura organizacional, identidade e qualidade de vida no trabalho: articulações e sugestões de pesquisas em organizações

Morgan, G. (1996). *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas.

Nadler, D. A. & Lawler, E. E. (1983). Quality of work life: perspectives and directions. *Organizational dynamics*, v.11, Winter, 20-30.

Pettigrew, A. M. (1979, dezembro). On Studying Organizational Cultures. *Administrative Science Quarterly*, [s. l.] v. 24, p. 570-581.

Sennett, R. (2002). *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Schein, E. (1987). *Organizational culture and leardeship*. San Fransisco: Jossey Bass.

Schein, E. (1982). *Psicologia Organizacional*. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil.

Silva, N. & Tolfo, S. R. (1999, setembro/dezembro). Cultura organizacional e qualidade de vida no trabalho: um estudo no ramo hoteleiro de Florianópolis. *Convergência. Revista de Ciencias Sociales*, 6(20).

Smirch, L. (1983). Concepts of Culture and organizational Analysis. *Administrative Science Quarterly*, [s. l.], 28(3).

Tolfo, S. da R. (2008). Qualidade de Vida no Trabalho. In A. Laner & J. B. Cruz JR, *Indivíduo, organizações e sociedade*. Ijuí/RS: UNIJUÍ.

Vygotsky, L. V. (1991). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Walton, R. E. (1973). Quality of working life: what is it? *Sloan Management*, 15(1), 11-21.

Zanelli, J. C. & Silva, N. (2008). *Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Categoria de contribuição: Ensaio  
Recebido: 08/05/09  
Aceito: 10/12/09

Rocha, A. P. & Franciscatti, K. V. S. Suicídio e liberdade de vontade: possibilidades de individuação na sociedade industrial

## Suicídio e Liberdade de Vontade: Possibilidades de Individuação na Sociedade Industrial<sup>1</sup>

### Suicide and Freedom of Will: Possibilities of Individuation in the Industrial Society

Ana Paula Rocha<sup>2</sup>

Kety Valéria Simões Franciscatti<sup>3</sup>

#### Resumo

Neste estudo investigam-se as possibilidades de liberdade e individuação na sociedade industrial, problematizando o suicídio como uma das conseqüências da não-realização da individuação. Atenta-se para a parcela de culpa dos homens em abrir mão de sua humanidade e suas responsabilidades. Trata-se de uma pesquisa teórica que busca, além da psicologia, auxílio no mito, na arte e nas ciências sociais, embasada na análise realizada por Horkheimer e Adorno da formação do indivíduo através da imagem de Ulisses (*Odisséia*, Homero). Acredita-se, de acordo com Crochík (2000), que uma entrega aos "instintos" corresponde à resignação da vontade humana: entregar-se a uma vontade indiferente às conseqüências significa ofuscar-se, encerrar-se no egoísmo, desconsiderar que o homem é fundamentalmente social. Pensando o suicídio como um produto da sociedade e a sociedade industrial como altamente repressora, torna-se relevante a produção de conhecimentos atualizados acerca das relações entre o indivíduo e a sociedade, a liberdade e o suicídio.

**Palavras-chave:** Teoria Crítica da Sociedade; individuação; renúncia; sacrifício; Ulisses.

#### Abstract

In this study, the possibilities of freedom and individuation in the industrial society are investigated, bringing suicide into question as one of the outcomes of the nonfulfillment of individuation. We draw attention to mankind's share of guilt for giving up on humanity as well as on responsibilities. This is a theoretical research interested in going beyond psychology, by drawing its assumptions from myth, arts, and social sciences, based on the analyses carried on by Horkheimer and Adorno on individual's development enlightened by the image of Ulisses (*Odisséia*, Homero). According to Crochík (2000), it is believed that surrendering to "instincts" corresponds to the resignation of the human will: one's surrender to a desire indifferent to the consequences means to overshadow him/herself, to set him/herself apart in selfishness, to disregard the fact that men are fundamentally social. Considering suicide as a product of society and the industrial society as highly repressive, the production of updated knowledge regarding the relations between the individual, the society, freedom and suicide, becomes, then, relevant.

**Key words:** Critical Theory of Society; individuation; renouncing; sacrifice; Ulisses.

<sup>1</sup> Este artigo resulta da pesquisa de iniciação científica intitulada *Suicídio e liberdade de vontade: possibilidades de individuação na sociedade industrial*, realizada entre agosto de 2007 e julho de 2008 com o apoio financeiro do CNPq, do Departamento de Psicologia (DPSIC) e do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP) da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional da ABRAPSO – Rio de Janeiro, 2007, sob o mesmo título.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), bolsista de iniciação científica – PIBIC/CNPq/UFSJ entre agosto/2007 e julho/2008. Contato: [rochaufsj@yahoo.com.br](mailto:rochaufsj@yahoo.com.br). Endereço para contato: Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Psicologia (DPSIC), Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP), Praça Dom Helvécio, 74 - Dom Bosco. CEP: 36301-160 – São João del-Rei / MG.

<sup>3</sup> Graduação em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Mestrado e Doutorado em Psicologia: Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora adjunta do Departamento de Psicologia (DPSIC), professora permanente do Programa de Mestrado em Psicologia (PPGPSI) e pesquisadora do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Contato: [kety.franciscatti@gmail.com](mailto:kety.franciscatti@gmail.com).

Rocha, A. P. & Franciscatti, K. V. S. Suicídio e liberdade de vontade: possibilidades de individuação na sociedade industrial

O presente texto problematiza os impedimentos objetivos e subjetivos que perpassam a individuação como fatores que podem levar ao suicídio. Como parte da pesquisa *Psicologia e Arte: reflexões acerca da subjetividade obstada*<sup>4</sup> investigam-se, com base na Teoria Crítica da Sociedade, as possibilidades de liberdade e de individuação na sociedade atual, e as conseqüências da não-realização das potencialidades da individuação, dentre elas o suicídio como a concretização de um desejo de se retirar da sociedade.

Trata-se de uma pesquisa teórica, observando como os autores Horkheimer e Adorno (1947/1985)<sup>5</sup> analisaram a formação do indivíduo por meio da imagem de Ulisses, narrada na *Odisséia* de Homero (850-750/2002). Neste texto, além do confronto e da articulação com as formulações de Marcuse sobre esta temática, recorre-se à revisão do marco temático e à reflexão relacionada ao suicídio com base na obra de Durkheim. Busca-se, além da psicologia, auxílio em outras áreas de conhecimento, especialmente o mito e as ciências sociais, com vistas à produção de conhecimento a respeito das relações diretas ou implícitas entre o indivíduo e a sociedade, a liberdade e o fenômeno do suicídio.

As tendências orientadoras deste estudo são: a sociologia de Durkheim, a psicanálise de Freud e a teoria crítica de Adorno, Horkheimer e Marcuse. O caráter que guiará a pesquisa na leitura da teoria desses autores é a impossibilidade de se desligar o indivíduo do seu aspecto social, coletivo. Não é somente o homem, em sua individualidade, que delimita as formas de organização social. Ele só o faz, e só o faz dessa maneira, pela mediação da sociedade – o que não significa que não exista a

possibilidade de alguma singularidade no homem, ou que ele seja puramente determinado pelas influências externas. Assim, pretende-se pensar o homem não como produtor, nem como simples produto, mas sim como um ser ambivalente em meio a um enorme campo de forças atuantes no qual, uma vez inserido, jamais poderá se ver isolado. Por mais que traga indícios de originalidade, aquilo que fazemos de nós mesmos não consiste em uma atitude e/ou idéia engendrada unicamente por nós. Sofremos grande influência e imposição coercitiva externa. Portanto, não podemos falar de homem sem considerar todo o seu aspecto social.

O problema do suicídio sempre foi algo largamente discutido, seja por sociólogos, psicólogos ou outros profissionais da área das ciências humanas. É ainda com certo receio que se trata do assunto, uma vez que se configura para cada indivíduo como algo ameaçador, que pode ocorrer com pessoas próximas, até mesmo integrantes de sua família. Ou seja, segundo Hillman (1964/1993) o suicídio não está relegado aos hospícios; pelo contrário, onde ele mais acontece é dentro do lar, no curso de qualquer vida. Conforme este autor, frente ao fato, a sociedade se mostra alarmada e até mesmo impotente.

Foi Durkheim quem, em 1897, realizou o mais detalhado estudo de que dispomos sobre a temática – *O suicídio; estudo sociológico*. Sua designação “suicídio” se refere a todo caso de morte resultante de um ato praticado pela própria vítima, consciente de seu resultado. Para o autor, o suicídio é um fenômeno coletivo, um “fato social”: ainda que se tenha uma causa particular aparente para o ato, ele é bem mais que o resultado de um simples fator – pode-se assinalar a existência de uma situação social específica que predispõe o indivíduo a se matar (Durkheim, 1897/1982).

Segundo Marcuse (1964/1967), na sociedade industrial desenvolvida prevalece uma “falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática”, e “seu crescimento depende da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência – individual, nacional e internacional” (p. 14). Essa sociedade é irracional, uma vez que sua incessante produtividade impede o livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas.

Assim, pensando o suicídio como um produto da sociedade e pensando a sociedade industrial como altamente repressora, torna-se de extrema

<sup>4</sup> A pesquisa *Psicologia e Arte: reflexões acerca da subjetividade obstada* (DPSIC/LAPIP/UFSJ) está estruturada em três eixos relacionados: 1. Formação e Criação Artística: tensão forma e conteúdo, forma e expressão; 2. Formação e Recepção: tensão estímulo e resposta; produtos e configurações psicológicas (sensíveis e intelectuais); 3. Formação e Indústria Cultural: contexto e meios; relação ideologia e preconceito. Os subprojetos desta pesquisa visam, com base nas contribuições dos autores da chamada Escola de Frankfurt, discorrer sobre a formação cultural por meio da articulação da potencialidade epistemológica da arte e da ciência psicológica, com isso, busca-se contribuir para o desvelamento das barreiras impostas pela ideologia da racionalidade tecnológica à formação do indivíduo.

<sup>5</sup> Quando se tratar de uma obra publicada originalmente em outra data, serão citadas as duas referências: primeiro a data da publicação original e segundo a data da edição consultada.

Rocha, A. P. & Franciscatti, K. V. S. Suicídio e liberdade de vontade: possibilidades de individuação na sociedade industrial

relevância a produção de conhecimentos mais atualizados acerca das relações entre suicídio e liberdade. Desse modo, dentro dos limites da teoria em que se fundamenta este estudo, pretende-se pensar somente o suicídio na sociedade industrial tal como analisada pelos autores que orientam a investigação.

### **Do Mito ao Esclarecimento: Individuação e Liberdade**

Horkheimer e Adorno (1947/1985) postulam, como teses principais do livro *Dialética do Esclarecimento*, que o mito já era esclarecimento e que o esclarecimento acaba por se reverter ao mito<sup>6</sup>. Nesse sentido, os autores se referem – em especial, nos textos *O conceito de esclarecimento* e *Excursão I: Ulisses ou mito e esclarecimento* – à análise da figura de Ulisses, presente na *Odisséia* de Homero (850-750/2002), como um modo de entender a passagem do homem à cultura e o “progresso da regressão” no entrelaçamento de mito, dominação e trabalho. Segundo os próprios autores, com o propósito de desenvolver as duas teses expostas acima, *o Excursão I*

[...] acompanha a dialética do mito e do esclarecimento na ‘Odisséia’ como um dos mais precoces e representativos testemunhos da civilização burguesa ocidental. No centro estão os conceitos de sacrifício e renúncia, nos quais se revelam tanto a diferença quanto a unidade da natureza mítica e do domínio esclarecido da natureza. (pp. 15-16, grifos no original)

Destaca-se que Ulisses é apontado pelos autores como um modelo do indivíduo burguês, no que tange à astúcia, ao engodo, à disposição para sempre ter vantagem em todos os atos, à racionalidade e ao apego à posição de proprietário – características que os autores de Frankfurt vêem desenvolvidas na sociedade industrial. Assim, ainda

que o indivíduo daquela época esteja em diversos aspectos distante do que se configurou nesta sociedade, a figura central da obra de Homero já corresponde, nesses aspectos ainda que embrionários, à época atual.

Da *Odisséia* (Homero, 850-750/2002), destacamos um fragmento que ilustra a crise básica do homem na sociedade: a dominação/luta contra seus impulsos, suas pulsões. Tal passagem se dá quando Ulisses e seus companheiros, entregues aos prazeres oferecidos por Circe, são tentados a esquecer para sempre a realidade e a luta pelo seu ideal. Ele só se deixa demorar ali e gozar os prazeres imediatos por ter antes estabelecido com a deusa um pacto de que ela não tramaria contra eles nenhum infortúnio. Alguns homens, desprovidos da astúcia que caracteriza Ulisses, confiam na anfitriã e são por ela enfeitados e transformados em porcos. De acordo com Silveira (1992), a metamorfose é um tema recorrente em muitos contos de fadas e também na mitologia, mas não implica necessariamente em um rebaixamento. Entretanto, as histórias apontam também para a metamorfose como obra de uma entidade maléfica, ou como forma de castigo normalmente decorrente de se negar algum aspecto da condição humana.

Ao se pesquisar os limites da liberdade humana, é necessário lançar o olhar sobre a parcela de culpa dos homens ao abrirem mão de sua humanidade, de suas responsabilidades e de sua vida em última instância<sup>7</sup>. O homem se diferencia do animal na medida mesma em que se “distancia” da natureza, tanto da natureza interna, os seus impulsos, quanto da externa. Assim,

[...] a fuga do homem da natureza é necessária para a construção da cultura, enquanto abrigo que substitui a natureza, mas o preço cobrado é a anulação daquilo que deveria ser preservado e em nome do que aquele sacrifício se dava. Aquilo que se perdeu, enquanto objeto de nostalgia, marca a melancolia do protótipo burguês do indivíduo. Se aquilo que foi negado não pode ser conservado ao menos na representação, o sentido da vida se perde. (Crochík, 2000, p. 21)

Crochík (2000) assinala que a felicidade daqueles que pretendem uma entrega aos

<sup>6</sup> Para a publicação deste livro no Brasil em 1985, em nota preliminar, o tradutor Guido Antonio de Almeida se refere ao termo esclarecimento como “o processo de ‘desencantamento do mundo’, pelo qual as pessoas se libertam do medo de uma natureza desconhecida, à qual atribuem poderes ocultos para explicar seu desamparo em face dela. Por isso mesmo, o esclarecimento de que falamos não é, como o iluminismo, ou a ilustração, um movimento filosófico ou uma época histórica determinada, mas o processo pelo qual, ao longo da história, os homens se libertam das potências míticas da natureza, ou seja, o processo de racionalização que prossegue na filosofia e na ciência” (pp. 7-8; grifos no original).

<sup>7</sup> Para Horkheimer e Adorno (1947/1985, p. 46): “(...) a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão”.

Rocha, A. P. & Franciscatti, K. V. S. Suicídio e liberdade de vontade: possibilidades de individuação na sociedade industrial

“instintos”, melhor nomeado como impulsos ou pulsões<sup>8</sup>, é na realidade ilusória, uma vez que encobre o seu preço: a resignação, a destruição da vontade humana. Entregar-se à própria vontade tornando-se indiferente às conseqüências de seus atos significa ofuscar-se, não perceber a infelicidade, a dominação intrínseca no mundo dos homens. É se encerrar no egoísmo, ignorando o fato de que o homem é essencialmente social, mediado, e como tal as suas produções, o conhecimento em geral está vinculado ao interesse social da emancipação de toda a humanidade. E de acordo com Franciscatti (2002), é na auto-reflexão que o homem encontra a sua finalidade, e é aí que percebe também algo de liberdade.

Podemos considerar Freud (1917[15]/1974) como o autor que, em sua radicalidade de investigador que revela a sociedade nas entranhas dos homens, melhor nos mostra uma dupla relação entre indivíduo e sociedade. Ao mesmo tempo em que o indivíduo acredita que a civilização é um interesse humano universal, é inimigo dessa mesma civilização. A sociedade é um pesado fardo a se carregar, com todos os sacrifícios ao desejo, mas de outra forma, sozinho, o homem não sobreviveria. Ou sobreviveria, por tempo indeterminado, em um estado de grande tensão, constantemente ameaçado. Segundo Freud, a majestosidade da natureza (suas catástrofes, doenças e a morte) atemoriza de tal maneira o homem, que este se apega à idéia de um deus, algo superior e externo a ele, um pai poderoso e protetor. O deus criado por esse homem desamparado é bom e justo, ocupa-se de controlar a natureza em favor do crente, reconciliá-lo com a crueldade do destino e da morte, e ainda recompensá-lo pelos sofrimentos da vida civilizada. Pois se a justiça não se fizer nessa vida, a fé permite remetê-la para outra vida após a morte.

Se Ulisses pode ser tomado como o representante do esclarecimento, no entanto devemos considerar que, ao tentar enganar a natureza através de seus constantes ardis, ele mesmo passa a descartar aquilo por que luta, a base de seu sacrifício: sua terra e sua identidade

tensionada enquanto multiplicidade alcançada pela aventura. Num tipo de fetichismo, Ulisses já exalta o próprio sacrifício: se, por um lado, seus amigos se entregam e dissolvem sua individualidade na natureza, por outro as táticas do herói representam uma fuga. O que elas objetivam – talvez por considerar este objetivo inatingível – não é o conhecimento dessa mesma natureza e das possibilidades de liberdade, o que seria o esclarecimento verdadeiro, mas sim um não-enfrentamento constante do mundo e de si mesmo.

Marcuse (1955/1975) adverte quanto a essa ilusão:

Os paraísos perdidos são os únicos verdadeiros não porque, em retrospecto, a alegria passada pareça mais bela do que realmente era, mas porque só a recordação fornece a alegria sem a ansiedade sobre a sua extinção e, dessa maneira, propicia uma duração que de outro modo seria impossível. (p. 201)

Parece haver na sociedade industrial interpretações extremamente opostas de um mesmo terror: a não-liberdade. Há os que se resignam pela situação atual de dominação imposta por esta sociedade, reconhecem sua fraqueza perante a ordem social repressora e por isso servem e sustentam a mesma ordem. Outros se revoltam, baseados em uma utopia despida de razão, e crêem ser possível voltar a um estado primitivo, numa espécie de bucolismo árcade, uma saudade melancólica de algo que não conhecem. O que se precisa é perceber que o berço do homem é a cultura, e não a natureza estrita como muito se acredita. A história como perversão da natureza traz consigo uma tensão dialética entre o progresso e a regressão, contudo não se pode dizer que esta retrocede às etapas anteriores da natureza extra-humana; o instinto já se perverteu irremediavelmente em pulsão, mas a vida não se perdeu, pois ainda há pulsão, e esta é verdadeira no que se propõe a ser. Restam ainda, como grandes desafios, a individuação e a liberdade. A pulsão não abole o prazer; instaura-o. “Não só a possibilidade objetiva – mas também a capacidade subjetiva para a felicidade é própria da liberdade” (Adorno, 1951/1992, p. 78).

Uma forma dialética de resolução da questão é apresentada por Marcuse (1955/1975), quando nos fala da função da ciência e da religião nestes tempos. Ser “científico” hoje significa repudiar, assim como defendia Freud, a religião e a noção de um paraíso terreno ou celestial. Mas existe a possibilidade de a ciência e a religião convergirem

<sup>8</sup> Para Freud, instinto (*Instinkt*) se refere ao comportamento animal fixado por hereditariedade, característico da espécie. O termo *Trieb* é introduzido justamente em referência à concepção de que a pulsão tenha meta e objetivo específicos, localizada no aparelho genital. Aponta, pelo contrário, para um objeto variável, que só pode ser escolhido na história pessoal. *Trieb* se refere à impulsão, apontando para uma orientação geral e enfatizando o caráter irreprímível da pressão (Laplanche & Pontalis, 1967/1991).

para um mesmo ponto, a partir do qual tenderão à complementaridade. Aí, nessa nova forma de organização social, estaria a esperança de sujeitos menos ou não alienados.

A liberdade da vontade é pensada por Adorno (1966/1984), em *Dialética negativa*, como a unidade de todos os impulsos de um sujeito, independente dos impulsos isolados. Seria como uma escolha racional em que se consideram todas as conseqüências das ações, e não simplesmente o desejo imediato. Baseado nestas considerações, Hermenau (2005) afirma que “a vontade não se dá sem consciência” (p. 64), e que esse sujeito responsável, que pondera suas escolhas e é livre à medida que lhe é permitido ser livre, por isso mesmo é o sujeito da liberdade de vontade.

Adorno (1966/1984) comenta que, na sociedade, a liberdade está estreitamente vinculada à responsabilidade, e a autoconsciência de um determinismo é tão impossível quanto à consciência da liberdade. Entretanto, é nessa negação que se pode visualizar a liberdade. Segundo o autor, nos últimos tempos, “o mundo tem se mostrado como uma única ideologia, e os homens suas partes integrantes, o protótipo e agente de uma sociedade particularista e carente de liberdade” (p. 272; tradução das autoras).

A liberdade verdadeira não pode ser particular, não é a liberdade de apenas um homem. Mas ao mesmo tempo em que ela deve ser para todos, só tem sentido se for também para cada um. Num processo de individuação verdadeiro, diferente da “individualização”<sup>9</sup>, a liberdade do indivíduo e da sociedade podem reconciliar-se, formando uma única vontade. Para Marcuse (1955/1975), isso abole qualquer justificativa de autoritarismo.

Nesse contexto, a *Odisséia* (Homero, 850-750/2002) pode ser pensada como a constante luta por individuação, que se faz necessária a cada homem para que mereça realmente essa condição de indivíduo. Mas o que se pretende em tantos casos é somente voltar a Ítaca, manter o que se tinha. Fora do mito, em uma sociedade que sabota a todo momento as possibilidades de liberdade e de individuação, à exceção dos monstros comedores

de homens e dos outros constantes perigos, o desafio parece ainda maior. Aqui, Ítaca está ainda por ser construída.

### Morte e Suicídio: Limites da Cultura

Nos moldes da dialética, ao pensar a consciência, volta-se inevitavelmente o olhar para um estado de não-consciência, a morte. Marcuse (1955/1975) mostra a grande importância do tema, já que é a morte que vem negar uma existência não-repressiva, sendo que somente a partir dessa idéia se torna possível e necessária a civilização. Horkheimer e Adorno (1947/1985) ressaltam: “o olhar fixado na desgraça tem algo de fascinação. Mas também algo de uma secreta cumplicidade” (p. 215).

Freud (1917[15]/1974) resalta que a razão pela qual os homens não se matam mutuamente é justamente o medo do castigo, vindo sob forma divina ou das leis da civilização. Assim, se o homem acreditar poder escapar à força terrena, e se descobrir que não existe “Deus” e um “Julgamento Final”, ele provavelmente matará quando for coagido.

Todavia, quando a morte se dá por interferência do próprio sujeito, e não por motivos “naturais” ou por discórdias, o enigma torna-se ainda mais intrigante. Freud (1923/1976; 1930[29]/1974) afirma que quanto mais um homem controla suas tendências agressivas em relação a outros, mais se intensificam as tendências agressivas do seu ego-ideal contra o seu ego: a agressividade que não encontra um caminho para o exterior tende a voltar-se contra ele mesmo. Essa mesma agressividade reflexiva também é vista nos casos de melancolia, mal que, segundo Freud, é acompanhado e caracterizado por um disfarçado – mas intenso – sadismo. O ego é dominado pelo objeto a que se vinculou.

É exclusivamente esse sadismo, que soluciona o enigma da tendência ao suicídio, que torna a melancolia tão interessante – e tão perigosa. Tão imenso é o amor de si mesmo do ego (*self-love*), que chegamos a reconhecer como sendo o estado primevo do qual provém a vida instintual<sup>10</sup>, e tão vasta é a quantidade de libido narcisista que vemos liberada no medo surgido de uma ameaça à vida, que

<sup>9</sup> Individuação se refere à diferenciação, a tornar-se autônomo, capaz de pensar por si mesmo – o que parece constituir o propósito da vida humana –, e se opõe ao enorme individualismo que se presencia na sociedade industrial, situação semelhante ao “egoísmo”, em que o que interessa em primeiro plano e mais que qualquer outra coisa é o isolamento dos membros desta sociedade, o não reconhecimento das mediações sociais e o conseqüente enfraquecimento do próprio eu.

<sup>10</sup> Como exposto anteriormente, a escolha do termo “instinto” como equivalente a *Trieb* é uma inexactidão da tradução inglesa que ainda se reflete na tradução que dispomos para o português (Laplanche & Pontalis, 1967/1991).

Rocha, A. P. & Franciscatti, K. V. S. Suicídio e liberdade de vontade: possibilidades de individuação na sociedade industrial

não podemos conceber como esse ego consente em sua própria destruição. De há muito, é verdade, sabemos que nenhum neurótico abriga pensamentos de suicídio que não consistam em impulsos assassinos contra outros, que ele volta contra si mesmo, mas jamais fomos capazes de explicar que forças interagem para levar a cabo esse propósito. (Freud, 1917[15]/1974, pp. 284-285)

Em *O suicídio*, Durkheim (1897/1982) vem dizer que existe para cada grupo social e para cada momento uma tendência específica para a morte auto-infligida. Essa tendência então não se explica, a despeito do que pregavam certos estudiosos – dentre eles médicos e psiquiatras –, pela constituição orgânico-psíquica ou pelo meio físico. O grande avanço do estudo de Durkheim se refere justamente ao fato de situar as causas do suicídio no coletivo.

Durkheim (1897/1982) comenta a divergência de opinião entre o clínico e o sociólogo. Para ele, enquanto o clínico tende a ver somente os casos particulares, isolados uns dos outros, o sociólogo acredita que de uma maneira geral, os indivíduos que se matam – num espaço de tempo determinado e em número definido – não o fazem simplesmente por um motivo particular como um adoecimento psíquico. O sociólogo busca a causa produtora do fenômeno, que escapa a quem só observa casos individuais. Conceitualmente,

Chama-se suicídio todo caso de morte que resulte direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, ato que a vítima sabia produzir este resultado. A tentativa de suicídio é o ato assim definido, mas interrompido antes de resultar em morte. (Durkheim 1897/1982, p.16)

Faz-se necessário também definir aqui os diferentes tipos de suicídio classificados por Durkheim (1897/1982). Segundo o autor, quando o eu individual se afirma com excesso sobre o eu social, diz-se que está presente o “egoísmo”. Dessa forma, o tipo de suicídio denominado “egoísta” resultaria de uma individualização exagerada, quando há pouca “integração” do indivíduo à sociedade, ou seja, quando ele não sente e nem reconhece a sociedade como sendo parte de si mesmo. Em seu ideal, suas ações, sua forma de viver e de pensar, esse indivíduo tenta se afastar cada vez mais da coletividade, e não encontra mais razão de ser na vida. De forma oposta, o suicídio “altruísta” ocorre quando há uma grande integração do indivíduo à sociedade, e ele se mata pelo bem-

comum. A razão de ser aí existe ainda, mas está fora do próprio eu (é o caso freqüentemente visto no heroísmo do soldado na guerra que se põe na linha de fogo para proteger um companheiro, pessoas no limiar da velhice ou doentes e mesmo mulheres por ocasião da morte do marido). É importante notar que tanto o individualismo excessivo quanto a dissolução do indivíduo na sociedade podem desencadear o suicídio.

O terceiro tipo de suicídio, chamado “anômico”, é aquele resultante de desequilíbrios sociais ocasionados pelas crises econômicas e políticas. Toda uma estrutura de mundo se desfaz; caem as referências, os pontos de apoio tradicionais ancorados nas instituições. Sob o jugo de uma crise, a moral se verga e as antigas atividades do homem se desagregam, forçando-o a uma readaptação à nova situação. Este processo é tão doloroso quanto uma grande mudança súbita, para a qual o homem não se julga suficientemente preparado. É possível visualizar certa relação entre o suicídio egoísta e o anômico, na medida em que ambos resultam do fato de a sociedade, o reconhecimento de sua mediação, não estar suficientemente presente nos indivíduos. No tipo egoísta, é a atividade, são as práticas coletivas que estão ausentes, enquanto no anômico o que acontece é que o indivíduo não sente sobre si e sobre seus desejos individuais o efeito regulador da sociedade. Vê-se, portanto, que o suicídio é fortemente influenciado, senão “determinado” pela capacidade de individuação que uma sociedade oferece aos seus membros. Uma individuação “fraca”, entre outros fatores, alicerça uma personalidade suicida.

Horkheimer e Adorno (1947/1985), em *Fragmento de uma teoria do criminoso*, apontam a monotonia do ritmo de trabalho na sociedade industrial como fator determinante de um sentimento de horror que se apodera do homem, levando-o muitas vezes ao isolamento, à desesperança e, finalmente, ao nada. Diante dessas circunstâncias, realiza-se um inescapável movimento de retorno a si mesmo, deparando-se inevitavelmente com o terrível vazio interior. Segundo os autores, é necessário um “quantum” de energia para se tornar indivíduo, e em certos casos, essa energia parece estar deteriorada. Daí a propensão a perder-se no meio ambiente, querer regredir à natureza, numa “moleza de caráter” a que se chamou, dentre outras denominações, “pulsão de morte”.

Para Freud, nos escritos *Além do princípio de prazer* (1920/1976) e *O mal-estar na civilização* (1930[29]/1974), por considerar a existência de

Rocha, A. P. & Franciscatti, K. V. S. Suicídio e liberdade de vontade: possibilidades de individuação na sociedade industrial

uma “contradição irreconciliável” entre “Eros e Tânatos”, é a pulsão de morte que aparece como uma natureza incontestável e a grande responsável pelo “mal-estar”. Os autores frankfurtianos mostram uma séria preocupação com tal hipótese de Freud. Horkheimer e Adorno (1947/1985) se referem a uma “obscura pulsão” (p. 160) que toma os homens insatisfeitos econômica e sexualmente. Estes desenvolvem grande ódio, já que “não admitem nenhum relaxamento, porque não conhecem nenhuma satisfação” (p. 160). Já Marcuse (1955/1975) emprega a terminologia freudiana “pulsão de morte” na análise sobre o pensamento deste autor no livro *Eros e civilização*.

Entretanto, diante do exposto e com base nos autores frankfurtianos, podemos indicar a barbárie das condições sociais e a violência interna contra si mesmo, tomando-as como mutuamente determinadas, como causas objetivas e subjetivas que afastam o homem de seu caráter “humano”:

O mecanismo da adaptação às endurecidas condições, é, ao mesmo tempo, um mecanismo de endurecimento do sujeito em si: quanto mais se ajusta à realidade, tanto mais se converte em coisa, menos vai vivendo, mais absurdo se torna esse seu ‘realismo’, que tudo destrói, por meio do qual intervém propriamente a razão autoconservadora, e que sucessivamente ameaça a vida pura. (Adorno, 1955/1991, p. 52 e p. 164; grifo no original; tradução das autoras)

É a culpa pelos fracassos constantes na cultura que leva o homem a essa agressividade contra o que poderia ter sido e que fora prometido pela cultura – paz e tranqüilidade (Adorno, 1968/1995). Assim, o movimento de retirar-se da cultura traz como consequência exatamente o embate entre cultura e indivíduo, de onde também origina a questão. Nesses termos, as desigualdades sociais dificultam e até impossibilitam a individuação, e o resultado se mostra na separação entre as vidas exterior e interior do homem, e numa frieza frente ao sofrimento, seja próprio ou alheio.

Entretanto, como ressalta Marcuse (1955/1975), a idéia do instinto (pulsão) de morte não aponta para a morte em si, como fim da vida, mas para o “Nirvana” – um estado de gratificação constante, livre de carências, de quaisquer estímulos ou tensões. A partir disso, pode-se pensar que uma vida gratificante poderia reduzir as tendências destrutivas do indivíduo, ao passo que uma vida de frustrações e contrariedades hoje estimula a pulsão e o desejo de morte. Nesse sentido e como um movimento anterior à

insensibilização resultante do congelamento diante do sofrimento extremo, Marcuse (1955/1975) reconhece que:

Não os que morrem, mas os que morrem antes de querer e dever morrer, os que morrem em agonia e dor, são a grande acusação lavrada contra a civilização. Também servem de testemunho para a culpa irredimível da humanidade. A morte deles suscita a dolorosa consciência de que foi desnecessária, que poderia ter sido de outra maneira. São precisos todos os valores e instituições de uma ordem repressiva para pacificar a má consciência dessa culpa. (p. 203)

Para este autor, nesse movimento, a morte se alia à repressão. Contudo, também no entendimento de Marcuse sobre as formulações que Freud pôde apresentar, o sentimento de culpa se mostra ambíguo, em especial quando se toma como referência a hipótese, uma tanto mítica, sobre o parricídio original. Nesta, o sentimento de culpa se faz presente tanto pelo crime contra o patriarca-déspota, parricídio, como pela traição e esquecimento da promessa de liberdade que estaria contido no próprio ato.

O derrubamento do rei-pai é um crime, mas o mesmo se pode dizer da sua restauração – e ambos os atos são necessários ao progresso da civilização. O crime contra o princípio de realidade é redimido pelo crime contra o princípio de prazer: a redenção, portanto, anula-se a si mesma. O sentimento de culpa é mantido, apesar de repetida e intensificada redenção: a ansiedade persiste, porque o crime contra o princípio de prazer não foi redimido. Existe a culpa a respeito de um ato que não foi realizado: a libertação. (Marcuse 1955/1975, pp. 75-76)

Retomando a *Odisséia* (Homero, 850-750/2002) como metáfora da vida humana cujo tema é a individuação, pode-se pensar a atitude dos homens bestializados no palácio de Circe como uma espécie de suicídio: o que eles buscam é o não-pensar, só o que desejam é a gratificação, numa entrega à natureza que desconsidera a urgência alheia do retorno ao mundo real, à terra outrora tão buscada e agora tão facilmente esquecida. Como no suicídio, os indivíduos se valem de uma qualidade essencialmente humana, o pensamento – também chamado “livre-arbítrio”, por mais que a noção de liberdade possa aqui ser contestada, retornando ao tópico anterior – para escolherem, em suposta racionalidade, pela não-consciência, pela desumanização.

Rocha, A. P. & Franciscatti, K. V. S. Suicídio e liberdade de vontade: possibilidades de individuação na sociedade industrial

É nessa idéia que se ancora a negação de que a escolha individual pelo suicídio seja baseada em uma vontade livre. Tal ato, pelo contrário, mais parece uma entrega à dominação, que assinalaria talvez a crescente submissão do homem à sociedade que ele mesmo criou, e não obstante, não suporta mais. Ainda segundo Marcuse (1955/1975), a morte pode se tornar racional, e os homens “podem morrer sem angústia se souberem que o que eles amam está protegido contra a miséria e o esquecimento. Após uma vida bem cumprida, podem chamar a si a incumbência da morte – num momento de sua própria escolha” (p. 203).

Mas infelizmente, e nem é preciso tanto argumentar quanto a essa afirmação, o tempo de segurança e de não-repressão ainda não chegou. Escolher a morte é desistir da luta, sem que a luta termine por isso. É aumentar o fardo dos companheiros, determinar que eles continuem o trabalho que é individual ainda que consubstanciado socialmente, e que por um motivo ou outro não se pretende mais realizar. Quanto a esse ponto, as palavras de Horkheimer e Adorno (1947/1985) são enfáticas:

[...] foi sob o signo do carrasco que se realizou a evolução da cultura [...]. Sob o signo do carrasco estão o trabalho e o prazer. Querer negá-lo significa esbofetear toda a ciência e toda a lógica. Não se pode abolir o terror e conservar a civilização. (p. 202)

Por isso, seguindo a perspectiva de uma psicologia crítica, buscamos com este texto contribuir com a tarefa de desvelar o princípio bárbaro que se arrasta em nossa civilização. Ao questionar/investigar se o suicídio pode ser caracterizado como um desejo de ocultamento do mundo frente às exigências desmesuradas da sociedade industrial, como também das responsabilidades que o homem deve assumir em nome da liberdade, atenta-se para a obliteração das possibilidades de individuação em uma sociedade de massificação e individualismo, e conseqüentemente suas relações com o suicídio – mais especificamente o entrelaçamento de mito, dominação e trabalho se impondo enquanto exigências irrestritas de renúncia pulsional e do sacrifício como modo de vida na sociedade contemporânea.

## Referências

- Adorno, T. W. (1984). *Dialectica negativa*. (J. M. Ripalda, Trad. Espanhol). Madrid: Taurus. (Publicado originalmente em 1966).
- Adorno, T. W. (1995). Educação contra a barbárie. In T. W. Adorno, *Educação e emancipação* (pp.155-168) (W. L. Maar, Trad.). São Paulo: Editora Paz e Terra. (Publicado originalmente em 1968).
- Adorno, T. W. (1992). *Minima moralia; reflexões a partir da vida danificada* (L. E. Bicca, Trad.). São Paulo: Ática. (Publicado originalmente em 1951).
- Adorno, T. W. (1991). De la relacion entre sociologia y psicologia. In T. W. Adorno, *Actualidad de la filosofía* (pp.135-204). (J. L. Arantegui, Trad.). Barcelona: Paidós. (Publicado originalmente em 1955).
- Crochík, J. L. (2000, Dezembro). Ulisses e narciso: o abandono de si mesmo e o abandono a si mesmo. *Revista Olhar*, 2(4), 19-37.
- Durkheim, E. (1982). *O suicídio; estudo sociológico* (N. C. Caixeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Publicado originalmente em 1897.)
- Franciscatti, K. V. S. (2002, janeiro/junho). À felicidade na liberdade ou à felicidade na ausência de liberdade. *Psicologia & Sociedade*. 14(1), 123-140.
- Freud, S. (1976). *O Ego e o Id* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX) (J. Salomão, Trad.) (pp. 11-83). Rio de Janeiro: Imago. (Publicado originalmente em 1923).
- Freud, S. (1976). *Além do princípio de prazer* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII) (C. M. Oiticica, Trad.) (pp. 11-85). Rio de Janeiro: Imago. (Publicado originalmente em 1920).
- Freud, S. (1974). *O mal-estar na civilização* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol.

Rocha, A. P. & Franciscatti, K. V. S. Suicídio e liberdade de vontade: possibilidades de individuação na sociedade industrial

XXI) (J. O. A. Abreu, Trad.) (pp. 73-171). Rio de Janeiro: Imago. (Publicado originalmente em 1930[29]).

Freud, S. (1974). *Luto e melancolia* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV) (T. O. Brito, P. H. Britto & C. M. Oiticica, Trad.) (pp. 269-291). Rio de Janeiro: Imago. (Publicado originalmente em 1917[15]).

Hermenau, F. (2005, junho). Impulso e reflexão – liberdade da vontade em Adorno. *Veritas*. 50(2), 59-69.

Hillman, J. (1993). *Suicídio e alma*. (S. M. C. Labate, Trad.). Coleção Psicologia Analítica. Petrópolis: Vozes. (Publicado originalmente em 1964).

Homero (2002). *Odisséia* (A. P. Carvalho, Trad.). São Paulo: Nova Cultural. (Original entre 850-750 a. C.)

Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos* (G. A. Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Publicado originalmente em 1947.)

Laplanche & Pontalis (1991). *Vocabulário da Psicanálise* (P. Tamen, Trad.) (11 ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Publicado originalmente em 1967).

Marcuse, H. (1967). *A ideologia da sociedade industrial* (G. Rebuá, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Publicado originalmente em 1964).

Marcuse, H. (1975). *Eros e civilização; uma interpretação filosófica do pensamento de Freud* (A. Cabral, Trad.) (6ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar. (Publicado originalmente em 1955).

Silveira, N. (1992). *O mundo das imagens*. São Paulo: Ática.

Categoria de contribuição: Ensaio  
Recebido: 29/04/09  
Aceito: 10/11/09

Miranda, S. F. & Silva, M. V. Configurações/contradições do processo identitário de afro-descendentes: um estudo de caso

## Configurações/Contradições do Processo Identitário de Afro-Descendentes: Um Estudo de Caso <sup>1</sup>

### Configurations/Contradictions of the African Descendants' Identitary Process: a Case Study

Sheila Ferreira Miranda<sup>2</sup>

Marcos Vieira Silva<sup>3</sup>

#### Resumo

Através deste trabalho, buscamos proceder à reconstrução histórica de alguns momentos da trajetória de um grupo de afro-descendentes, com o objetivo de esclarecer a configuração da produção de estratégias de resistência, a presença das manifestações do preconceito racial e suas possíveis articulações com os processos identitários. Compreendemos que, de maneira geral, o sentido do processo identitário desses sujeitos apresenta-se como uma luta emancipatória, embora em alguns momentos essa situação se configure de maneira inversa, de modo que seus projetos políticos são obstados por forças coercitivas de ordem externa ou a partir da interiorização de valores vigentes.

**Palavras-chave:** afro-descendentes; identidades; preconceito; relações de poder.

#### Abstract

Through this work, we tried to proceed to the historical reconstruction of some moments of the trajectory of a group of African descendants, aiming at enlightening the configuration of the production of resistance strategies, the presence of the manifestations of racial prejudice and their possible articulations to the identitary processes. We understand that, generally, the meaning of the identity process of these subjects presents itself as an emancipatory struggle, although, in some moments, this situation may come out with the inverse configuration, in such a way that their political projects are hampered either by coercing forces of external order or due to the internalization of current values.

**Key words:** African descendants; identities; prejudice; power relations.

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de um recorte da pesquisa realizada para a elaboração da Dissertação de mestrado *Identidades de afro-descendentes: estratégias de resistência e manifestações de preconceito como motores de um processo em produção*, de Sheila Ferreira Miranda (2009), Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei. Agradecemos ao CNPq pelo apoio na primeira etapa da pesquisa. Recebeu o prêmio da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) de melhor dissertação na área de psicologia social no Brasil em 2009.

<sup>2</sup> Sheila Ferreira Miranda é Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e professora da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC/Barbacena). Endereço eletrônico: [sheilaze@gmail.com](mailto:sheilaze@gmail.com).

<sup>3</sup> Marcos Vieira Silva é Psicólogo, Mestre em Educação pela UFMG, Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP e professor da Universidade Federal de São João Del Rei. Bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente é Coordenador do LAPIP (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial do Departamento de Psicologia) e Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da UFSJ. Endereço para correspondência: [mvsilva@ufsj.edu.br](mailto:mvsilva@ufsj.edu.br).

As condições oferecidas pelo processo de socialização demarcam aos afro-descendentes brasileiros uma situação extremamente contraditória: ora seduzidos pelo ideal da democracia racial, ora alienados pela ideologia do embranquecimento, eles edificam seu processo identitário em meio a um complexo ideológico que tende a diluir a conformação de uma unidade identificatória (Munanga, 2003).

Assim, a situação desses sujeitos torna-se complexa: como é possível assumir-se membro de uma minoria e lutar pelos seus direitos, se dificilmente o afro-descendente, no Brasil, consegue se perceber como pertencente a esse grupo? Buscar embranquecer significa assumir uma posição de submissão, negando a própria descendência e, para assumir uma postura militante, é necessário, *a priori*, perceber e sentir as consequências sociais relativas ao pertencimento minoritário.

Esse processo torna-se dificultado, tendo em vista que todos nós brasileiros compartilhamos os mesmos estereótipos, fator que confirma uma situação de indefinição social que permeia o cotidiano do afro-descendente e que dificulta tanto a produção de identidades implicadas com as lutas do Movimento Negro, como uma mobilização política efetiva dos grupos militantes (Munanga, 2003).

### **Identidades: as Articulações Identitárias no Contexto Racial Brasileiro**

A abordagem teórica utilizada está baseada nos estudos de Ciampa (1987, 2002, 2003). Nesse contexto, o sintagma identidade-metamorfose-emancipação (Ciampa, 2003; Souza, 2007) configura o aporte teórico de nossos questionamentos sobre a referida categoria.

Aplicando o raciocínio desse autor à questão identitária do afro-descendente, pensamos que este não é um construto acabado, está sempre em produção (metamorfose) e significa muito mais do que simplesmente sensibilizar-se com os propósitos de um grupo.

Temos então que o sentido da metamorfose, captado de maneira compreensiva, permite-nos analisar o processo identitário como uma luta pela dignidade da vida humana, uma incansável busca pela emancipação que nos humanize (Ciampa, 2003).

Nessa conjuntura, Ciampa (2003) questiona o sentido do processo identitário, partindo do

pressuposto de que este último se correlaciona a um conflito entre autonomia e heteronomia, entre a pretensão de uma vida que faça sentido, concretizada através da efetivação de uma ação política (que pode ocorrer de forma explícita ou não) e a coisificação dos indivíduos, ou seja, um processo de metamorfose que é invertido no seu sentido ético, no qual os indivíduos e coletividades são impelidos por forças coercitivas (de ordem subjetiva e/ou objetiva) que impedem a realização de projetos políticos emancipatórios: é a metamorfose invertida em desumanização.

As lutas pela emancipação perpassam a articulação entre o pensamento histórico e o pensamento utópico, de maneira que o mundo da vida não seja colonizado para servir aos interesses da ordem sistêmica e que seja possível a concretização de projetos políticos calcados no consenso, na ação comunicativa, na possibilidade da emergência de sujeitos autônomos e críticos, de um projeto emancipatório de transformações identitárias (Ciampa, 2002).

Articulando o pensamento de Ciampa (2003) à discussão da questão racial, consideramos que a inversão do processo identitário no seu sentido ético, ou seja, o sentido desumanizante das identidades repousa na representação heterônoma de um personagem muito conhecido em nosso cotidiano: o afro-descendente. Este reproduz o conflito e a ambiguidade gerados pelo imaginário social (representado pela ideologia do embranquecimento e pelo ideal da democracia racial) e muitas vezes não consegue desenvolver atitudes de enfrentamento diante de situações em que se vê negativamente discriminado (Ferreira, 2000). E, de maneira nem sempre consciente, também pode desenvolver um processo de desvalorização pessoal e negação da importância dos elementos herdados das culturas da diáspora africana no processo histórico de articulação dos vários personagens, igualdades e diferenciações que constituem sua história individual.

Tendo tais questões como referência, afirmamos que o processo de produção de identidades dos afro-descendentes, como todo e qualquer processo identitário, não depende apenas dos aspectos subjetivos. Esse processo correlaciona as construções históricas às relações interpessoais, de maneira que as identidades se constroem "... no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo" (Gomes, 2002, p. 21). Diálogo essencialmente marcado por experiências individuais e coletivas e

por uma construção política e histórica ativa das culturas da diáspora africana no Brasil.

Ao considerarmos a constituição da diáspora (Gilroy, 2001), podemos analisar os vários elementos presentes nos fluxos e nas trocas culturais feitas através do Atlântico, bem como a configuração da hibridez contida nos valores, nas práticas religiosas e em todo o arcabouço cultural constituído pelos afro-descendentes brasileiros, sem nos afiliarmos a qualquer exigência de pureza étnica.

Nesse contexto, o processo identitário do afro-descendente é considerado com uma característica predominante de conflito e em constante produção, cuja peculiaridade reside em estratégias de elaboração que pendem para o estreitamento de relações com os elementos identitários afro ou brasileiros (Werneck, 2003), configuradas pelo curso histórico por uma relação de ambiguidade baseada na construção de um *modelo* de branqueamento e de uma idéia de democracia racial que tende a negá-lo.

### **Relações de Poder na Problemática Racial Brasileira**

Segundo Foucault (1979), o poder não pode ser localizado como uma coisa, ou algo puramente negativo, mas é disseminado por toda uma rede de relações sociais e possui um lado transformador, produtor e organizador de realidades, de forma que este se apresenta como relação e não como legítimo estado de dominação.

O caráter relacional do poder assinalado pelo autor sugere que as resistências são exercidas no interior dessas relações de forças, de maneira que não podem ser localizadas *a priori*. Entretanto, isto não significa que não são passíveis de serem demarcadas. Elas podem ser visualizadas como “... pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social” (Machado, citado por Foucault, 1979, p. XVI).

As resistências podem ser vistas como estratégias de confronto que funcionam como formas alternativas de se escapar às “malhas da rede social”. Mas nem sempre as resistências são lutas declaradas ou se referem essencialmente a uma situação de guerra; elas devem ser percebidas em termos políticos, como sendo maneiras de demarcar posições e formas de ação frente a um impasse, quer se apresentem de forma passiva ou ativa, conforme sugere o autor (Foucault, 1979).

Ainda de acordo com Foucault (1995), as resistências são indissolúveis das relações de poder,

podendo ser definidas como lutas antiautoritárias exercidas por “sujeitos livres”. O autor considera que o alvo principal dos ataques das estratégias de resistência diz respeito ao estatuto do indivíduo, ou seja, busca atingir uma forma de poder que se aplica:

...à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. ... Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. (Foucault, 1995, p. 235, grifo nosso)

Portanto, o conceito de estratégias de resistência foucaultiano também trás à tona uma questão identitária, pois o principal objeto de seus estudos foi o sujeito (Foucault, 1995). E embora o autor seja terminantemente contrário a uma leitura dialética (Foucault, 1979), ele também considera identidade como produção, no sentido de um processo discursivo permanente.

Então, a identidade está ligada às relações de poder, e consequentemente, às micro lutas, ou estratégias de resistência no interior da sociedade. Estratégias que se opõem às formas de dominação denunciam formas de exploração e finalmente, interrogam o estatuto do indivíduo, combatendo uma inquisição que fixa e determina suas identidades.

Neste sentido, salvo as diferenças teóricas estruturais, podemos articular um diálogo entre Foucault (1995) e Ciampa (1998). Com relação aos sentidos possíveis do processo identitário em Ciampa (2003), destaca-se que tanto a busca por emancipação quanto o sentido de desumanização ocorrem na possibilidade de um sujeito livre para Foucault (1995).

Para isto, torna-se necessário demarcarmos o significado do termo “violência” para ambos os autores. Foucault (1995) irá diferenciar as relações de poder das relações de violência:

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; *ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la.* (p. 204, grifo nosso)

A relação de violência, como legítimo estado de dominação, é de outra ordem e ocorre em exterioridade às relações de poder. Mas não significa que não haja assimetria ou dominação nessas relações. Foucault (1995) não nega essa questão. O que ele quer dizer é que o estado puro de dominação não é a essência do poder e que o poder é uma relação de forças que se exerce tanto sobre o dominante quanto sobre o dominado, de modo que estamos tão envolvidos por ele que seus efeitos globais são ignorados pelos atores. Neste sentido, a violência pode ser considerada um instrumento ou efeito das relações de poder e não o seu princípio ou natureza, pois essas relações só ocorrem na presença de sujeitos livres "... entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades, onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamentos podem acontecer" (Foucault, 1995, p. 244).

Portanto, torna-se necessário demarcarmos que a liberdade proferida por Foucault (1995) não é de cunho essencialista, podendo ser melhor traduzida como uma inevitabilidade nas relações de forças, relações que se referem a uma constante de conflitos e lutas, relações de um afrontamento inexorável.

Ciampa (2003) menciona o termo violência referindo-se a uma ação de significado simbólico e/ou concreto. Neste sentido, a violência como imposição (de forma interiorizada ou como ação externa) impede ou dificulta a realização de projetos políticos, configurando uma forma coercitiva de dominação que deve ser renunciada em prol da concretização do projeto emancipatório das identidades. Portanto, a violência é uma ação que opera sobre a concretização de um projeto (uma outra ação).

Ora, de acordo com Foucault (1995), "... o que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação" (p. 243). Uma ação sobre ações possíveis. Portanto, a palavra violência, em Ciampa (2003) não pode ser aqui entendida como autêntica condição de dominação, pois um sujeito que consegue ao menos almejar a realização de projetos políticos não está numa relação de violência pura (de acordo com o conceito foucaultiano) pelo fato de não ter todas as possibilidades obstadas e da passividade não se apresentar a ele como única opção possível.

No que diz respeito ao sentido do processo identitário como desumanização, em Ciampa, (2003) e suas consequências (a emergência de um indivíduo heterônomo), Foucault (1995) descreve

as implicações da "sujeição" do indivíduo, e ambos os autores, neste contexto, apontam para a questão da cristalização ou fixação das identidades como um processo que assegura a submissão do indivíduo e manutenção da estrutura social.

E Ciampa (2003), partindo da leitura de Habermas, menciona a possibilidade de renúncia à violência e o apelo à ação comunicativa na solução dos conflitos. Com base nesses pressupostos, demarcamos a localização da noção de um sujeito livre, em Foucault (1995), um sujeito hábil para transformar a ordem desumanizante legitimada pela estrutura social e subverter os efeitos de violência nas relações de poder através das estratégias de resistência.

Consideramos desta maneira, que a questão das estratégias de resistência, trazida por Foucault (1979, 1980, 1995), nos permitirá analisar de maneira profícua os conflitos engendrados pelas relações raciais (3) na contemporaneidade, através de uma leitura política dessas situações, enquanto relações de poder.

Assim, a produção de saberes acerca da afro-descendência pode ser analisada, no cotidiano dos grupos de afro-descendentes, como efeitos dessas relações, como formas de materialização das condições políticas emergentes, fator que inclui inevitavelmente o atravessamento do preconceito.

E como respostas às circunstâncias conflitivas ocasionadas pela antecipação da possibilidade ou pela emergência (tácita ou explícita) das manifestações de preconceito, as estratégias de resistência (Foucault, 1979, 1980, 1995) surgem como pontos de insubordinação, formas alternativas de desestabilizar o contexto hegemônico que apontam possibilidades de transformação no processo identitário desses indivíduos.

### **O Preconceito Racial e suas Manifestações como Efeitos das Relações de Poder**

O preconceito expressa um sistema "... de crenças e expectativas de ação [em relação ao afro-descendente] que não estão formalizadas ou expressas logicamente, podendo se manifestar de forma verbal, reservada, pública e comportamental" (Guimarães, 2004, p. 17). Acreditamos que o preconceito, aqui considerado enquanto um sistema de crenças, seja um dos efeitos das relações de poder, reiterado na sociedade brasileira através das produções de saberes acerca das *raças*. O exercício do poder pode ser visto, no contexto racial brasileiro, como uma prática social constituída

Miranda, S. F. & Silva, M. V. Configurações/contradições do processo identitário de afro-descendentes: um estudo de caso

historicamente e capaz de explicar a produção de conhecimentos sobre a afro-descendência.

Já a discriminação diz respeito aos comportamentos e ações concretas que denunciam um tratamento diferencial baseado na idéia de raça, de forma que tal atitude pode gerar a segregação e as desigualdades raciais. É, portanto, uma manifestação comportamental do preconceito, expressa através de atitudes concretas ou manifestações verbais públicas (Guimarães, 2004). A discriminação expressa, portanto, um ato, um dos procedimentos do poder que materializa o preconceito através do discurso e de ações que culminam no tratamento desigual do afro-descendente.

E o racismo constitui o sistema estrutural de desigualdades presente na sociedade, de maneira que pode ser verificado nas pesquisas estatísticas sobre educação, saúde pública, renda, emprego e outras categorias pertinentes. Caracteriza, portanto, uma prática discriminatória institucionalizada de rejeição e de injustiça social (Guimarães, 2004). Consideraremos o racismo como a materialização literal do preconceito na sociedade, como a sua manifestação mais visível, como o efeito mais aparente das relações de poder.

### **Caracterizando o Grupo, ou Retratando o Contexto da Pesquisa**

O Grupo de Inculturação Afrodescendentes Raízes da Terra apresenta-se como grupo urbano, minoritário e diretamente relacionado às questões raciais, através do envolvimento em trabalhos sociais, reuniões reflexivas e da participação em festas e missas temáticas. Constitui-se basicamente por moradores do bairro São Geraldo - na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais - bairro localizado na periferia da cidade, numa das regiões menos privilegiadas, do ponto de vista econômico e social. Fundado em 1995, o Raízes conta, em sua fase atual, com aproximadamente vinte e cinco integrantes de várias idades, sendo que a maioria deles possui uma forte ligação com o candomblé, umbanda e/ou com a igreja católica.

O trabalho de assessoria a esse Grupo vem sendo realizado desde 1997, pela UFSJ. Realizamos acompanhamento de suas atividades na perspectiva da Psicologia Social, através de participações em estágio, projetos de extensão e produções acadêmicas, com o apoio de métodos próprios da pesquisa-ação, análise institucional e grupos operativos.

O material produzido ao longo desses anos de investigações gerou alguns questionamentos acerca da ocorrência e das características das manifestações de preconceito e suas articulações com o processo de produção das identidades (Silva, Paiva & Miranda, 2005). Percebemos que o Grupo Raízes traz uma história de resistências contra condições de vida adversas e preconceitos.

Com base nesses pressupostos, procedemos à reconstrução histórica de alguns momentos da trajetória do referido Grupo, dando enfoque especial as suas relações com a igreja católica e com a questão dos conflitos políticos a elas relacionados.

Os procedimentos metodológicos incluíram a compilação de materiais constantes dos trabalhos anteriores (diários de campo, relatórios de estagiários e a ata de registro de reuniões do Grupo) e da realização de quatro entrevistas em história oral temática (Freitas, 2002), desempenhadas com quatro colaboradores, que representam as principais lideranças e referenciais do Grupo - Dona Benedita, Senhor. Francisco, Alice e Dona Bety de Oxum, todos com nomes fictícios.

Através da análise dessa construção coletiva, buscamos esclarecer a configuração da produção de estratégias de resistência (Foucault, 1979, 1990, 1995), a presença das manifestações de preconceito racial (Guimarães, 2002) e suas possíveis articulações com os processos identitários (Ciampa, 1984, 2002, 2003) desses sujeitos.

### **Elementos da Trajetória do Grupo: Primeiros Confrontos**

No primeiro ano da fundação do Grupo, com o auxílio do pároco local (padre I.), houve a realização de uma missa inculturada<sup>4</sup>. O evento foi extremamente criticado, alvo de vários ataques da comunidade, sendo entendido como manifestação contrária às regras da Igreja Católica e classificado como “macumba”:

*A primeira missa inculturada aqui no São Geraldo... a comunidade não gostou ... batizaram a missa de missa do demônio ... missa do capeta, macumba, porque eles estavam acostumados com a missa tradicional ... Então, ficaram revoltados [refere-se à comunidade], tiraram o padre daí e a missa acabou. Não houve mais celebração. (Entrevista com Sr. Francisco, 22/05/2008)*

<sup>4</sup> As missas inculturadas são eventos que incluem a mistura de elementos culturais diferentes, concretizada através da apresentação de rituais característicos tanto da igreja católica, quanto das religiões afro-descendentes.

Miranda, S. F. & Silva, M. V. Configurações/contradições do processo identitário de afro-descendentes: um estudo de caso

Podemos perceber que a mistura de significantes religiosos gerou certo incômodo na comunidade, que lançou mão (apoiada pela igreja) de uma atitude fomentada pela histórica ideologia de superioridade cultural. Nesse contexto, torna-se clara a atitude discriminatória da comunidade local para com o Grupo Raízes que, corroborada pela Igreja Católica, culminou no afastamento do padre responsável pela missa. Tal fato tornou a lógica da classificação racial evidente ao Raízes da Terra, gerando discussões e reflexões acerca da própria condição de Grupo estigmatizado e da possibilidade de manutenção do evento enquanto estratégia de resistência (Foucault, 1979, 1980, 1995).

A Benedita ... disse que sempre que somos convidados à missa e em tudo que fazemos para a própria comunidade, somos criticados. O Padre I. ... disse que para ele a missa inculturada deve continuar, enfim, tudo o que é inculturação afro-brasileira deve continuar, de modo que nada mais seja criticado por ninguém. (Ata do Grupo, nº 5, de 06/03/97)

O Raízes da Terra insistiu na promoção das missas inculturadas, de forma gradual. Nesse momento, o padre I. atuou como incentivador das atividades e a partir disso, foram criados espaços para a realização dessas missas, que passaram a ser esporádicas. Paralelamente, os integrantes do Grupo organizaram um trabalho de desenvolvimento social no bairro, que funcionou como tática (Foucault, 1979) de inserção. Este se caracterizou pela promoção de algumas oficinas - datilografia, bordado, pintura, aulas de reforço, artes cênicas, culinária, argila, teatro e informática - e pequenos mutirões, visando a obtenção de alimentos e remédios para os moradores mais necessitados.

Outro fato marcante na história do Grupo foi a escolha do primeiro nome - Grupo de Consciência Negra Raízes da Terra:

A especificidade deste momento deve-se a uma intensa participação, incluindo todos os 52 integrantes do Grupo, quando este iniciou suas reuniões, no ano de 1995. O nome Raízes da Terra foi escolhido a partir de uma votação. Significa para o Grupo, a sua origem, relacionada ao próprio bairro. E consciência negra é consciência de se pertencer à raça negra, transformando o histórico sentido pejorativo do termo, numa fonte de orgulho, onde este se afirma pela valorização de sua cultura. (Silva et al., 2005, p. 35)

Percebemos, nesse contexto, a influência da negritude, enquanto movimento ideológico-político de afirmação cultural. Em relação à questão da reconstrução do sentido pejorativo historicamente construído da palavra negro, a nomenclatura *consciência negra* apresenta uma possível solução para a ideologia da superioridade racial, no sentido de se afirmar positivamente a herança cultural diaspórica, através da negação do embranquecimento pela conscientização acerca da inferioridade forjada pela hegemonia *branca* e uma retomada dos valores de ancestralidade (Munanga, 1988).

Todavia, a discussão sobre as influências desse movimento envolve tanto o valor impingido pela sua legitimidade histórica no país e em toda a diáspora, quanto apresenta sérios problemas, contradições e distorções em relação às idéias difundidas (Munanga, 1990). A idéia de reafirmar a busca pelas raízes distorcida para a noção de pureza étnica concebe uma atitude de exclusão na qual a busca pela reconstrução positiva da autoimagem do povo “negro” torna-se tão obsessiva que transcende as fronteiras reacionárias, indo da questão de uma unicidade cultural para a questão ideológica, fator que engendra uma distinção racial tão nociva quanto o racismo “branco”.

Podemos notar o princípio do alcance dessa discussão no episódio ocorrido no mês de novembro de 2000. Após um período de participação de elementos da direção do Grupo em encontros do Movimento Negro Unificado, Comunidades Eclesiais de Base e congressos acadêmicos, houve uma mudança do nome anterior, ocasionada por discussões acerca do processo de inculturação.

A possibilidade foi vislumbrada a partir do momento em que a palavra inculturação<sup>5</sup> (3) tornou-se uma constante no vocabulário do Raízes, quando se discutia a possibilidade de uma dupla vivência religiosa, inicialmente vista como um ideal. E, nesse contexto, o até então Grupo de Consciência Negra Raízes da Terra percebeu-se numa atitude excludente tanto quanto a própria

<sup>5</sup> *Inculturação religiosa* refere-se a um neologismo específico da linguagem teológica, que surge a partir de desdobramentos da elaboração da igreja católica em face aos novos desafios enfrentados no processo atual de evangelização. Significa re-interpretação criadora, gerada a partir da interação dos elementos presentes nas ações religiosas confrontadas. Parte-se do princípio de uma troca de informações entre duas culturas, possibilitando a emergência de uma vivência particular e crítica, que não nega nenhum dos valores apreendidos anteriormente, consolidando uma releitura da religião como forma de construção social (Pereira, 2000).

igreja e pessoas que praticavam diversas formas de discriminação racial:

*O Grupo tinha esse nome, Grupo de Consciência Negra. Então, numa conferência que nós fomos, um determinado professor ... falou: - Porque Grupo de Consciência Negra? Isso é uma maneira abstrata, se está falando sobre preconceito ... Vocês estão trabalhando com a cultura e vocês falando isso, não estão vendo o preconceito.*

*Então, atendemos esse apelo. E de onde nasceu isso? De uma conferência. Aí, viemos, discutimos e então passou de Grupo de Consciência Negra para **Inculturação. Grupo de Inculturação Afrodescendentes Raízes da Terra.** (Entrevista com Sr. Francisco, 22/05/2008, grifo nosso)*

Essa reflexão provocou uma atitude de mudança no Grupo, culminando com o estabelecimento de um novo nome. O momento foi essencial no desenvolvimento do processo de conscientização dos seus membros, pois a percepção das próprias manifestações de preconceito gerou uma postura mais madura no que tange à elaboração das políticas de identidade (Ciampa, 2002). Buscou-se uma alternativa concreta de negociação, suscitando a possibilidade da efetivação de um projeto político há muito almejado: a realização sistemática de um evento de configuração ecumênica. De tal modo que uma das expressões mais significativas desse processo foi a realização mensal (e não mais esporádica) das missas inculturadas, com participação intensa da comunidade. O evento possibilitou um intercâmbio de valores, estabelecendo vínculos e parcerias satisfatórios tanto para o Grupo Raízes quanto para a Igreja Católica, bem como uma conquista mais efetiva de seu espaço social.

Por isso, as missas inculturadas significam para o Grupo não só a celebração de eventos festivos, como também espaços de elaboração, nos quais as manifestações de dupla religiosidade são assinaladas como motivo de orgulho. Nesse complexo, os sistemas de significações híbridos (afro ou brasileiros) assumem meios de expressão, de conservação (e ao mesmo tempo transformação) de elementos da bagagem cultural afro-descendente e funcionam como alicerces para a identificação desses sujeitos.

### **Estratégias de Ação Coletiva**

Posteriormente ao ano de 2003, a mudança de direção na paróquia alterou o cotidiano do Grupo. Ouviam-se comentários sobre as intenções da nova diretoria paroquial em afastar o Grupo dos eventos

e da promoção de missas inculturadas. Até que, em meados de agosto de 2005, às vésperas da Festa do Rosário, algumas lideranças do Grupo decidiram participar de uma das reuniões do Conselho da igreja local, buscando o agendamento da paróquia para a realização do evento. Nessa reunião, o atual pároco passou a questionar a atuação do Grupo, principalmente quanto ao seu envolvimento com as religiões afro-descendentes. Também exigiu a desocupação do salão comunitário e proibiu a realização das missas inculturadas na paróquia do bairro São Geraldo.

Várias foram as tentativas de diálogo, tanto por parte dos integrantes do Grupo de Inculturação, quanto por parte de alguns segmentos da comunidade local que, logo após o afastamento do Grupo, realizaram um abaixo-assinado com vistas ao seu retorno. Entretanto, os dirigentes da paróquia ignoraram esse apelo, fechando as portas para quaisquer tipos de negociações possíveis.

Esse momento vivenciado pelo Raízes apontou uma mudança crucial nas relações estabelecidas com outros grupos, bem como com a sociedade de São João del-Rei. A evidência do conflito com a Igreja provocou no Grupo, inicialmente, um processo de desmobilização, de forma que as reuniões e as festas diminuíram sua frequência e as missas foram abolidas, pelo fato de não contarem mais com o apoio da paróquia.

No entanto, o período de apatia propiciou a articulação de novos significados e reflexões sobre estratégias de apropriação dos espaços. Essa situação gerou tanto a indignação, como a possibilidade de elaborações acerca do preconceito e de suas manifestações:

*Abertos os comentários ao Grupo... Foi questionado o porquê do negro não poder ser visto como alguém que também pode acrescentar intelectualmente tanto quanto o branco e porque ele ainda é subestimado, mesmo tendo um curso superior... D. Bety acrescenta que como existe a lei que dá ao negro igualdade de direitos - por mais que essa lei não seja praticada - o negro deve buscá-los, já que são seus ... D. Benedita ... disse que é uma contradição o fato da comunidade do São Geraldo ser composta, na sua maioria, por negros e não se interessar pelo Grupo. (Diário de campo, 01/08/05, grifo nosso)*

As discussões refletem indagações sobre as políticas de identidade (Ciampa, 2002) do Grupo e seus efeitos nos embates com os discursos dos setores dominantes. Observemos o debate, reflete não só o caráter contraditório da Igreja, mas também as atitudes discriminatórias fomentadas pelo histórico discurso de preconceito racial.

Miranda, S. F. & Silva, M. V. Configurações/contradições do processo identitário de afro-descendentes: um estudo de caso

Surgem questões sobre a intelectualidade subestimada, o racismo silencioso e também sobre a postura da comunidade e de outros setores dominantes em relação aos afro-descendentes.

Esse momento de intensas reflexões gerou a análise das próprias possibilidades de atuação e a elaboração de estratégias de resistência (Foucault, 1979, 1990, 1995), que se exprimiram na busca de parcerias com outros párocos e reestruturaram as relações intergrupais. As missas inculturadas e festas promovidas pelo Grupo voltaram a ser realizadas, com o apoio de outras paróquias de São João del-Rei e região.

A partir de 2007, observamos uma tendência de assunção dos elementos afro em relação ao fenômeno de dupla pertença religiosa. Isto porque, com o afastamento e as tensões geradas na relação com a Igreja Católica e principalmente, após o evento no qual o padre expulsou o Grupo do salão comunitário, a busca de novas parcerias como estratégia de resistência tem sido uma constante.

Nesse movimento, algumas lideranças e outros membros do Grupo assumiram sua relação com o candomblé de forma mais explícita, passando a participar efetivamente dos rituais religiosos. Também os laços do Raízes da Terra foram estreitados com o Padre A., representante da Pastoral Afro-Brasileira no auxílio à Diocese de São João del-Rei. Desde 2005, sua presença tem sido determinante no acompanhamento do Grupo em relação aos trabalhos das missas, tendo em vista a identificação dos integrantes do Grupo para com ele – por ser um dos poucos padres *negros* da região.

### **As Contradições no Sentido das Identidades: Afinal, quem é o Afro-descendente?**

Compreendemos que em alguns aspectos, o movimento de metamorfose pode não assumir um sentido emancipatório. Nesse contexto argumentativo, apontamos algumas projeções ideológicas de integrantes do Grupo que corroboram uma busca incessante pelas raízes, sem atentarem para o fato de que as concepções essencialistas podem constituir um novo mito fundamentado na idéia persistente de uma raça pura (Munanga, 1990). Apesar do Grupo ter iniciado (no ano de 2000) a elaboração de uma discussão sobre os perigos de certo extremismo na busca pela valorização de suas raízes culturais e históricas, percebemos que o alcance reflexivo dessa discussão continua limitado.

Ao mesmo tempo em que o discurso oficial das reuniões de reflexão assume o caráter de se atentar para essa ameaça ideológica, o cotidiano das relações e das atitudes denuncia uma persistente distinção racial, caracterizada pela perigosa noção de pureza étnica:

*Então já foi constatado cientificamente que TODO BRASILEIRO nascido aqui no Brasil é descendente por parte materna, de indígena ou africano. E outra coisa, nos EUA, não é a pele que vai, por exemplo, te dizer a sua identidade. Lá o que você é, é o seu DNA.* (Entrevista D. Bety de Oxum, 27/05/2008, grifo nosso)

*Nós temos essa dificuldade, de ter pessoas, de ter crianças, à altura, porque até hoje não temos muita criança negra ... Pois a própria sociedade já nos cobrou isso, no nosso movimento, nas passeatas: - Onde está o negro? Onde está a negra?* (Entrevista com Sr. Francisco, 22/05/2008, grifo nosso)

Em conversa informal com uma das estagiárias, D. Benedita e D. Bety comentam, que por ocasião das inscrições no concurso de beleza negra do ano de 2007, a maioria das meninas que estavam se inscrevendo *não eram realmente negras* e que talvez estas últimas iriam acabar *tirando espaço das negras no concurso*\_(Diário de campo, 15/11/ 2007, grifo nosso)

O que define um *negro* num país de *mestiços*? Por que a insistência numa noção de pureza ou legitimidade da *raça*, com base na oposição à identidade do opressor (Munanga, 1990)? A regra de uma única gota de sangue (*one-drop rule*) é aplicável ao contexto brasileiro? E, finalmente, por que meninas fenotipicamente mestiças estariam *tomando o lugar das negras* num concurso voltado para a beleza do afro-descendente, organizado pelos próprios participantes do Grupo?

O processo de busca das raízes africanas é profícuo no sentido de afirmar formação de uma nova identidade que fortaleça os ideais africanos, redirecionando o olhar para a reivindicação e resistência dos afro-descendentes. Entretanto, quando esse discurso prioriza simplesmente o elogio da diferença, os grupos militantes acabam cedendo a um jogo político (Bernd, 1988) compelido pelo discurso de heteronomia exogrupal (Ciampa, 2002).

Assim, o Grupo compreende que o discurso extremista pode gerar uma espécie de “preconceito às avessas”, mas apresenta dificuldades em tentar discutir essas questões no contexto cotidiano.

O processo identitário então toma um sentido heterônimo, já que a absorção de valores

disseminados pela ideologia dominante ocorre sem o devido discernimento. Os integrantes do Grupo parecem ter dificuldade em valorizar sujeitos não negros, conduzidos pelo discurso preconceituoso do exogrupo (*Onde está o negro?*) e por forças coercitivas de ordem subjetiva (Ciampa, 2003), tendo em vista a assimilação de uma ideologia do embranquecimento, que misturada a um ideal de democracia racial impede os integrantes do Grupo Raízes da Terra de conseguirem definir “quem é o afro-descendente”. A saída é um discurso confuso que alterna manifestações de preconceito contra os brancos e mestiços, encoberto pela idéia de uma suposta inclusão e igualdade entre membros de “raças” diferentes.

Desse modo, o sentido ético das identidades é invertido em desumanização (Ciampa, 2003), de maneira que os projetos políticos ambicionados pelo Grupo através dos ideais difundidos pelo movimento de negritude são obstados pela assimilação de ideologias e pela interiorização de idéias que hipervalorizam as diferenças. Nesta direção, as concepções dos integrantes do Grupo acerca da própria questão identitária giram em torno de referenciais distorcidos da luta antirracista, nos quais as leituras sobre identidades de afro-descendentes deixam de expressar o sentido de processo, para configurarem essências.

No Grupo Raízes, os referenciais distorcidos sobre a questão racial também alcançam as discussões sobre os fenômenos de dupla pertença religiosa. Tais referenciais atuam no sentido inverso ao da hipervalorização das diferenças, corroborando as construções fundamentalistas, destinadas a engendrar discriminações entre os diversos sistemas religioso-culturais que ainda perduram no imaginário brasileiro.

Ocorre que a situação de dupla pertença religiosa é camuflada por alguns integrantes do Raízes, de maneira que, diante de possíveis represálias, alguns membros preferem esconder a sua relação com o candomblé e a umbanda, para se esquivarem das críticas. Outros integrantes acabam cedendo a uma atitude radical, afastam-se do Grupo e muitas crianças são retiradas pelas mães para não sofrerem discriminação.

Utilizar o catolicismo como máscara (Prandi, 2004) tem se tornado uma constante aos demais membros do Grupo, uma solução apresentada por aqueles que não conseguem responder afirmativamente às represálias da comunidade.

A tentativa de encobertar sua postura estigmatizante (Goffman, 1988) pode se tornar um mecanismo que impede a luta e a possibilidade de atitudes afirmativas frente às manifestações de

preconceito. Isto porque, ao se afastarem do Grupo ou mesmo ocultarem suas relações com a umbanda e o candomblé, esses sujeitos afirmam o discurso de inferioridade disseminado pela ideologia do embranquecimento e reproduzem um processo de desvalorização e negação da importância dos elementos herdados das culturas da diáspora africana.

## Considerações Finais

Compreendemos que de maneira geral, o sentido do processo identitário dos integrantes do Grupo Raízes apresenta-se como uma luta emancipatória. Essa luta consiste num esforço pela constituição de um projeto identitário que possibilite a produção de um sentido para a vida, a humanização do processo; embora em alguns momentos, este sentido se configure de maneira inversa.

A relação do Grupo com a instituição religiosa católica afigura-se como uma constante de conflitos e como elemento constitutivo das identidades, tanto pelo fato de significarem fontes históricas de produção de sentido (Ciampa, 2003), quanto pelo seu potencial de integração subjetiva e inclusão social (Pires, 2008) alcançado sempre à custa de múltiplos conflitos e negociações.

E nesse contexto de afrontas, configuram-se as estratégias de resistência (Foucault, 1979, 1980, 1995). Na trajetória do Grupo Raízes, elas se manifestam como atitudes passivas ou não e apresentam-se como ações fundamentais na luta emancipatória desses sujeitos.

Localizamos duas manifestações esclarecedoras das estratégias: as táticas de inserção utilizadas pelo Grupo diante dos ataques da comunidade às missas inculturadas, através da organização de um trabalho social no bairro e a busca de uma nova rede de parcerias, diante da expulsão do Grupo da igreja do São Geraldo.

Percebemos que quando as estratégias de resistência constituem respostas a situações que incluem a questão racial, estas ocorrem sempre como contestações à discriminação, efeito imediato do preconceito. Neste sentido, elas configuram ações fundamentais na luta emancipatória dos sujeitos analisados, pois, apresentam como resultados imediatos a valorização subjetiva dos atributos afrodiáspóricos, num movimento que aponta ações afirmativas diante de situações conflituosas.

Entretanto, observamos, em alguns momentos, pontos contraditórios na aceitação das metamorfoses

Miranda, S. F. & Silva, M. V. Configurações/contradições do processo identitário de afro-descendentes: um estudo de caso

identitárias, de forma que as transformações se invertem no seu sentido ético, prejudicadas pela violência e imposições do meio externo: é a metamorfose transformada em desumanização (Ciampa, 2003) que se apresenta como sujeição (Foucault, 1995) dos indivíduos.

Esse processo de inversão da busca emancipatória sempre acontece quando as estratégias de resistência (Foucault, 1979, 1980, 1995) não encontram espaços de ocorrência, de forma que os projetos políticos dos sujeitos são obstados por forças coercitivas de ordem externa ou a partir da interiorização de valores vigentes (Ciampa, 2003).

Partindo da conformação da trajetória histórica do Grupo, percebemos que esses elementos contraditórios se configuraram na afirmação de discursos disseminados pelo exogrupo. Podemos citar a exacerbação do discurso valorativo da negritude que, distorcido e descontextualizado, se transforma num discurso de pureza étnica. Também apontamos atitudes controversas de alguns elementos do Grupo que, diante do conflito engendrado pela dupla pertença religiosa, optam pela utilização do catolicismo como máscara.

Essas situações coletivas demonstram atitudes que se prendem a referenciais de sujeição (Foucault, 1995), acarretando a impossibilidade da realização de projetos políticos comuns e inclusivos nesses contextos. Primeiro, pelo fato do discurso de legitimidade racial acabar se sobrepondo ao ideal de realização de projetos políticos comuns aos grupos de militância e depois, porque a utilização do catolicismo como máscara suprime os enfrentamentos possíveis sobre o tema da liberdade religiosa.

Tanto no âmbito coletivo quanto individual, a inversão do processo emancipatório em desumanização acarreta aos afro-descendentes a sujeição aos ideais da ordem sistêmica, de forma que este movimento dificulta a produção de identidades positivamente afirmadas em relação aos seus elementos afrodiáspóricos, contribuindo para obstar a realização dos projetos políticos de emancipação.

## Referências

- Bernd, Z. (1988). *O que é negritude*. São Paulo: Brasiliense.
- Ciampa, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Ciampa, A. C. (2002). Políticas de identidade e identidades políticas. In C. L. I. Dunker & M. C. Passos, (Orgs.), *Uma psicologia que se interroga: ensaios* (pp. 133-144). São Paulo: Edicon.
- Ciampa, A. C. (2003). A identidade social como metamorfose humana em busca de emancipação: articulando pensamento histórico e pensamento utópico. *Anais do XXIX Congresso Interamericano de Psicologia*. Lima, Peru.
- Ferreira, R. F. (2000). *Afro-descendente: identidade em construção*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1980). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. (M. T. C. Albuquerque & J. A. Guilhón de Albuquerque, Trad.) Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. Em H. Dreyfus & P. Rabinow, *Michel Foucault, uma trajetória filosófica* (V. P. Carrero, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freitas, S. M. de. (2002). *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas.
- Gilroy, P. (2001). *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. (C. K. Moreira, Trad.) São Paulo, Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Cândido Mendes. (Original publicado em 1956).
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (M. B. M. L. Nunes, Trad.) Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Original publicado em 1963).
- Gomes, N. L. (2002). *Corpo e cabelo como ícones de constituição da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: SP.
- Guimarães, A. S. A. (2004). *Preconceito e discriminação*. São Paulo: Editora 34.

Miranda, S. F. & Silva, M. V. Configurações/contradições do processo identitário de afro-descendentes: um estudo de caso

Miranda, S. F. (2009). *Identidades de afro-descendentes: estratégias de resistência e manifestações de preconceito como motores de um processo em produção*. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia, UFSJ. São João del-Rei: Minas Gerais.

Munanga, K. (1988). *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática.

Munanga, K. (1990). Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*, 33, 109-117.

Munanga, K. (2003, março). Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil - um ponto de vista em defesa de cotas. *Revista Espaço Acadêmico*, 22. Retirado em 2009, de <http://www.espacoacademico.com.br/22cmunanga>.

Pereira, D. S. (2000, novembro/dezembro/janeiro). Sincretismo, ecumenismo ou inculturação? *Inquice – Revista de Cultura*, 1. Retirado em 2005, de [www.inquice.ufba.br/01dirceu.html](http://www.inquice.ufba.br/01dirceu.html).

Pires, A. R. (2008). A hora de rodar a baiana! Preservação das matrizes de origem africana na religiosidade brasileira contra a intolerância. *Revista África e Africanidades*, 2, 82-95.

Prandi, R. (2004). O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados*, 18(52), 223-238.

Silva, M. V., Paiva, D. L. O. & Miranda, S. F. (2005, jul/set.). Memória e identidade afrodescendente: considerações a partir de um projeto de extensão universitária. *Memorandum*, 9, 28-41.

Werneck, J. (2003). Da diáspora globalizada: notas sobre os afrodescendentes no Brasil e o início do século XXI. Retirado em 2007, de <http://www.criola.org.br/namidia/Da%20Diaspora%20Globalizada.pdf>.

Categoria de contribuição: Relato de pesquisa  
Recebido: 12/01/10  
Aceito: 15/02/10

Dimenstein, M.; Galvão, V. M. & Severo, A. K. de S. O Apoio Matricial na perspectiva de coordenadoras de Equipes de Saúde da Família

## O Apoio Matricial na Perspectiva de Coordenadoras de Equipes de Saúde da Família<sup>1</sup>

### Matricial Support in the Perspective of Family Health Team Coordinators

Magda Dimenstein<sup>2</sup>

Vanessa Medeiros Galvão<sup>3</sup>

Ana Kalliny de Sousa Severo<sup>4</sup>

#### Resumo

O Apoio Matricial é um arranjo proposto pelo Ministério da Saúde para promover articulação entre saúde mental e atenção básica. Nesse processo a enfermagem ocupa um lugar estratégico. Em função disso, realizamos uma pesquisa, por meio de entrevistas semi-estruturadas, com seis enfermeiras, coordenadoras de Equipes de Saúde da Família. A entrevista versou sobre o processo de implantação do Apoio Matricial (AM), seus avanços e dificuldades. O AM é avaliado positivamente e apresenta potencial de ser um dispositivo articulador da rede, promovendo a co-responsabilização nos diversos níveis, apoiando as USF nas demandas cotidianas. Contudo, precisa ser problematizado para que não reproduza a lógica de assistência fragmentada que visa superar. As principais dificuldades apresentadas referem-se à falta de conhecimentos específicos para lidar com a demanda de saúde mental, ausência de uma rede de serviços articulada que se reflete na prática de encaminhamentos.

**Palavras-chave:** reforma psiquiátrica; saúde mental; atenção básica; enfermagem; apoio matricial.

#### Abstract

Matricial Support (MS) is an arrangement proposed by the Ministry of Health to promote the articulation between mental health and basic health care. In this process, Nursing occupies a strategic position. Due to this, we have carried out a research, by means of semi-structured interviews, with six nurses, coordinators of the Family Health Teams in Natal (RN). The interview revolved around the process of implantation of the Matricial Support, its advances and difficulties. MS is positively evaluated and presents potential of becoming a network articulator device promoting the co-responsibilization at the various levels, supporting the Family Health Unit on daily demands. However, it needs to be problematized so that it does not reproduce the fragmented care logic it seeks to overcome. The main difficulties presented refer to lack of specific knowledge for dealing with the mental health demand and absence of an articulated service network, which reflects on the practice of referral.

**Key words:** psychiatric reform; mental health; basic health care; nursing; matricial support.

---

<sup>1</sup> Agradecimentos ao CNPq e a CAPES pelo auxílio financeiro e de cotas de IC e AT.

<sup>2</sup> Psicóloga. Doutora em Saúde Mental pela UFRJ. Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Mestrado e Doutorado) da UFRN. Pesquisadora do CNPq. Contato: [magda@ufrnet.br](mailto:magda@ufrnet.br)

<sup>3</sup> Psicóloga. Mestre em psicologia pela UFRN. Servidora Pública Municipal de Saúde. Chefe do Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Natal. Contato: [vanemedeiros@yahoo.com.br](mailto:vanemedeiros@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Psicóloga, Mestre em Psicologia pela UFRN. [kallinysevero@yahoo.com.br](mailto:kallinysevero@yahoo.com.br)

## Introdução

A reforma psiquiátrica brasileira compartilha dos princípios do SUS e propõe a substituição do atendimento psiquiátrico centrado no manicômio e em serviços especializados para um atendimento de base comunitária e territorial, que englobe diferentes setores da sociedade e diversas esferas governamentais em seu planejamento. A substituição do hospital e do paradigma hospitalocêntrico medicalizador que o sustenta exige o desmonte da relação problema-solução para pensar na existência do usuário e na invenção de projetos para sua reprodução social (Rotelli, Leonardis & Mauri, 2001). O paradigma psiquiátrico fundamenta-se no princípio doença-cura, em uma organização de serviços estratificada e hierarquizada, com a busca de remissão de sintomas. Já o paradigma psicossocial que orienta a reforma compreende o processo de saúde-doença como “processos sociais complexos e que demandam uma abordagem interdisciplinar” (Yasui & Costa-Rosa, 2008, p. 29). Desse modo, o paradigma psicossocial situa a saúde mental na saúde coletiva onde a integralidade, a intersetorialidade e a territorialidade são eixos fundamentais norteadores das práticas e do planejamento em saúde.

O Ministério da Saúde (Brasil, 2003), por meio da carta circular 01/2003 aponta para a necessidade de organização da rede de saúde mental que viabilize a oferta de cuidados no contexto comunitário. Para tanto, faz-se necessária e urgente uma articulação entre os serviços de saúde mental e a rede de atenção básica na medida em que esse nível de atenção apresenta grande potencialidade de mudar a lógica hegemônica da assistência à saúde, especialmente a de cunho hospitalocêntrico e manicomial (Feneric, Pereira & Zeoula, 2004; Brêda, Rosa, Pereira & Scatena, 2005). Além disso, considera-se que a Estratégia de Saúde da Família/ESF é norteada pelos mesmos princípios que orientam a Estratégia da Atenção Psicossocial (Yasui & Costa-Rosa, 2008) no campo da saúde mental, ou seja, ambas preconizam a co-responsabilização no cuidado entre técnicos, usuários e familiares, a proposição de ações intersetoriais que atuem nos determinantes dos padrões de saúde da população, o desenvolvimento de projetos terapêuticos singulares que contemplem a diversidade cultural e subjetiva dos usuários, e, especialmente, um modo de trabalho ancorado em práticas de acolhimento e vínculo, superando as

perspectivas tecnicistas de trabalho e gestão em saúde.

No intuito de viabilizar a reorganização da atenção básica de modo a englobar ações em saúde mental foi proposto um arranjo de gestão conhecido por Apoio Matricial/AM (Campos, 1999). O AM constitui um suporte técnico especializado e uma alternativa de re-ordenamento dos fluxos na rede, visando à implementação de uma clínica ampliada e um maior grau de resolutividade do sistema. Isso se faz por meio de uma diversidade de ofertas terapêuticas através de equipes de referência que acompanham sistematicamente as Unidades Básicas de Saúde (UBS) dando suporte às mesmas em termos de acolhimento ao sofrimento psíquico. Dessa maneira, objetiva-se superar a lógica dos encaminhamentos, promovendo uma co-responsabilização entre os envolvidos. O apoiador atua como um agente externo, que se reúne com uma equipe para gerar processos de reflexão, ajudando na identificação e enfrentamento de situações críticas, e conseqüentemente, de desenvolvimento de habilidades e aumento da capacidade resolutivas das equipes (Campos, 1999, 2000; Brasil, 2004).

Nesse sentido, algumas experiências no país têm indicado efeitos positivos da incorporação da saúde mental na atenção básica via proposta de matriciamento no enfrentamento dos conhecidos problemas de verticalização das relações entre técnicos e usuários, da tendência à medicalização excessiva, da desresponsabilização e falta de referência e contra-referência no sistema de saúde, do despreparo e qualificação insuficientes das equipes para lidar com transtornos mentais e com as famílias desses usuários (Figueiredo & Campos, 2008; Silveira & Vieira, 2009; Jucá, Nunes & Barreto, 2009; Dalla Vecchia & Martins, 2009).

Na realidade de Natal, Alverga e Dimenstein (2005) observaram na atenção básica uma forte demanda reprimida em saúde mental, um elevado percentual de usuários sem atenção e acompanhamento dos profissionais, elevado uso de benzodiazepínicos relacionado, especialmente, à falta de acompanhamento sistemático por parte da equipe de saúde e no seu uso crônico, um alto índice de internações em instituições psiquiátricas, muitas das quais involuntárias e sem comunicação ao ministério público. Acerca dos serviços substitutivos, percebeu-se que são numericamente insuficientes e apresentam pouca capacidade de absorção e saída dos usuários. Tal cenário reflete a falta de articulação entre a atenção básica e a

especializada.

Diante de tal situação, a Secretaria Municipal de Saúde de Natal (SMS) definiu como eixo norteador da política de saúde mental a consolidação e expansão de uma rede extra-hospitalar e a articulação entre os diversos dispositivos existentes, entre os quais podemos citar a rede básica de saúde (Natal, 2005). Partindo dessa perspectiva, encontra-se atualmente em processo de implantação a proposta do Apoio Matricial (AM) na rede de serviços substitutivos e Unidades de Saúde da Família. Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada com coordenadoras de Equipes de Saúde da Família (ESF) de três unidades de saúde de Natal/RN acerca do processo de implantação do Apoio Matricial (AM) enquanto proposta de articulação da saúde mental com a atenção primária em saúde. Nosso objetivo foi mapear as dificuldades e avanços dessa proposta para a rede em saúde mental do município, a partir da ótica de coordenadores de ESF, levando em conta as particularidades do lugar ocupado por esses profissionais enquanto articuladores da equipe multiprofissional, bem como as especificidades de sua própria formação.

### Procedimentos Metodológicos

Para realização desse estudo, optou-se por trabalhar com as três unidades de saúde da família do distrito leste, região em que o processo de implantação do AM foi iniciado e por ser nela que se concentra o maior número de serviços substitutivos em saúde mental do município. Uma vez obtidas todas as autorizações formais, foram realizadas seis entrevistas semi-estruturadas com o auxílio do gravador, duas em cada unidade de saúde. Todas as entrevistadas eram coordenadoras de equipes de USF e tinham formação em enfermagem. A partir disso foi feita uma análise de conteúdo de caráter temático definida a partir dos eixos que compõem o roteiro de entrevista: demanda de saúde mental no cotidiano da unidade; estratégias para lidar com essa demanda; dificuldades para efetivação desse tipo de cuidado; avaliação acerca da implantação do AM; participação no processo local; avanços, dificuldades e importância deste arranjo para a rede e sugestões para a sua continuidade. Este trabalho cumpriu todos os requisitos necessários no que se refere aos princípios éticos para a pesquisa com seres humanos.

### Resultados

#### Tipo de demanda em saúde mental vivenciada no cotidiano

De um modo geral, a demanda relativa à saúde mental mais freqüente no PSF é a de pacientes que procuram a unidade em busca de renovação da receita e continuidade do tratamento. Percebeu-se certa angústia por parte destas profissionais, que são receptoras indiretas, mas finais desse tipo de demanda, quanto ao procedimento usual da equipe, particularmente dos médicos, de reproduzir essa conduta sem um maior questionamento.

*Uma demanda que chega diariamente é a de pacientes que fazem uso de remédios controlados. Essa demanda até chega a passar pela enfermagem, mas a busca maior é pelo médico, para que este repita a receita, o que se constitui uma dificuldade para esses profissionais que afirmam não ter conhecimentos suficientes da área para fazer o que lhes é solicitado. O enfermeiro fica como um 'amortecedor das tensões sociais', intermediando a relação do paciente com o médico. (E. 02)*

As entrevistadas consideram difícil lidar com esse tipo de demanda já que não se consideram capacitadas e não se sentem seguras para tal. Faltam, para elas, conhecimentos técnicos (termos, tipos de transtornos, os medicamentos e seus efeitos). Mencionaram também a dificuldade dentro das próprias equipes para estabelecer prioridades e pensar estratégias de atendimento. Em relação à rede substitutiva, a prática usual são os encaminhamentos, o que demonstra a falta de uma articulação mais efetiva em termos de cuidados na própria unidade de saúde. Associada à dificuldade em lidar com o usuário, apontam a angústia por não poder dar uma resposta mais efetiva frente à demanda explícita, que é a medicação.

*A maior dificuldade é porque... Eu não prescrevo medicação para o paciente (...). Eu acho que às vezes o médico não sinta assim porque ele passa a medicação e pronto. Talvez ele ache que seja uma parte, que fez alguma coisa. (E. 06)*

Essa impossibilidade de prescrever medicação, no entanto, é experimentada de forma dúbia, já que essas profissionais também avaliam como insuficiente e até mesmo equivocada a ação freqüente por parte dos médicos de reproduzir receitas sem qualquer critério. Além disso, avaliam que alguns pacientes poderiam não mais fazer uso dos medicamentos, mas parecem sentir-se incapazes de atuar frente a essa questão que vem

Dimenstein M.; Galvão V. M. & Severo A. K. de S. O Apoio Matricial na perspectiva de coordenadoras de Equipes de Saúde da Família

produzindo uma cronificação da demanda através do consumo em massa de psicotrópicos.

A medicalização, como discutido por muitos autores, constitui uma estratégia biopolítica, fazendo-se uma ferramenta de assujeitamento, pois o sofrimento não se torna objeto de reflexão e de produção de novas formas de ser e de transformação social (Ignácio & Nardi, 2007). Através da oferta da consulta psiquiátrica, associada a outros fatores como a enorme quantidade de usuários, a falta de psiquiatras nos serviços e o pouco tempo dado para cada consulta, auxiliam na manutenção de um modelo de atendimento que está centrado na medicação como perspectiva privilegiada de cuidado, partindo da visão de que a demanda em psiquiatria origina-se dos distúrbios somáticos ou psicológicos (Bezerra Jr., 2007). O largo uso dos neurolépticos, desde a segunda guerra mundial, com a capacidade de reduzir os sintomas psicóticos, permitiram ao psiquiatra manter o seu mandato social sobre a loucura, “agindo como embaixatriz social das normas dominantes na sociedade” (Silva Filho, 2001, p. 96).

Consideramos que mais do que uma prática, há uma cultura instituída e reforçada com a criação desses medicamentos - dentre os quais se destacam os neurolépticos e antipsicóticos na década de 1950 (Lucchese, 2005) - que é a de um padrão de atendimento calcado no saber médico, farmacológico, hospitalocêntrico, igualmente presente na assistência aos portadores de transtornos mentais. Percebe-se que as práticas médicas hegemônicas ao longo da história da formação da enfermagem - de um modo geral e no campo específico da saúde mental (Oliveira & Alessi, 2003; Lucchese, 2005; Spagnuolo, 2006) - continuam a se fazer presentes na prática profissional das entrevistadas, não apenas na reprodução do tratamento, mas no lugar que ocupam de intermediárias da relação médico-paciente, amortecendo as tensões dessa relação, conforme exposto por uma delas. A prática da enfermagem, portanto, continua atrelada fortemente ao saber médico, dependendo do diagnóstico e da ordem médica para proceder às suas ações específicas, como apontam Silva e Fonseca (2005).

Sabemos que como todo e qualquer profissional da saúde a formação da enfermagem no campo da saúde mental está permeada de tensões entre o modelo hospitalocêntrico e farmacológico e as exigências do campo de atuação e das políticas de saúde vigentes. A formação costuma seguir currículos rígidos, cujo ensino se distancia da

prática e seu exercício é subordinado ao saber médico, privilegiando modelos tradicionais já ultrapassados. Na década de 1990, com os novos dispositivos em saúde mental, este quadro começa a mudar, visto que todo o contexto convoca as universidades e instituições de ensino a repensar a formação. Nos anos 2000 têm prosseguimento alguns avanços no que se refere às formas de financiamento em saúde mental, a preparação dos recursos humanos, a formação e capacitação profissional para atuação na área, dentre outras coisas e isso tem reflexo nas universidades.

Atualmente, apesar das mudanças em curso e da formação estar orientada para a desconstrução do saber psiquiátrico e para a superação das práticas manicomial, o paradigma predominante entre os profissionais de saúde ainda é o modelo organicista, subordinado ao saber médico, mantendo práticas tradicionais: triagem, controle medicamentoso dos pacientes, etc., de modo que continuam a ocupar-se da “doença mental”.

Esse é ponto problemático, pois, o processo de desinstitucionalização passa por uma crítica ao mandato social da psiquiatria e uma crítica dos valores normativos que regem a sociedade, e que sustentam relações de exclusão que atravessam toda a realidade social. A loucura ao ser demarcada como sendo desprovida de razão pelo mandato da psiquiatria, tornou-se impossibilitada historicamente do exercício da liberdade, sendo necessária a sua reclusão nos hospitais psiquiátricos para a cura e a volta do exercício dos direitos civis e da igualdade. A anormalidade, a periculosidade, e a desrazão corporificadas na figura do louco através do saber psiquiátrico, justificou, em uma sociedade marcada pela normalização de condutas, de idéias, de modos de vida, a impossibilidade de qualquer convívio social com a diferença.

Na experiência basagliana, a desinstitucionalização enquanto perspectiva de desconstrução de inspiração partiu de uma análise feita pelo próprio Basaglia (1985) do seu lugar ocupado enquanto psiquiatra e das relações de saber-poder que o circunscrevem, afirmando ser a desconstrução do mandato social da psiquiatria sobre a loucura a condição para uma efetiva transformação nas relações sociais para com a loucura. Basaglia (1985) expôs que o cidadão médico tem duas atitudes para com o louco: de medo e repulsa e de benevolência, explicando que por essas duas atitudes o processo de exclusão e de exercício de poder continua a vigorar.

Os processos de trabalho no âmbito da saúde mental exigem mudanças na relação técnico-

Dimenstein M.; Galvão V. M. & Severo A. K. de S. O Apoio Matricial na perspectiva de coordenadoras de Equipes de Saúde da Família

usuário, a renúncia do mandato social do primeiro sobre o segundo, efetivando transformações no campo ético. Por isso, é necessário que os técnicos discutam com o próprio “louco” a sua condição social de ser um rejeitado e sem direitos, reconstituindo sua capacidade de escolha retirada pela relação objetificante a qual permaneceu assujeitado, desconstruindo atitudes de violência e de tolerância (Basaglia, 1985).

Segundo Costa-Rosa (2000), no modo asilar, os meios de trabalho podem incluir recursos multiprofissionais, entretanto, não ultrapassam o modelo de divisão do trabalho com tarefas fragmentadas, tendo o saber médico um lugar de privilégio sobre os outros (Yasui & Costa-Rosa, 2008). Do mesmo modo, o sujeito acaba por ser concebido de modo fragmentado, onde, por exemplo, durante o atendimento, passa pelo psiquiatra que diagnostica e define o que será o tratamento, posteriormente é repassado para outros membros da equipe, quando estes existem. O diálogo dentro da equipe é bastante reduzido, e quando ocorre, o prontuário torna-se o elo de interconexão entre os profissionais da equipe. Desse modo, a equipe multiprofissional acaba sendo composta por vários profissionais de áreas distintas reunidos e ocupando o mesmo espaço.

Tal situação foi observada nessa pesquisa e relatada pelas técnicas. As formas de organização institucional são piramidais, nos quais o fluxo do poder institucional segue apenas um sentido. Por isso, nesse modelo de organização, as relações entre os trabalhadores são verticais e o poder de decisão e de coordenação são concentrados no ápice da pirâmide. As relações entre técnicos e usuários seguem modelos verticalizados e a medicação é vista como única solução para o sofrimento (Costa-Rosa, 2000). O cuidado no paradigma asilar segue ainda a noção de reparo, onde os técnicos profissionais de saúde dizem saber o que é melhor para os usuários, escamoteando a noção de direitos que os usuários devem ter de ser assistidos e de ter respeitada sua expressão singular (Alves & Guljor, 2004).

Com a proposta do AM busca-se implantar uma nova lógica de cuidado ao portador de transtornos mentais, bem como ampliar as possibilidades de pôr em prática a proposta da atenção psicossocial. Sintonizado nessa perspectiva observamos que existe outro movimento simultâneo na prática dessas enfermeiras participantes da pesquisa frente às demandas de saúde mental, que se revela por meio de ações como escuta, acolhimento, orientação, juntamente com o

encaminhamento para outros profissionais dentro do próprio serviço (outros atendimentos e propostas diferenciadas como os grupos). Esse tipo de ação deve ser considerado como possibilidade de resposta ao seu próprio incômodo frente a essa postura médica hegemônica.

Todas as entrevistadas consideram que, diante da demanda de saúde mental, atuam muito mais na escuta, acolhimento e orientação aos usuários e aos seus familiares, encaminhando para outros profissionais e serviços. Algumas outras estratégias, como o encaminhamento desses usuários para a participação em grupos existentes ou promovidos pela própria unidade, também foram apontadas. Diante das demandas de saúde mental, elas se consideram despreparadas e julgam como necessário a realização de um apoio específico na área.

Esses dados corroboram os achados indicados na literatura do campo, bem como de Alverga e Dimenstein (2005) no município, o que demonstra pouca ou nenhuma mudança no que se refere à articulação saúde mental-atenção básica. Diante disso, convém refletir acerca do papel da rede básica de saúde frente ao uso contínuo e indiscriminado de medicamentos psicotrópicos, diante do qual não se percebe um questionamento mais efetivo, uma vez que nesses serviços essa prática tem sido reproduzida de maneira contínua e sistemática. Enfim, as entrevistadas desse estudo foram capazes não apenas de identificar a renovação das receitas como a prática mais comum nos serviços em que atuam, como também demonstraram questionamentos diante dela, sem, entretanto, indicarem estratégias de enfrentamento do problema.

#### **Definição da proposta do AM e sua importância para a rede de saúde**

A proposta do AM ainda não se encontra consolidada para essas profissionais. Há muitas incertezas, o que se deve, em parte, ao fato de que as entrevistas foram realizadas em um estágio ainda bem inicial do processo de implantação do AM, pois apenas algumas reuniões iniciais tinham ocorrido, como se constata em todas as falas. Contudo, de um modo geral, as expectativas das entrevistadas não estavam tão distante da proposta.

Apesar de não se julgarem capazes de definir o AM, suas expectativas, em geral, não fugiram da proposta. Identificaram-no como uma estratégia de descentralização da rede em saúde mental (reduzindo encaminhamentos); de aproximação

Dimenstein M.; Galvão V. M. & Severo A. K. de S. O Apoio Matricial na perspectiva de coordenadoras de Equipes de Saúde da Família

desta com a rede básica, tendo em vista que atua no território em que o usuário está inserido; como uma forma de orientação para o atendimento, incluindo a questão dos medicamentos, a discussão de casos, a troca de experiências, dentre outras coisas; e como um suporte para que seja realizado um trabalho mais sistemático por parte da rede básica.

*Entendo que será um suporte para a UBS, em termos de capacitação, de descobrir caminhos em conjunto. Será uma construção, o AM não trará receitas prontas (E. 02)*

*Ainda não está muito clara a proposta. O que eu entendo é que se pretende que a saúde mental se aproxime das UBS, pois não tem sentido tratar o paciente apenas nos CAPS sem considerar o contexto em que ele vive sem tratá-lo lá. (E. 05)*

Outro aspecto a ser destacado nos resultados dessa pesquisa refere-se à falta de articulação entre os serviços substitutivos e a rede básica de saúde, comentados em maior ou menor grau por todas as entrevistadas. Esse dado também corrobora os achados de Alverga e Dimenstein (2005) e aponta, ao mesmo tempo, uma demanda urgente e necessária de que sejam propostas de alternativas de intervenção que, prioritariamente, articulem os diversos serviços de saúde, tal qual se apresenta o AM.

Em saúde mental a falta de articulação em rede se reflete numa prática de encaminhamentos sem maiores critérios ou reflexão para serviços substitutivos que já não dão conta de acolher à demanda, configurando um sistema de atenção pouco integrado e pouco resolutivo. Neste sentido, o AM pode atuar como uma estratégia de fortalecimento ou estabelecimento de uma rede de atenção integral, de forma a tecer as ações dos diversos profissionais que irão se responsabilizar juntos, pelos projetos terapêuticos dos usuários, além de permitir a regulação do fluxo de pacientes nos serviços. Através do AM, se poderão distinguir as situações individuais e sociais que podem ser acolhidas pela equipe local, daquelas demandas que necessitam de uma atenção especializada da saúde mental, de acordo com o risco e a gravidade, por um serviço substitutivo.

O Ministério da Saúde (2005) ressalta a importância da rede de atenção à saúde mental do SUS e define-se assim, como de base comunitária, considerando-se a noção de território-processo. O território é a designação não apenas de uma área geográfica, mas das pessoas, das instituições, das redes e dos cenários nos quais se dão a vida comunitária. Assim, trabalhar no território não

equivale a trabalhar na comunidade, mas a trabalhar com os componentes, saberes e forças concretas da comunidade que propõem soluções, apresentam demandas e que podem construir objetivos comuns. Significa, assim, resgatar todos os saberes e potencialidades dos recursos da comunidade, construindo coletivamente as soluções.

Essa preocupação com o território se revela na fala das entrevistadas no momento em que apresentam como positivo no processo de implantação do AM, não apenas a aproximação dos serviços especializados da rede básica, mas, principalmente, o que isso significa: a consideração do contexto específico em que deverá se desenvolver a proposta e a valorização do saber daqueles que compõem a UBS. Em outras palavras, elas têm a expectativa de que o processo de implantação do AM em Natal continue a levar tais fatores em consideração, havendo continuidade e promovendo o suporte esperado.

Amarante (2007) e Lancetti (2001) afirmam que a idéia de complexidade que rege essa organização piramidal da rede, onde a atenção básica seria responsável por intervenções mais simplificadas do que os serviços terciários, é invertida no caso da saúde mental. No hospital, as respostas aos problemas de saúde mental são padronizadas e massificadas, no nível primário da atenção, essas respostas devem ser mais complexas, englobando a família, vizinhança, os atores sociais no território em que vivem. Por isso, investir em uma articulação entre a rede de saúde mental e a atenção básica é indispensável em um serviço substitutivo.

Essa estratégia seria importante principalmente por partir de um atendimento mais contextualizado à vida dos usuários, na perspectiva da integralidade e da territorialidade, desconstruindo a noção de que as estratégias terapêuticas fundamentais para o atendimento da demanda em saúde mental são o saber especificamente psiquiátrico, os psicotrópicos e a escuta psicológica.

A inserção da saúde mental deve ser investida como estratégia de tentar romper com esse modelo psiquiátrico, medicalizante e hospitalar de cuidados em saúde mental ainda hegemônico. A atenção básica pode se constituir como espaço privilegiado para intervenções em função da diversidade de demandas que chegam às unidades e pela possibilidade que oferecem de criar um vínculo entre o usuário e a comunidade onde vive (Dimenstein, Brito, Severo, Cabral, & Alverga, 2006).

### A necessidade de implementar o AM em Natal

Não houve consenso entre as coordenadoras de ESF quanto aos motivos que originaram tal proposta: duas entrevistadas consideram que surgiu das próprias UBS (dificuldades em lidar com a demanda); duas, dos serviços especializados (alta demanda que poderia ser resolvida na rede básica) e duas consideraram o âmbito mais geral (Reforma Psiquiátrica, diminuição dos leitos de hospitais psiquiátricos, redistribuição dos saberes, superação da lógica das especialidades). Tal situação aponta para a falta de planejamento e de participação dos trabalhadores de saúde nos processos decisórios. A flexibilidade nos processos de trabalho para a “criação de múltiplas e diversas estratégias de cuidado aumentando a responsabilidade de cada profissional, não apenas nas decisões e nas competências para o projeto de cuidados, mas também na gestão dos dispositivos institucionais” (Yasui & Costa-Rosa, 2008) é imprescindível. No processo de cuidado na perspectiva psicossocial, faz-se necessário a co-responsabilização entre técnicos, serviços, usuários, comunidade e família na construção de novos projetos de vida para os usuários, buscando a liberdade em negação ao isolamento (Alves & Guljor, 2004). Ou seja, precisamos estimular processos de gestão compartilhada entre gestores e trabalhadores.

Nesse sentido, ressaltamos um dos dispositivos criados a partir da Política Nacional de Humanização denominado de contratos de gestão. Esses contratos seguiriam um processo de ‘co-gestão’, extrapolando o sentido formal, normativo ou mesmo jurídico. Segundo Santos-Filho e Barros (2007), contratar significa contato, criar conexões, redes, alterando os modos de gerir o/no trabalho. Em termos práticos, nos contratos é importante desencadear movimentos simultâneos em duas direções: uma, o movimento de oficinas envolvendo gestores dos serviços e coordenação central; outra, um desdobramento e aprofundamento de discussões entre gestores e suas equipes, criando assim espaços efetivos de atualização das diretrizes dos projetos, propiciando sua apropriação pelo conjunto dos trabalhadores e ajustamento coletivo de metas no nível local. As metas devem ser discutidas e definidas coletivamente.

A possibilidade de processos de pactuação com co-responsabilidade gira em torno de metas não-definidas de modo verticalizado. Para isso, é necessário valorizar a formação dos gestores, desenvolvendo e capacidade de escuta, para

aprimorar a atuação do gestor enquanto apoiador institucional. Ou seja, que este esteja próximo dos espaços de trabalho, provocando e estimulando inovações no trabalho, sustentando os processos e movimentos. Nessa formação, é importante também que se subsidie o gestor quanto ao aporte de conceitos, ferramentas e instrumentos de gestão, que possibilite a capacidade de envolver os trabalhadores em práticas institucionais de planejamento, avaliação, contratualizações (com base em metas), ampliando a capacidade de intervenções de toda a equipe. Nesse sentido ressaltamos “a democratização das relações e intensificação das ações comunicativas entre dirigentes, técnicos e usuários deve-se constituir como um dos produtos desses instrumentos de gestão, instituindo-se como espaço para mudança das práticas institucionais” (Santos-Filho & Barros, 2007, p. 181).

### Estratégias de implementação e consolidação da proposta

As estratégias, já em andamento, apontadas pelas profissionais do PSF foram as reuniões realizadas nas suas respectivas unidades com a equipe da coordenação de saúde mental, com a supervisora territorial e com alguns profissionais dos CAPS. Havia, ainda, como estratégia, a discussão da proposta no Fórum de Saúde Mental, a ser realizado posteriormente. A participação dos profissionais da rede básica no processo de implantação do AM, no momento da entrevista, restringiu-se apenas à participação nas referidas reuniões. Isso demonstra a falta de participação nos processos de trabalho e gestão indicados anteriormente.

Em relação às estratégias para continuidade do processo, todas elas consideraram como positiva a vinda das equipes de saúde mental para a as UBS, conhecendo sua realidade e trazendo a proposta para o seu local específico de atuação, indicando, assim, que o processo deve promover uma construção coletiva, levando em conta a realidade local. Estas profissionais parecem vislumbrar no AM um catalisador de suas angústias em lidar com uma demanda que lhes chega cotidianamente, mas para qual não se sentem preparadas.

*O principal apoio será nesse sentido, que eles façam essa articulação e que a equipe [PSF] sinta que pode ousar, porque lá na frente, ela tem um respaldo (...) que tenha um suporte. (E. 02)*

*Acho que o primeiro passo está sendo dado; trazer*

Dimenstein M.; Galvão V. M. & Severo A. K. de S. O Apoio Matricial na perspectiva de coordenadoras de Equipes de Saúde da Família

*os serviços especializados pra mais perto da gente, pra cá, já é uma estratégia, já é um primeiro passo (...). Acho que quando a proposta vem de lá [serviço especializado], acho que já é mais fácil até de você conversar. (E. 04)*

### **Dificuldades em relação à implementação da proposta do AM**

Na avaliação delas, a receptividade das equipes também foi boa, de modo que este fator não é visto como uma dificuldade. Uma única entrevistada chegou a afirmar que a equipe recebeu a proposta com certo receio de que esteja sendo jogada uma nova demanda para a unidade, para a qual não venha a ser dado o devido suporte posteriormente.

A maior dificuldade para implementação do AM pareceu girar em torno da falta de conhecimentos específicos de saúde mental por parte dessas profissionais, cuja formação é generalista ou com especialidades em outras áreas. De um modo geral, porém, mostraram-se abertas no sentido de superar essas dificuldades com o apoio das equipes de saúde mental. *“Acho que a equipe aqui recebeu a proposta de forma aliviada, sabe? Tipo assim: poxa, vai ter alguém com quem a gente dividir as nossas angústias (...). Porque, assim, a demanda existe, só que ela está debaixo do tapete” (E. 02).*

A questão da articulação entre os serviços não foi apontada espontaneamente. Mas quando indagadas a respeito, consideraram-na insuficiente, já que se restringe aos encaminhamentos. Na opinião de uma das entrevistadas a prática dos encaminhamentos é reforçada pela falta de conhecimento e pela insegurança dos profissionais, de modo que a falta de conhecimentos ainda é, portanto, apontada como a maior dificuldade. Outra entrevistada apontou a grande quantidade de demandas e de atribuições que já possuem como um fator complicador para a implementação da proposta do AM, mas não chega a superar a falta de conhecimentos.

Todas avaliaram a sua própria formação superior como insuficiente para lidar com a demanda de saúde mental. Elas apontaram que tiveram disciplinas na área da psiquiatria, visitas ao Hospital João Machado (hospitais de referência em psiquiatria no estado), mas que, segundo uma delas colocou, era uma formação diferente que precisará ser desconstruída.

*Olha, eu acho que isso talvez seja uma dificuldade porque, na nossa cabeça, não se cuida de doente mental em unidade básica; doente mental é pra ser*

*cuidado lá no [hospital] João Machado. Então eu acho que vai ter uma dificuldade para desconstruir isso e aí, vai depender das respostas que a gente vai ter (...) se essa articulação entre os serviços vai funcionar. (E. 02)*

Além da formação, já tradicionalmente defasada, distanciada das demandas da prática, uma das entrevistadas (E. 05) apresenta, como agravante, o fato de que, por estar certo tempo no serviço, elas não têm acompanhado devidamente as mudanças na área, tanto no currículo, quanto na prática e nas políticas. Ao ser questionada se sua formação responde satisfatoriamente às demandas de saúde mental, ela fala:

*Não. Faz 27 anos [que se formou], muita coisa mudou de lá pra cá, né? Apesar de o curso de enfermagem ser um curso que ainda aprofunda muito essas questões, já evoluiu muito de lá pra cá. E hoje, na verdade, a gente não tem tido discussões, treinamentos em relação à saúde mental. (E. 05)*

Assim, com relação às dificuldades apresentadas pelas enfermeiras, frente à implantação do AM, destaca-se a percepção dessas profissionais quanto à sua falta de preparo frente às demandas de saúde mental. Convém questionar o que viria a ser esse preparo ou que condições lhes confeririam a sensação de estarem prontas para lidar com essa demanda. No que o conhecimento técnico de nomenclaturas e medicamentos mudaria a sua prática e quanto dessa demanda não estaria imbuída da mesma lógica presente ao longo da história dessa formação, atendendo aos mesmos princípios de um saber específico e fragmentado?

A formação, outrora insuficiente, ainda tem o agravante de estar desatualizada frente às novas propostas e políticas na área. Elas apontam para a necessidade legítima de que os profissionais que estão nos serviços acompanhem essas mudanças. Cabe questionar, no entanto, quanto disso não deveria/poderia partir deles próprios. A implicação mais direta de tudo isso, para o processo de implantação do AM, refere-se à necessidade de se levar em consideração esses fatores históricos e atuais do processo de formação do profissional de enfermagem.

Apresentada, de fato, como dificuldade mais significativa para o processo de implantação do AM, foi realmente a falta de conhecimentos tidos como necessários para intervir frente às demandas de saúde mental, segundo as entrevistadas. A esse respeito, convém ainda tecer alguns comentários acerca do lugar ténue em que o AM pode se colocar. É preciso questionar o que sustenta essa

concepção e a primeira coisa é a suposição de um saber específico e especializado acerca da loucura e das demandas de saúde mental como um todo. Este conhecimento, no caso das entrevistadas, é bastante atribuído aos profissionais “psi”, psicólogos ou psiquiatras, particularmente a este último quando se relaciona à questão do medicamento.

Desta forma, o mesmo arranjo que visa à superação de algumas lógicas pode, paradoxalmente, reforçá-las. Partir do princípio de que os profissionais da rede básica precisam ser capacitados é de certa forma, reforçar a lógica dos saberes fragmentados e das especialidades, promovendo uma “pseudo” ou “mini” especialização para que esses profissionais possam atuar. Se não houver uma preocupação em valorizar os saberes diversos dos diversos atores, a partir do seu cotidiano, de sua prática, corre-se o risco de permanecer na mesma lógica. Isto não invalida a necessidade da implementação do AM, nem diminui sua importância, mas aponta para alguns cuidados necessários.

Por fim, juntamente com a necessidade de articular saúde mental e atenção básica, convém lembrar a existência, nas próprias ESF, de uma categoria profissional que, possivelmente por sua própria formação, apresenta um diferencial em termos de concepções e práticas. As enfermeiras exercem a função de coordenação das equipes, lugar esse privilegiado na execução de quaisquer ações. Desta maneira, este dado chama a atenção para esta profissional que, sendo bem inserida no processo, pode desempenhar um papel singular no mesmo. Além de exercer a função de coordenação, estas profissionais, por sua própria formação, são orientadas para o cuidado (Spagnuolo, 2006). Tal formação, certamente traz marcas positivas e negativas para a atuação das enfermeiras, que precisam ser consideradas.

A formação para o cuidado favorece o olhar diferenciado que tais profissionais podem ter diante do portador de transtornos mentais, o que faz com que não seja tão difícil conseguir a adesão das mesmas e o seu reconhecimento acerca da necessidade de pensar formas mais efetivas de cuidado a esses usuários. Por outro lado, a atuação mais gerencial permite que se articulem ações de maneira muito mais estratégica a partir do momento em que se tenha a participação desta profissional. Encontrar um profissional que conjugue esses dois papéis, portanto, é extremamente valioso para o processo.

Contudo, conforme exposto por Spagnuolo (2006), conjugá-los simultaneamente não se

configura como uma tarefa fácil. A profissional terminar por optar pela prevalência de um dos dois: cuidadora ou coordenadora. Isso também pôde ser percebido no caso das entrevistas. Nos contatos telefônicos com os diretores das unidades, elas eram apontadas como coordenadoras de ESF. Elas, porém, demonstraram certa relutância em se assumir nesse lugar, embora admitissem exercer um papel de articuladoras. Algumas chegaram a dizer que este lugar não está oficialmente instituído, ao contrário do que aponta a literatura (Spagnuolo, 2006; Brasil, 2006). Em sua prática elas parecem reproduzir o impasse entre esses dois lugares, o que, do contrário, poderia ter efeitos positivos no que se refere ao potencial de sua ação nas duas esferas em questão, uma vez que fossem admitidas. Esta se configura, portanto, como uma demanda a ser pensada tanto nos currículos de formação em enfermagem, quanto nos processos de trabalho em saúde, particularmente nas ESF.

### Considerações Finais

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (2006) há um esforço de implementação do apoio matricial em Natal, mas se reconhece a desarticulação entre os serviços substitutivos e a atenção básica. Os casos atendidos nos serviços substitutivos não têm encontrado uma efetiva coresponsabilização entre as equipes dos serviços substitutivos e as unidades básicas de saúde. O que tem prevalecido é a noção de que os problemas em saúde mental devem ser atendidos por um serviço especializado. Além disso, predomina o paradigma biomédico na atenção à saúde e os cuidados medicamentosos na resolução dos problemas de saúde da população, como a prescrição indiscriminada de psicotrópicos. Os CAPS não conseguiram ainda colocar como meta assistir os casos de saúde mental e produzir arranjos de coresponsabilização com a atenção básica (Dimenstein, Severo, Brito, Pimenta, Medeiros & Bezerra, 2009). O modo como a assistência em saúde mental tem se configurado, restringindo-se ao interior dos muros dos serviços substitutivos tem contribuído para o processo de cronificação dos usuários. A dificuldade de articulação entre os serviços substitutivos, as intervenções fragmentadas e pouco flexíveis auxiliam na manutenção da circulação dos usuários no circuito psiquiátrico<sup>5</sup>. É

<sup>5</sup> Tomamos aqui a noção de circuito psiquiátrico como um mecanismo onde as estruturas de atendimento comunitário vêm complementar a internação psiquiátrica, de modo que a segregação anteriormente estática e restrita ao hospital

Dimenstein M.; Galvão V. M. & Severo A. K. de S. O Apoio Matricial na perspectiva de coordenadoras de Equipes de Saúde da Família

necessário que os serviços comunitários, tal como o CAPS alterem seu modelo cultural de referência para modificar os modelos de intervenção (Dell'Acqua & Mezzina, 2005). Serviços condizentes com o Paradigma Psicossocial deveriam priorizar a interligação com a atenção básica por pensar o portador de transtorno mental não mais enquanto um caso, mas como um sujeito inserido em uma realidade social, articulando para isso os dispositivos que mais se aproximem da sua realidade.

Nesse sentido, a desarticulação entre a saúde mental e atenção básica indica uma dinâmica de rede fria de funcionamento a partir de um centro, seja CAPS ou hospital psiquiátrico, com processos de verticalização e não co-responsabilização do cuidado. Passos e Barros (2004) questionam esse modo de funcionamento, afirmando que uma rede resolutiva opera de modo descentralizado, sem um centro de gerenciamento. É necessário, indicam os autores, possibilitar a constituição de redes mais conectivas e acêntricas, permitindo a circulação dos usuários com a construção de projetos terapêuticos diversos e articulados com seu cotidiano. Para que os serviços funcionem como lugares de passagem e não de cronificação dos usuários, é necessário que eles estejam integrados a uma rede descentralizada, com alto grau de conectividade e com um movimento de produção permanente (Oliveira, 2006).

Tal cenário expressa também a predominância de métodos tradicionais de planejamento e de tomadas de decisão, com gestões burocráticas e verticalizadas. A dissociação entre trabalho cotidiano e gestão indica a prevalência da heterogestão, onde os trabalhadores se sentem desautorizados a pensar sobre aquilo que rege seu trabalho e a política pública, havendo, deste modo, uma contradição em relação ao controle social proposto atualmente pelo SUS e pelas políticas de saúde mental (Santos-Filho & Barros, 2007). No âmbito da Atenção Psicossocial em Natal é necessário que a gestão esteja mais próxima dos serviços substitutivos, co-gerindo os modos de intervenção em saúde mental. Ressaltamos ainda a necessidade do envolvimento da coordenação de saúde mental junto, por exemplo, à supervisão institucional, para superar que haja uma co-gestão, com planejamento da rede de serviços e de estratégias intersetoriais.

Diante de tudo o que foi exposto, entendemos

---

psiquiátrico passa a ser dinâmica pela circulação por serviços especializados através da execução de intervenções pontuais e fragmentadas (Rotelli, Leonardis & Mauri, 2001).

que o AM configura-se como uma alternativa possível de efetivação da articulação entre saúde mental e atenção básica, superando paradigmas, intervindo nos modos de fazer saúde. Por se tratar de uma proposta nova, entendemos como sendo de grande importância pensar estratégias de avaliação da mesma. Esta pesquisa constitui-se em uma análise ainda inicial, mas aponta para a necessidade de estudos semelhantes em outros momentos do processo. Reforçamos aqui a importância de que se empreendam estudos mais aprofundados sobre o lugar do profissional de enfermagem frente às demandas específicas de saúde mental, no contexto particular da atenção básica, tendo em vista o potencial inerente a esse modelo de atenção à saúde, por meio de sua inserção territorial e articulação com a comunidade e com os diversos atores envolvidos. É possível encontrar uma quantidade considerável de discussões acerca do lugar de coordenação ocupado pelo profissional da enfermagem, bem como se encontram discussões acerca do lugar desse profissional nos hospitais psiquiátricos e serviços substitutivos. Contudo, o meio acadêmico ainda carece de estudos que reflitam acerca do lugar do enfermeiro frente às demandas de saúde mental no contexto específico da atenção básica, particularmente no PSF, tal como se propõe nesse estudo.

Tal escassez pode refletir a ausência de uma discussão mais ampla acerca da saúde mental na atenção básica, a partir do lugar específico das categorias profissionais que a compõem, para além dos profissionais "psi" (psicólogos e psiquiatras), para os quais tal discussão já se encontra mais presente. Faz-se necessário pensar de forma mais sistemática a formação profissional de áreas como enfermagem, medicina, odontologia, entre outras, frente a esse tipo de demanda, não mais localizadas nos hospitais psiquiátricos ou serviços substitutivos. Convém pensar, portanto, a saúde mental compondo e se articulando com os mais diversos lugares e atores sociais, ultrapassando, de fato, quaisquer muros que se imponham a essa tarefa.

## Referências

- Alves, D. S., & Guljor, A. P. (2004). O cuidado em saúde mental. In R. Pinheiro & R. A. de Mattos (Orgs.), *Cuidado: as fronteiras da integralidade* (pp. 221-240). Rio de Janeiro: Hucitec.
- Alverga, A., & Dimenstein, M. (2005). Salud

Dimenstein M.; Galvão V. M. & Severo A. K. de S. O Apoio Matricial na perspectiva de coordenadoras de Equipes de Saúde da Família

- mental en la atención básica. Construyendo la integralidad en el Sistema Unico de Salud en Brasil. *Revista Alternativas en Psicología*, 67-77.
- Amarante, P. D. C. (2007). *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Basaglia, F. (1985). *A Instituição Negada*. Rio de Janeiro: Graal.
- Bezerra Júnior, B. (2007). Considerações sobre terapêuticas ambulatoriais em saúde mental. In S. A. Tundis & N. R. Costa (Orgs.), *Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil* (pp. 134-169). Petrópolis: Vozes.
- Brêda M. Z., Rosa W. A. G., Pereira M. A. O., & Scatena M. C. M. (2005). Duas estratégias e desafios comuns: a reabilitação psicossocial e a saúde da família. *Rev Latino-am Enfermagem*; 13(3), 450-452.
- Campos, G. W. S. (2000). *Um método para análise e co-gestão de coletivos*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Campos, G. W. S. (1999). Equipes de referência e apoio especializado matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde. *Ciência Saúde Coletiva*, 4(2), 393-403.
- Costa-Rosa, A. (2000). O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In P. Amarante (Org.), *Ensaio, Subjetividade e Saúde Mental* (pp.141-168). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dalla Vecchia M., & Martins S. T. F. (2009). Concepções dos cuidados em saúde mental por uma equipe de saúde da família, em perspectiva histórico-cultural. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1),183-193.
- Dell'Acqua, G., & Mezzina, R. (2005). Resposta à crise: estratégia e intencionalidade da intervenção no serviço psiquiátrico territorial. In P. Amarante (Org.), *Archivos de saúde mental e atenção psicossocial 2* (pp. 161-194). Rio de Janeiro: Nau.
- Dimenstein, M., Brito, M. A., Severo, A. K., Cabral, C. de M. T., & Alverga, A. (2006). *Reinserção Social e Cotidiano de Usuários de Psicotrópicos*. *Mnemosine*, 2(2), 130-149.
- Dimenstein, M., Severo, A. K., Brito, M., Pimenta, A. L. Medeiros, V., & Bezerra, E. (2009). O apoio matricial em unidades de saúde da família: experimentando inovações em saúde mental. *Saúde e Sociedade*, 8 (1), 63-74.
- Feneric, S. R. G., Pereira, W. A. B., & Zeoula, F. M. (2004, dezembro). Saúde mental e programa de saúde da família: percepções do agente comunitário de saúde. *Psicol. hosp. (São Paulo)*, 2(2). Recuperado em 25 Junho, 2009 da World Wide Web: <[http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167774092004000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167774092004000200011&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1677-7409.
- Figueiredo, M. D., & Campos, R. O. (2008, janeiro/dezembro). Saúde Mental e Atenção Básica à Saúde: o apoio matricial na construção de uma rede multicêntrica. *Saúde em Debate* 32(78/79/80), 143-149.
- Ignácio, V. T. G., & Nardi, H. C. (2007). A medicalização como estratégia biopolítica: um estudo sobre o consumo de psicofármacos. *Psicologia e Sociedade*, 19(3), 88-95.
- Jucá, V. J. S., Nunes, M. O., & Barreto, S. G. (2009). Programa de Saúde da Família e Saúde Mental: impasses e desafios na construção da rede. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 173-182.
- Lancetti, A. (2001). Saúde mental nas entranhas da metrópole. In *Saúde e Loucura 7* (pp. 11-52). São Paulo: Editora Hucitec.
- Lucchese, R. (2005). *A enfermagem psiquiátrica e saúde mental: a necessária constituição das competências na formação e na prática do enfermeiro*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ministério da Saúde (2003). Circular 01/2003. *Saúde Mental e Atenção Básica: o vínculo e o diálogo necessários*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde (2004). *Equipe de referência e apoio matricial*. Série B. Textos básicos de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Dimenstein M.; Galvão V. M. & Severo A. K. de S. O Apoio Matricial na perspectiva de coordenadoras de Equipes de Saúde da Família

- Ministério da Saúde (2005). *Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde (2006, 28 de março). Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial da União*.
- Oliveira, J. A. M. (2006). *O processo de desinstitucionalização da loucura em serviços de saúde mental no estado de Sergipe: um problema clínico-político*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- Oliveira, A. G. B., & Alessi, N. P. (2003). O trabalho de enfermagem em saúde mental: contradições e potencialidades atuais. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 11(3). Retirado em 23 de abril, 2007 da SciELO (Scientific Electronic Library On line): [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_artext&pid=S010411692003000300011&lng=pt&nrm=iso&tln=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S010411692003000300011&lng=pt&nrm=iso&tln=pt) ()
- Passos, E., & Barros, R. (2004). Clínica, política e as modulações do capitalismo. *Lugar Comum*, 19-20, 159-171.
- Rotelli, F., Leonardis, O., & Mauri D. (2001). Desinstitucionalização, uma outra via: A reforma psiquiátrica italiana no contexto da Europa Ocidental e dos países avançados. In F. Nicácio (Org.), *Desinstitucionalização* (pp. 17-59). São Paulo: Editora Hucitec.
- Santos-Filho, S. B., & Barros, M. E. B. (2007). A base político-metodológica em que se assenta um novo dispositivo de análise e intervenção no trabalho em saúde. In S. B. Santos-Filho & M. E. B. Barros (Orgs.), *Trabalhador da saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhos na gestão do trabalho em saúde* (pp. 123-142). Ijuí: Editora Unijuí.
- Secretaria Municipal de Saúde (2005). *Projeto de Saúde Mental*. Natal, RN. (texto não publicado).
- Secretaria Municipal de Saúde (2006). *Plano Municipal de Saúde: 2006-2009*. Natal, RN.
- Silva Filho, J. F. (2001). A medicina, a psiquiatria e a doença mental. In S. A. Tunds & N. R. Costa (Orgs.), *Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil* (pp.75-102). Petrópolis: Vozes.
- Silva, A. L. A., & Fonseca, R. M. G. da (2005, maio/junho). Processo de trabalho em saúde mental e o campo psicossocial. *Rev. latino-Am. Enfermagem*, 13(3). Acesso em 23/04/07.
- Silveira D. P., & Vieira A. L. S. (2009). Saúde mental e atenção básica em saúde: análise de uma experiência no nível local. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 139-148.
- Spagnuolo, R. S. (2006). *Coordenar equipe multiprofissional: um desafio para o enfermeiro do Programa Saúde da Família*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Medicina de Botucatu, São Paulo.
- Yasui, S., & Costa-Rosa, A. (2008). A Estratégia Atenção Psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de Saúde Mental. *Saúde em Debate*, 32(78-79-80), 27-37.

Categoria de contribuição: Relato de pesquisa  
 Recebido: 01/04/09  
 Aceito: 08/10/09

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

## **Atendimento às Pessoas em Situação de Violência: o Lugar e as Práticas do Psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES<sup>1</sup>**

### **Assistance to People in Violence Situation: the Position and Practices of Psychologists in Programs of the Metropolitan Region of Vitoria/ES**

Zeidi Araujo Trindade<sup>2</sup>

Maria Cristina Smith Menandro<sup>3</sup>

Mirian Béccheri Cortez<sup>4</sup>

Mariane Ranzani Ciscon-Evangelista<sup>5</sup>

Paola Vargas Barbosa<sup>6</sup>

Beatriz Baptista Tesche<sup>7</sup>

Leandro Gama Moraes<sup>8</sup>

Karina de Andrade Fonseca<sup>9</sup>

#### **Resumo**

A violência torna-se crescente foco de políticas públicas. Diversos programas no país buscam criar medidas preventivas e atender às pessoas em situação de violência. Entrevistamos individualmente 15 profissionais de 12 programas da Região Metropolitana de Vitória/ES, objetivando conhecer o funcionamento destes e compreender o papel e a atuação do psicólogo. Realizamos Análise de Conteúdo, com apoio do *software* QRS-N6, e discutimos aqui duas das três categorias identificadas: Características dos programas e Atuação do Psicólogo. Percebemos a prevalência do atendimento a vítimas de violência e a existência de uma rede de atuação em crescente organização, carente de investimento financeiro, pessoal e treinamento específico. Observou-se uma conquista gradual e valorização de espaço do psicólogo. Os

<sup>1</sup> Apoio: CNPq, CAPES.

<sup>2</sup> Professora Dra do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Contato: Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Av. Fernando Ferrari, n. 514, Campus Universitário de Goiabeiras/UFES - Cemuni VI. Vitória/ES - CEP 29075-910. Telefax: 27 3335 2501. Endereço eletrônico: [mibecz@yahoo.com.br](mailto:mibecz@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Professora Dra do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>4</sup> Doutoranda na Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>5</sup> Mestre pela Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>6</sup> Mestre pela Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>7</sup> Mestranda da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>8</sup> Graduando da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>9</sup> Graduanda da Universidade Federal do Espírito Santo.

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

relatos das psicólogas são discutidos considerando-se a formação em Psicologia, dado que revela a necessidade de uma capacitação teórico-técnica possível de ser adequada a práticas profissionais voltadas às demandas sociais e que permita a inserção de fato dessas profissionais nesse campo de atuação.

**Palavras-chave:** violência e intervenção; prática profissional; Psicologia; programas de atendimento.

### Abstract

Violence has become a growing focus of public politics. Various services in the country try to create preventive measures and assist people in situation of violence. In this research we individually interviewed 15 professionals of 12 services of the Metropolitan Region of Vitória/ES, having as a goal to get to know how these services work as well as to understand the psychologists' role and practice. A Content Analysis of the data was made by using software QRS-N6 and two out of the three identified categories are here discussed: Characteristics of the services; and Psychologist's practice. We noticed the prevalence of the assistance to victims of violence and the existence of an increasing action network, in need of financial, personnel and specific training investments. A gradual achievement and valorization of the psychologist's role were observed. Psychologists' reports are discussed considering the formation in psychology, which reveals the need for theoretical-technical training capable of being suited to professional practices focused on social needs and that allows genuine insertion of these professionals in this field of action.

**Key words:** violence and intervention; professional practices; psychology; care program.

Oficialmente reconhecida como um problema público de saúde, a violência presente hoje, no Brasil e em todo o mundo, pode ser avaliada por diferentes perspectivas. Segundo Marcondes Filho (2001) existem dois tipos de violência: a fundadora, originada e constituída com base nos processos históricos brasileiros, que “organiza as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão” (p. 22) e a violência reativa que se caracteriza por ser uma forma “desarticulada e aleatória de violência, utilizada muitas vezes como contraposição à violência estrutural da totalidade como sistema” (p. 23). É importante salientar que, segundo essa concepção, a violência fundadora compreende a existência de uma cultura da violência, na qual atitudes e comportamentos violentos tendem a ser naturalizados, aceitos e reproduzidos ao permearem diferentes âmbitos. Para Marcondes Filho, tal naturalização pode ser relacionada à presença de práticas violentas nos mais diversos contextos, sendo exercidas por diferentes protagonistas e trazendo prejuízo para as organizações sociais, para o patrimônio cultural humano e para o planeta.

Partindo dessa compreensão inicial, podemos avaliar as diversas ocorrências de violência urbana como reativas e resultantes de uma estrutura social e cultural na qual o poder delegado a alguns é utilizado como meio de controle e submissão de outros, considerados mais fracos, de menor valor/importância. O objetivo de sujeição e coisificação do outro por meio do (ab)uso de poder é descrito como característico de manifestações da violência por Chauí (1999), Saffioti (1999) e outros autores que estudam a temática.

Devemos salientar que a violência se manifesta em diferentes contextos – rural, urbano, familiar, trabalho. Assim, de acordo com a compreensão de violência anteriormente descrita, o agente que causa maiores danos dentro de uma situação de violência é aquele que detém maior poder em cada um desses contextos, e, por isso, identificado como autor da violência.

Compreendemos, pois, que as pessoas com maior vulnerabilidade a agressões e violências são aquelas a quem, social e culturalmente, foi dado menor poder e/ou valor social: as minorias sociais. Algumas delas: grupos raciais; minorias religiosas; grupos com orientação sexual diferente da heterossexualidade; pobres; mulheres; idosos e crianças.

Contudo, é importante frisar que a violência atinge também pessoas e grupos sociais tidos como dominantes dentro da nossa cultura (brancos, classes economicamente mais favorecidas, homens heterossexuais), uma vez que as relações de poder não são estanques e se modificam de acordo com a combinação de diferentes fatores. Assim, além de etnia, classe e gênero, vários aspectos, como posição hierárquica (em um emprego, por exemplo), crenças religiosas, histórico cultural e familiar, posse de armas, escolaridade, pertença a certos grupos sociais, podem, em um dado momento, modificar, ou mesmo inverter, as relações de poder vigentes até então. Por essa razão, sabemos que a violência, mesmo quando pouco denunciada, ocorre e deve receber atenção das políticas públicas que atuam no sentido de minimizar as consequências desses atos.

Além dos diferentes contextos e protagonistas, a violência pode se apresentar com diversas

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

características, sendo classificada, de modo geral, em três tipos: A) física (envolve agressão física direta ou por uso de instrumento; B) psicológica/simbólica e C) sexual (Day, Telles, Zoratto, Azambuja, Machado & Silveira, 2003; Miller, 2002).

A violência causa muitos danos àqueles que são submetidos a ela, tais como: danos físicos, danos emocionais e, em última instância, a morte (Araújo, 2002; Bruschi, de Paula & Bordin, 2006). Podemos ponderar ainda outras consequências, menos específicas, tanto para os envolvidos como para a sociedade de um modo geral: manutenção e reprodução de situações de violência, gastos com atendimentos de saúde (privados ou públicos), faltas no trabalho ou na escola, desintegração de vínculos afetivos significativos. Assim, estudos e programas voltados à promoção da saúde de pessoas envolvidas em situações de violência (autores e vítimas) são de relevância expressiva na busca da eliminação e prevenção de produções de violências, bem como na promoção de cuidados àqueles já expostos a elas.

De acordo com Brito, Zanetta, Mendonça, Barison e Andrade (2005), foi a partir da década de 1980 que a violência doméstica passou a ser alvo de maior atenção no meio acadêmico e, nesta mesma época, começaram a surgir os programas que tinham como objetivo acolher e prestar assistência a vítimas de diversas formas de violência.

Atualmente, muitas são as intervenções que têm se concretizado na prevenção da violência e atendimento às suas vítimas. Em um breve levantamento realizado no *site* do governo federal, foi possível identificar programas em funcionamento durante o período de realização da presente pesquisa e que tinham entre seus objetivos o combate à violência por meio de propostas preventivas e interventivas. Tais programas são descritos a seguir:

- *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência sexual infanto-juvenil* (Implantado em 2002). Tem como objetivo geral “estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” (Brasil, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002, p. 14). Dentre os programas que o compõem: a) o Programa Sentinela (2002), tem por objetivo a construção de redes de apoio voltadas a crianças e adolescentes vitimados. Busca assegurar seus direitos fundamentais, fortalecer sua auto-estima e restabelecer o direito à convivência familiar e

comunitária; procura também possibilitar ao público atendido o resgate dos direitos, assistência social, saúde, educação, justiça e segurança, esporte, lazer e cultura; b) Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM (2003), executado em sete estados (ES, MG, PA, PE, RJ, SP e DF), tem por objetivo retirar crianças e adolescentes ameaçados de morte do local de risco, inserindo-os em comunidades seguras. Em 2008, o programa estava em fase de implantação nos estados AL, PR e BA. (Brasil, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002).

- *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* (implantado em 2003). Seu principal objetivo é “enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral do fenômeno”. (Brasil, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, p. 8).

- *Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual* (Implantado em 2004). O programa apóia projetos que visam o fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais atuantes na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; disseminação de informações sobre direitos e promoção de auto-estima homossexual e estímulo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB (Brasil, Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde, 2004).

- *Plano de Ação para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa* (Implantado em 2005). Seu objetivo principal consiste em possibilitar o atendimento, o reconhecimento e o cumprimento de políticas de garantia de direitos, além do cumprimento do Estatuto do Idoso.

Ao longo do tempo, outros programas de combate à violência foram implementados pelo governo federal, dentre os quais destacamos: a) Programa Nacional de Segurança com cidadania – Pronasci, implantado em 2007, é composto por três grandes projetos, articula políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção da violência, com foco na capacitação de profissionais; b) Programa Criança e Adolescente, implementado em 2007, é também composto por três grandes projetos; prioriza soluções comunitárias e respeito a direitos humanos, com foco no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. (Brasil,

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Cisson-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

Secretaria de Comunicação da Presidência da República, 2008).

Considerando a ampliação de programas voltados à promoção da saúde (física e mental) de vítimas de violência, faz-se relevante considerar o papel do psicólogo e sua atuação em tal contexto. É recente a inserção do profissional psicólogo no atendimento público e na assistência social e, por isso, sua formação e suas possibilidades de atuação nestes contextos vêm sendo bastante discutidas.

Desde a década de 1970, a Psicologia destina especial atenção a práticas que ampliem o compromisso do psicólogo com os problemas sociais do nosso país (Sawaia, 2003). Assim, as práticas de muitos psicólogos passaram a ser orientadas pelo desafio de compreender esse novo campo de trabalho, o que implicava também em mudanças em suas próprias concepções sobre os fenômenos que se tornaram parte do seu cotidiano profissional (CFP, 2007). Essa perspectiva é expressa nas Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS<sup>10</sup> (CFP, 2007):

Temos muito que ver fora dos consultórios, dos settings convencionais. Temos a oportunidade de estabelecer muitos olhares, muitas conexões, muitas redes. Temos a oportunidade de trabalhar com a vida, não com o pobre, o pouco, o menos. Temos o dever de devolver para a sociedade a contradição, quando muitos não usufruem de um lugar de cidadania, que deveria ser garantido a todos, como direito. (p. 12)

A dificuldade em desenvolver técnicas para o atendimento psicológico no setor público não se restringe ao enfrentamento da violência. Na área da saúde, Figueiredo e Rodrigues (2004) entrevistaram psicólogos que atuavam nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Espírito Santo e que pouco conheciam sobre o movimento de desinstitucionalização da loucura. A maior parte dos entrevistados se referiu ao atendimento clínico ao descreverem a forma de atuação, levando as autoras a questionarem se, de fato, a proposta psicossocial de atendimento acontece. Oliveira e Souza (2006) argumentaram sobre a necessidade de desmistificar concepções sobre a atuação do psicólogo, revendo algumas práticas instituídas e reinventando estratégias para demandas específicas. Fica visível no estudo a dificuldade daqueles psicólogos em pensar novas práticas profissionais para atender ao setor público, principalmente na

atuação psicossocial. Dificuldade essa observada nos estudos de Colcerniani e Evangelista (2007) que mostram a inserção de psicólogos nos CRAS sem preparo específico ou compreensão das formas de execução do trabalho, e Oliveira e Souza (2006), que discutem as dificuldades dos psicólogos entrevistados em utilizarem uma perspectiva relacional na atuação em programas relacionados à violência.

## Justificativa e Objetivo

Reconhecemos que o levantamento acima reflete um recorte limitado da realidade dos programas de atenção a vítimas de violência, porém avaliamos de modo muito positivo a implementação de serviços de prevenção e/ou intervenção.

Compreendemos como significativa a divulgação e troca de informações para que, com isso, outros programas possam ser desenvolvidos e implementados. Essa troca pode também fortalecer redes de informações, permitindo que programas já existentes invistam em melhorias, considerando abordagens, técnicas e atuações profissionais com potencial para aprimorar a qualidade do atendimento oferecido.

Os dados aqui apresentados são parte da pesquisa “Violência Sexual e Saúde Mental: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência sexual”, desenvolvida entre 2006 e 2007. O projeto buscou investigar os programas que atendem a homens autores de violência contra mulheres na América Latina (Brasil, Argentina, Peru, México, Nicarágua e Honduras), por iniciativa de núcleos de pesquisa em psicologia social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Instituto Papai (ONG/Recife), com apoio do Ministério da Saúde e do CNPq.

Ao longo do mapeamento realizado pelo núcleo de pesquisa da UFES - Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (RedePso) -, os programas com as características inicialmente propostas não foram localizados. A pesquisa integrada já previa a possibilidade de que cada Estado pudesse encontrar realidades diferentes no que diz respeito à oferta de serviços dessa natureza, sendo assim, havia abertura para que cada equipe adequasse seu trabalho às especificidades locais. Por essa razão, foi proposto um levantamento para identificar e conhecer os programas de atendimento a pessoas em situação de violência (vítimas e/ou autores) já implantados na

<sup>10</sup> CRAS (Centro de Referência de Assistência Social); SUAS (Sistema Único da Assistência Social).

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

Região Metropolitana de Vitória/ES, bem como investigar o papel e a atuação do psicólogo nesses programas.

Nosso objetivo, nesse estudo, foi identificar programas de enfrentamento à violência voltados para vítimas e/ou autores de agressão existentes na Região Metropolitana de Vitória nos quais estratégias de intervenção têm sido efetivadas e, ainda, analisar de forma geral o modo de atuação dos psicólogos que estão inseridos nesses programas.

## Método

### Panorama geral

Foram visitadas 13 instituições da Região Metropolitana de Vitória que faziam atendimento a pessoas em situação de violência. Uma delas, um centro de atendimento a idosos, não contava com profissionais específicos para o atendimento devido à falta de recursos, segundo a profissional entrevistada. De acordo com ela, apenas as mulheres idosas, vítimas de violência doméstica, eram atendidas na Delegacia da Mulher, que funcionava no mesmo local; as outras vítimas eram encaminhadas a outros serviços.

Os dados apresentados referem-se, então, aos que foram coletados nas entrevistas realizadas nas 12 instituições restantes.

### Participantes<sup>11</sup>

Participaram do estudo 15 profissionais atuantes em 12 programas destinados a atender vítimas de violência e/ou autores de violência. Para preservar a identidade dos participantes e das participantes e evitar a identificação dos programas, visto que trabalhamos com um universo de poucos programas e profissionais, optamos por utilizar como critério de referência aos mesmos o genérico feminino pelo fato do grupo investigado ter sido composto, em sua maioria, por mulheres. Foram entrevistadas sete coordenadoras (cinco assistentes sociais, uma jornalista e uma advogada) e oito técnicas (três assistentes sociais, cinco psicólogas e uma policial).

<sup>11</sup> Com objetivo de facilitar o entendimento do leitor e ainda preservar o sigilo acerca dos entrevistados, decidimos identificar os programas de acordo com a cidade na qual se situam. Serão, portanto, identificados por S, os programas do município da Serra; V os programas do município de Vitória; e VV para os programas do município de Vila Velha.

Embora tenha sido objetivo inicial entrevistar coordenador e técnico de cada programa, não foi possível adequar o prazo estabelecido pelo projeto à disponibilidade de alguns profissionais, o que resultou na seguinte configuração dos vínculos profissionais das entrevistadas: nos programas VV1, V2, VV2 e S22 foram entrevistadas tanto a coordenadora quanto a técnica; somente as técnicas dos programas S1, VV3, S4, e S3 e as coordenadoras de V1, V3, V4, V5.

### Procedimento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados – um roteiro de entrevista semi-estruturado – objetivava colher informações tanto a respeito do funcionamento dos serviços como também sobre a atuação de seus respectivos coordenadores e técnicos. Para tanto, o instrumento foi construído em duas versões, uma para coordenadores e outra para técnicos. A versão para coordenadores trazia questões relativas ao funcionamento do programa (objetivo do programa, etapas do atendimento, financiamento, estrutura, público alvo, planejamento, treinamento e avaliação), além dos conceitos de agressão e violência. A versão para técnicos trazia perguntas sobre sua formação, sobre os atendimentos desenvolvidos (duração, frequência, hipóteses de desistência e permanência, preferência teórica, etc.) além dos conceitos de agressão e violência e da descrição do planejamento e da avaliação das atividades.

As entrevistas foram realizadas nas sedes dos próprios programas, sendo marcadas previamente com as profissionais de acordo com suas disponibilidades e tiveram duração média de uma hora. A gravação das mesmas foi autorizada mediante a apresentação e assinatura do termo de consentimento, cujo conteúdo garantia o sigilo das identidades dos entrevistados e das entrevistadas e explicitava o uso das informações para publicações de trabalhos científicos e os benefícios previstos com a divulgação dos conhecimentos produzidos.

### Procedimento de análise dos dados

Concluída a fase de coleta dos dados, as entrevistas foram transcritas e, em seguida, foi utilizado o *software* QRS N6 (QRS International Pty Ltd, 2002) para a codificação de documentos de texto e posterior análise de correlações. Por meio do *software*, as entrevistas transcritas no programa *Microsoft Word* foram importadas para o N6, onde,

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

utilizando a Análise de Conteúdo (Bardin, 2002), foi possível buscar no material transcrito unidades de contexto (partes relevantes do texto) que foram, então, divididas em categorias e subcategorias (*nodes*), possibilitando uma melhor compreensão das estruturas encontradas no material coletado. Algumas dessas categorias foram posteriormente analisadas e discutidas nesse trabalho, com base na literatura existente.

## Resultados e Discussão

Ao longo da Análise de Conteúdo, diversas categorias foram identificadas e, por meio do

### Quadro 1: Caracterização dos Programas investigados

Cidade sede dos programas	Público Alvo Atendido pelos Programas		
	Vítimas de Violência*	Vítimas de Violência Sexual	Autores de Violência
Vitória	V1, V2, V5	V3, V4	--
Vila Velha	VV1	VV2, VV3	--
Serra	S1, S4	S2	S3

\* As instituições agrupadas aqui oferecem atendimento a vítimas de diversos tipos de violência. Descrição detalhada abaixo.

### Quadro 2: Quantidade de programas por público alvo atendido

Vítimas de Violência	Público Alvo Atendido pelos Programas					
	Vítimas de Violência Sexual	Autores de Violência				
Mulheres	Idosos	Geral	Mulheres	Crianças e Adolescentes	Adultos	
2	2	2	2	3	1	1

As instituições visitadas localizam-se nas cidades de Vitória, Vila Velha e Serra e têm de dois a nove anos de funcionamento, com média de 5,7 anos de existência. Com relação ao público alvo, seis locais atendem às vítimas de diversos tipos de violência (sexual, física, urbana, doméstica) sendo duas instituições focadas em idosos, duas em mulheres e duas no público em geral. Essas instituições atendem a vítimas diretas (vítimas de violência doméstica, de gênero, racial ou em função da orientação sexual) ou indiretas (como apoio a familiares de um indivíduo que foi assassinado). Nesses programas não é oferecido atendimento aos autores de violência.

*software* N6, essas categorias foram agrupadas em três grandes temas: I) conceito de agressão e violência; II) características dos programas nos quais os entrevistados e as entrevistadas atuavam; e III) atuação do profissional de Psicologia. Os dois últimos tópicos serão apresentados e discutidos a seguir:

### Características dos Programas

As entrevistas realizadas caracterizam um universo de 12 instituições descritas nos quadros a seguir:

Os programas que atendem idosos possuem características distintas entre si. Um deles objetiva especificamente atender às denúncias de maus tratos contra a pessoa idosa, enquanto o outro se apresenta como um centro de convivência, que além do atendimento a denúncias, oferece atividades de arte, cultura, lazer, educação e esportes.

Os programas direcionados a vítimas de violência sexual dividem-se em atendimento a mulheres, a crianças e adolescentes e atendimento a adultos em geral. As três instituições visitadas que tinham como público alvo crianças e adolescentes integravam uma rede de iniciativa do Governo

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

Federal, que conforme Carvalho e Malta (2007) busca atender para as violências interpessoais (sexual, doméstica, entre outras) contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Nos programas investigados, porém, o objetivo é acolher especificamente crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual.

Apenas um programa foi identificado com atendimento específico aos autores de violência, os quais eram encaminhados pelo Juizado Especial Criminal da cidade. Vale ressaltar que até o sancionamento da Lei Maria da Penha Fernandes, em 7 de Agosto de 2006<sup>12</sup>, a violência doméstica era considerada uma infração de menor potencial ofensivo (cuja pena máxima é de até um ano de encarceramento), sendo os acusados julgados por Juizados Especiais e sujeitos às penalidades mais brandas, ou penas alternativas (prestação de serviço à comunidade ou pagamento de cestas básicas). Dessa forma um indivíduo autor de violência poderia receber como pena a obrigatoriedade de tratamento junto a essa instituição por um tempo determinado pelo Juiz, ao invés da prisão, de acordo com a gravidade das lesões, reincidência, entre outros critérios. Importante observar que os dados aqui apresentados foram coletados nos seis primeiros meses da aplicação da nova lei e, portanto, não retratam as mudanças ou possíveis consequências dessa nos serviços de atendimento às vítimas de violência doméstica.

Com relação às formas de financiamento, quatro instituições funcionam apenas com verba municipal (VV3, S3, S4 e V5). Os oito programas restantes recebem apoio do Governo Federal, em parceria com o governo estadual e/ou municipal.

Considerando as profissionais que trabalham nas instituições visitadas, foi possível identificar três tipos de serviços mais comuns:

- Atendimento Social: o profissional de Serviço Social atua em todos os programas visitados, com uma média de dois assistentes sociais por instituição.
- Atendimento Psicológico: o profissional de psicologia aparece em quase todos os programas,

apesar de em menor número por instituição com relação ao número de assistentes sociais. Dois programas não contavam com psicólogos no momento da coleta dos dados, e apenas dois contavam com mais de um psicólogo.

- Atendimento Jurídico: oferecido em quatro instituições (V1, V2, S2 e VV1). Em outras instituições as pessoas, quando necessário, são encaminhadas a serviços externos conveniados.

Além desses serviços, as instituições contam com profissionais responsáveis por trabalhos em oficinas, como pedagogo, profissional de arte corporal, educador físico, professor de arte, maestro, professor de informática e fisioterapeuta. O quadro de funcionários é composto ainda por profissionais de apoio, como recepcionistas, auxiliares de serviços gerais, guardas, porteiros, entre outros. Sete programas contam com estagiários de diversos cursos de graduação, entre os quais: Serviço Social, Direito, Educação Física, Psicologia, Arquivologia, Informática e Administração.

#### **Atuação do profissional de Psicologia**

De acordo com as informações recolhidas, o atendimento inicial nas instituições e a triagem são realizados frequentemente por assistentes sociais, ou, em alguns casos, pelo profissional de psicologia em conjunto com outros profissionais.

Das 12 instituições incluídas na pesquisa, foi possível encontrar psicólogas atuando em 10 delas. Nos dois locais que não contavam com profissionais com essa formação, as justificativas foram: os usuários são encaminhados para os serviços de atendimento psicológico das unidades de saúde, quando necessário (S4); a equipe foi reformulada e o psicólogo ainda não havia sido chamado (S1).

Os programas em geral oferecem atendimento individual, de casais (no caso de mediação de conflitos entre ex-cônjuges), familiar ou em grupo. Segundo as entrevistadas, os grupos atendidos poderiam ser formados por vítimas de violência, por mães de crianças e adolescentes que sofreram violência, por casais envolvidos em relacionamentos marcados por violência, e por famílias em situação de violência.

Diante da perspectiva recente de inserção do psicólogo na assistência social, percebe-se que, nos programas em análise, as profissionais entrevistadas afirmam que sua atuação é importante, principalmente diante das questões do usuário que

<sup>12</sup> Lei 11340/06 de sete de agosto de 2006 que "cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências."

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

consideram “mais subjetivas”. Vale ressaltar que, apesar de concordarem com relação à importância, muitas vezes, as profissionais não descrevem com clareza sua própria atuação, provavelmente porque o objetivo de suas intervenções não parece bem delimitado dentro do contexto da assistência social. Por outro lado, o assistente social tem o seu lugar mais estabelecido enquanto agente de promoção de direitos, qualidade de vida e orientação.

Em geral, o trabalho da psicologia focaliza o atendimento individual ou de grupo; as psicólogas desses programas buscam apoio de outros técnicos, membros da equipe sempre que julgam necessário.

Foi observado também que nem sempre a preferência teórica das psicólogas coincide com suas atuações nos programas. As entrevistas revelam que os atendimentos psicológicos são realizados segundo abordagens distintas, entre as quais foram citadas a Psicologia Analítica, o Psicodrama, a Esquizoanálise, a Psicologia Social, a Arte Terapia, a Ludoterapia, Terapia Corporal e a Abordagem Centrada na Pessoa. Deve-se ressaltar, entretanto, que algumas das profissionais entrevistadas afirmaram trabalhar aliando mais de uma abordagem, como é o caso da técnica V2, que afirma: “*Eu gosto de trabalhar com psicodrama e esquizoanálise... mas o foco é psicologia social*”. Por outro lado, algumas profissionais relataram não utilizar uma abordagem específica: “*Eu não faço muita questão de optar por uma linha. Eu gosto muito de arte terapia e também de abordagem junguiana. Mas eu [não] tenho uma linha que digo, eu sou isso ou aquilo*” (técnica VV2).

A utilização de técnicas embasadas em várias linhas teóricas – ou em nenhuma – por uma mesma profissional nos leva a indagar o porquê de tal prática. Podemos pensar em que medida a prática dessas profissionais está sendo orientada por um tecnicismo, ou seja, pela utilização de técnicas isentas de reflexão teórica. Carvalho, Bosi e Freire (2009), em um estudo sobre a prática do psicólogo nos serviços de saúde pública do município de Fortaleza-CE, identificam e criticam tal tecnicismo por parte de alguns profissionais, avaliando que tal tipo de prática “*revela pouca reflexão sobre sua atuação*” (p. 68).

Em nosso estudo, percebemos que entre as participantes existe essa reflexão sobre a atuação, especialmente no que se refere ao reconhecimento de necessidades e ausências em todos os âmbitos (formação, condições de trabalho, dificuldades cotidianas). No entanto, a alta demanda por técnicas específicas por parte das profissionais pode ser um

índice de ausência de reflexão, uma vez que elas parecem desconsiderar que um referencial teórico possibilita a construção de uma prática que se ajuste àquele contexto.

A argumentação das profissionais aparece no sentido de salientar a ausência de capacitação específica e a falta de experiência para atuação com o fenômeno da violência, o que sugere que compreendem a existência de uma cisão entre a teoria que aprenderam em seus cursos de Psicologia e a prática que lhes é requerida. Acreditamos que tal compreensão de teoria e prática, como formações separadas, contribui para aumentar a insegurança dessas profissionais frente às incertezas e especificidades que elas enfrentam diariamente em seu contexto de trabalho. Essa situação está ilustrada nas falas apresentadas a seguir: “*(...) tanto eu quanto a outra psicóloga,... nós nunca tínhamos discutido o estatuto [Estatuto da Criança] na universidade, violência na universidade, como trabalhar com crianças muito pequenas (...)* (técnica VV2).

*A gente não consegue intervir, né, na família. Eu não consigo porque eu também não tenho formação teórica [para trabalhar com família]* (técnica S2).

*(...) minha falta de experiência profissional na questão da violência, às vezes me sinto impotente e incapacitada diante de algumas situações mais graves, (...)* (técnica VV1).

Verificamos no discurso das entrevistadas a inquietação pela ausência de uma formação mais técnica, que propicie ferramentas voltadas para áreas de trabalho específicas. Outras considerações sobre formações específicas expressam a falta, ao longo da formação da profissional, de teorias que atendessem a uma população específica (família, crianças muito pequenas). Entendemos, contudo, que embasamentos teóricos bem fundamentados fornecem uma perspectiva de homem e de mundo sólida o suficiente para que os profissionais possam pensar práticas de acordo com diferentes contextos. Ainda, se a proposta de diversos cursos de graduação em Psicologia tem seu foco na formação de profissionais generalistas, acreditamos que tal formação busca a construção de bases teóricas e filosóficas consistentes a partir das quais seja possível avaliar propostas de intervenção nos diversos campos ou níveis de atuação.

Não queremos, com essa análise, diminuir ou ignorar as deficiências do ensino em algumas instituições de graduação ou dificuldades

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

estruturais que se colocam frente à atuação dos profissionais. Falhas nesse sistema existem e são descritas por autores que investigam a formação do psicólogo (recente e em constante processo de avaliação) e propõem olhares e práticas diferenciados (Nascimento, Manzini & Bocco, 2006). O que consideramos ser interessante ressaltar, no momento, é o quanto a autonomia e segurança de atuação deste profissional se liga à necessidade de técnicas prontas e à dificuldade de utilização das propostas teóricas estudadas para se ocupar um espaço ainda pouco consolidado, a saber, o da assistência social. Concordamos com Bock (1999) que afirma que a recente inserção do psicólogo em algumas áreas leva à necessidade de construção de novas práticas, adaptadas à demanda e à realidade apresentada. Segundo a autora, é necessário que o profissional assuma o compromisso de questionar os conceitos naturalizadores e assumir um compromisso social, percebendo o indivíduo de forma histórica e contribuindo para a melhoria em suas condições de vida.

Colcerniani e Evangelista (2007) utilizaram como referência para o trabalho do Psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) o manual do CRAS, no qual estão descritas as atribuições do psicólogo naquela instituição. No entanto, em seu relato de experiência, as autoras relatam que esse manual não possibilitou às mesmas maior segurança na realização do seu trabalho, uma vez que cada item se mostrava pouco específico, ou as condições físicas e estruturais dificultavam a realização de um atendimento eficaz ao usuário ou grupos de usuários. Essa tem sido a realidade encontrada por cada psicóloga inserida nos programas aos quais tivemos acesso. Existe uma tentativa, por parte da equipe, de atualização e busca de maior conhecimento na área, como podemos observar através de algumas falas:

*Nós tivemos algumas oficinas, muitos eventos ocorrem na prefeitura em relação à violência doméstica, à violência contra mulher, à questão de gênero, raça e GLBT. (técnica S1)*

*Pelo grupo de estudos, a gente trabalhou a violência sexual, fala da responsabilização, né. Agora estamos trabalhando com a questão da sexualidade como direitos humanos. (técnica S2)*

Nos grupos de estudo realizados pelas equipes, ou em cursos de atualização profissional, são trabalhadas questões referentes ao público alvo da

instituição e às formas de violência sofridas por esses, como pode ser observado nas falas das técnicas de S1 e S2. No entanto, o papel do psicólogo como parte da equipe e suas possibilidades de atuação não parecem ser discutidos. O posicionamento da coordenação do programa é fundamental para o funcionamento integrado da equipe, e para o desenvolvimento do espaço do psicólogo naquela instituição, de acordo com o que pudemos observar em cada programa visitado.

Em relação à compreensão do conceito de violência, ainda que grupos de estudos sejam realizados, o trabalho de quase todos os programas é restrito à vítima, o que indica que o conceito relacional de violência ainda está distante das práticas institucionais. Algumas das entrevistadas disseram que seria interessante trabalhar também com o autor de violência, mas que não havia espaço no programa para que isto acontecesse. Oliveira e Souza (2006) nos convidam à reflexão acerca da necessidade de transformar a prática psicológica utilizando a perspectiva relacional. Compreendemos que essa postura seria mais eficaz nas intervenções na área de violência, além de poder representar uma mudança efetiva na atuação dos profissionais de cada programa.

Além da dificuldade teórico-metodológica, outro fator que parece atrasar a implementação de melhorias no atendimento e, conseqüentemente, a melhoria na estruturação (principalmente de pessoal) dos próprios programas é a alta rotatividade de profissionais, principalmente nos programas em que o quadro de profissionais é preenchido por contratações temporárias – apenas S2 conta com profissionais concursadas. As profissionais entrevistadas apontam esta rotatividade como fator negativo para o desenvolvimento das ações e da qualidade dos atendimentos por dificultar a formação de vínculo e a continuidade das ações de atenção aos usuários. Além disso, a troca constante de profissionais também pode trazer prejuízos para a própria equipe, uma vez que implica a constante ambientação de novos funcionários às práticas do programa, ou ainda à necessidade de mudanças na organização da equipe para lidar com propostas de atuação diferentes vindas de novos profissionais. Nossos dados corroboram os de Campos e Malik (2008), que pesquisaram a existência de uma possível correlação entre a satisfação no trabalho e os índices de rotatividade entre médicos generalistas integrantes do Programa de Saúde da Família no

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

município de São Paulo. A pesquisa apontou que a alta rotatividade de profissionais é um desafio à gestão dos serviços públicos, principalmente mediante a realidade de contratação temporária, que geram estresse, insegurança e insatisfação nas profissionais.

*(...) eu acho isso [rotatividade de funcionários] um impedimento dessa continuidade [do trabalho] essa forma de contrato... Porque contratos temporários aí você vai ter trabalhos temporários? E onde fica o vínculo também com o nosso usuário? Né? Acaba perdendo porque na hora que tá no meio do trabalho, aí sai àquele profissional e entra outro. (coordenadora, V5).*

O vínculo efetivo de profissionais em S2, por outro lado, é apontado como um dos pontos positivos do programa:

*E aí o que acontece, vai fazer três anos pra cá, que entrou uma equipe, educadores, assistente social, psicóloga, que são todos efetivos, então assim, tem dado uma continuidade em termos de capacitação, desses profissionais estarem buscando capacitação, de fazer vínculo com as pessoas que a gente atende, de fazer vínculo com a rede também, de poder ter uma consistência de serviço, porque antes era muita dificuldade por causa disso (...)* (coordenadora, S2).

Ações como esta se mostram eficientes na organização institucional e na qualidade dos serviços prestados.

### Considerações Finais

O levantamento de programas voltados ao atendimento de vítimas de violência na Região Metropolitana de Vitória/ES e o contato com profissionais de psicologia e de outras áreas de formação se mostrou de grande relevância tanto por possibilitar o contato com e a descrição dos programas já existentes (estrutura, profissionais envolvidos, órgãos de financiamento, funcionamento geral) como também a investigação da atuação profissional nessa área (práticas, abordagens utilizadas, avanços e demandas).

Verificou-se a existência de organizações governamentais e municipais que buscam atender a uma demanda reconhecidamente crescente por apoio e assistência profissional. Diversas dessas revelam ter dificuldades no que se refere a uma estrutura básica e à manutenção de um quadro de funcionários capacitados que permitam a continuidade com qualidade dos serviços

oferecidos. Percebemos, nos relatos coletados, conteúdos que demonstram deficiências e também busca por melhorias ou, ao menos, identificação dos problemas que devem ser corrigidos (o que muitas vezes não depende das profissionais que ali atuam).

Um aspecto importante a ser destacado é a presença de apenas um programa que oferece serviços ao autor de violência, na maioria dos casos, a autores de violência contra a parceira. Compreendemos, como ressaltam Cortez e Souza (2008), que uma estrutura que ofereça tanto à mulher quanto ao homem um espaço para reavaliação de suas concepções sobre relações de gênero seja necessária na luta contra a violência conjugal. Tal apoio nos parece imprescindível nos casos de violência doméstica (sejam elas envolvendo maridos e esposas, pais e filhos, cuidadores, idosos, crianças ou jovens) que, em geral, envolvem pessoas afetivamente relacionadas. Nesse caso, podemos dizer da possibilidade de reinserção afetiva, que pode abarcar ou não a conciliação e convivência entre os envolvidos, mas que forneça subsídios para a construção de relações não-violentas. Ainda, nos casos de violência urbana (assaltos, latrocínio, estupro, brigas), parece-nos necessário buscar, dentro de uma perspectiva de intervenção em situações de violência, possibilidades de reinserção social.

No que concerne à estrutura geral dos programas, pudemos perceber um crescente nível de organização das instituições, com aumento de seu quadro funcional e do número de atendidos. Em contrapartida, vários serviços ainda carecem de maior investimento financeiro que possibilite o aumento no número de contratações e de capacitações de profissionais, diminuição da rotatividade, em conjunto com uma melhor estruturação física e divulgação dos serviços, visando à ampliação e melhoria dos atendimentos já prestados.

As informações concedidas pelas psicólogas entrevistadas possibilitaram identificar os fatores que prejudicam suas atuações na área de assistência social: a) a falta de preparo profissional para atuar diante das demandas apresentadas (resultante tanto da formação na graduação quanto da falta de orientação e treinamento das profissionais que iniciam seus trabalhos nesses programas), b) delimitação vaga a respeito das funções e do lugar do psicólogo pelos programas que oferecem atendimento nessa área; e c) alta rotatividade dos profissionais nos espaços de atuação. Juntamente

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

com tais fatores, o alto número de atendimentos, os entraves jurídicos, as dificuldades de intervenção no grupo familiar de referência, as complicações nos processos de atendimento contribuem para um sentimento de incapacidade e frustração dessas profissionais frente às dificuldades em relação a sua prática.

Faz-se mister conhecer com mais detalhes a atuação do psicólogo nesse contexto para que possamos contribuir com o desenvolvimento de um espaço de atuação tão recente como é o do psicólogo nas políticas públicas de assistência social. A necessidade de construção de linhas gerais de trabalho, não só para o psicólogo, mas para outros profissionais envolvidos nesses programas, abre as portas para novas pesquisas com esse tema, que poderão não só discutir qual o papel do psicólogo numa realidade social, mas também intervir, fazendo-os (re)pensar seus conceitos acerca da violência, do público alvo atendido e da sua própria atuação para, dessa forma, construir práticas cada vez mais favoráveis à promoção da vida.

É importante ressaltar que o levantamento realizado neste trabalho é apenas preliminar, sendo necessária a realização de uma investigação mais abrangente dos programas existentes nas cidades pesquisadas e no restante da Região Metropolitana de Vitória/ES, assim como no interior do Estado. Acreditamos que outras pesquisas com esse intuito possam sustentar propostas para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam de forma mais abrangente vítimas e autores dos diversos tipos de violência. Tais iniciativas podem ainda facilitar a criação de espaços para ouvir os profissionais que atuam nesses programas, permitindo a divulgação de políticas e intervenções de sucesso e, assim, colaborar tanto para o contínuo desenvolvimento das possibilidades de atuação desses vários profissionais, como para a implementação de ações e de programas cada vez mais efetivos na luta contra a violência.

## Referências

- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(1), 3 -11.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977).
- Bock, A. M. B. (1999). A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-326.
- Brito, A. M. M., Zanetta, D. M. T., Mendonça, R. C. V., Barison, S. Z. P & Andrade, V. A. G. (2005). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 143-149.
- Bruschi, A., de Paula, C. S. & Bordin, I. A. S. (2006). Prevalência e procura de ajuda conjugal física ao longo da vida. *Revista de Saúde Pública*, 40(2), 256-264.
- Campos, C. V. A., & Malik, A. M. (2008) Satisfação no trabalho e rotatividade dos médicos do Programa de Saúde da Família. *Revista de Administração Pública*, 42(2), 347-368. Recuperado em 11 de outubro de 2008, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003476122008000200007&lng=pt&nr=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122008000200007&lng=pt&nr=iso)
- Carvalho, L. B., Bosi, M. L. M. & Freire, J. C. (2009). A Prática do Psicólogo em Saúde Coletiva: Um Estudo no Município de Fortaleza (CE), Brasil. *Psicologia; Ciência e Profissão*, 29(1), 60-73.
- Carvalho, C. G. & Malta, D. C. (2007). Vigilância dos acidentes e violências no Brasil e propostas dos Serviços Sentinelas. In C. A. de Lima (Org.), *Curso Impactos da Violência na Saúde*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP.
- CFP (2007). *Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS*. Brasília, DF.
- Chauí, M. (1999, 13 de março). Uma ideologia perversa. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, p. 5.
- Colcerniani, C. B. & Evangelista, M. R. C. (2007). A inserção do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS: um relato de experiência na grande Vitória - ES. In *Anais do II Encontro Nacional de Política Social e do IV Seminário de Práticas em Serviço Social*. Vitória, ES.

Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Cortez, M. B.; Ciscon-Evangelista, M. R.; Barbosa, P. V.; Tesche, B. B.; Moraes, L. G. & Fonseca, K. de A. Atendimento às pessoas em situação de violência: o lugar e as práticas do psicólogo em Programas da Região Metropolitana de Vitória/ES

- Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde (2004). *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado em 11 de março de 2009, de [http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004\\_1\\_3.pdf](http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf)
- Cortez, M. B. & Souza, L. (2008). Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 171-180.
- Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B. et al. (2003). Violência Doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25(Suplemento 1), 9-21.
- Figueiredo, V. V., & Rodrigues, M. M. P. (2004). Atuação do psicólogo nos CAPS do Estado do Espírito Santo. *Psicologia em Estudo*, 9(2), 173-181.
- Lei 11.340/06 de 7 de agosto de 2006 (2006, 7 de agosto). Brasília/DF.
- Marcondes Filho, C. (2001) Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. *São Paulo em Perspectiva*. 15(2), 20-27.
- Miller, L. (2002). Protegendo as mulheres da violência doméstica. In L. Q. Moraes & R. Naves (Orgs.). *Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência* (pp. 223-263). Campinas, SP: Unicamp.
- Nascimento, M. L., Manzini, J. M., & Bocco, F. (2006). Reinventando as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 15-20.
- Oliveira, D. C., & Souza, L. (2006). Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 34-50.
- QRS International Pty Ltd (2002). *N6 Reference Guide*. Victoria, Austrália.
- Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 82-91.
- Sawaia, B. B. (2003). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. de F. Campos (Org.) *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 42-53). Petrópolis: Vozes.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2007). *Enfrentamento à Violência contra a Mulher - Balanço de ações 2006-2007*. Brasília: SEPM. Recuperado em 11 de março de 2009, de [http://200.130.7.5/spmu/docs/violencia\\_2007.pdf](http://200.130.7.5/spmu/docs/violencia_2007.pdf)
- Secretaria de Comunicação da Presidência da República (2008). *Destaques - ações e programas do governo federal - Novembro 2008* Brasília: SPCR. Recuperado em 11 de março de 2009, de [http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/Subsecretaria/arquivos/caddestaques\\_no\\_v2008c.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/caddestaques_no_v2008c.pdf)
- Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/ Departamento da Criança e do Adolescente (2002). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil* (3ed). Brasília, D. F.: SEDH/DCA, 2002. Recuperado em 11 de março 2009, de [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/plano\\_nacional.pdf](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/plano_nacional.pdf)

Categoria de contribuição: Relato de pesquisa  
Recebido: 04/05/09  
Aceito: 12/12/09

Pereira, F. N. & Garcia, A. Amizade e escolha profissional: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas

## **Amizade e Escolha Profissional: um Estudo com Alunos de Escolas Particulares e Públicas**

### **Friendship and Career Choice: a Study with Private and Public School Students**

Fábio Nogueira Pereira<sup>1</sup>

Aginaldo Garcia<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Este artigo apresenta uma pesquisa realizada com 36 estudantes de Ensino Médio de três escolas particulares e três escolas públicas com o objetivo de investigar a participação dos amigos na escolha profissional dos estudantes e as implicações da escolha nos relacionamentos familiares e de amizade. Os pais e os professores foram percebidos como uma influência mais direta ou vertical, enquanto os amigos participaram de modo mais horizontal, por meio de conversas e troca de informações. Os adultos tenderam a influenciar os objetivos, ou seja, a carreira ou curso escolhido e os amigos a cooperar entre si, trocando informações e críticas.

**Palavras-chave:** escolha profissional; amizade; adolescência; relacionamento interpessoal.

#### **Abstract**

This paper features a research with 36 high school students from three public and three private schools. The goal of this research was to investigate peers' participation in students' career choice and the implications of such choice in their relationships with family and friends. Through discussions and the exchange of information about career issues, parents and teachers were noticed as a more direct and vertical influence, while friends participated in a more horizontal way. Adults tended to influence career goals, that is, the career or major degree chosen, and friends to cooperate among themselves, exchanging information and critics.

**Key words:** career choice; friendship; adolescence; interpersonal relationships.

#### **Resumen**

Este texto presenta el relato del estudio realizado con 36 estudiantes de secundaria de tres escuelas particulares y tres escuelas públicas, con el objetivo de investigar la participación de los amigos en la elección profesional y las implicaciones de esta elección en los relacionamientos familiares y amistosos. Los padres y maestros fueron percibidos como una influencia más directa o vertical y los amigos participaron de forma más horizontal, por medio de conversaciones e intercambio de informaciones. Los adultos tendieron a influenciar los objetivos, o sea carrera o curso elegido y los amigos a cooperar entre si, intercambiando informaciones y críticas.

**Palabras claves:** elección profesional; amistad; adolescencia; relacionamiento interpersonal.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi parcialmente fomentada por bolsa de estudos concedida pela FAPES/FUNCITEC ao primeiro autor durante sua pesquisa para a dissertação do curso de mestrado em Psicologia. Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC) Instituto Milton H. Erickson do Espírito Santo. Contato: *e-mail*: fabionogueirapereira@gmail.com.

<sup>2</sup> Este autor é bolsista de produtividade do CNPq pela Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Pereira, F. N. & Garcia, A. Amizade e escolha profissional: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas

A importância da amizade na escolha profissional dos jovens, especialmente durante o período de transição do ensino médio para o ensino superior, ainda não foi devidamente investigada, sobretudo em nosso país. No Brasil, poucos autores, entre eles Magalhães, Lassance e Gomes (1998), Pereira e Garcia (2007) e Santos (2005) levaram em conta as relações com os amigos e pares como algo que poderia afetar o futuro profissional.

Magalhães et al. (1998) referem-se aos pares como um grupo de pessoas da mesma idade que poderia ajudar os jovens na discussão sobre o futuro profissional, carreira, formação profissional e experiências pessoais nesse momento de suas vidas. Considera também a dificuldade em abordar esses assuntos entre adolescentes que, por vezes, são concorrentes no vestibular ou porque não podem contribuir com informações importantes para a escolha da futura carreira dos colegas.

Santos (2005) afirma que os adolescentes procuram pessoas próximas para tomar suas decisões levando em conta suas opiniões. Os pais, irmãos, parentes, pares e, em alguns casos, um profissional especializado, são figuras de referência nesse processo. A família desempenha um papel importante na determinação da escolha profissional do jovem; entretanto, a influência dos pares precisa ser considerada. Os pais não são o único fio condutor do desenvolvimento de um indivíduo e determinante de todos os acontecimentos ao longo de sua vida. Logo, devemos considerar um contexto social mais amplo e mais complexo. A realidade contextual do adolescente serve de estrutura primária para sua escolha profissional, incluindo, assim, sua família e outras pessoas significativas com as quais compartilha suas experiências e constrói sua subjetividade (Santos, 2005).

Pereira e Garcia (2007), em pesquisa com 96 alunos de uma escola particular, apontaram diferentes processos psicossociais presentes nas relações com amigos, processos estes associados à escolha profissional, como apoio social, influência social e cooperação. Segundo estes autores, os adultos servem como modelos sociais a serem seguidos devido à sua atuação profissional, papel que seus pares não podem assumir por ainda não exercerem uma atividade profissional (Pereira & Garcia, 2007). Ao lado de uma pequena influência social dos amigos na escolha profissional, foram observados outros processos psicossociais, como apoio social e cooperação. A

influência dos adultos está mais relacionada a uma carreira ideal, havendo uma relação mais verticalizada. Enquanto os adultos influenciam as opções de escolha dos estudantes de forma mais direta ou vertical, os amigos opinam sobre essas opções e trocam informações sobre carreiras, cursos e instituições de ensino, cooperando entre si para a escolha final. A influência, neste caso, está mais relacionada ao alvo a ser atingido e tem uma participação maior dos adultos. A cooperação está mais relacionada ao processo para se decidir por uma carreira profissional.

Uma revisão da literatura recente referente à influência exercida por amigos em diversos aspectos da vida do adolescente indicou sua prevalência em diversos aspectos da vida do adolescente (Akers, Jones & Coyl, 1998; Beaudoin & Lachance, 2006; Best, Manning, Gossop, Gross & Strang, 2006; Cox, Hosier, Crossley, Kendall & Roberts, 2006; Hamm, 2000; Leatherdale, Manske & Kroeker, 2006; Nelson & McLeod, 2005; Vazsonyi & Belliston, 2006; Wills, Walker, Mendoza & Ainette, 2006; Wilson & MacGillivray, 1998). Contudo, são poucas as referências que esboçam alguma implicação dessa relação na escolha de uma profissão ou carreira (Magalhães et al., 1998; Pereira & Garcia, 2007; Santos, 2005). Há a necessidade, portanto, de mais investigações para compreender melhor a relação entre as amizades e a escolha profissional.

O relacionamento interpessoal é uma área de conhecimento transdisciplinar que inclui diferentes abordagens relacionadas a diversas ciências. Segundo Hinde (1997), relacionamentos são um conjunto de interações sociais. Estes relacionamentos dariam origem a grupos que, em seu conjunto, formariam a sociedade mais ampla. O autor ainda destaca a importância de considerar aspectos do ambiente físico e das estruturas sócio-culturais nos estudos sobre relacionamento interpessoal. Estes fatores se afetariam mutuamente formando um sistema complexo no qual diversas variáveis se cruzam de maneira interdependente. Outra contribuição importante de Hinde (1997) foi apontar a importância de se partir de uma ampla base descritiva para o estudo dos relacionamentos tendo como alvo a busca de princípios subjacentes aos aspectos observados.

## O Que é Amizade e seu Desenvolvimento no Contexto Social

A amizade é um relacionamento construído em bases históricas e sócio-culturais e, portanto, está sujeita a variações (Adams & Plaut, 2003; Allan, 1998; Auhagen, 1996; French, Bae, Pidada, & Lee, 2006; Hinde, 1997; Tsai, 2006). Entretanto, podemos apontar algumas características que lhe são fundamentais: informalidade, pessoalidade, voluntariedade, ausência de sexualidade exarcebada (Auhagen, 1996); similaridade, afirmação mútua da identidade, expectativas de confiança e de apoio (Hinde, 1997); companheirismo e interdependência de ambas as partes (Adams & Plaut, 2003; Auhagen, 1996; French et. al., 2006; Hinde, 1997); compartilhamento de atividades e similaridades sócio-econômico-culturais (Feld & Carter, 1998; Garcia, 2006a; Hinde, 1997; Laursen, 1996).

Desde a infância, somos capazes de estabelecer laços de amizade estáveis (Garcia, 2005b); até que esses relacionamentos se tornem mais importantes e desempenhem papel de destaque na adolescência (Auhagen, 1996; Bearman & La Greca, 2002; French, Rianasari, Pidada, Nelwan & Buhrmester, 2001; Garcia, 2006a; La Greca & Harrison, 2005; La Greca & Lopez, 1998; Laursen, 1996; López & Salas, 2006; Markward, McMillan & Markward, 2003; Reinhardt, Boerner & Horowitz, 2006; Wasserstein & La Greca, 1996). Interações que se iniciam em locais de encontro passam a acontecer com maior frequência e, aos poucos, as amizades surgem (Feld & Carter, 1998; Garcia, 2006a).

As amizades se desenvolvem em espaços que permitam a sucessão de interações e estabelecimento do relacionamento. A escola é um local bastante propício para a construção de amizades (Garcia, 2006a; Pereira & Garcia, 2007). Os amigos ainda apresentam similaridades em diferentes pontos, incluindo as atividades compartilhadas (Feld & Carter, 1998; Hinde, 1997).

Com o passar do tempo, os amigos ganham mais espaço como fonte de apoio social e emocional para o adolescente (Garcia, 2006a). O apoio provido pelas amizades serve de proteção contra a angústia social (La Greca & Harrison, 2005), auxilia na moderação do impacto negativo de discórdia entre as figuras parentais (Wasserstein & La Greca, 1996), e fornece importante fonte de intimidade (French et. al., 2001;

Thomas & Daubman, 2001). Tais relacionamentos tornam-se, também, estáveis, podendo ter seu início na infância e se estender até a adolescência (Garcia, 2005b; Pereira & Garcia, 2007).

De acordo com Pereira e Garcia (2007), além dos pais, os amigos são personagens importantes na comunicação sobre assuntos relacionados à escolha profissional. Os adolescentes trocam com os amigos informações sobre cursos, universidades e mercado de trabalho e opinam sobre as escolhas profissionais de seus amigos. Com os pais, os estudantes tendem a conversar sobre experiências profissionais dos pais e mercado de trabalho, entre outros temas.

Durante a adolescência, a intimidade, provida anteriormente pela família, passa cada vez mais a ser complementada pelos pares e amigos (Tsai, 2006). A similaridade é um traço importante entre amigos, seja de idade, gênero, etnia, religião, nível sócio-econômico-cultural ou atividades (Feld & Carter, 1998; Garcia, 2006a; Hinde, 1997; Laursen, 1996). Amigos são fontes de sentimentos de confiança e segurança entre adolescentes (Enomoto, 1999) e representam uma questão de *status* nos grupos aos quais os jovens pertencem (Hinde, 1997). As amizades podem se iniciar em ambientes e atividades compartilhadas pelos adolescentes, como escola, igreja, locais para atividades esportivas, entre outros (Garcia, 2006a), e fazem parte de uma rede mais ampla de relacionamentos (Feld & Carter, 1998).

## Relacionamentos e a Escolha Profissional do Adolescente

Várias referências apontam a importância da família na escolha profissional do jovem (Bohoslavsky, 1998; Müller, 1998; Soares, 2002) e da comunicação com os pais sobre o processo de eleição profissional (Pereira & Garcia, 2007). O presente artigo procura investigar o papel dos amigos em relação à escolha profissional, tema pouco investigado. Durante a transição da infância para a adolescência, há um aumento da influência dos amigos. Apesar do aumento da importância dos amigos como fontes de companhia, intimidade e de apoio emocional, por exemplo, a família ainda permanece importante. Amigos e familiares desempenham papéis diferentes, ainda que complementares, no mundo social do adolescente (Laursen, 1996). Os adolescentes procuram seus pais para compartilhar experiências novas ao passo que

Pereira, F. N. & Garcia, A. Amizade e escolha profissional: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas

sua família continua a ser um porto seguro para o apoio que precisam para explorar o mundo. Durante esse estágio de desenvolvimento, procuram apoio imediato fora da esfera familiar e os amigos tornam-se essenciais nessa função (López & Salas, 2006).

Dentre várias outras funcionalidades, os amigos cumprem o papel de afirmar reciprocamente suas identidades, auxiliando na manutenção de uma auto-imagem valorizada e na auto-elaboração positiva (Auhagen, 1996; Duck, 2004; Hinde, 1997). A adolescência é um importante momento de questionamento da identidade na sociedade ocidental, especialmente frente à expectativa de um projeto de vida pessoal e profissional que se torna mais e mais presente (Bohoslavsky, 1998; Müller, 1998; Silva & Soares, 2001; Soares, 2002) e os amigos podem se tornar uma fonte de apoio social contra a angústia gerada pelo processo de escolha (Pereira & Garcia, 2007).

A influência social está relacionada ao fato de opiniões e atitudes de uma pessoa poderem afetar as opiniões e atitudes de outra pessoa (Bless, 2001; Martin & Hewstone, 2003; Rashotte, 2007). As amizades, cumprindo seu papel de manutenção da auto-percepção e de auto-elaboração positiva de ambos os amigos, propiciam a reelaboração da personalidade, de diversos comportamentos, sentimentos e atitudes frente às situações da vida. Considerando que a amizade também abarca funções de cooperação mútua (Adams & Plaut, 2003; Feld & Carter, 1998; French et. al., 2006; Hinde, 1997), os amigos auxiliam um ao outro para que seus objetivos sejam atingidos – no caso dos participantes desta pesquisa, a escolha profissional.

Segundo Pereira e Garcia (2007), a maioria dos estudantes de escolas particulares relatou não influenciar a escolha profissional de amigos e também não ser influenciada por amigos em sua própria escolha. Entretanto, esta pesquisa observou que amigos opinam sobre as escolhas de seus pares, trocam informações sobre cursos e profissões, bem como indicam cursos e profissões que eles acreditam serem mais apropriados para seus amigos. Os dados de Pereira e Garcia (2007) indicam ampla participação dos amigos na escolha profissional associada a um baixo índice de percepção da influência desses amigos nessa escolha.

### **Objetivos e Relevância desta Pesquisa**

Esta pesquisa teve por objetivo investigar a influência percebida dos amigos na escolha profissional e a influência da escolha no relacionamento com amigos entre estudantes do segundo ano do ensino médio de escolas públicas e particulares. Os objetivos específicos foram: a) descrever e analisar alguns aspectos da escolha profissional dos participantes; b) descrever e analisar a participação dos familiares e dos amigos na escolha profissional; e, c) descrever a analisar como a escolha profissional afeta as amizades desses estudantes.

Apesar do reconhecimento, por parte da literatura, da influência exercida por amigos em diversos aspectos da vida do adolescente, ainda faltam estudos sobre como os amigos influenciam a escolha profissional. São poucas as referências que abordam o papel dos amigos na escolha de uma profissão ou carreira (Bright, Pryor, Wilkenfeld & Earl, 2005; Kenny & Bledsoe 2005; Magalhães et al., 1998; Pereira & Garcia, 2007; Santos, 2005). São necessárias, portanto, mais investigações para compreender melhor as relações entre amizades e escolha profissional.

A presente pesquisa visa contribuir para o avanço do conhecimento no campo da orientação profissional e dos estudos sobre os relacionamentos interpessoais. Garcia (2005a) afirma que a área de estudos sobre o relacionamento interpessoal está em franco desenvolvimento apesar de ainda apresentar lacunas importantes. Cremos que o desconhecimento da relação entre as amizades e a escolha profissional representa uma destas lacunas. Mesmo podendo ser considerado o país com maior produção sobre relacionamento interpessoal na América do Sul (Garcia, 2006b), o Brasil ainda carece de estudos relacionando rede de amigos e escolha profissional.

A escolha profissional representa uma das decisões mais importantes na vida do adolescente, com inúmeras conseqüências para sua carreira e projeto de vida. Apesar de pesquisas recentes indicarem a influência de amigos em vários aspectos da vida do adolescente, como o rendimento escolar, a escolha do vestuário e o consumo de álcool e de outras drogas, entre outros (Akers et al., 1998; Beaudoin & Lachance, 2006; Best et al., 2006; Cox et al., 2006; Hamm, 2000; Leatherdale et al., 2006; Nelson & McLeod, 2005; Vazsonyi & Belliston, 2006; Wills, Walker, Mendoza & AINETTE, 2006; Wilson & MacGillivray, 1998), as investigações sobre o papel dos amigos nas escolhas profissionais de adolescentes são escassas.

## Metodologia e Descrição da População

Participaram da presente pesquisa 36 estudantes de ambos os sexos, com idades entre 15 e 18 anos, freqüentando o segundo ano do ensino médio, sendo 18 de três escolas particulares e 18 de três escolas públicas. A inclusão de estudantes de escolas públicas e particulares teve por objetivo identificar diferenças não apenas nas escolhas profissionais, mas também no papel exercido pelos amigos nessa escolha e como essas escolhas se refletem na rede de amigos nos dois grupos. A determinação da população acima citada deu-se pelo fato deste ser um período em que tais estudantes devem optar pelas áreas que irão se dedicar ao longo do terceiro ano (exatas, humanas ou biomédicas) para especializar seus estudos, visto muitos exames vestibulares se utilizarem de provas específicas de acordo com o curso escolhido pelo proponente.

Constata-se que as escolas particulares, ou ao menos parte delas, oferecem um atendimento mais amplo a seus alunos, muitas vezes extrapolando o conteúdo programático obrigatório, como aulas de artes, línguas e esportes, bem como programas de informação profissional com palestras, feiras com universidades e faculdades expondo seus cursos e visitas a locais de trabalho variados. A parcela da população que freqüenta tais escolas caracteriza-se por um alto nível sócio-econômico-cultural, com expectativas que o adolescente curse o ensino superior, até mesmo em outro Estado ou país.

As escolas públicas da região pesquisada, em geral, não dispõem das mesmas facilidades de acesso à informação e serviços complementares dos alunos de uma escola particular. Os alunos da escola pública em sua maioria não têm os mesmos capitais financeiro, cultural e social. Visto suas características sócio-econômicas, espera-se deles uma inserção imediata no mercado de trabalho ao fim do ensino médio – se é que já não trabalham – e uma atitude decisional diferenciada. Esta, provavelmente, está circunscrita a um espectro de possibilidades ocupacionais mais restrito (Silva, 1995; Silva, 1996). O ensino superior é um sonho para muitos alunos oriundos de escolas públicas, porém estes esbarram em obstáculos diversos no decorrer de seu percurso educacional.

Para a coleta de dados, foi desenvolvido um instrumento composto por três questões fechadas e 17 questões abertas. Os dados foram coletados durante o

segundo semestre de 2006 e o primeiro semestre de 2007, nas escolas participantes, em horário agendado pela própria escola, com a presença dos pesquisadores. Os participantes foram reunidos em uma sala e preencheram o instrumento na própria escola, em local e horário agendado, sob a supervisão dos pesquisadores para esclarecer quaisquer dúvidas sobre o instrumento. Os pesquisadores solicitaram aos participantes da pesquisa o termo de consentimento e as escolas envolvidas autorizaram a realização da pesquisa em suas dependências.

Os dados foram tabulados e as respostas organizadas em categorias dentro de cada aspecto investigado. Os dados foram tratados e interpretados de forma qualitativa e organizados e analisados e discutidos à luz da literatura pertinente.

## Resultados e Discussão

Por ocasião da pesquisa, a maioria dos estudantes entrevistados, tanto nas escolas públicas quanto particulares, relatou ter realizado uma escolha profissional ou escolhido o curso que pretendiam seguir. A maioria, inclusive, relatou uma segunda opção e vários uma terceira possibilidade. Poucos ainda não haviam escolhido o curso a seguir.

Com relação à primeira opção de carreira, 14 respostas diferentes foram obtidas. Dessas, apenas duas não correspondiam ao ensino superior: bombeiros e curso técnico. Opções de cursos citadas por alunos de escolas públicas e particulares incluem Engenharia, Medicina, Direito e Publicidade. Apenas alunos da escola pública optaram por cursos técnicos e de bombeiro, além das carreiras de Gastronomia, Administração e Enfermagem. Apenas alunos das escolas particulares optaram por Arquitetura, Jornalismo, Química, Nutrição e Filosofia, como primeira opção.

Para realizar as escolhas profissionais, os participantes utilizaram diferentes critérios. Tanto na escola pública quanto na particular, habilidade ou aptidão, preferência ou afinidade, padrão financeiro, cotidiano do trabalho, mercado de trabalho e matérias escolares foram utilizados como critérios de escolha. Critérios usados apenas na escola particular incluíram profissão do pai, projeto pessoal, projeto social e mercado de trabalho. Prazer ou satisfação no trabalho foi citado apenas na escola pública.

Preferência ou afinidade pela profissão e as matérias escolares foram os dois critérios mais utilizados pelos dois grupos. Critérios que poderiam

Pereira, F. N. & Garcia, A. Amizade e escolha profissional: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas

ser considerados mais pessoais (como habilidade, projeto pessoal e social) foram mais evidentes no grupo Pr. Os gêneros também diferiram. Rapazes apontaram o padrão financeiro promovido pela profissão, as matérias escolares e suas preferências e afinidades em relação à profissão como os três critérios mais usados. Para as garotas, a preferência e afinidade com a profissão têm a primazia, seguidas pelas matérias escolares e suas habilidades e aptidão para realizar atividades afins à profissão.

A escolha profissional também foi tema de conversa com amigos. A maioria dos participantes relatou comunicar-se com amigos sobre escolha profissional e considerou importante conversar sobre o tema com amigos. Apenas na escola pública, alguns alunos disseram não fazê-lo. Na escola particular, a maioria relatou falar com três ou mais amigos, enquanto na escola pública isto ocorria com um ou dois amigos. O principal motivo exposto para esse diálogo é facilitar a crítica sobre a própria escolha, seguido pela troca de informações sobre profissões, cursos e universidades. Outro motivo que apareceu nos dois grupos foi o apoio emocional para a tomada de decisão. Facilitar *networking*, ou formação de redes sociais, no futuro, apareceu apenas na escola particular. Por outro lado, os participantes da rede privada também apresentaram motivos para não conversar com amigos, receando ser influenciados negativamente, por considerar a escolha algo individual ou por preferir conversar com familiares.

Segundo a tendência apontada por Pereira e Garcia (2007), os participantes conversavam com seus amigos sobre sua escolha, o que consideraram importante. Podemos deduzir que conversar com os amigos exerce um importante papel no processo de escolha profissional.

A maioria dos adolescentes está informada quanto à escolha profissional dos amigos. Nas duas situações, poucos foram os amigos que escolheram o mesmo curso do estudante sujeito da pesquisa. A maioria citou amigos escolhendo profissões em áreas distintas. Mas também foram relatados amigos com escolhas afins às dos estudantes, principalmente na rede particular. Com poucas exceções, os alunos relataram conversar com os pais sobre sua escolha, principalmente para pedir sua opinião sobre o assunto. Vários foram os temas que fazem parte dessa conversa. Alguns temas foram citados apenas por alunos da rede particular, como o cotidiano das profissões, o mercado de trabalho, a experiência e escolha profissional dos pais. Nas duas situações

foram temas das conversas com os pais: informações sobre cursos e universidades, estudos, retorno financeiro da profissão, realização profissional, apoio emocional e apoio instrumental.

Muitos conversam com os pais sobre a escolha profissional, contudo, conversam mais com amigos sobre o tema. O conteúdo da conversa com pais e amigos também difere. Os amigos, que vivem o mesmo momento de escolha, compartilham informações para o processo de escolha profissional, tais como informações sobre cursos e instituições de ensino. Com os pais, tratam de temáticas relativas a mercado de trabalho, cotidiano profissional e realização profissional. Segundo a literatura da área (Bohoslavsky, 1998; Müller, 1998; Pereira & Garcia, 2007; Soares, 2002), os adultos, e mais especificamente os pais, servem como modelo de profissionais já inseridos no mercado de trabalho e com um projeto profissional desenvolvido.

Quatro tópicos não foram citados por alunos da rede pública: mercado de trabalho, cotidiano das profissões, experiência profissional dos pais e escolha profissional das mães. A ausência de relatos sugere a possibilidade de insatisfação frente aos pais como modelos para a construção de seus projetos profissionais. A necessidade cada vez maior de escolaridade devido à competitividade do mercado de trabalho e às exigências do sistema produtivo potencialmente coloca os modelos apresentados pelos pais em defasagem frente à demanda da sociedade e dos estudantes. A baixa escolaridade média apresentada pelos pais e mães dos alunos oriundos do ensino público possivelmente afeta esta forma de comportamento.

A maioria relatou não influenciar a escolha dos amigos, porque a escolha é pessoal ou por preferir não opinar na escolha profissional dos amigos. Alguns desses alunos explicaram a ausência de influência segundo sua percepção através de duas justificativas: a individualidade da escolha e a preferência por não opinar na escolha profissional dos amigos. Vários, contudo, relataram que influenciam a escolha dos amigos, trocando informações sobre cursos e universidades ou ajudando os amigos a criticar sua escolha profissional.

Realizar uma escolha e concretizá-la na tomada de decisão envolve processos psicossociais complexos. As pessoas com as quais nos relacionamos, como familiares e amigos, por exemplo, exercem importante função na reelaboração

Pereira, F. N. & Garcia, A. Amizade e escolha profissional: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas

de nossa personalidade e na atualização da mesma (Auhagen, 1996; Hinde, 1997).

Pereira e Garcia (2007) apresentam dados que mostram um baixo índice de percepção de influência tanto do amigo na escolha do estudante quanto da influência deste na escolha do amigo. Entretanto, amigos opinam sobre as escolhas de seus pares, trocam informações sobre cursos e profissões, bem como indicam cursos e profissões que eles acreditam ser mais apropriados para os amigos. Os dados de Pereira e Garcia (2007) indicam ampla participação dos amigos na escolha profissional em processos como cooperação e apoio, apesar do baixo índice de percepção da influência desses amigos na escolha profissional.

Poucos alunos relataram ser influenciados pelos amigos na própria escolha profissional. Neste caso, isto se daria ao receber apoio emocional ou quando ajudados a criticar sua própria escolha. Os alunos que se percebem influenciando os amigos quanto a sua escolha profissional entendem que trocar informações sobre cursos e universidades, discutir com os amigos sobre a escolha, ajudando-os a criticá-la, são formas de influência.

As pessoas mais importantes para a definição de carreira foram pai e mãe, o próprio estudante, professores e amigos, além de profissionais da área, outros familiares e parceiros românticos (estes últimos com menor frequência nos relatos). Assim, grande parte dos participantes reconheceu a família como bastante influente em suas vidas, o que está de acordo com investigações anteriores (Bámaca & Umaña-Taylor, 2006; Pereira & Garcia, 2007).

Mesmo se considerando “autônomos” em suas escolhas, o relacionamento interpessoal com figuras próximas, como familiares e amigos, não deixa de atuar na estruturação da identidade, incluindo a identidade profissional. Kerpelman e Pittman (2001) afirmam que o comportamento dos pares serve como parâmetro para que o adolescente se engaje na exploração de sua própria identidade.

Em concordância com Bámaca e Umaña-Taylor (2006), os participantes valorizaram a família, especialmente as figuras parentais, em sua relação com os estudos e a escolha profissional, sendo menor a participação de professores e amigos. Esse padrão possivelmente mostra discrepâncias na estrutura familiar brasileira, na qual o pai seria modelo entre famílias de nível sócio-econômico mais elevado e a mãe nas famílias das classes menos favorecidas.

Entretanto, a frequência de respostas considerando pai e mãe conjuntamente foi alta.

A influência dos professores foi maior nas escolas particulares. Um dos possíveis motivos são as diferenças no relacionamento entre alunos e professores nas escolas públicas e privadas. A participação dos amigos na escolha profissional foi maior entre as alunas da rede particular; todas as estudantes relataram conversar com os amigos sobre a escolha profissional e muitas delas reconhecendo a importância de se conversar com os amigos sobre esta escolha para facilitar a própria crítica. Visto que as garotas relataram com maior frequência características emocionais em suas amizades, a importância dos amigos na definição da carreira apresenta coerência. Esta correlação deverá ser explorada em outras pesquisas.

A maioria dos participantes não percebeu mudanças em seus relacionamentos devido à escolha profissional, fenômeno já observado por Pereira e Garcia (2007). Raramente, os participantes mencionaram que a escolha profissional afetaria sua futura rede social. A minoria que percebe tal influência aponta mudanças na amplitude de sua rede de relacionamentos com a inserção de pessoas com as quais compartilha mesmo interesse profissional, mudanças nos relacionamentos com membros da família e mudanças no círculo de amizades.

Os dados se assemelham aos obtidos por Pereira e Garcia (2007) em alguns pontos, em relação à percepção de influência sobre a escolha dos amigos e/ou nos relacionamentos, diferindo, contudo, em outros, como na percepção de influência dos amigos na própria escolha e das pessoas mais importantes para o futuro da carreira, principalmente em função da inserção de dados de alunos de escolas públicas e particulares.

Esta participação, contudo, não se traduz como uma influência percebida. Poucos estudantes perceberam-se influenciando as escolhas dos amigos. Assim, para alunos da rede pública e da particular, os dados indicam, ao mesmo tempo, uma ampla participação dos amigos na escolha profissional, associada a um baixo índice de percepção da influência desses amigos nessa escolha. Desta forma, familiares, professores e amigos parecem participar de forma diferenciada do processo de escolha profissional. Em consonância com Pereira e Garcia (2007), enquanto os primeiros exerceriam uma influência “externa” mais clara nas opções de carreira, com maior poder de influência (em posição

Pereira, F. N. & Garcia, A. Amizade e escolha profissional: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas

de liderança, em um relacionamento mais “vertical”), os amigos participariam de forma mais “horizontal”, por meio de discussões, troca de informações e mesmo apoio. Pode-se supor que a participação dos amigos seja mais no sentido de uma cooperação entre similares em busca de um alvo ou objetivo profissional, enquanto a determinação deste alvo sofra uma influência maior de pessoas em posição hierarquicamente superior, pelo menos quanto ao estágio de desenvolvimento profissional, como é o caso de pais e professores.

Apesar de algumas diferenças entre alunos de escolas públicas e particulares, o papel dos amigos no processo de escolha profissional parece ser similar. Os alunos da rede particular parecem participar de uma rede social mais ampla com acesso a mais informações e com expectativas mais elevadas quanto ao futuro profissional. Isto pode ser indicado pela ausência da escolha de cursos técnicos como opção de carreira.

Apesar de uma vasta literatura disponível sobre a influência exercida por amigos em diversos aspectos da vida do adolescente (Akers, Jones & Coyl, 1998; Beaudoin & Lachance, 2006; Best, Manning, Gossop, Gross & Strang, 2006; Cox et al., 2006; Hamm, 2000; Leatherdale et al., 2006; Nelson & McLeod, 2005; Vazsonyi & Belliston, 2006; Wills, Walker, Mendoza & Anette, 2006; Wilson & MacGillivray, 1998), o simples conceito de influência não é suficiente para compreender o papel dos amigos na escolha profissional. Possivelmente, este processo esteja diretamente relacionado à inserção futura em um segmento específico da sociedade ocupado por adultos, que exercem diferentes funções e atividades profissionais. As escolhas diretamente influenciadas pelos amigos estariam relacionadas à inserção imediata do jovem em grupos de pares ou amigos. Assim, tal comportamento seguiria o mesmo padrão quanto à forma de se vestir, o desempenho nos estudos, ou o consumo de drogas. Tais comportamentos afetariam diretamente as relações do adolescente com outros membros de grupos de sua idade, dos quais participa ativamente. Mais investigações seriam necessárias para conhecer melhor as relações entre processos como influência e cooperação em diferentes atividades da vida do adolescente e do adulto jovem.

Apesar de o presente trabalho reconhecer o papel da família na escolha profissional, como já observado anteriormente (Bámaca & Umaña-Taylor, 2006, entre outros), destaca a participação dos amigos e a

necessidade de se observar de forma mais ampla os diversos processos envolvidos na escolha profissional e o papel de diferentes membros da rede social dos adolescentes nessa escolha. Logo, há a necessidade de se investigar diferentes processos psicossociais presentes na escolha de uma profissão e como estes se manifestam em diferentes relacionamentos sociais do adolescente.

Segundo Hinde (1997), os relacionamentos afetam e são afetados pelo grupo ao qual os adolescentes pertencem, pela estrutura sócio-cultural e pelo ambiente físico. Pode-se, assim, perceber opções coerentes com a profissão dos pais e professores, com seu meio social e com os recursos materiais à disposição. Do ponto de vista da contribuição que uma abordagem dos relacionamentos pode ter na compreensão de processos de escolha profissional, por exemplo, seria interessante procurar abordar essa escolha como um fenômeno psicossocial que se dá dentro de uma rede de relacionamentos do adolescente e do jovem adulto e dos processos envolvidos de modo mais amplo. Isto não descarta a importância do estudo de outros fatores, como os econômicos, os educacionais e mesmo os religiosos. Neste sentido, o presente trabalho procurou inserir os relacionamentos de amizade no processo de escolha, tendo que vista que, tradicionalmente, são os relacionamentos familiares os mais investigados.

Visto que a população estudada não se percebe influenciada pelos amigos quanto à escolha profissional e a literatura revisada aborda o tema tangencialmente, também sugerimos a utilização de outras técnicas metodológicas para pesquisar o tema nesta população, tais como questionários, grupos focais e entrevistas que abordem diretamente o papel dos amigos. É possível que a baixa incidência de respostas que considerem o papel dos amigos e dos pares em pesquisas anteriores seja decorrente de metodologia que não registre tais fenômenos psicossociais.

De acordo com as idéias de Hinde (1997), outros aspectos ainda poderiam ser investigados, dentro do tema de relações interpessoais. Outra possibilidade de pesquisa seria investigar como o avanço tecnológico e econômico afetam as formas de relacionamento entre as pessoas e suas conseqüências para a inserção em uma sociedade em transformação. Do ponto de vista dos relacionamentos, a escolha profissional surge como um processo de inserção social com conseqüências fundamentais para a rede social.

Pereira, F. N. & Garcia, A. Amizade e escolha profissional: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas

Apesar de ser raramente percebida pelos participantes, a escolha de um curso superior específico vai levá-lo a frequentar uma determinada universidade e ter contato com pessoas específicas. Assim, para aqueles que atingem o nível universitário, o projeto profissional não se restringe à formação para o exercício de uma futura profissão. A escolha profissional abrange também aspectos da construção de redes sociais e a própria inserção do universitário em um determinado segmento da sociedade.

### Considerações Finais

Os amigos estão presentes na escolha profissional de alunos de escolas públicas e particulares. De forma semelhante, conversam com amigos sobre o assunto, auxiliam-se mutuamente na troca de informações sobre cursos e instituições de ensino superior e discutem sua própria escolha profissional facilitando a crítica. Os dados sugerem a existência de diferenças entre os dois grupos, tanto nos relacionamentos com familiares quanto com amigos, que se afetam mutuamente. Entre os alunos de escolas particulares houve uma maior coincidência na escolha de profissões semelhantes. Pode-se concluir que o papel dos relacionamentos interpessoais no processo de escolha profissional dos adolescentes é um tema complexo e multifacetado no qual o papel dos amigos apresenta variações de acordo com gênero e classe social (escola pública e particular).

### Referências

- Adams, G. & Plaut, V. C. (2003). The cultural grounding of personal relationship: friendship in North America and West African worlds. *Personal Relationship*, 10(3), 333-347.
- Akers, J. F., Jones, R. M. & Coyl, D. D. (1998). Adolescent friendship pairs: similarities in identity status development, behaviors, attitudes, and intentions. *Journal of Adolescent Research*, 13(2), 178-201.
- Allan, G. (1998). Friendship and the private sphere. In R. G. Adams & G. Allan (Orgs.). *Placing friendship in context* (pp. 71-91). Cambridge: Cambridge University Press.
- Auhagen, A. E. (1996). Adult friendship. In A. E. Auhagen & M. Von Salisch (Orgs.). *The diversity of human relationships* (pp. 229-247). Cambridge: Cambridge University Press.
- Bámaca, M. Y. & Umaña-Taylor, A. J. (2006). Testing a model of resistance to peer pressure among Mexican-origin adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 35(4), 631-645
- Bearman, K. J. & La-Greca, A. M. (2002). Assessing friend support of adolescents' diabetes care: The Diabetes Social Support Questionnaire-Friends version. *Journal of Pediatric Psychology*, 27(5), 417-428.
- Beaudoin, P. & Lachance, M. J. (2006). Determinants of adolescents' brand sensitivity to clothing. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, 34(4), 312-331.
- Best, D., Manning, V., Gossop, M., Gross, S. & Strang, J. (2006). Excessive drinking and other problem behaviours among 14-16 year old schoolchildren. *Addictive Behaviors* 31(8), 1424-1435.
- Bless, H. (2001). Memory as a Target of Social Influence?: Memory Distortions as a Function of Social Influence and Metacognitive Knowledge. In J. P. Forgas & K. D. Williams (Orgs.). *Social influence: direct and indirect processes* (pp.167-184). Philadelphia, PA: Psychology Press.
- Bohoslavsky, R. (1998). *Orientação vocacional: a estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bright, J. E. H., Pryor, R. G. L., Wilkenfeld, S. & Earl, J. (2005). The role of social context and serendipitous events in career decision making. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 5(1), 19-36.
- Cox, W. M., Hosier, S. G., Crossley, S., Kendall, B. & Roberts, K. L. (2006). Motives for drinking, alcohol consumption, and alcohol-related problems among British secondary-school and university students. *Addictive Behaviors* 31(12), 2147-2157.

Pereira, F. N. & Garcia, A. Amizade e escolha profissional: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas

- Duck, S. (2004). *Human relationships*. London, UK: Sage.
- Enomoto, J. (1999). Socio-emotional development of friendship among adolescents: activities with friends and the feeling for friends. *Japanese Journal of Educational Psychology*, 47(2), 180-190.
- Feld, S. & Carter, W. C. (1998). Foci of activity as changing contexts for friendship. In R. G. Adams & G. Allan (Orgs.). *Placing friendship in context* (pp. 136-152). Cambridge: Cambridge University Press.
- French, D. C., Bae, A., Pidada, S. & Lee, O. (2006). Friendships of Indonesian, South Korean, and U.S. college students. *Personal Relationships* 13(1), 69-81.
- French, D. C., Rianasari, M., Pidada, S., Nelwan, P. & Buhrmester, D. (2001). Social support of Indonesian and U.S. children and adolescents by family members and friends. *Merrill Palmer Quarterly*, 47(3), 377-394.
- Garcia, A. (2006a). Friendship in childhood and adolescence: a study in Brazil. In A. Garcia (Org.). *Personal relationships: international studies* (pp.128-141). Vitória, ES: UFES / Núcleo Interdisciplinar para o Estudo do Relacionamento Interpessoal.
- Garcia, A. (2006b). Personal relationships research in South America – An overview. In A. Garcia (Org.). *Personal relationships: international studies* (pp. 78-97). Vitória, ES: UFES / Núcleo Interdisciplinar para o Estudo do Relacionamento Interpessoal.
- Garcia, A. (2005a). Relacionamento interpessoal: uma área de investigação. In A. Garcia (Org.). *Relacionamento interpessoal: olhares diversos* (pp. 7-27). Vitória, ES: UFES/PPGP.
- Garcia, A. (2005b). *Psicologia da amizade na infância: uma introdução*. Vitória, ES: UFES / Núcleo Interdisciplinar para o Estudo do Relacionamento Interpessoal.
- Hamm, J. V. (2000). Do birds of a feather flock together? The variable bases for African American, Asian American, and European American adolescents' selection of similar friends. *Developmental Psychology*, 36(2), 209-219.
- Hinde, R. A. (1997). *Relationships: a dialectical perspective*. Hove, UK: Psychology Press.
- Kenny, M. E. & Bledsoe, M. (2005). Contributions of the relational context to career adaptability among urban adolescents. *Journal of Vocational Behavior*, 66(2), 257-272.
- Kerpelman, J. & Pittman, J.F. (2001). The instability of possible selves: Identity processes within late adolescents' close peer relationships. *Journal of Adolescence*, 24(4), 491-512
- La Greca, A. M. & Harrison, H. M. (2005). Adolescent peer relations, friendships, and romantic relationships: do they predict social anxiety and depression? *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 34(1), 49-61.
- La Greca, A. M. & Lopez, N. (1998). Social anxiety among adolescents: Linkages with peer relations and friendships. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 26(2), 83-94.
- Laursen, B. (1996). Closeness and conflict in adolescent peer relationships: interdependence with friends and romantic partners. In W. M. Bukowski, A. F. Newcomb & W. W. Hartup (Orgs.). *The company they keep: friendship in childhood and adolescence* (pp. 186-210). Cambridge: Cambridge University Press.
- Leatherdale, S. T., Manske, S. & Kroeker, C. (2006). Sex differences in how older students influence younger student smoking behaviour. *Addictive Behaviors* 31(8), 1308-1318.
- López, E. J. & Salas, L. (2006). Assessing social support in Mexican and Mexican American high school students: a validation study. *Journal of Hispanic Higher Education*, 5(3), 97-106.
- Magalhães, M. O., Lassance, M. C. P. & Gomes, W. B. (1998). Escolha vocacional em adolescentes. In W. B. Gomes (Org.). *Fenomenologia e*

Pereira, F. N. & Garcia, A. Amizade e escolha profissional: um estudo com alunos de escolas particulares e públicas

- pesquisa psicológica* (pp. 161-195). Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Markward, M., Mcmillan, L. & Markward, N. (2003). Social support among youth. *Children and Youth Services Review*, 25(7), 571-587.
- Martin, R. & Hewstone, M. (2003). Social influence processes of control and change; Conformity, obedience to authority and innovation. In M. A. Hogg & J. Cooper (Orgs.). *Sage Handbook of Social Psychology* (pp. 347-366). London: Sage.
- Müller, M. (1998). *Orientação vocacional: contribuições clínica e educacionais*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Nelson, M. R. & McLeod, L. E. (2005). Adolescent brand consciousness and product placements: awareness, linking and perceived effects on self and others. *International Journal of Consumer Studies*, 29(6), 515-528.
- Pereira, F. N. & Garcia, A. (2007). Amizade e escolha profissional: influência ou cooperação? *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 8(1), 71-86.
- Rashotte, L. (2007). Social Influence. In Manstead, A. S. R. & Hewstone, M. (Orgs.), *The blackwell encyclopedia of Social Psychology* (pp. 562-563). Malden: Blackwell Publishing.
- Reinhardt, J. P., Boerner, K. & Horowitz, A. (2006). Good to have but not to use: differential impact of perceived and received support on well-being. *Journal of Social and Personal Relationships*, 23(1), 117-129.
- Santos, L. M. M. (2005). O papel da família e dos pares na escolha profissional. *Psicologia em Estudo*, 10(1), 57-66.
- Silva, A. L. P. & Soares, D. H. P. (2001). A orientação profissional como rito preliminar de passagem: sua importância clínica. *Psicologia em Estudo*, 6(2), 115-121.
- Silva, L. B. C. (1996). *A escolha da profissão: uma abordagem psicossocial*. São Paulo: Unimarco.
- Silva, L. B. C. (1995). Contribuições para uma teoria psicossocial da escolha da profissão. In A. M. B. Bock (Org.). *A escolha profissional* (pp. 25-44). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Soares, D. H. P. (2002). *A escolha profissional do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus.
- Thomas, J. J. & Daubman, K. A. (2001). The relationship between friendship quality and self-esteem in adolescent girls and boys. *Sex Roles*, 45(1-2), 53-65.
- Tsai, M.-C. (2006). Sociable resources and close relationships: intimate relatives and friends in Taiwan. *Journal of Social and Personal Relationships*, 23(1), 151-169.
- Vazsonyi, A. T. & Belliston, L. M. (2006). The cultural and developmental significance of parenting processes in adolescent anxiety and depression symptoms. *Journal of Youth and Adolescence*, 35(4), 491-505.
- Wasserstein, S. B. & La Greca, A. M. (1996). Can peer support buffer against behavioral consequences of parental discord? *Journal of Clinical Child Psychology*, 25(2), 177-182.
- Wills, T. A., Walker, C., Mendoza, D. & Ainette, M. G. (2006). Behavioral and emotional self-control: relations to substance use in samples of middle and high school students. *Psychology of Addictive Behaviors*, 20(3), 265-278.
- Wilson, J. D. & MacGillivray, M. S. (1998). Self-Perceived influences of family, friends, and media on adolescent clothing choice. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, 26(4), 425-443.

Categoria de contribuição: Relato de pesquisa  
 Recebido: 12/03/09  
 Aceito: 25/10/09

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

## **Subcultura no Uso da Força Policial: uma Análise do Uso da Força Policial a partir da Teoria das Representações Sociais**

### **Subculture in the Use of Police Force: an Analysis of the Use of Police Force following the Theory of Social Representations**

Ricardo Belini Muffato de Souza<sup>1</sup>

Atualpa Luiz de Oliveira<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O presente artigo, inserido nas temáticas trabalhadas pela Psicologia Social e do Trabalho, busca analisar, por meio da Teoria das Representações Sociais, a presença de uma subcultura interferindo no uso da força policial, geralmente materializada na formação de grupos de policiais que utilizam esse instrumento. Tais grupos defendem que, se o policial não se impõe sempre pela força física durante uma intervenção policial, ele não consegue o respeito do cidadão abordado. A atuação das corporações policiais merece destaque nos diversos campos de estudos, pois diz respeito tanto aos indivíduos representantes das corporações, ou seja, os policiais, como à população beneficiária dos serviços prestados por essas instituições. Assim, este estudo de caso de caráter descritivo-analítico, fruto da conclusão de curso de graduação, tem como objetivo buscar uma melhor compreensão sobre a presença de preceitos subculturais no uso da força policial. Foi feito junto a uma amostra de policiais recém-formados e em processo de formação em um Centro de Ensino da Corporação da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, partindo de análises de falas de companheiros de farda e da análise de informações obtidas com questionário, observou-se que, nas práticas policiais operacionais, fatores subculturais influenciam a conduta de determinados policiais, culminando na incorreta aplicação do uso da força. Buscou-se identificar, ainda, como esse fenômeno surge, suas principais características e as explicações teóricas possíveis para os resultados encontrados.

**Palavras-chave:** subcultura; comportamento policial; uso da força policial; representações sociais.

#### **Abstract**

This article, inserted in the themes discussed in labor and social psychology, seeks to analyze, by means of the Theory of the Social Representations, the presence of a subculture interfering in the use of the police force, generally materialized in the formation of groups of policemen who make use of this instrument. Such groups argue that, if the policeman does not always impose himself through the use of physical strength during a police intervention, he is not able to get the respect of the approached citizen. The performance of police corporations deserves to be highlighted in the various fields of studies because they not only concern the individuals that represent the corporations, that is, the policemen, but also the population that benefits from the services provided by these institutions. Therefore, this case study of descriptive and analytical nature, resulting from an undergraduate's final coursework, has the goal of searching for a better understanding of the presence of subculture precepts in the use of police force. It was carried out with a sample of newly trained policemen and policemen in training process at a Center for Education of the Corporation of the Military Police of the State of Minas Gerais, Brazil. Thereby, starting out with analyses of the speeches of companions from the corporation, and from analyses of information obtained through questionnaire, it was observed that, in the operational police practices, subculture elements influence the conduct of certain policemen, culminating in the incorrect application of the use of the force. Moreover, this research tried to identify how this phenomenon appears, its main characteristics and the possible theoretical explanations for the obtained results.

**Key words:** subculture; police behavior; police use of force; social representations.

---

<sup>1</sup> Graduando em Matemática pela Universidade Federal de São João Del Rei, Bacharel em Ciências Militares com Ênfase em Defesa Social pela Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Contato: rickbelini@ig.com.br

<sup>2</sup> Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras, Psicólogo e Especialista em Gestão de Negócios empreendedores pela UFSJ. Contato: atualpa\_luiz@yahoo.com.br

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

## Introdução

A análise histórica das polícias militares do Brasil mostra que, por muito tempo, confundiu-se segurança pública com defesa interna nacional. Desse modo, as corporações policiais se apresentaram mais como exércitos estaduais garantidores dos interesses estatais do que da sociedade em geral. Durante essa fase, diversos abusos cometidos registraram imagem das Polícias Militares como órgãos de repressão e controle social (Muniz, 2001).

Nesse contexto, diversos órgãos, nacionais e internacionais, preocupados com a garantia dos direitos dos cidadãos, regularam, por meio de normas, o procedimento policial no que tange ao uso da força. A partir dessas normas, surgiram os documentos institucionais que versam sobre o uso da força. A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) apresenta como documento norteador desse instituto o *Manual de Prática Policial* e outras diretrizes (*Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública* e *Diretriz Auxiliar de Operações*). Esses documentos orientam que o controle exercido pelo policial sobre o indivíduo, durante uma intervenção policial, deve ser realizado por meio de conselho, advertência e persuasão, utilização da força física e, por último, com a utilização de técnicas letais.

Outrossim, tanto as legislações quanto os documentos institucionais advertem que o uso da força deve ser utilizado de forma gradativa, sempre no exercício do estrito cumprimento do dever legal ou da legítima defesa, e em concordância com os princípios básicos de legalidade, necessidade, proporcionalidade e conveniência (Minas Gerais, 2002).

A lei não autoriza o excesso, facultando apenas a repulsa, pelos meios necessários. Assim, se o policial pode defender o seu direito ou de outrem repelindo a agressão injusta por meios moderados, não se justifica que o policial opte por meios mais violentos e arbitrários.

Na concepção de Bengochea (2004), a polícia tradicional, por não mais atender aos interesses sociais, vem sendo substituída pelo *Polícia Moderna*<sup>3</sup>, que possui como características a prevenção, a parceria com a comunidade e a garantia dos direitos humanos. Assim, Resende (2001) afirma que, com o trabalho preventivo do

policiamento comunitário, espera-se que o uso da força, pelos agentes do Estado, seja exceção e, em uma perspectiva mais utópica, que não seja necessário em mais nenhum caso.

Porém, há determinada resistência com relação a esse modo de policiamento e, em consequência, certa obscuridade entre “saber o certo” e “acreditar e fazer o correto”. Tal resistência encontra forte apoio numa subcultura<sup>4</sup> que faz com que a ignorância, o empirismo e o “aprendizado das ruas” sobressaiam sobre a cientificidade e a legalidade do uso da força.

Diante desses apontamentos, surge o problema da presente pesquisa, em que se lança o seguinte questionamento: a subcultura interfere no correto uso da força policial? Para responder a essa pergunta, escolheram-se grupos<sup>5</sup> de policiais da Polícia Militar de Minas Gerais, junto aos quais foram feitas observações e colhidos dados por meio de questionários baseados na Teoria das Representações Sociais<sup>6</sup>.

Um dado que chama a atenção é que as denúncias contra policiais militares são mais que o dobro das encontradas nas demais corporações. No entanto, ressalta-se que a Polícia Militar é responsável pelo policiamento ostensivo; logo, pelo primeiro contato com o cidadão durante o atendimento de uma ocorrência.

Quando o cidadão, insatisfeito com um ato(s) policial(ais), faz uma queixa/reclamação na Ouvidoria de Polícia/OGE, essa ação policial pode ser descrita como uma infração disciplinar (esfera administrativa) ou mesmo como crime (esfera penal / penal militar). Porém é uma classificação preliminar e deverá ser aberto um processo/procedimento para a busca da verdade real. Os dados da Tabela 1 mostram a classificação das denúncias de acordo com sua natureza. A classificação de uma denúncia pode conter mais de uma natureza e a Tabela 1 apresenta o número de

<sup>3</sup> Polícia que está próxima da comunidade a que serve, tendo o policiamento comunitário como a atividade que melhor corresponde à sua real missão.

<sup>4</sup> Segundo Ferreira (2006) subcultura consiste num conjunto de padrões de comportamento, crenças ou interesses próprios de um determinado grupo, que geralmente não é partilhado pela sociedade global em que o grupo se encontra integrado e pela cultura nela dominante.

<sup>5</sup> Esses grupos consistiam de policiais militares em formação e de policiais militares recém formados de um Centro de Ensino da Corporação. Esses grupos eram separados por turmas de formação.

<sup>6</sup> Teoria sustentada pela Psicologia Social na qual representações são consideradas como um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual. Para um debate mais aprofundado, consultar Guareschi e Jovchelovitch (1994); Jodelet (2001); Moscovici (1998, 2003); Sá (1996, 1998, 2000); Spink (1993); Wagner (1995, 1998).

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

denúncias de acordo com a natureza da transgressão com relação às 1.109 denúncias registradas no ano de 2006 pela OGE/MG. As denúncias mais comuns foram: abuso de autoridade/agressão (18,4%), abuso de autoridade/outros (12,1%) e ameaça (12,1%).

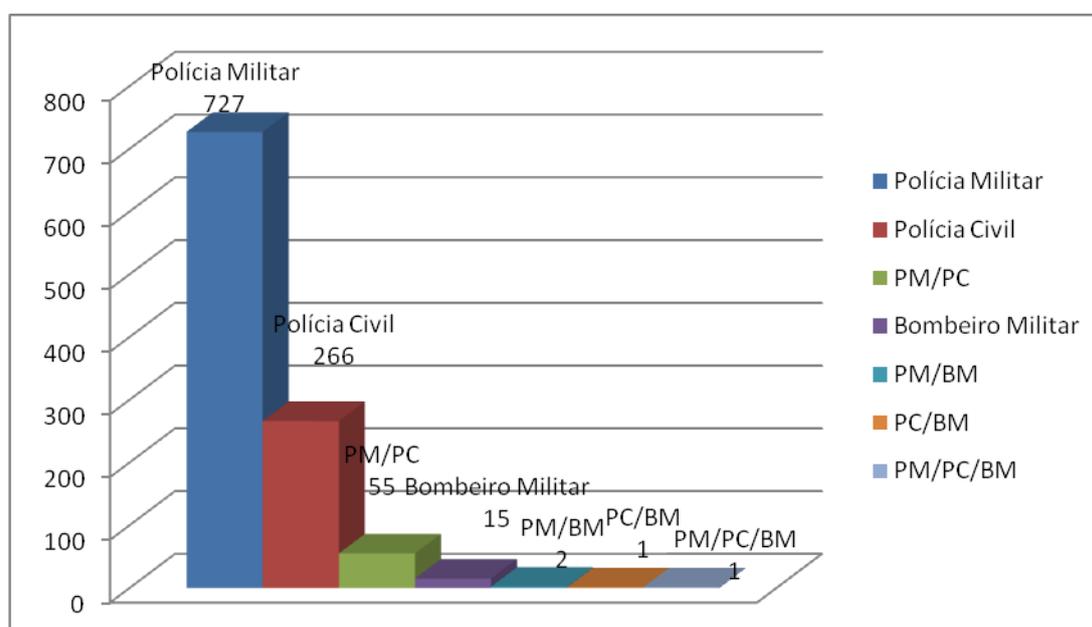


Gráfico 1. Denúncia por corporações – Ano de 2006. Fonte: Banco de dados OGE-MG

A Tabela 1 mostra que existem várias vertentes acerca das denúncias que se amoldam ao crime de abuso de autoridade. Tal tipo penal pode ser caracterizado pelas modalidades de prisão arbitrária, constrangimento ilegal, agressão ou outras atividades ilícitas. Tais infrações penais, se somadas, correspondem a 58,4% das denúncias referentes ao ano de 2006. Numa comparação com o ano de 2005, nota-se que essas naturezas correspondiam a 64,3% das denúncias. Por isso, no ano de 2006, houve uma redução de 5,9% nas denúncias de abuso de autoridade.

Tais dados ressaltam, em partes, a relevância do presente estudo, pois trazer à tona o debate acerca do uso da força policial, suas implicações e percepções nos meandros de uma corporação de

segurança de Minas Gerais pode possibilitar maior debate do tema proposto.

Nessa direção, o presente artigo está estruturado em seis partes, incluindo essa introdução. Na segunda passagem do texto, constrói-se uma reflexão sobre violência, comportamento e subcultura dentre da corporação policial. A terceira parte traz algumas considerações, com ênfase na subcultura e seu uso na força policial. Posteriormente, neste artigo, a teoria das representações sociais é apresentada, sendo seguida na quinta parte pela metodologia de trabalho aplicada neste estudo. Na sexta e última parte, são apresentados os resultados, sendo complementados com as considerações finais.

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

**Tabela 1:** Classificação das denúncias de acordo com a natureza. Fonte: Banco de dados da OGE-MG.

<b>Classificação das denúncias de acordo com a natureza</b>				
<b>NATUREZA DAS DENÚNCIAS</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>
Abuso de autoridade/ agressão	382	18,4	349	25,9
Abuso de autoridade/ outros	251	12,1	253	18,8
Ameaça	251	12,1	268	19,9
Má qualidade do atendimento	191	9,2	208	15,4
Abuso de autoridade/ prisão	169	8,1	124	9,2
Outros	165	8	270	20
Lesão corporal	159	7,6	162	12
Constrangimento ilegal	146	7	92	6,8
Corrupção	111	5,3	277	20,5
Infração disciplinar	63	3,06	80	5,9
Negligência	40	2	57	4,2
Tortura	32	2	63	4,7
Prevaricação	25	1,2	30	2,2
Discriminação	20	1	7	0,5
Constrangimento ilegal e/ ou abuso de autoridade	16	0,7	48	3,6
Homicídio	14	1	24	1,8
Corrupção passiva	10	0,4	10	0,7
Enriquecimento ilícito	6	0,2	14	1
Tentativa de homicídio	5	0,2	21	1,6
Falta de policiamento	4	0,1	13	1
Concussão/ extorsão	2	0,1	20	1,5
Peculato	2	0,1	8	0,6
Violência arbitrária	2	0,1	14	1
Estelionato	1	0,04	1	0,1
Abuso de poder	-	-	58	4,3
Desaparecimento forçado	-	-	2	0,1
Tráfico de drogas	-	-	13	1
<b>TOTAL</b>	<b>2067</b>	<b>100,0</b>	<b>2486</b>	<b>184,3</b>

## **Violência, Comportamento e Subcultura Policial**

A violência policial é um fato, não um caso isolado. E em se tratando de um fato concreto, deve ser encarada como um grave problema a ser solucionado, visto que a violência praticada por agentes do Estado, que detêm o monopólio legítimo do uso da força, ameaça as estruturas democráticas necessárias ao Estado de Direito (Filho, 2002).

No entendimento de Guimarães, Torres e Faria (2005), as raízes do uso excessivo da força pelas corporações policiais brasileiras originam-se nos governos militares, nos quais predominavam as

concepções sobre a segurança nacional, estando a seguridade do país acima de tudo.

Após o fim do regime militar, ainda é comum os direitos humanos dos cidadãos serem violados nas intervenções policiais. A violência policial, antes utilizada como instrumento de controle social, hoje tem atingido não somente opositores do governo, mas também a população de classe baixa e marginalizada (Muniz, 2001).

De acordo com a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, tem ocorrido aumento nos crimes de abuso de autoridade. Tal violência se refere, ainda, às pressões criadas pelo próprio grupo de policiais, que, ao prescreverem a violência como defesa, a impõem por coação.

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

Nesse contexto, Filho (2002) expõe que, por intermédio dessas pressões criadas pelo próprio grupo policial, o militar despreparado encontra um ambiente promissor para o cometimento de excessos no uso da força. Corrobora para esse entendimento o posicionamento de Ledur (2000), relatando que a violência praticada pelos policiais decorre de uma cultura institucional voltada para o destaque excessivo da coragem e, também, da ausência de fiscalização eficiente.

A pesquisa realizada por Wilson e Brewer (citado por Ledur, 2000), dedicada ao comportamento policial, demonstrou que a formação de grupos age como elemento diminuidor da inibição e do aumento da probabilidade de agressão. Destacou-se, nesse estudo, que o nível de violência dos policiais varia de acordo com a natureza da atividade policial e o índice de policiais espectadores. Logo, é mais propício que o policial cometa abusos em atividades que envolvam maiores riscos e em conjunto com outros policiais também adeptos a tal comportamento do que, por exemplo, acompanhado de policiais que atuam legalmente e em atividades de menores riscos.

No entendimento de Amador (2002), o grupo masculino exerce sobre os policiais uma pressão adicional ao incentivar provas de virilidade. Isso se revela porque o grupo questiona a sexualidade do policial que se recusa a participar dos ritos de violência, pressionando-o a cometê-la como condição de pertinência ao grupo. Assim, os envolvidos visam obter, uns dos outros, provas de que são capazes de ser mais fortes do que os seus combatidos.

Logo, o uso da força, principalmente para aqueles policiais recém-ingressos à corporação, pode se apresentar como algo novo e, até mesmo, pode causar fascínio em alguns. Apesar do *glamour* da força física, da adrenalina, da velocidade, do sedutor poderio das armas de fogo e da formação inadequada, outro fator se apresenta nessa conjuntura: a subcultura.

Na concepção de Ferreira (2006) subcultura pode ser considerada como um conjunto de padrões de comportamento ou interesses próprios de determinado grupo, que não é partilhado pela sociedade global em que o grupo se encontra integrado e pela cultura nela dominante. Porto (2004) acrescenta que o simples fato de um policial corroborar as atitudes da subcultura corresponde a optar pelo pertencimento a um grupo que terminará por socializá-lo por meio do convívio e das relações interpessoais.

Destarte, o que diferencia a subcultura da cultura geral é a divergência na maneira de se proceder. Essas diferenças comportamentais originam-se das variações das experiências da aculturação e enculturação. A primeira é definida por Marconi e Pressoto (1998) como a fusão de duas culturas distintas. Assim, o contato entre as duas culturas diferentes gera mudanças no comportamento e, com o tempo, essas culturas formam uma nova cultura. Já a enculturação define-se como o condicionamento que ocorre com o indivíduo que aprende a inibir o impulso de agir proibidamente e adapta o seu comportamento aos padrões culturalmente aceitos. Auxilia na formação da personalidade e perdura por toda a vida (Borges, 2002).

A subcultura policial, segundo Arruda (2003), estimula a corrupção e a violência, deixando a instituição distante da sociedade. Como característica dos indivíduos componentes, Porto (2004) expõe que muitos policiais veem as exigências normativas, como as que preveem limitações no uso da força e restrições no direito de busca e apreensão, como detalhes técnicos que interferem na efetiva aplicação da lei.

Em sua pesquisa, Cavassani (1998) demonstra a existência de grupos na corporação policial, com identidades bem definidas e ideologicamente imersas na subcultura. Além disso, a autora ensina que a inversão de valores chega a uma intensidade tão elevada que o policial que age conforme as normas e regulamentos tende a sofrer represálias e taxações.

Nesse diapasão, Porto (2004) ensina que as polícias, ao longo da sua experiência histórica, foram consolidando um tipo especial de saber – *o aprendizado da rua* – interpretado por seus membros como fundamental à sua própria sobrevivência individual. Dessa forma, a subcultura policial se marca por um conservadorismo intelectual que privilegia o olhar rasteiro e a tomada em consideração apenas dos elementos concretos. Assim, tudo o que se apresenta de inovação suscita reações de rejeição imediata e congela o universo policial em práticas rotineiras e bloqueia sua capacidade de se adaptar à mudança social (Rolim, 2007).

### **Subcultura no Uso da Força Policial**

Sobre os relatos de Silva (2003), tem-se que a subcultura no uso da força policial impulsiona o agente policial à prática do uso desproporcional da força. Tal fato constitui-se em um dos principais

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

mecanismos de tensão entre a polícia e a sociedade, uma vez que se cria no imaginário do policial a possibilidade da existência de um criminoso em cada cidadão, o qual, segundo a sua convicção, exteriorizará o seu lado delinquentes se a ação da polícia for frágil e sem emprego de força física.

Nesse contexto, Dantas (2005) afirma que a subcultura enraizada entre os agentes da segurança pública é a de que a causa do crime é a permissividade generalizada. Assim, o policial entende que, se ele fizer o uso da força de forma premeditada e exacerbada, conseguirá a manutenção do respeito e inibirá o cometimento de ilícitos.

Outrossim, Porto (2004) nos ensina que não somente o membro do grupo que utiliza arbitrariamente da força encontra-se envolvido subculturalmente. Segundo esse estudioso, o simples ato de corroborar as atitudes dessa subcultura é optar pelo pertencimento ao grupo, cuja socialização se dará por meio da violência arbitrária e do autoritarismo.

Tal subcultura é claramente exposta por Neto (2003) em um relato de experiência envolvendo policiais americanos:

Você deve ser forte nas ruas, senão eles vão para cima de você e você pode acabar também entregando as chaves da cidade. Quando eu cheguei, eu pensava que era possível ser legal e ainda assim seguir seu caminho. Mas eu descobri que, se não parecer mau, não falar como mau e não agir como se soubesse exatamente o que está fazendo, ninguém jamais fará aquilo que você disser. Você não pode parecer um escoteiro quando está nas ruas. Você deve fazer com que eles pensem que, de uma hora para outra, no meio de uma conversa, você pode explodir suas cabeças. (p. 76)

E, após tal citação, torna-se importante, como forma de demarcar alguns aspectos característicos da subcultura no uso da força policial, apresentar características predominantes e recorrentes na revisão bibliográfica do tema realizada para o presente estudo. Dessa forma, com base na literatura de Wolfgang e Ferracuti (citado por Nascimento, 2004), apresentam-se as principais características da subcultura no uso da força policial:

a) não necessita materialização da violência. O ato de defender e dissipar esses ideais se torna um componente simbólico que significa participação na subcultura;

- b) a intensidade com a qual um membro do grupo está disposto a recorrer à violência depende do quanto ele adotou os valores subculturais;
- c) membros apresentam comportamentos calcados no anonimato e códigos de conduta particulares;
- d) nem todos os membros expostos à presença de uma subcultura absorvem ou compartilham esses valores em igual quantidade e intensidade;
- e) a subcultura possui suas próprias formas de autorregulação, sendo a contranorma punida com sanções que incluem caçoar, expulsar ou afastar o elemento transgressor do grupo;
- f) é iminente mesmo quando o policial encontra-se de folga;
- g) apresenta-se mais em ambientes onde há maiores índices de crimes violentos;
- h) a violência não é necessariamente vista como uma conduta ilícita. Dessa maneira, os membros não lidam com sentimentos como culpa por causa das agressões que cometem.

Percebe-se, portanto, uma variedade de características que identificam os membros de grupos subculturais. Porto (2004, p. 25) expõe que “essas características subculturais podem passar a orientar a conduta do policial em outras situações do cotidiano, inclusive naqueles momentos em que o policial não se encontra em serviço”. Assim, percebe-se que a subcultura não é exclusiva do serviço operacional, no qual o policial encontra-se fardado e ostensivo. É iminente mesmo quando o policial encontra-se de folga. Dessa questão, podem-se correlacionar as diversas ocorrências envolvendo policiais fora do serviço, muitas delas envolvendo uso da força.

Desse modo, percebe-se que o convívio diário em meio aos grupos que adotam esse tipo de subcultura faz nascer entre os seus membros um sistema de valores sociais que, ao mesmo tempo em que são parte, estão à parte de todos os valores sociais.

## A Teoria das Representações Sociais

A teoria das representações sociais surgiu na Europa, em 1961, com a publicação de *Psychanalyse: son image et son public*, de Serge Moscovici. Segundo Farr (1994), Durkheim, em 1898, distinguiu representações individuais de representações coletivas. Apropriando-se dessas formulações de Durkheim, Moscovici (2003) argumentava que à Psicologia Social cabe o estudo das representações coletivas, daí se originando o seu conceito de representação.

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

Para Moscovici (1998), no contexto moderno, devem ser estudadas as representações sociais, pois o estudo das representações coletivas seria mais adequado nas sociedades “menos complexas”. As sociedades modernas possuem como características o pluralismo e a rapidez com que as mudanças ocorrem, não sendo válido falar em representações coletivas, dado que, nesse contexto, elas são raras.

O conceito das representações sociais, bastante utilizado nas pesquisas em ciências sociais, é encontrado com definições significativas. Por exemplo, Sá (1998) cita o uso como derivação genérica de representação para o campo do pensamento social como vinculação teórica com outras perspectivas microssociológicas e de construção social da realidade.

No entendimento de Moscovici (2003), o fenômeno das representações sociais é próprio das sociedades pensantes nas quais os acontecimentos ocorrem em ritmo acelerado, em que não há tempo suficiente para que as representações se tornem uma tradição das sociedades contemporâneas. Não se resumindo aos acontecimentos culturais ou políticos, esse fenômeno se constitui em uma forma de pensamento social que inclui as informações, experiências, conhecimentos e modelos que, recebidos e transmitidos pelas tradições, pela educação e pela comunicação social, circulam na sociedade.

Esse autor argumenta, ainda, que indivíduos ou grupos não são receptores passivos, mas participantes importantes de uma sociedade pensante, elaboradores de um pensamento social em que constantemente (re)avaliam seus problemas e soluções. Dessa forma, o propósito das representações sociais seria “*to make something unfamiliar, or unfamiliarity itself, familiar*” (MOSCOVICI, 2003), prevalecendo a memória sobre a tradição e a lógica. Um possível distúrbio ou problema é avaliado, classificado com relação aos registros anteriores e adaptado ao ambiente já convencionalizado, legitimando o poder das representações sociais em alimentar as práticas culturais em vigor na sociedade, perpetuando-as ou transformando-as (Sá, 1998), e exercendo o papel de integração, de estruturação das identidades individuais e grupais e de comunicação social.

Segundo Porto (2004), a psicologia social aborda as representações sociais no âmbito do seu objeto de estudo, ou seja, a relação indivíduo-sociedade. Assim, essa teoria reflete a interação entre sujeito e sociedade na construção da realidade.

No entanto, esta pesquisa buscou revelar a zona muda das representações sociais. Essa zona é constituída de elementos contranormativos e não-legais. Portanto, para revelá-los, é preciso reduzir a pressão sobre o sujeito que a representa. Para tanto, pode-se utilizar da técnica da substituição, a qual está baseada na idéia de que um sujeito poderá exprimir as representações “proibidas ao seu grupo”, referenciado-as a outros e falando por outros, nunca na sua própria dimensão, ou seja, de si mesmo. Assim, pede-se à pessoa que dê sua opinião ou faça a observação sobre um tema respondendo como um outro do seu grupo de referência o faria.

De acordo com Porto (2004), a zona muda constitui-se de lacunas de representações que, embora sejam comuns a certo grupo e nele compartilhadas, não se revelam facilmente nos discursos diários e, ainda mais, nos questionários de pesquisas, pois são consideradas como não-adequadas com relação às normas sociais vigentes.

Quando se realiza uma análise de representações sociais – nas quais as afirmações e a argumentação elaborada pelos entrevistados estão permeadas por conteúdos valorativos (muito das afirmações do senso comum possuem essa característica) – o não-dito, as lacunas, as fissuras conformam, tanto quanto o dito, o conjunto do material a ser analisado, pois é do confronto entre as afirmações e os ‘esquecimentos’ que poderá emergir um maior conhecimento acerca da realidade, objeto da fala. Entre o dito e o interdito, o pesquisador tem a tarefa de produzir suas análises, lembrando sempre que é no interior da própria formação discursiva (que abarca tanto o permitido quanto o proibido) que se encontram os não-ditos e os interditos. (p. 87)

Enfatiza-se que o outro deve ser relacionado ao grupo de referência do sujeito. Assim, a pessoa que está representando, apesar de estar falando do seu grupo, tende a reproduzir o seu próprio comportamento, porém sem perceber.

Minayo (1994) afirma que as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas, a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Para essa pesquisadora:

A mediação das representações sociais se dá através da linguagem, tomando como forma de conhecimento e de interação social. Mesmo sabendo que ela traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos de experiência existencial, frequentemente contraditória, possui graus diversos de clareza e de nitidez em relação à realidade.

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

Fruto da vivência das contradições que permeiam o dia a dia dos grupos sociais e sua expressão, marca o entendimento deles com seus pares, seus contrários e com as instituições. Na verdade, a realidade vivida é também representada e, através dela, os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos. Mas, além disso, as representações sociais possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade. Portanto, devem ser analisadas criticamente, uma vez que correspondem às situações reais de vida. (p. 37)

As representações sociais são ainda, como conclui Minayo (1994), matéria-prima para o exercício da análise do social, como também para a ação pedagógico-política de transformação. Destarte, faz-se necessário entender a lógica do pensamento do grupo de policiais sobre a subcultura no uso da força por meio do estudo da Teoria das Representações Sociais. Na concepção de Moscovici (2003), como já mencionado, as representações sociais podem ser compartilhadas por sociedades inteiras ou por subgrupos dessas. E é por esse processo que os grupos estabelecem suas identidades e se diferenciam entre si. Dessa forma, o objetivo das representações sociais seria construir o entendimento do mundo social.

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que uma representação é constituída de um conjunto de crenças, informações, opiniões e atitudes a propósito de um dado objeto social. Esse conjunto de elementos se organiza, se estrutura e se constitui num sistema sociocognitivo de tipo específico. Dessa maneira, os elementos presentes nos relatos oferecem seu sentido fundamental. Sendo assim, como característica ontológica do núcleo de determinada representação, ressaltam-se a natureza do objeto representado, o tipo de relações que o grupo mantém com esse objeto e o sistema de valores e padrões sociais que constituem o ambiente de vida, em sua dimensão objetiva ou subjetiva, do indivíduo e do grupo.

Nessa direção, a utilização da teoria das representações na presente pesquisa foi pautada pela busca do entendimento a partir das acepções e sentidos atribuídos por futuros e recém-policiais acerca da temática inquirida.

### **Método da Pesquisa**

O presente trabalho se configura como um estudo de caso, descritivo-analítico, no qual buscou-se, primeiramente, a contextualização da temática proposta junto a um grupo específico,

ocorrendo, posteriormente a esse processo, uma análise da situação encontrada. Sabe-se das restrições metodológicas do estudo de caso quanto à possibilidade de generalização dos resultados, mas acredita-se que a presente pesquisa possa vir a contribuir como instrumento reflexivo para a temática aqui abordada.

Buscando respostas para o problema apresentado, foram utilizadas duas vertentes de pesquisa. A primeira consistiu na pesquisa de campo, pela obtenção de dados na Corregedoria de Polícia Militar e na Ouvidoria de Polícia do Estado de Minas Gerais que materializassem o uso incorreto da força policial dos grupos estudados. A segunda fase da pesquisa consistiu na aplicação e análise de questionários aplicados a policiais militares pertencentes aos grupos investigados. Para responder a esses questionários, optou-se por policiais militares em formação e por policiais militares recém-formados de determinado Centro de Ensino da Corporação da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, perfazendo um total de 140 questionários, nos quais 60 respondentes eram da turma em formação e 80 respondentes eram policiais recém-formados.

A formulação do questionário foi norteadada pela Teoria das Representações Sociais, sobremaneira na análise das zonas mudas das representações sociais. Para tanto, utilizou-se a técnica da substituição, ou seja, uma técnica baseada na ideia de que um sujeito poderá exprimir as representações “proibidas ao seu grupo”, atribuindo-as a outros e falando por outros, nunca de si mesmo. Acreditando-se que, seria mais fácil ao sujeito responder, expressando suas ideias desviantes e contranormativas, em face de uma outra pessoa.

Após a aplicação dos questionários, passou-se para a análise dos dados obtidos. E, para tanto, tendo como base o conceito de subcultura apresentado anteriormente, buscou-se nessa etapa do processo analítico a identificação de três indicadores essenciais para a resposta do problema, os quais foram considerados como grandes categorias de análise, a saber: a existência dos grupos, o comportamento distinto do prescrito pela cultura geral, ou seja, o uso arbitrário da força e a instigação ou estímulo dessa prática.

### **Resultados, Análises e Discussões**

Conforme os conceitos propostos por Porto (2004) e Faria (1999), três variáveis são fundamentais para a verificação de atitudes subculturais: a prática do incorreto uso da força

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

policial, a presença de grupos definidos que utilizam o uso da força policial em desconsonância com a norma e a presença de membros que instigam essa prática ou concordam com ela, mesmo que não a pratiquem.

Com relação à primeira variável (constatação do uso excessivo da força nas intervenções policiais), pode-se afirmar, pela consolidação dos questionários, que mais de 70% dos entrevistados foram testemunhas oculares de companheiros de grupo apresentando tal comportamento. Dos outros 30% dos entrevistados, apenas 6% afirmaram nunca ter visto nem ouvido falar de excessos por parte de membros do seu grupo. Nesse entendimento, a grande maioria dos entrevistados opina pela existência de membros do seu grupo que fazem o uso incorreto da força policial.

Percebe-se que tal assertiva parece ser inconsistente para mensurar o número de policiais desses grupos investigados que exercem arbitrariamente as suas funções, mas parece apontar que o uso excessivo da força acontece em grande intensidade face ao grande número de entrevistados que afirmam já terem presenciado tal fato. Destarte, a primeira variável encontra-se materializada por meio do comportamento policial distinto do da cultura geral.

A respeito da presença de grupos que utilizam excessivamente a força (segunda variável a se comprovar), 4% dos entrevistados afirmaram que estes grupos estão fortemente presentes. Outros 42% dizem que esses grupos existem e fazem questão de relatar os abusos. Na opinião de 41%, o uso excessivo da força parte apenas de “pequenos grupos”. Em face da estatística apresentada e tomando por base os conceitos de subcultura propostos por Porto (2004) e Faria (1999), percebe-se a existência de grupos e que esses demonstram comportamento subcultural, ou seja, com representações distintas da cultura geral, inclusive a instigação e concordância com o comportamento.

Em outro questionamento acerca dos grupos e que vem corroborar o que foi apresentado anteriormente, 44% dos entrevistados informaram que aqueles policiais que se excediam no uso da força tendiam a formar grupos de amizade. Em que pese o fato de haver casos isolados dentre as observações dos entrevistados nesta pesquisa, tal questionamento vem reforçar a ideia de que o fator subcultural em estudo pode ser considerado, em parte, como influenciado e alimentado pela convivência em grupo.

A perversidade e o grau de intensidade desse comportamento subcultural podem ser percebidos

no momento em que 42% dos policiais militares pesquisados afirmaram que, além de utilizarem arbitrariamente a força, esses grupos tendem a fazer comentários em público a respeito dos abusos cometidos.

Segundo os entrevistados, os maiores responsáveis pelo excesso no uso da força policial, em ordem de importância, são: a influência da subcultura, a falta de maturidade para o exercício da profissão e o induzimento dos companheiros. Dessas considerações, percebe-se que, dos três fatores mais citados pelos entrevistados, dois fazem alusão diretamente a aspectos subculturais. Tal assertiva nos leva a crer que há grande possibilidade de o próprio membro do grupo reconhecer a presença da subcultura em seu meio.

Nesse diapasão, percebe-se a materialização da segunda e terceira variáveis propostas no presente estudo. Nesse ínterim, parecem existir evidências de que as variáveis propostas nos indiquem a presença da subcultura no meio policial com relação à utilização errônea do uso da força. Como tal fator parece ter sido comprovado já na primeira experiência envolvendo poucos grupos estudados, fica o questionamento sobre a exata dimensão desse comportamento.

A população em geral exige cada vez mais uma polícia altamente qualificada, treinada e que saiba resolver os conflitos com inteligência e lógica, não com truculência. Portanto, conhecer os princípios do uso da força é necessário e fundamental para se angariar embasamento às práticas policiais operacionais. Esse conhecimento é de fundamental importância para que o policial possa desempenhar suas atividades sob a égide da legalidade, legitimidade, proporcionalidade e conveniência.

Porém, de nada adianta conhecer os institutos legais referentes ao uso da força se na prática o policial militar encontra-se imerso na subcultura, não acredita no que é ensinado e age seguindo influências grupais baseadas no amadorismo e no excesso das ações. Essas atitudes em nada diferem o policial do cidadão infrator e necessitam ser expurgadas por intermédio de políticas de reeducação e de mudanças.

Um dos fatores que merecem destaque neste estudo se refere ao local da pesquisa, ou seja, uma escola de formação de policiais, onde os contatos práticos dos alunos com o serviço operacional são escassos. Portanto, se a pesquisa realizada em um centro de ensino alcança indicadores tão sólidos da presença da subcultura, torna-se preocupante pensar a mensuração desses índices nos batalhões

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

operacionais, locais onde o contato com a população é efetivado.

De fato, assiste-se à dificuldade da organização policial em controlar as ações de seus membros devido ao envolvimento comportamental com a subcultura. Porém, não se pode nem se deve entender que o curso de formação da PMMG possa ter negligenciado, em sua oferta, assuntos importantes. Ao contrário, a observação aponta para bons níveis de atualização frente aos problemas e dilemas contemporâneos da segurança pública. É o caso da inserção de disciplinas como Técnica Policial e Gerenciamento de Crises, aparentemente úteis ao exercício profissional em cenários de conflito violento. Ressaltam-se, também, as disciplinas de Direitos Humanos e Polícia Comunitária, matérias que se impuseram ao clássico antagonismo entre a subcultura policial e a promoção dos direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivas.

No entanto, esse problema em pauta está presente no cotidiano policial-militar e foge às políticas de controle atuais por apresentar-se e disseminar-se de forma imperceptível e obscura, acabando por esconder a sua presença. Destarte, o conhecimento dos comportamentos grupais, suas atitudes e as subculturas prevalentes na organização possibilitam maior percepção da realidade organizacional e, provavelmente, é o ponto de partida adequado para a implementação de processos de mudança e renovação que objetivam tornar a Polícia Militar cada vez mais profissional.

Apesar dos avanços da PMMG na área de Recursos Humanos, o sistema de recrutamento e seleção merece ser observado, buscando-se um aperfeiçoamento, principalmente no que se refere à identificação dos atributos psicológicos de comportamento agressivo e autoritário. Além da fase de formação policial, não se pode negligenciar o acompanhamento aos policiais já formados que apresentam alta incidência de comportamento desviante.

Pode parecer óbvia a identificação desse fenômeno; entretanto, os trabalhos acadêmicos a esse respeito são escassos, tanto quanto teses que tratam da subcultura policial em nosso país. Cabe à PMMG centralizar esforços em pesquisas referentes ao diagnóstico, controle e solução desse problema, que acaba por colidir contra todos os interesses da instituição, que apregoa a satisfação das necessidades básicas de segurança, ampliando o grau de confiabilidade entre o policial militar e a comunidade.

## Referências

- Amador, F. S. (2002). *Violência policial: verso e reverso do sofrimento*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Arruda, N. J. de. (2003). *A importância da participação social organizada na sedimentação da filosofia de polícia comunitária*. 100 f. Monografia de Especialização em Gestão de Segurança Pública, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- Bengochea, J. L. P. (2004, janeiro). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em perspectiva*, 18(1).
- Borges, A. M. B. (2002). *A influência dos valores organizacionais para a promoção da aprendizagem organizacional*. 169 f. Dissertação de Mestrado em Engenharia de produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Cavassani, S. M. C. (1998). *A utilização da violência na atividade policial: da insanidade coletiva à loucura solitária*. 173 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Dantas, G. F. de L. (2005). *A cultura ocupacional policial anglo-americana: uma visão brasileira*. Retirado em 15 de junho, 2007, de <<http://www.upis.br/nusp/downloads/nusp17.pdf>>.
- Faria, A. V. de. (1999). *Uso de força na ação policial face aos Direitos Humanos*. 64 f. Monografia de Especialização em Segurança Pública, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte.
- Farr, R. (1994). Representações sociais: a teoria e sua história. In P. Guareschi e S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 31-59). Petrópolis: Vozes.
- Ferreira, A. B. de H. (2006). *Dicionário Aurélio da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Filho, A. M. da S. I. (2002). *Violência institucional: estudo dos fatores sociais na Polícia Militar de*

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

- Mato Grosso no período de 1992 a 2002. 113 f. Monografia de Especialização em Segurança Pública, Polícia Militar do Mato Grosso, Cuiabá.
- Guareschi, P., & Jovchelovitch, S. (Orgs.). (1994). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Guimarães, J. G., Torres, A. R., & Faria, M. R. G. (2005, agosto). Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. *Psicologia em estudo*, 10(2).
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ.
- Ledur, N. H. M. (2000, janeiro/março). Violência nas abordagens policiais. *Revista Unidade*, 1(40).
- Marconi, M. de A., & Pressoto, Z. M. N. (1998). *Antropologia: uma introdução* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Minayo, M. C. de S. (1994). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In S. Jovchelovitch & P. Guareschi (Orgs.), *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (1998). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (2003). O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici (Org.), *Representações sociais: investigações em psicologia social* (pp. 29-109). Petrópolis: Vozes.
- Muniz, J. de O. (2001). Polícia brasileira tem história de repressão social. *Com Ciência*. [S.l.]. Retirado em 15 fev. 2006 de <<http://www.comciencia.br/entrevistas/jacquelinemuniz.htm>>.
- Nascimento, L. F. Z. do (2004). *Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos*. 233 f. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Neto, T. D. (2003). *Policimento Comunitário e controle sobre a polícia* (2a ed.) Rio de Janeiro: Lúmen/Júris.
- Polícia Militar de Minas Gerais. (2002). Comando Geral. *Manual de Prática Policial* (vol. 1). Belo Horizonte.
- Porto, M. S. G. (2004, janeiro). Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do DF. *São Paulo em Perspectiva* 18(1). São Paulo.
- Resende, M. M. de. (2001). *Uso progressivo da força pela polícia*. 87 f. Monografia de Especialização em Segurança Pública, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte.
- Rolim, M. (2007, março). Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil. *Revista de Segurança Pública*. [S.l.], n. 1.
- Sá, C. P. de. (2000). Representações sociais e memória coletiva de um acontecimento remoto. In M. T. T. B. Lemos, N. A. M. Lemos, & P. A. Leira (Orgs.), *Memória e identidade* (pp. 27-41). Rio de Janeiro: Sete Letras.
- Sá, C. P. de. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sá, C. P. de. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Silva, S. S. (2003). *Teoria e prática da educação em Direitos Humanos nas instituições policiais brasileiras*. Rio Grande do Sul: Edições CAPEC.
- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cad. Saúde Pública*, 9(3). Retirado em 2 de agosto, 2008 de <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010211X1993000300017&lng=en&nrn=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010211X1993000300017&lng=en&nrn=iso)>.
- Wagner, W. (1998). Sócio-gênese e características das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. de Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 3-25). Goiânia.

Souza, R. B. M. de & Oliveira, A. L. de Subcultura no uso da força policial: uma análise do uso da força policial a partir da teoria das representações sociais

Wagner, W. (1995). Social representations, group affiliation, and projection: knowing the limits of validity. *European Journal of Social Psychology*, 25, 125-139.

Categoria de contribuição: Relato de pesquisa  
Recebido: 23/06/08  
Aceito: 17/11/09

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

## Do Vínculo à Transferência: uma Contribuição da Psicanálise à Prática de Acompanhamento de Famílias

### From Bond to Transference: a Contribution from Psychoanalysis to the Practices of Family Follow-up

Ana Cláudia Castello Branco Rena<sup>1</sup>

#### Resumo

Este trabalho é uma reflexão sobre a prática de acompanhamento de famílias em cumprimento de medida sócio-protetiva por determinação judicial, com ênfase na relação que se estabelece entre o técnico do serviço e as mães. Nosso objetivo é demonstrar as contribuições da psicanálise na prática de atendimento a essas mães, utilizando o conceito psicanalítico da transferência para descrever e nomear a transformação que ocorre na relação entre estas mães e o técnico. Acreditamos ser a partir dessa transformação que se torna possível a intervenção na dinâmica familiar. Esse trabalho é desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte e se destina a famílias que foram denunciadas por violarem os direitos fundamentais de seus filhos, crianças e adolescentes, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Palavras-chave:** família; mulher; psicanálise.

#### Abstract

This article is a reflection on the practice of family follow-up in fulfillment of social-protective action by judicial ruling, with emphasis on the relationship that is established between the technician of the social service and the mothers. Our objective is to demonstrate the contributions of psychoanalysis in the practice of attending these mothers, making use of the psychoanalytical concept of transference to describe and name the transformation that occurs in the relationship between these mothers and the technician. It is, as we believe, through this transformation that the intervention in the family dynamics is made possible. This work is carried on by Belo Horizonte's Municipal Government and is addressed to families that have been denounced for violating the fundamental rights of their children, infants and adolescents, stated in the Statute of the Infant and the Adolescent.

**Key words:** family; woman; Psychoanalysis.

#### Introdução

A teoria e prática da psicanálise têm sido convocadas com grande frequência para responder às demandas e desafios na construção e execução de políticas públicas em Belo Horizonte. O saber construído pela Psicanálise legitimou sua presença nas mais variadas práticas do fazer humano, contribuindo para o desenvolvimento destas, bem como para sua teorização. Esta presença se torna ainda mais interessante e possível quando articula o sujeito e sua singularidade a seu contexto sócio-cultural, a partir de uma clínica ampliada que prescinde do *setting* terapêutico e desenvolve novas abordagens com rigor ético-teórico e criatividade. Assim, concordamos com Garcia (2000) quando afirma que “o sujeito não pode ser apreendido longe de suas coordenadas sociológicas, entretanto o inconsciente implica em ser escutado em posição singular” (p. 5).

Neste artigo, compilado a partir de um trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em “Clínica psicanalítica nas instituições de saúde”<sup>1</sup>, interessa-nos verificar o alcance e a profundidade da intervenção psicanalítica no acompanhamento das famílias em cumprimento de medida sócio-protetiva por determinação judicial e que cumprem esta medida no Serviço de Orientação, Apoio e Proteção Sócio-familiar (SOSF). Nossa intenção é problematizar a relação entre o técnico, cuja prática se orienta pela psicanálise, e a referência familiar que, com frequência, é identificada na figura feminina (mães, tias, avós) em torno da qual o grupo se organiza.

A partir destas considerações e na perspectiva da Psicanálise, considerando que o usuário não se apresenta ao serviço por seu desejo, mas sim por

<sup>1</sup> Psicóloga, pós-graduada em clínica psicanalítica pela PUC Minas – Núcleo Universitário Betim. Contato: anaclaudiarena@gmail.com

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

determinação judicial, desejamos discutir em que se sustenta a relação entre técnico e usuário e apontar as contribuições que a teoria psicanalítica oferece para instrumentalizar o profissional no atendimento a estas famílias.

### **A Prática de Atendimento no SOSF<sup>2</sup>**

O Serviço de Orientação, Apoio e Proteção Sócio Familiar (SOSF) é um programa de atendimento da Prefeitura de Belo Horizonte para proteção, orientação e apoio de famílias que tenham violado de alguma maneira os direitos de seus filhos. Em sua maioria são famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica. Vulnerabilidade que se expressa não apenas através da falta de recursos básicos e essenciais à sobrevivência, mas também através das relações intra-familiares. Estas relações são evidenciadas quando atos extremos de violência dirigidos às crianças e aos adolescentes denunciam no universo público, de forma mais ampla, a violência a que está exposto todo grupo familiar.

A Lei Orgânica de Assistência Social (Brasil, 1996) reorganiza o campo da assistência a partir de um novo referencial, fazendo convergir o que antes eram políticas pulverizadas – assistência à infância, à adolescência, à mulher, etc. – em uma ação afirmativa em relação à família. Segundo Afonso (2006):

A família e a centralidade da política social na família são consideradas básicas para a inclusão e a identidade sócio-cultural bem como para a proteção e a socialização dos indivíduos, em especial, aqueles sujeitos a vulnerabilidades associadas às fases da vida ou condições especiais. O direito das crianças e adolescentes deve estar articulado ao acesso de suas famílias às denominadas 'seguranças básicas'[...]. Este direito é colocado em risco por situações diversas de desigualdade, violência e exclusão social, por acidentes ou desastres naturais ou pela existência de relações violentas no grupo familiar. (p. 7)

O SOSF passa a existir a partir de setembro de 2002 e reúne sob um único modelo outros programas já existentes da Secretaria de Assistência Social, todos de atendimento à família. Esse serviço passa a contar com profissionais de diversas áreas

do conhecimento, contudo, a grande maioria tem formação em Psicologia ou Serviço Social.

Compreendido como serviço de média complexidade, o SOSF acolhe estritamente famílias que receberam medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (art. 101, IV) (Lei n. 8.069, 1990), medidas determinadas por Conselhos Tutelares, Juizado da Infância e Adolescência ou pela Promotoria Pública. Esse é um ponto que nos interessa muito: as famílias chegam ao SOSF devido a denúncias de violação dos direitos básicos de seus filhos, crianças ou adolescentes. São pais ou mães que nos chegam sob o peso da lei e com os quais devemos construir uma relação de cordialidade, confiança e respeito para que o trabalho se estabeleça de fato.

O trabalho do técnico se inicia quando o serviço ou programa de política pública recebe a contraparte da medida aplicada à família, ou seja, o serviço recebe uma comunicação que está vinculada àquela emitida para a família, uma vez que, a prefeitura está sob essa mesma lei e deve responder por seus meios a essa interpelação legal que pressupõe o atendimento a estas famílias. Caso contrário, deve responder aos órgãos encaminhadores sobre a não implicação ou não comparecimento das mesmas. O SOSF não pode recusar o caso, a não ser que este esteja fora dos critérios de inclusão estabelecidos em lei. Assim, o primeiro ato do técnico é a convocação desta família, e aqui não cabe uma recusa. Quando a família não responde a esta convocação, novas medidas são tomadas pelos Conselhos, Juizado ou Promotoria que vão desde audiências até suspensão ou perda definitiva do poder familiar.

Os atendimentos são organizados para ter um caráter de orientação e devem priorizar o esclarecimento da família sobre seu papel: pais e mães devem ser conduzidos a assumir sua função de cuidadores, de protetores dos seus filhos. No entanto, com raras exceções, estas mulheres sabem como cuidar de seus filhos, apesar de não o fazerem. Cabe então a pergunta: por que não o fazem? Por que permitem que a situação chegue ao ponto de ocasionar uma denúncia por maus-tratos ou negligência? A estas perguntas tentamos responder do ponto de vista de nossa formação. Há algo que está para além da fragilidade econômica destas famílias, pois, se apenas este fator explicasse a violência dos pais em relação aos filhos, a demanda de atendimento seria infinitamente maior. A tão difundida “desestruturação” familiar enquanto causa dos maus tratos também caiu por terra após vários estudos que demonstram estruturas familiares absolutamente incomuns e que, no

<sup>2</sup> Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2004). *Manual metodológico: serviço de orientação, apoio e proteção sócio-familiar*. Belo Horizonte: SOSF/Secretaria Adjunta de Assistência Social, Gerência de Proteção Especial, Gerência de Políticas de Proteção.

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

entanto, atendem ao papel fundamental do que hoje entendemos como conceito de família. Qualquer arranjo familiar é legítimo, desde que exerça a função protetiva de seus integrantes.

No caso das famílias atendidas no SOSF, independente da sua formação e estrutura, podemos constatar com certa frequência famílias que são acompanhadas por um longo período sem conquistar um nível mínimo de autonomia e outras absolutamente refratárias a qualquer intervenção técnica e que saem do SOSF pior do que entraram. Mas há as que progridem, que constroem um percurso a partir da reflexão sobre sua história e, com frequência, são mulheres que se dispõem a fazer uma incursão por seu processo de vida para além do episódio que vivenciam no momento.

Acreditamos que a mãe que vem aos atendimentos não vem em busca de conselhos, de fato ela não nos procura espontaneamente e sim por uma determinação judicial. Sua inserção no SOSF não é expressão de seu desejo. A grande maioria das famílias nos chega tomadas por um sentimento de resignação, afinal, estão cumprindo uma decisão judicial ou acatando a uma aplicação de medida determinada pelo Conselho Tutelar. Não há, a princípio, nenhuma demanda dirigida ao técnico. Essa deverá ser construída de maneira que o sujeito se apresente trazendo consigo a configuração familiar simbólica na qual haveremos de intervir.

É importante afirmar que a medida judicial que encaminha a família ao SOSF ainda é um ato de proteção do grupo familiar e, em especial, da criança ou do adolescente em questão. Não se trata de uma punição como imaginam as pessoas ao chegarem ao SOSF, mas está no limiar entre a proteção e a responsabilização. Esta pode ser inclusive, a ocasião propícia para transpormos este primeiro obstáculo, ou seja, devemos enfatizar o caráter de proteção do grupo familiar que o SOSF tem como princípio e isso pode significar uma boa estratégia de aproximação.

Portanto, é exatamente a atitude do técnico que opera a transformação na relação com a referência familiar. O sujeito se sente acolhido, sente que não há, por parte do profissional, acusações e que este pode percebê-lo para além do que descrevem os relatórios técnicos apresentando um desejo sincero de compreender o episódio ou história de violação dentro de um universo ampliado que inclui a história de vida dos pais, bem como a implicação de cada sujeito que compõe o grupo. Este passa a ser o solo fértil onde germina a transferência, conceito da Psicanálise que discutimos a seguir.

## Breve Recorte sobre a Transferência em Freud

Dentre os conceitos da psicanálise, a transferência é, sem dúvida, considerada fundamental e sustenta o rigor necessário à técnica. Freud aborda e aprofunda este conceito em vários de seus estudos e conferências, buscando demonstrar a importância do mesmo em todo e qualquer processo de análise. Buscamos organizar alguns dos estudos freudianos acerca do tema para nos auxiliar em nosso objetivo principal de elucidar qual processo ou fenômeno responde pela transformação nas relações entre a referência familiar e o técnico nos acompanhamentos realizados no SOSF.

Na obra *Transferência* (1996) que é parte das Conferências de Freud, o autor descreve um fenômeno comum na relação entre médico e paciente. Freud relata o empenho do paciente em se mostrar cada vez mais amável e em demonstrar aspectos pessoais que o valorizem perante seu analista. Tal amabilidade e dedicação são reconhecidas inclusive por pessoas mais próximas ao paciente. Este é, para Freud, um campo fértil para que o trabalho analítico floresça, observando que o paciente traz à sessão uma grande quantidade de lembranças e as associa a fatos recentes em um trabalho de interpretação importante que resulta em uma melhora rápida e significativa do quadro.

No entanto, esse período de produção intensa é inesperadamente interrompido sem nenhuma explicação tangível, apenas uma mudança na predisposição do paciente que parece tornar-se desinteressado em seu tratamento. Assim, nota-se o surgimento de outro fenômeno, contrário ao que relatamos acima, que se caracteriza pela hostilidade ou pela indiferença em relação ao próprio processo analítico.

Freud nos ensina que, no primeiro caso, se trata de um fenômeno em que ocorreu uma transferência de sentimentos e que esta situação amistosa não se explica nem pela conduta do analista, nem pelo tratamento. Observa também que esta situação se reproduz a cada novo caso e que não se pode explicá-la senão como um fenômeno produzido a partir do quadro clínico em questão.

Quando, porém, semelhante vinculação amorosa por parte do paciente em relação ao médico se repete com regularidade em cada novo caso, quando surge sempre novamente sob as condições mais

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

desfavoráveis e onde existem incongruências positivamente esquisitas [...] então devemos abandonar a idéia de uma perturbação casual e reconhecer que estamos lidando com um fenômeno intimamente ligado à natureza da própria doença. (Freud, 1916, p. 443)

Assim, Freud descreve a ocorrência de sentimentos que já estavam lá, prontos a serem endereçados a qualquer pessoa que, como o analista, oferecesse as condições propícias para tanto. A este fenômeno ele dará o nome de *transferência*. A transferência se define por uma reedição ou repetição de sentimentos, ou ainda, por uma fórmula já inscrita de o paciente estabelecer relações afetuosas. Estas relações assumirão uma roupagem específica, seja por uma exigência de amor, seja por formas em que a libido se expressa como amizade. Também as demonstrações de hostilidade são compreendidas como fenômeno de transferência e pelos mesmos motivos, posto que não há razão para tais sentimentos em relação ao analista e nos dois casos há uma base de afeto, caso contrário, o analista não mobilizaria nenhum sentimento especial no paciente.

Operar com a transferência significa, neste caso, apresentá-la ao paciente de maneira que essa repetição seja substituída por lembranças e a transferência esteja a serviço do tratamento. Nas palavras do autor, compreendemos que no transcorrer da análise as queixas, demandas e lembranças do paciente perdem força e a relação com o analista passa a ter um lugar central como uma maneira de abordar de forma indireta a relação com outros objetos de amor com os quais o paciente construiu anteriormente sua organização libidinal. Freud nomeia esta nova ordem estabelecida de neurose de transferência, funcionando como um adocimento artificial que reproduz, dentro dos limites do tratamento, o quadro patológico real.

É importante perceber que Freud sustenta o fenômeno da transferência no sentimento de amor por parte do paciente, e é este amor que oferecerá à palavra do analista um outro peso e valor, pavimentando a via de acesso ao inconsciente e criando uma situação propícia às interpretações do mesmo.

Outro documento importante que irá tratar da questão da transferência é o que encontramos em *A dinâmica da transferência*, nesse texto Freud (1912/1996) afirma:

Deve-se compreender que cada indivíduo, através da ação combinada de sua disposição inata e das influências sofridas durante os primeiros anos,

conseguiu um método específico próprio de conduzir-se na vida erótica – isto é, nas condições para enamorar-se que estabelece, nos instintos que satisfaz e nos objetivos que determina a si mesmo no decurso daquela. Isso produz o que se poderia descrever como um clichê estereotípico (ou diversos deles), constantemente repetido – constantemente reimpresso – no decorrer da vida da pessoa (...). (p. 111)

Freud explica que uma parte dos impulsos libidinais no decorrer do desenvolvimento é mantida afastada da consciência e só é permitido a esses impulsos se expandir por meio da fantasia. Assim, a necessidade de amar não é totalmente satisfeita, portanto, a cada nova aproximação de uma outra pessoa estas idéias libidinais estarão lá, como idéias antecipadas. O analista será incluído nessa dinâmica e fará parte “das séries psíquicas que o paciente já formou” (Freud, 1912/1996, p. 112).

Analisando mais profundamente o fenômeno da transferência, Freud afirma estar este sentimento em todas as relações de amizade, simpatia e afeto, intimamente relacionados com a sexualidade, posto que se desenvolveu a partir de desejos sexuais e das construções eróticas infantis, com o atenuante de, em alguns casos, não serem investidos de sensualidade – como nas relações fraternais e de amizade.

Originalmente, conhecemos apenas objetos sexuais, e a psicanálise demonstra-nos que pessoas que em nossa vida real são simplesmente admiradas ou respeitadas podem ainda ser objetos sexuais para nosso inconsciente. (Freud, 1912/1996, p. 117)

Freud finaliza seu texto reafirmando que a batalha a ser travada entre o analista e o paciente acontece, quase que exclusivamente, no terreno da transferência. Mesmo considerando todas as dificuldades a serem enfrentadas com o surgimento das resistências e os desafios de se operar com a transferência, resistência e transferência são, ao mesmo tempo, os maiores aliados do analista.

Em *Além do princípio do prazer*, Freud (1925/1996) nos explica que alguns impulsos, no entanto, são incompatíveis em seus objetivos ou exigências com as condições estabelecidas pelo ego. Estes impulsos então serão reprimidos e estarão afastados da possibilidade de satisfação, caso consigam alcançar algum tipo de satisfação de forma direta ou substitutiva, sua descarga não será sentida como uma satisfação pelo ego, mas como um desprazer.

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

Considerando sua teoria sobre o princípio do prazer e o da realidade, Freud tenta compreender qual seria a dinâmica que conduz o sujeito a reviver toda a situação de sofrimento que ocasionou o adoecimento. Para auxiliá-lo, Freud relata sua observação de uma criança de pouco mais de um ano que se dedica a um tipo de brincadeira específica de repetição incansável em que faz desaparecer e aparecer objetos, atividade sempre acompanhada de expressões de satisfação.

[...] no caso que acabamos de estudar, a criança, afinal de contas, só foi capaz de repetir sua experiência desagradável na brincadeira porque a repetição trazia consigo uma produção de prazer de outro tipo, uma produção mais direta. [...] É claro que em suas brincadeiras as crianças repetem tudo que lhes causou uma grande impressão na vida real, e assim procedendo, ab-reagem a intensidade da impressão, tornando-se, por assim dizer, senhoras da situação. (Freud, 1925/1996, p. 27)

Freud, a partir dessa descrição, nos conduz a uma compreensão do que nos causa forte impressão na clínica psicanalítica de todas as neuroses: a repetição. A aposta feita pela psicanálise na conversão do material inconsciente em consciente como forma de dissolver sintomas encontra na memória um desafio: o material mnêmico não é em sua totalidade acessível à memória, “o paciente não pode recordar a totalidade do que nele se acha reprimido, e o que não lhe é possível recordar pode ser exatamente a parte essencial” (Freud, 1925/1996, p. 29), assim só lhe resta a repetição. Uma repetição que atualiza a experiência traumática, uma repetição estéril que não conduz a novas formas de subjetivação.

Essas reproduções, que surgem com tal exatidão indesejada, sempre têm como tema alguma parte da vida sexual infantil, isto é, do complexo de Édipo, e seus derivativos, e são invariavelmente atuadas (*acted out*) na esfera da transferência, da relação do paciente com o médico. (Freud, 1925/1996, p. 29)

Assim, é a transferência que vem em auxílio do paciente para oferecer, a partir de sua relação com o analista, os traços de seu passado infantil. Relembrar e elaborar são atitudes estimuladas pelo analista em substituição à repetição do paciente. Atitudes que, ao contrário da repetição, podem significar uma real e definitiva transformação na vida do sujeito e através das quais ele – não como a criança que repete indefinidamente a mesma brincadeira como forma de ser ativa na cena – terá mais condição de escolher e não ser refém de um

processo inconsciente em que seu impulso e a satisfação do mesmo estão sempre em conflito.

A relação entre princípio do prazer e compulsão à repetição fica assim demonstrada na medida em que, ainda que provoquem sofrimento, estas repetições apresentam-se carregadas de significações de experiências primitivas e pulsionais determinadas pelo princípio do prazer. O ego continuará apresentando suas resistências e não será o fenômeno da transferência que o fará recuar. Ao contrário, como nos ensina Freud, o ego fará uso da transferência a seu modo, insistindo na repetição que, como uma ‘solução de consenso’, atende ao princípio do prazer ao mesmo tempo em que impede o acesso aos impulsos recalçados inconscientes que originaram a situação de neurose. Daí a necessidade de o analista estar atento às resistências e rapidamente intervir no sentido de fazer a possível articulação entre as experiências passadas e sua atualização na análise.

Nos estudos de Freud que apresentamos, vimos que há alguns elementos que são, com frequência, recuperados pelo autor, como pulsões sexuais, recalque e compulsão à repetição. A transferência, conceito freudiano que nesse trabalho nos interessa, será então desenvolvida a partir da articulação desses elementos, inaugurando na figura do analista não só a figura do saber, ou do ‘suposto saber’ como bem disse Jacques Lacan (1978) em seu seminário *A direção da cura e os princípios de seu poder*, mas também o catalisador dos afetos experimentados pelo paciente.

Vimos também em todos os textos a utilização dos termos ‘médico e paciente’. Esta nomenclatura não condiz com a experiência que a seguir pretendemos relatar, bem como trataremos de outro espaço físico e estrutural que não corresponde a um consultório. Apesar de os momentos de escuta do sujeito serem bastante destacados em detrimento das outras estratégias de trabalho frequentemente utilizadas. Interessa-nos o primeiro binômio, médico/paciente, que pretendemos substituir por ‘técnico e referência familiar’.

Em seu artigo “Violência familiar, o transgeracional e a arteterapia com famílias: aproximações” (Encontros, 2007), Maíra Bonafé constata a quase inexistência de trabalhos que teorizem o atendimento dessas famílias e um grande número de produções que se dedicam às consequências resultantes da violência. Essa escassez de material teórico e discussões da prática de atendimento familiar no campo da Psicanálise nos convidam ao estudo e reflexão. No tópico seguinte apresentamos nossa experiência nessa

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

modalidade de atendimento com apoio e suporte da Psicanálise.

### **Psicanálise e a Prática no Acompanhamento Familiar**

Falar sobre família é falar de uma experiência universal. Isso porque, do ponto de vista antropológico, possuir uma família é condição de existência como nos afirma Roudinesco (2003). Essa autora define a família como uma instituição secular que vem resistindo à profundas mudanças históricas, sociais, econômicas e culturais com uma flexibilidade e capacidade de adaptação formidáveis. Primeiro passo em direção à civilização, a família é considerada, ainda na atualidade, como uma célula política que dá forma e estrutura a todos os outros modelos políticos que a humanidade foi capaz de construir até aqui, com ênfase, evidentemente, nos sistemas de monarquia. Portanto, é possível articularmos estas duas dimensões da política que se dá em terrenos distintos: o público e o privado, mas que se entrecruzam e que, freqüentemente, se colocam no campo da intercessão.

De fato, a cada época é possível localizar um determinado discurso sobre a realidade das famílias. A família nuclear – pai, mãe e filhos – hegemônica no ocidente se consolidou entre os séculos XVI e XVIII, passando, segundo Roudinesco (2003) por três fases distintas. A família tradicional baseada na transmissão de patrimônio, a família moderna fruto do amor romântico em que se considera o afeto e desejo dos envolvidos e, por fim, a família pós-moderna determinada por uma periodicidade indefinida – não mais existe o ‘até que a morte os separe’ – e por vínculos de intimidade e necessidades sexuais. Compreendemos então que a estrutura e dinâmica familiar da modernidade rompem com o paradigma que confere à família o status divino e uma origem mítica. A família com a qual nos deparamos hoje não possui nenhuma aura ou glamour, nas palavras de Roudinesco (2003):

Retraída pelas debilidades de um sujeito em sofrimento, [a família] foi sendo cada vez mais dessacralizada, embora permaneça, paradoxalmente, a instituição humana mais sólida da sociedade. A família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas. (p. 20)

As figuras materna e paterna recebem, na psicanálise, um lugar central e fundamental na constituição da subjetividade de seus filhos. A legitimação de um filho, na concepção psicanalítica, não corresponde a um gesto mecânico, mas sim a uma operação delicada em que a mãe outorga a autoridade do pai conferindo-lhe esse lugar. É a passagem de um estado de natureza explícito para um estado simbólico e também político.

O pai, vetor da lei, assume a tarefa fundamental de transmitir a lei à sua prole. Essa lei a qual se refere a psicanálise e, em particular, Jacques Lacan, em seu Seminário V, é a lei do desejo. Ela está implícita na conduta e atos do pai e se expressa inicialmente na separação entre mãe e filho pela força do desejo masculino que interpela o desejo feminino, como demonstra Miller (1997). Assim, a função paterna tem uma segunda vertente fundamental que se articula à posição do pai enquanto vetor da lei, não o dispensando da posição de homem. Vejamos o que nos diz Miller (1997):

A metáfora paterna remete, a meu ver, a uma divisão do desejo a qual impõe, nessa ordem do desejo, que o objeto criança não seja tudo para o sujeito materno. Quer dizer que há uma condição de não-tudo, que o desejo da mãe deve se dirigir para um homem e ser atraído por ele. Portanto isso exige que o pai seja, também, um homem. (p. 8)

Assim, pela articulação dessas duas funções, materna e paterna, é que se constitui o sujeito, isso nos ensina a psicanálise. A criança já existe no desejo do casal e a mãe, pelos cuidados dedicados a ela, fará a primeira marca de afeto inaugurando uma via de comunicação caracterizada pela linguagem do amor. No entanto, essas funções não se dão apenas no campo da subjetividade, elas se expressam também de maneira objetiva na realidade cotidiana da criança, como nos diz Meira (2003): “estas funções não são abstratas, elas são “encarnadas” por pais da realidade, que têm a sua história, estruturam-se de determinada maneira e estão submetidos a influências culturais distintas.” (p. 83).

Na medida em que a mulher, por necessidade e desejo, confirmou sua competência também no espaço público – espaço masculino por excelência – ficou impossível para o homem sustentar o poder e dominação dentro da família, herança da família tradicional.

O declínio da paternidade consiste na desvalorização da função do pai na sociedade, que vem ocorrendo há aproximadamente dois séculos. [...] o declínio da

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

paternidade não é o da função simbólica, mas, sim, a destituição do homem do lugar de o todo-poderoso. (Meira, 2003, p. 83)

Isto equivale a dizer que a função simbólica da paternidade está, na melhor das hipóteses, interrogada a partir de todas as mudanças como nos diz Meira, contudo, o quanto suportam os laços familiares quando esta função se ausenta e a lei básica e fundamental é infringida?

Gostaríamos, assim, de nos ocupar daqueles casos que exigem dos técnicos, e mesmo da equipe de monitoramento e avaliação, um esforço maior para compreender a complexa situação de vida em que se encontram. Casos que também são levados para supervisão orientada pela psicanálise e para as reuniões de equipe, tamanho é o desafio que se coloca para o técnico.

Quando uma família chega ao SOSF significa que já passou por outros profissionais da rede de políticas básicas (a escola, o centro de saúde) ou de defesa de direitos (Conselho Tutelar) que exerceram sua função e, contudo, a família não respondeu de forma positiva. Para além das dificuldades cotidianas presentes em todo serviço público, existe também uma abordagem calcada no enquadramento dessas famílias a partir da norma.

Pode-se pretender, em nome da *orientação de pais*, que pelo discurso da mestria se promovam experiências corretivas, ortopédicas, embora sejam até necessárias. Mas é o discurso psicanalítico que conferirá ao Campo do Outro uma dimensão heterogênea à simetria, à equivalência, já que a circularidade do sujeito na relação com o Outro não implica reciprocidade. (Travaglia, 2003, p. 144)

O técnico, orientado pela psicanálise, não deverá perder de vista a norma e os acordos sociais, mas seu foco é o sujeito – entendido aqui como aquele que se colocará a trabalho a partir da interpelação legal. Poderá, inclusive, partir da norma infringida e problematizar a situação de violação, mas sempre implicando os sujeitos. Isso é importante na medida em que essas mulheres, em sua trajetória por todas as outras instâncias, já construíram um saber sobre nós, agentes públicos. Elas supõem saber qual será o discurso do técnico que as receberá e têm também uma fala ensaiada como resposta. Assim como criaram dispositivos para que as conversas se restrinjam à situação de violação. Por tanto, é preciso que de fato exista uma cena atípica para que elas se sintam encorajadas a falar sobre si. Resumindo, devemos surpreendê-las.

Surpreendê-las significa admitir que está diante de nós um sujeito dividido e que antes mesmo da

mãe temos a mulher. Convocamos à cada atendimento de forma objetiva – pessoalmente, por telefone ou por carta – a mãe, mas quando já está diante de nós, convidamos a mulher a se manifestar, a dizer de seus desejos, sonhos, projetos, frustrações, ódios e amores, enfim, dizer de uma divisão estrutural presente em todos nós. Assim, recusamos ao convite para assumir o discurso do mestre com o qual elas já sabem lidar e nos posicionamos dentro do discurso do analista numa subversão de papéis desorganizando a cena típica.

Nesta vertente, mantém-se a proposta ética da psicanálise de promover uma subversão, agenciando o compromisso com a causa do inconsciente, possibilitando que haja a produção de uma verdade particular, antinômica a qualquer intento de ortopedização do desejo. (Travaglia, 2003, p. 147)

É para esse desejo que se volta nossa atenção e interesse e dentro dele, devemos localizar a função do filho. Freud nos ensina que a criança tem função de falo para a mulher e que esta criança se esforça para corresponder a esse lugar questionando-se sobre qual o desejo de sua mãe. Esta questão se coloca porque espera-se que a mãe possa desejar mais ou além desse filho, a criança não deve traduzir a plenitude do desejo da mãe sob pena de transformar-se em “objeto” da mesma. Partimos da premissa que a mulher não pode desaparecer na função de mãe ou, como nos afirma Miller (1997), não pode ter “recalcada, na mãe, seu ser mulher”. Lacan (1969) em *Dois notas sobre a criança* demonstra os possíveis caminhos para se compreender os sintomas na criança associados à verdade do par parental ou ao fantasma da mãe. Estas notas que trazem uma intencionalidade explícita de discutir os sintomas infantis acabam por nos oferecer também os argumentos que atam em um mesmo nó a criança, a mãe/mulher e o desejo feminino. Miller, desenvolvendo esse texto, apresenta uma outra análise que privilegia a questão do desejo feminino e alerta para fato de uma boa mãe ser, antes de mais nada, uma mulher que deseja.

É preciso, ainda, que a criança não sature, para a mãe, a falta em que se apóia o seu desejo. O que isso quer dizer? Que a mãe só é suficientemente boa se não o é em demasia, se os cuidados que ela dispensa à criança não a desviam de desejar enquanto mulher. (Miller, 1997, p. 7)

Acreditamos que o inverso – não a mãe excessivamente boa, mas a violenta – também pode ser afirmado, ou seja, o surgimento de um

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

desarranjo na função materna no sentido do desamor e da agressividade nos remete à mulher e seus percalços. Sabemos que na citação acima, Miller se refere ao risco de uma criança obturar o desejo da mãe a tal ponto que não haverá para esta criança outra saída a não ser a de encarnar a falta essencial. No nosso caso a questão que se impõe é justamente o avesso.

Podemos nos apoiar na questão do desejo ou, dizendo melhor, na questão do não desejar, ou ainda, do mal desejar como afirma Miller. Contudo, a distância que se coloca entre a mãe psicotizante e a violenta está nos diferentes resultados que o comportamento de ambas irá produzir, sendo a questão central uma só: a questão do desejo na mulher. Na leitura que faz de Lacan em “Duas notas sobre a criança”, Miller (1997) cita o mito de Medeia como uma maneira extrema e trágica de ilustrar esta operação que divide no ser feminino a mãe e a mulher e que pode chegar a uma “desfalicização” do filho.

Por isso, é uma divisão do desejo que, levada ao extremo, justifica o ato de Medeia, um ato próprio para ilustrar, certamente pelo horror, que o amor materno não se sustenta na reverência pura à lei do desejo. Nesse caso, portanto, quando Jasão vai embora, Medeia deixa de estar nessa posição. Isso quer dizer que a ênfase dada ao valor de substituto fálico da criança [...] se perde quando promove, de maneira unilateral, a função de preenchimento da criança e faz esquecer que esta criança não deixa de dividir, no sujeito feminino que está tendo acesso à função materna, a mãe e a mulher; a criança divide no sujeito feminino a mãe e a mulher. (Miller, 1997, p. 8)

Medeia, ao ser abandonada por Jasão que escolhe outra mulher como companheira, ao ser rechaçada pelo homem causa de seu desejo e a quem deu filhos, abdica de sua função materna matando sua prole. Este mito demonstra com precisão a ruptura na delicada dinâmica que se dá a partir da divisão mãe/mulher que a maternidade inaugura, ainda que, para algumas mulheres, seja um ponto de organização e estruturação de suas vidas. Trata-se assim de uma divisão e não de uma sobreposição ou anulação de uma das partes em questão. Assim, qualquer intervenção não pode perder de vista a existência dessa divisão e a coexistência dessas duas dimensões as quais ficam mais evidentes quando há uma relação transferencial em jogo.

Passamos agora a relatar fragmentos de dois casos em que ocorreram diferentes modos de condução. O caso da família de Almerinda pautou-

se pelas diretrizes do método e não contou com uma teoria específica que norteasse a condução do caso, ou seja, a técnica responsável pelo caso tem formação em Psicologia sem, contudo, possuir uma filiação explícita a qualquer corrente teórica. No caso da família de Alessandra, encontramos no método do SOSF<sup>3</sup> orientações importantes, mas seu maior suporte foi a teoria e supervisão psicanalítica. Em ambos os casos os nomes são fictícios em respeito às pessoas.

A família de Almerinda foi encaminhada pelo Conselho Tutelar em 18/07/02 em função do uso das crianças na prática de mendicância. Almerinda é mãe de dez filhos, as quatro primeiras filhas, fruto de seu primeiro casamento, foram abandonadas por ela para viver uma segunda relação com Marcos, seu atual companheiro. Quando deixou o primeiro marido e as filhas, foi proibida de ver novamente as meninas. Com Marcos, atual companheiro, gerou outros seis filhos – cinco meninos e uma menina.

Almerinda passa a freqüentar os atendimentos do SOSF e é incluída prontamente nos programas de renda mínima, em contrapartida, deve cumprir as orientações que lhe são dadas como colocar os filhos na creche e escola, bem como em instituições que ofereçam às crianças atividades em horário complementar à escola. Deve freqüentar os cursos profissionalizantes e buscar trabalho, ainda que informal. Almerinda não segue as orientações da técnica que a acompanha e quando o faz não consegue sustentar por muito tempo. A relação é pautada por cobranças e Almerinda busca todo tipo de justificativa para o não cumprimento das ações.

Em alguns atendimentos, no entanto, Almerinda fala sobre si e sobre sua história. Queixa-se de sua mãe, afirma que esta jamais lhe dera afeto e que abandonou todos os filhos. Segundo Almerinda, sua mãe doava os filhos que tinha a outras famílias. Almerinda e sua irmã fugiram pouco antes de serem entregues à outra família e conseguiram chegar à casa da avó que as acolheu e as criou. Almerinda não tem crítica em relação ao seu comportamento no que diz respeito ao abandono de suas filhas e não consegue, a princípio, fazer um paralelo entre os dois eventos.

Durante os anos de acompanhamento Almerinda engravidou duas vezes, uma menina e um menino. Esta menina, desde sua gestação, recebeu de sua mãe um lugar muito específico, o

<sup>3</sup> O método do SOSF tem uma sustentação epistemológica clara e consistente, contudo, não se impõe de forma definitiva e fechada (e esse é um dos seus méritos), ao contrário, como instrumento de trabalho ele se apresenta como uma plataforma onde é possível o diálogo entre posicionamentos teóricos diversos.

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

lugar de resto. Isto fica ainda mais evidente quando a criança passa a acompanhá-la. Ela sequer olha para o bebê que, após receber os cuidados ou a mamada, é logo transferida para o colo do irmão. Almerinda não consegue amar esta menina que, como suas irmãs, está fadada ao abandono materno ainda que na presença da mãe. Observamos que o mesmo não acontece aos filhos homens para quem Almerinda não chega a ser uma excelente mãe, mas também não os hostiliza. Almerinda se refere assim à menina ainda muito pequena: “não ligo muito para ela, ela é chata, pirracenta e apanha de com força”(sic).

Não há dúvidas para nós de que a questão de Almerinda passa pelo feminino e que a violação pela qual foi denunciada talvez seja menos maléfica aos filhos que as que comete em função dos conflitos que experimenta em relação à sua feminilidade e às mulheres de sua vida. No entanto, estes conflitos não receberam tratamento por parte da técnica, quando muito foram acolhidos e remetidos a um profissional da saúde como demanda de psicoterapia. Almerinda foi orientada a procurar atendimento, contudo, não foi aceita pela psicóloga do Centro de Saúde por afirmar não ter necessidade de tratamento.

Após alguns meses de acompanhamento no SOSF, Almerinda passa a demonstrar um claro sentimento de afeto pela técnica que a acompanha e vemos surgir a transferência patente em seu discurso: “Eu não tiro você de dentro de mim, é igual a uma filha minha. Toda vez fico pensando no dia em que vou te encontrar.”

Almerinda surge com um presente, uma agenda e oferece à técnica com a recomendação de que ela (a técnica) não fique com os “papéis soltos como os dela ficavam” e acrescenta: “Aconteça o que acontecer: nunca se esqueça de mim”. Este presente é insólito e só vai encontrar significações na ordem subjetiva de Almerinda. A quais papéis se refere Almerinda? Se tomarmos as dimensões mãe e mulher como integrantes do feminino e associarmos estas dimensões às construções de gênero – às vezes compulsórias – de fato podemos inferir que os papéis a serem desempenhados por uma mulher/mãe nunca estiveram muito claros para Almerinda, seu embaraço entre estas duas posições é claro e talvez o momento do atendimento possa se configurar em um espaço que acolha e ampare uma nova construção dessas dimensões.

Compreendemos assim sua atitude no Centro de Saúde, posto que Almerinda já tinha a quem endereçar sua demanda de análise. Parece-nos que não era de seu desejo iniciar um processo terapêutico com outra pessoa, considerando que

este já estava em andamento – pelo menos para ela – com a técnica do SOSF. Diante dessa demanda, foi pensada uma nova maneira de atender Almerinda de forma a diluir sua exigência em ser escutada em sua questão essencial. Como dissemos anteriormente, quando surge esse tipo de demanda que pode ser caracterizada por um processo de psicoterapia ou analítico cabe ao técnico a decisão de escutar ou encaminhar para o Centro de Saúde, que, no caso de Almerinda já havia sido experimentado sem sucesso. Ficou assim definido que ela seria convidada a participar da oficina de famílias que estava sendo coordenada por outros profissionais, isso reduziria muito os atendimentos individuais e, quando estes ocorressem, seriam conduzidos somente com a presença da estagiária. A técnica estaria mais afastada do caso.

Almerinda participou de um encontro em que se recusou a realizar a atividade proposta, que envolvia a utilização de um espelho, com as outras mães – “não gosto de me olhar no espelho”(sic). Porém, no momento de partilhar a vivência, Almerinda disse que desejava morrer para estar perto da mãe e do filho, “eu sinto um vazio, uma espera que não chega”(sic). Almerinda não retornou mais à oficina.

Após seis anos de acompanhamento, a técnica que responde pelo caso avalia que é preciso desligar esta família do SOSF. A violação inicial – mendicância – que levou a família ao serviço foi superada e nos outros aspectos – saúde, educação, trabalho, moradia – houve poucos avanços, apesar das várias ofertas e encaminhamentos aos quais Almerinda não perseverou ou, simplesmente, se negou a buscar. Ela própria faz essa avaliação em tom de queixa, mas ao mesmo tempo, sugerindo seu desejo de permanecer, “não avancei em nada, daqui uns dias nem você vai me querer”(sic).

Chega-se ao impasse, seis anos é um tempo bastante extenso para um trabalho que se quer de orientação. Os avanços foram inexpressivos e, no entanto, a mãe teme a ruptura e o desligamento chegando ao ponto de forjar uma denúncia contra ela própria no Conselho Tutelar para que continue sendo atendida no SOSF.

Recorremos aqui ao que nos afirma Freud (1917) que a transferência deve ser reconhecida como tal e por ela devemos operar. Desconsiderá-la pode significar problemas futuros, Almerinda se esforçou para manter sua ligação com o SOSF e, em última instância, com a técnica. Esta mãe sabotou boa parte das possibilidades que significavam autonomia e independência para ela e a família em nome de algo que ela própria, talvez, não soubesse nomear. Cada atendimento significava

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

a possibilidade de ser escutada na sua dimensão feminina, diz Almerinda: “toda vez fico pensando no dia em que vou te encontrar”(sic) e se mantinha a promessa. O método nos orienta a encaminhar as demandas de análise para a Saúde, porém não podemos desconsiderar que há aí um sujeito que, a exemplo de Almerinda, irá estabelecer transferência com aqueles que, dentre outras características, correspondam às suas coordenadas inconscientes.

Outra questão que observamos é que Almerinda deixa o SOSF levando consigo as mesmas questões que a trouxeram ao serviço. Talvez ela não mais coloque os filhos na situação vexatória e perigosa da mendicância, mas não há nenhuma garantia de que estas crianças não serão expostas a violências silenciosas e cotidianas por parte de uma mãe que teve sua subjetividade feminina comprometida e sua função materna desorganizada.

Esta mãe acenou várias vezes para uma necessidade e desejo de aprofundar na relação transferencial com a técnica suas questões com a feminilidade e com a filiação/maternidade – “igual a uma filha pra mim”(sic). Talvez para essa “filha escolhida” Almerinda conseguisse dizer da dor de não ser amada, de ser, ela também, resto para sua mãe.

Acreditamos, ainda, que não houve erros ou equívocos por parte da técnica na condução do caso, pelo contrário, se o parâmetro é a metodologia do SOSF, percebemos que o acompanhamento seguiu o curso esperado.

O que propomos aqui é utilizarmos outra lente, a psicanálise, para avaliarmos o caso, seu percurso e desligamento. Nossa intenção é a partir do relato e também da dificuldade que se coloca em relação ao desligamento da família, estabelecer os pontos que poderiam ser abordados e beneficiados por um processo analítico.

O caso que a seguir vamos apresentar tem uma maior complexidade, posto que apresenta duas referências, a mãe e a avó. Trata-se de um caso de violência sexual contra duas crianças, dois meninos (primos), que na ocasião estavam ambos com cinco anos de idade. O caso foi encaminhado ao Juizado da Infância e Juventude – JIJ – que, dentre outras determinações, encaminhou a família para cumprimento de medida no SOSF.

Quando chegou ao SOSF, Alessandra estava se recuperando de um grave acidente de automóvel que lhe deixou uma seqüela na perna, alterando sua marcha. Relatou que estava abstinente há muitos meses e que, num dia em que se encontrava muito deprimida, usou vários tipos de drogas com um amigo e, em seguida, saíram de motocicleta.

Alessandra estava muito deprimida e demandou um tratamento psicoterápico como o que fazia no Centro Mineiro de Toxicomania – CMT – e justificou ter abandonado seu tratamento naquela instituição por não ter como custear o transporte. A partir de então, Alessandra passa a ser atendida por nós uma vez por semana. Vale lembrar que a orientação que temos é de que os atendimentos devem ser, logo que possível, mais espaçados, quinzenalmente ou mensalmente. Contudo, percebemos que Alessandra precisava de uma atenção mais próxima e constante.

Após alguns atendimentos, a atitude de Alessandra em relação à mãe, Dona Maria, passou a fazer sentido para nós. Nos atendimentos ela fala da necessidade de ter uma casa só para ela e o filho, fala da dificuldade de se manter abstinente com a grande quantidade de drogas que, pela ação dos irmãos traficantes, circulava pela casa de sua mãe. Contudo, diz com muito sofrimento, da dor de ter que se separar de sua mãe. Alessandra, mesmo aos trinta anos de idade não consegue se posicionar diante da mãe como um sujeito, pelo contrário, se coloca como objeto e, neste momento de sua vida, não consegue imaginar-se longe dela. Apesar de organizar em seu pensamento as saídas para uma vida melhor, Alessandra não tem segurança quanto ao fato de sustentar as mudanças que considera necessárias, posto que o afastamento da mãe seria condição para tais mudanças.

Após um ano de acompanhamento conduzindo o caso avaliamos que Alessandra faz avanços importantes. Mantém-se abstinente, faz projetos de mudar de casa, trabalhar e retomar os estudos. Tem com a técnica um bom laço transferencial e as resistências que surgem são enfrentadas sem que Alessandra recue. O filho está na escola e, quando vai aos atendimentos, demonstra ser uma criança tranqüila e bem cuidada, bem como demonstra muito afeto pela mãe.

Nesse período, Alessandra fala de seu interesse em fazer um curso profissionalizante e se inscreve no curso de tele-marketing. Muda-se da casa da mãe e leva consigo seu filho. Nesta ocasião, Maria passa a mandar recados por Alessandra, dizendo que também quer ser atendida por nós. Alessandra comenta que a mãe reagiu mal à sua saída de casa e, a todo momento, fazia comentários depreciativos sobre as mudanças que os atendimentos vinham operando na vida da filha.

Vale lembrar que Alessandra retomou seu acompanhamento no CMT, onde recebia atenção psiquiátrica, fato que concorreu para seu processo de autonomia. Não devemos esquecer também que não se tratou de um processo linear e contínuo,

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

como pode levar a crer este relato. Alessandra, nestes dois anos, percorreu um caminho tortuoso, cheio de bons e maus momentos. O mais marcante se passou quando, a pretexto de um conflito com os outros filhos, Dona Maria passa algumas semanas na casa da filha e sua presença e proximidade desencadeia uma grande desorganização na delicada mudança que vinha operando na vida de Alessandra.

No decorrer deste acompanhamento, procuramos observar as orientações metodológicas do SOSF, mas buscamos nos nortear principalmente pela teoria psicanalítica. A transferência foi nosso terreno e estratégia e, ao cuidarmos com empenho da mulher, fortalecemos a mãe sem ser necessário dizer a ela o que fazer e como deveria exercer sua maternidade. Assim, Alessandra trazia aos atendimentos os assuntos que ela desejava trabalhar, a orientação para os assuntos objetivos e da vida cotidiana ficavam em segundo plano. Na verdade, eram raros os momentos em que ela demandava alguma orientação, sendo comum ela chegar com suas decisões já tomadas.

Nesse caso em que pautamos toda a condução pela psicanálise, nos balizamos pela transferência, sustentado o lugar de “sujeito suposto saber” para que Alessandra pudesse emergir enquanto sujeito das relações em que sempre se colocou como objeto. De fato, pelos critérios do SOSF, Alessandra já deveria ter sido desligada quando avaliamos o bem estar de seu filho. No entanto, havia ainda, a nosso ver, um tempo a se cumprir antes que Alessandra pudesse seguir sozinha em seu caminho e, desta vez, definitivamente, sem retorno aos órgãos de defesa da criança e do adolescente, como é tão comum entre essas famílias.

Nossa hipótese de que na transferência é possível reconhecer e acolher em cada mulher esta divisão do feminino se dá na medida em que acreditamos ser esta uma operação que é base e estímulo para que a mulher, em posição de assujeitada por uma ordem do Outro que lhe impõe o acompanhamento do SOSF, assuma a posição de sujeito e conduza ela própria o processo que levará não apenas a uma cessação dos atos de violência ou indiferença em relação aos filhos, mas também e principalmente, a uma promoção de sua própria vida pautada no reconhecimento e sustentação de seu desejo.

### Considerações Finais

Nossa intenção ao apresentar e confrontar estes dois casos é demonstrar uma forma recorrente de trabalhar – caso Almerinda – e outra comum apenas entre os técnicos de orientação psicanalítica – caso Alessandra. Na concepção de trabalho do SOSF, o caso Almerinda alcançou um bom resultado, tanto que foi desligado por *superação da violação*. Isso se justifica se fizermos uma abordagem mais pragmática de um serviço que tem critérios de inclusão e desligamento muito claros e isso é um grande avanço em se tratando de Assistência Social. Uma proposição como a que fazemos, de utilização de uma corrente teórica nos acompanhamentos realizados no SOSF, agrega ao trabalho um nível de excelência que o distingue.

Acreditamos que é necessário tratarmos dos problemas que nos trazem estas famílias de forma aprofundada por meio de uma teoria, sendo nossa opção pela psicanálise, mas sabemos que existem outras que também têm suas contribuições. Se nos dedicarmos apenas a fazer com que cessem as violações, sem nos perguntarmos de fato por que elas acontecem, estaremos lidando com o problema de forma superficial e estas famílias podem retornar daí a algum tempo. Ou pior, seríamos ultrapassados pelo tempo e a história se repetiria. Estaríamos, no futuro, atendendo às crianças violadas de hoje como os pais violadores de amanhã, numa perpetuação de violência que, como sabemos, pode ser transgeracional.

De nossa parte, acreditamos ser a transferência o que transforma as relações entre o técnico e a referência familiar e é também por ela, ou na transferência, que conseguimos operar. Valemo-nos aqui de um antigo dito popular: “se conselho fosse bom ninguém dava... vendia” que muitas vezes ouvimos dos familiares nos atendimentos. Não acreditamos em conselhos, ou melhor, acreditamos desde que haja uma base transferencial e, principalmente, se brotarem do desejo do sujeito para buscar no Outro seu consentimento.

Os casos que acompanhamos são, em sua maioria, extremamente graves e em algumas situações chegam mesmo ao limite entre a vida e a morte. Situações assim devem exigir de nós, trabalhadores do SOSF, muito mais que um método de qualidade, afinal muito bem construído, pois envolveu em sua construção toda a equipe das várias regionais em meses de trabalho. Contudo, o método do SOSF não é suficiente e nem se propõe a isso, trata-se de um conjunto de diretrizes que oferecem ao técnico um mapa, uma orientação básica de ação. Se fizermos uma analogia com uma viagem poderíamos dizer que, se o método é o mapa, a teoria é a bússola que nos norteia e a

Rena, A. C. C. B. Do vínculo à transferência: uma contribuição da psicanálise à prática de acompanhamento de famílias

família contribui com a paisagem, cheia de belezas e surpresas, mas também repletas de acidentes geográficos, curvas sinuosas e abismos dos quais, com a nossa ajuda, elas mesmas haverão de dar conta.

É preciso ir além de nossa intuição, também necessária, mas não o suficiente para darmos conta da responsabilidade de conduzir casos tão graves. Faz-se necessário recorrer cada vez mais aos teóricos de nossas formações para que nos auxiliem nessa tarefa e – na ausência de um cálculo para nossas intervenções – não estejamos tão expostos ao acaso ou ao discurso cínico que nos protege de nossos equívocos muitas vezes contornáveis para nós, irrevogáveis para essas famílias.

### Referências

- Afonso, L. (2006). *Proposta para metodologia de trabalho com famílias e grupos de família no eixo orientação*. Belo Horizonte: SOSF/PBH.
- Freud, S. (1996). Além do princípio do prazer. In S. Freud. *O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos* (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 12, pp. 17-75). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1925).
- Freud, S. (1996). A dinâmica da transferência. In S. Freud, *O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos* (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 12, pp. 111-119). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (1996). Conferência XXVII: Transferência. In S. Freud. *Conferências introdutórias em psicanálise* (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Parte III, pp. 433-448). Rio de Janeiro: Imago.
- Garcia, C. (2000). Tô fora: o adolescente fora da lei. O retorno da segregação. In F. O. de Barros, *Escritos em psicanálise e direito*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 369-370). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1969).
- Lacan, J. (1999). O seminário. In J. Lacan, *Livro V As Formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1957/8).
- Lacan, J. (1978). A direção da cura e os princípios de seu poder. In J. Lacan, *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (1993, 07 de dezembro). *Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS*. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA*. Brasília, DF: Presidência da República.
- Meira, Y. M. (2003). A família: uma questão de estrutura? In A. M. Portugal. *O porão da família: ensaios de psicanálise* (pp. 79-92). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Miller, J. (1997). A criança entre a mãe e a mulher. In J. Miller, *Opção Lacaniana*, n.º. 28 (pp. 7-12).
- Roudinesco, E. (2003). Deus pai. In E. Roudinesco, *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Travaglia, I. H. (2003). O outro familiar. In A. M. Portugal, *O porão da família: ensaios de psicanálise* (pp.141-150). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Categoria de contribuição: Relato de experiência  
Recebido: 06/05/09  
Aceito: 10/11/09

Prates, L. G. & Nunes, L. de P. A (re) construção do lugar do psicólogo na saúde pública: das quatro paredes do centro de saúde para os lares

## **A (Re) Construção do Lugar do Psicólogo na Saúde Pública: das Quatro Paredes do Centro de Saúde para os Lares**

### **The (Re) Construction of Psychologist's Position in Public Health: from the Four Walls of the Health Center to Homes**

Leonardo Gonçalves Prates<sup>1</sup>

Lidiane de Paula Nunes<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O objetivo desse artigo é apresentar uma experiência de estágio curricular na saúde pública. Uma breve contextualização da saúde e da psicologia nesse campo de atuação será feita por princípio, após haverá o relato de dois casos acompanhados durante o estágio curricular. Foi possível realizar uma reflexão acerca da psicologia e da saúde pública enquanto campo do saber, diante do estágio realizado e desse artigo. Percebemos as limitações que o psicólogo se depara no campo da saúde pública, mas que é possível propor outras intervenções além das paredes do centro de saúde.

**Palavras-chaves:** psicologia na saúde pública; estágio curricular; famílias de acamados.

#### **Abstract**

The aim of this paper is to present an experience of curricular apprenticeship in public health. First, a brief contextualization of health and psychology in this field of action will be made. After that, two cases accompanied during the apprenticeship will be reported. It was possible to carry out a reflection on psychology and public health as fields of knowledge, based on the apprenticeship accomplished and on this article. We noticed the limitations that the psychologist faces in the public health field, but that it is possible to propose other interventions beyond the walls of the health center.

**Key words:** psychology in public health; curricular apprenticeship; families of bedridden.

---

<sup>1</sup> Formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Unidade São Gabriel. Contato: prleozinho@gmail.com

<sup>2</sup> Formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Unidade São Gabriel. Contato: lidianeprn@gmail.com. Os autores são graduandos de Psicologia – PUC MINAS – São Gabriel. Esse estágio foi realizado no 1º semestre de 2008, no 8º período.

Prates, L. G. & Nunes, L. de P. A (re) construção do lugar do psicólogo na saúde pública: das quatro paredes do centro de saúde para os lares

## Introdução

Objetiva-se com o presente artigo, realizar uma reflexão acerca do lugar do psicólogo na saúde pública enquanto campo do saber em (re) construção, para além das quatro paredes do centro de saúde. Assim, busca-se discutir a concepção de saúde vigente, apresentando a concepção de psicologia na saúde pública atual e discutindo a respeito das novas possibilidades, por meio de uma experiência de estágio. Para tanto, parte-se do estágio supervisionado realizado no Bairro União em Belo Horizonte, por meio do trabalho interligado entre o até então denominado Núcleo de Apoio à Família - NAF<sup>3</sup>, hoje conhecidos como Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, Unidade Básica de Saúde - UBS (centro de saúde) e PUC - São Gabriel.

A proposta inicial desse estágio foi acompanhar algumas famílias de acamados com um olhar especial para o cuidador desse enfermo. A demanda surgiu pelas instituições NAF e UBS do bairro por terem na região um grande número de pessoas doentes e/ou idosas que dependem de um cuidador (familiar ou não) que é responsável pelos devidos cuidados ao acamado. Diante das intervenções dos estagiários com os cuidadores, posteriormente, o NAF ficaria responsável por criar um grupo de reflexão com os mesmos.

Esse olhar para o cuidador nos mostra que muitas vezes esse sujeito assume uma postura de viver pelo outro e anular-se. Neste sentido, a proposta do estágio supervisionado, visa oferecer um espaço para esse cuidador, em que este possa falar dessa vivência e perceber quais as possibilidades que tem nesse cuidar de forma que não se esqueça de cuidar de si. Contudo, a prática do estágio tomou duas direções, uma para o cuidador que ia ao encontro da proposta inicial e outra para o acamado, o que nos trouxe como

reflexão a necessidade da flexibilização dos planejamentos iniciais.

Pretende-se ainda nesse artigo, articular a experiência do estágio com o conceito de saúde pública, buscando compreender a inserção da psicologia nesta área e quais as novas contribuições que podemos oferecer enquanto psicólogos em formação a esse campo.

## Do conceito de saúde e a prática do psicólogo

A psicologia desde o seu surgimento esteve relacionada à saúde. Contudo, sabe-se que o conceito atual de saúde é extremamente amplo e vai além daquele preconizado na origem da psicologia enquanto ciência.

A Organização Mundial de Saúde - OMS, em 1948, afirma que a saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença. Assim, entende-se que a saúde simboliza muito mais um compromisso, um horizonte a ser perseguido do que um estado atingido e nos dá a entender que nenhum ser humano (ou população) será totalmente saudável ou totalmente doente. Ao longo de sua existência, viverá condições de saúde/doença, de acordo com suas potencialidades, suas condições de vida e sua interação com elas.

Spink (2004) diz que à medida que se valoriza o saber popular, buscando compreender as representações acerca da saúde/doença, torna-se possível contemplar a doença como um fenômeno psicossocial, historicamente construído, e como tal é, sobretudo um indicador da ideologia vigente sobre o adoecer e os doentes em uma determinada sociedade.

Neste trabalho compreendemos o conceito de saúde condizente com a concepção de Spink (2004) e da OMS que fora supracitada e conseqüentemente entendemos o fazer do psicólogo como um conjunto de práticas voltadas para a promoção da saúde, prevenção da doença e que idealize o bem-estar.

## Do atual lugar do psicólogo na saúde pública

O lugar do psicólogo na Saúde Pública é um tema contemporâneo, que carrega história, questionamentos e idéias diversas de mudanças. Segundo Ferreira Neto (2006), citado por Kind (2006, p. 57), a inserção do psicólogo na saúde pública se deu a princípio pela Saúde Mental e foi através da

<sup>3</sup> Segundo a Instrução Normativa da Secretaria de Municipal de Assistência Social, o Núcleo de Apoio à Família-NAF é um serviço de caráter preventivo, da Política Municipal de Assistência Social de base local, que atua de forma sistemática e intersetorial com as famílias em seu contexto comunitário, visando à orientação e convívio sócio-familiar. Trata-se de uma proposta municipal por meio do programa BH Cidadania, que serviu de modelo para todo país, porém com o nome de Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Durante certo período de tempo adotou o nome NAF/CRAS e posteriormente, após inclusive ao término do estágio, adotou definitivamente o nome da Política Nacional de Assistência Social de CRAS.

Prates, L. G. & Nunes, L. de P. A (re) construção do lugar do psicólogo na saúde pública: das quatro paredes do centro de saúde para os lares

Reforma Psiquiátrica que o psicólogo entrou nos centros de saúde.

Inicialmente o trabalho nos centros de saúde era basicamente clínico. Segundo Ferreira Neto (2004), foi por volta dos anos 80, devido a vários acontecimentos dentro da sociedade brasileira, como por exemplo, a reestruturação do atendimento a portadores de sofrimento mental que Psicologia “assumiu” um novo olhar sobre o sujeito que considera o processo de adoecimento como uma construção social, baseado no contexto em que o indivíduo está inserido, conforme citado anteriormente.

Isso difere significativamente da concepção vigente até bem pouco tempo, que era centrado no sujeito e via esse como “universal e a-histórico”, não considerando a cultura, nem tampouco as mudanças históricas que influenciavam esse sujeito (Romagnoli, 2006).

Mas, mesmo diante dessa herança clínica e principalmente por ela, deve-se pensar como é a posição do psicólogo na atualidade. Nos indagamos sobre este lugar atual e se já caminhamos para além da “clínica clássica”, daquela psicologia que ouve o indivíduo dentro de um consultório. De acordo com Ferreira Neto (2004), os estágios curriculares e os de extensão da Universidade são destaques para a psicologia no campo da saúde pública e trazem reflexões importantes sobre as intervenções nesse campo.

Diante disso, será apresentada uma experiência de intervenção diferenciada, que não vem anular o que já tem sido feito, mas que se apresenta como mais uma possibilidade para psicologia na saúde pública.

### **Da proposta do estágio supervisionado na saúde pública**

Uma das propostas do estágio supervisionado IX do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC - Minas) – Unidade São Gabriel é o de Saúde Pública, no qual o estagiário de psicologia inicialmente trabalharia com a equipe do Centro de Saúde. Devido a uma dificuldade de ter esse campo aberto para o estagiário de psicologia, a proposta tomou outra direção, sem perder seu objetivo principal que é a prática da psicologia na saúde pública.

Para alcançar o objetivo desse estágio foi realizada pela supervisora uma parceria com o Núcleo

de Apoio a Família - NAF e o Centro de Saúde do bairro União, situado na região nordeste de Belo Horizonte. O NAF foi uma porta de entrada do estágio no Centro de Saúde, pois estas instituições possuem um bom vínculo por atenderem em perspectivas diferentes as mesmas famílias de moradores.

A proposta apresentada foi de um trabalho de acompanhamento de cuidadores de acamados e no semestre seguinte a formação de um grupo de reflexão com cuidadores. Segundo as coordenadoras dessas instituições há um grande percentual de pessoas acamadas na região e, conseqüentemente, de cuidadores que, dizendo da maioria, vivem todo o tempo em função do enfermo, que impossibilitado no momento de uma maior autonomia, necessita de auxílio para, por exemplo, se alimentar, levantar, tomar banho, entre outros. Então, pretende-se com esse trabalho ouvir esses cuidadores, levantar junto a eles outras possibilidades frente ao cuidado com o acamado, evitando inclusive que se torne uma função de uma pessoa somente.

O acompanhamento seria, portanto, realizado nas residências dessas famílias que estivessem vivenciando a situação de enfermidade de um dos seus membros e essa pessoa contasse com um cuidador que viria a ser ou não da família. Tendo em vista a impossibilidade de atender a todos os casos do bairro onde seria realizado o estágio, cada Agente Comunitário de Saúde – ACS de uma determinada equipe do Centro de Saúde levantou alguns casos que estavam acompanhando e que se enquadravam na proposta. Aos estagiários, em dupla, foram designadas duas famílias para acompanhamento e ficou a cargo do ACS de referência fazer as devidas apresentações do local e da família.

### **Da Prática junto às Famílias Atendidas**

#### **Família 1**

Uma das cuidadoras que acompanhamos é Telminha<sup>4</sup> de 63 anos. A cuidadora é casada, tem três filhas, trabalha duas vezes na semana em uma

<sup>4</sup> Foram adotados nomes fictícios a fim de garantir o sigilo e a manutenção da identidade das famílias atendidas.

Prates, L. G. & Nunes, L. de P. A (re) construção do lugar do psicólogo na saúde pública: das quatro paredes do centro de saúde para os lares

residência próxima a sua e a familiar acamada se chama Telma<sup>5</sup>, tem 93 anos e sofre de Alzheimer.

O primeiro contato de apresentação da proposta foi realizado pela ACS, Cida, que foi bem aceito por Telminha. Coube, portanto a ACS nos levar pelo bairro, acompanhar à casa e fazer as devidas apresentações. A cuidadora não tinha dificuldades de falar de si nos atendimentos, talvez em função do “*tratamento com um psicólogo*” que relatou ter feito em função de problema renal que teve há 13 anos, no qual, houve a necessidade da retirada de um dos órgãos que segundo Telminha foi uma operação bastante “traumática”.

Nos primeiros encontros Telminha falava sobre o Alzheimer e como a mãe “*tá ruim da cabeça*”, com a mãe do lado, mas como se esta não estivesse ali ou não entendia uma palavra da conversa. E acrescentava que não foi bem cuidada pela mãe na infância e “*hoje sou eu que tenho que cuidar dela*” e ainda dizia “*fazer o quê, mãe é mãe né*”.

Diante disso, logo verificamos a necessidade de retirar a cuidadora da casa da mãe que fica no mesmo lote da casa da cuidadora e ter um espaço para trabalhar as questões dela, pois acreditávamos que a mãe entendia o que estava sendo questionado pela filha, mas devido à doença não tinha condições de argumentar. As questões dela sempre envolviam o adoecimento familiar e isso era um fator marcante na casa. A cuidadora relatou que uma das filhas tem apresentado problema renal, tal como ela. O marido está “encostado” pelo INSS, pois teve câncer de próstata, fez cirurgia, melhorou, mas agora tem apresentado pioras. O neto frequentemente fica resfriado e ela reclama de não poder dar muita atenção nem para o neto, nem para os outros membros da família.

Quando tínhamos a oportunidade de retornar à casa da dona Telma e conversar com a mesma, esta, respondia às perguntas com total lucidez e clareza, diferentemente da impressão passada por meio da filha.

Sobre os irmãos, além do que havia falecido há pouco, Telminha disse que tem mais dois irmãos, um mora próximo e administra a aposentadoria de Telma, porém aparece na casa da mãe apenas para algumas visitas. O outro é mais presente, apesar de morar em outra cidade, afinal ele vive um pouco lá e um pouco

na casa da mãe, a esposa às vezes vem passar algumas semanas lá também.

Durante as visitas domiciliares nos deparamos com a realidade deste tipo de trabalho ao sermos impossibilitado durante algumas semanas de realizar a visita, pois ao entrarmos em contato com a família para confirmar o próximo encontro, fomos informados que a Dona Telma estava internada devido à tosse freqüente e uma queda que teve em casa e Telminha estava a acompanhando.

Quando as visitas foram retomadas a cuidadora relatou as dificuldades com a mãe que “é muito teimosa”, a suspeita de uma nova gravidez de risco da filha, a inquietação do neto e a perícia recente do marido no INSS.

O grande número de questões que afligiam Telminha exigia de nós uma escuta bastante ativa, e logo o trabalho começou a ser estruturado de forma bem lúdica, o que difere da compreensão da cuidadora sobre o trabalho do psicólogo, que segundo ela, é mais “ouvir”, devido ao fato de ter passado por uma psicoterapia.

Este trabalho com o lúdico permitia realizar diversas reflexões, questionamentos e relações com a vida cotidiana da cuidadora, como no caso do uso do texto de Rubem Alves intitulado “A Pipoca”. Com este, foi possível pensarmos junto com Telminha que as dificuldades que ela tem enfrentado talvez sejam apenas um fogo que tem a finalidade de fazer dela uma bela pipoca ou não, isso dependia de como ela agiria frente à situação que passava. Ela lembrou da época no qual precisou retirar um rim e afirmou que se tivesse pensado assim não teria sido tão difícil.

Telminha demonstrava entendimento, progressos e tirava proveito deste espaço para falar. Sabia da importância de mudar o foco, da doença para a saúde, mas apresentava dificuldades de colocar em prática as mudanças proposta por ela mesma no cuidado com a mãe. Falava que pensava em sair do trabalho para cuidar da mãe, porém diante de nossas conversas via que o trabalho era o momento que tinha para ela.

Desafiamos as tramas e estruturas da família junto com Telminha. Por diversas vezes falamos sobre o NAF e as atividades e possibilidades para ela na instituição e até tentamos levá-la até lá, porém sem êxito. No último encontro lhe entregamos o texto “Declaração dos Direitos do Cuidador” que dizia de vários direitos que o cuidador tem como: cuidar de si mesma, orgulhar-se do que faz e ser feliz. Lemos com ela e pensamos como cada um tinha ou não haver

<sup>5</sup> É interessante notar que a cuidadora e a mãe compartilham além da relação de cuidado, também o mesmo nome.

Prates, L. G. & Nunes, L. de P. A (re) construção do lugar do psicólogo na saúde pública: das quatro paredes do centro de saúde para os lares

com suas vivências. Telminha afirmou que iria ler essa declaração sempre e exigir os seus direitos

### **Família 2**

A outra família acompanhada é a da cuidadora Adriana, que possui 35 anos. A cuidadora mora com a filha de 15 anos, trabalha cuidando de algumas crianças e a sua mãe dona Helena que é a familiar acamada.

Dona Helena possui outros filhos que não moram na mesma residência. Trata-se de uma senhora de 66, obesa, que se locomove com dificuldades em função de um desgaste no joelho e fora diagnosticado com um quadro de depressão. A ACS de referência, Cláudia, afirmou que a família provavelmente não iria aceitar as visitas, tendo em vista que já havia informado a Adriana sobre o trabalho e não obteve boa receptividade.

Ao realizarmos o primeiro contato com a Adriana, ainda no Centro de Saúde, longe da mãe, verificamos certa desconfiança e resistência a nossa presença. Diante da conversa, Adriana acatou o trabalho proposto, porém fez diversas recomendações para o próximo encontro que seria com a mãe.

No encontro com dona Helena notamos certo recuo por achar que tratava de uma tentativa de levá-la para uma internação conforme indicação de uma assistente social do Centro de Saúde a fim de viabilizar a fisioterapia para realizar posteriormente uma cirurgia no joelho.

Dona Helena era totalmente contra a internação e a partir do momento que demonstramos que não estávamos ali para interná-la as resistências foram quebradas. Fizemos as devidas apresentações a fim de estabelecer uma boa relação com a acamada. Para isso, ficamos mais no papel da escuta e Dona Helena teve a oportunidade de contar diversas histórias da família, de sua participação na igreja e no bairro.

Percebemos a necessidade de deixar a proposta inicial do estágio, na perspectiva de intervir tanto com a acamada quanto com a cuidadora. Percebemos posteriormente que dona Helena precisaria mais dessas intervenções que a filha, pois Adriana diferente de outros cuidadores tem uma vida mais ativa, além de demonstrar que lidava bem com o papel de cuidador sem se anular enquanto pessoa, diferente da cuidadora apresentada anteriormente.

No trabalho com dona Helena, esta nos disse sobre como gostava de ler e que não era possível mais

por causa da visão que estava perdendo e cada vez que falava da visão, chorava. Diante disso, resolvemos trabalhar o mesmo texto que fora trabalhado com Telminha. Intervimos na questão da passagem do milho no fogo que vira pipoca ou peruá, transformando-se ou continuando duro e enrijecido, relacionando com as vivências de dona Helena. Esta nos disse que viraria pipoca e virou, pois no encontro seguinte disse que havia feito caminhada em volta de casa, com as moderações devidas por causa do problema no joelho. Em outro momento, a pedido dela, trabalhamos outro texto, que conta a história da cebola, também de Rubem Alves. Dona Helena lembrou-se de um dia em que ficou olhando para a chuva, contou que via cada gota da chuva e teve o mesmo encantamento que a mulher da história da cebola.

O uso de textos com dona Helena alcançou bem os objetivos da intervenção, pois ela conseguia fazer uma ligação com suas vivências e, segunda ela, passou adiante tais textos, contando para a irmã e para o médico as histórias que lhe foi contada.

Com os textos vimos como o simbólico é representativo nesse contexto do trabalho do psicólogo na saúde pública, pois é nele que o paciente diz de suas vivências e faz reflexões a respeito dessas. Diante disso, para o último dia de visita levamos a dona Helena uma margarida. A margarida foi um símbolo que apareceu em alguns momentos, na qual ela dizia de um sobrinho que pegava de seu jardim a flor e deixava em sua janela. Levamos a margarida com um sentido de continuidade, de como plantamos algo junto a ela e agora era hora de cuidar. E esse cuidar ficaria para ela, cuidar da margarida e de tudo que conversamos, construímos.

### **Considerações Finais**

O modelo do sistema de saúde adotado pelo Brasil (SUS) tem como ideal a presença de um psicólogo em cada Centro de Saúde, mas isso ainda não ocorre na prática e a atuação do psicólogo em saúde pública exige uma atuação ampla e diversificada, para além do trabalho prescrito.

Nos Centros de Saúde que tem a presença de psicólogos, boa parte deles pauta seus trabalhos em pressupostos clínicos, conservadores e tradicionais. Este estágio, sem anular a importâncias das práticas até hoje feitas, proporcionou novas práticas psicológicas dentro do campo da saúde como é

Prates, L. G. & Nunes, L. de P. A (re) construção do lugar do psicólogo na saúde pública: das quatro paredes do centro de saúde para os lares

possível perceber. Nesta nova proposta para a prática, o psicólogo frequenta a casa do paciente e intervém de forma diretiva, para além da somente escuta. Questionar o paciente, ser questionado por esse, responder as suas perguntas, levar algo que alcance o simbólico; tudo isto mostrou que a prática do psicólogo pode ser mais próxima sem que deixe de alcançar uma reflexão e/ou mudança nesse sujeito.

Ao se falar do trabalho em saúde pública, deve-se considerar o contexto, tendo em vista que as ações e os resultados são bem diferentes dependendo da localidade. O trabalho aqui apresentado, sem negar a importância do que já tem sido feito em saúde pública, se apresenta como mais uma proposta, que diz de uma ação específica que visa não ser descompassada da realidade local.

Também devemos levar em consideração que o número de psicólogos na saúde pública é limitado como foi supracitado. Dizemos de uma nova proposta, mas nos questionamos se é possível para o psicólogo criar ou adotar outras formas de intervenção. Diante dessas condições e indagações podemos dizer que o estágio proporciona, diante das suas também limitações de tempo, a possibilidade que o profissional provavelmente não tenha.

Enfim, dessa vivência de estágio fica a proposta do estagiário ou psicólogo que mesmo diante das limitações possa abrir outras possibilidades de intervenção. Criar, mudar, inventar e principalmente utilizar a própria fala do paciente para realizar essas intervenções. E é sua fala que as propostas surgem. O significado de dar uma margarida está na fala de quem disse que essa representa algo muito maior que uma flor. Trata-se um atuar de forma a transformar e transformar-se.

## Referências

Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do psicólogo. Clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec / FCH.

Instrução Normativa SMAS Nº 004/2002 – (2002, 12 de junho). Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social - Secretaria Municipal de Assistência Social, Ano VIII - Edição N.: 1639. *Diário Oficial Do Município*.

Kind, L. (2006). Inserção do psicólogo na Saúde Pública – avaliação, impasses e desafios. *Anais*

*do II Psicologia nas Gerais: o psicólogo na saúde pública*. Belo Horizonte: CRP.

Romagnoli, Roberta C. (2006, dezembro). Algumas reflexões acerca da clínica social. *Rev. Dep. Psicol., UFF, 18(2)*, 47-56. ISSN 0104-8023

Spink, M. J. P. (2004). *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos* (2a ed.). Petrópolis: Vozes.

Categoria de contribuição: Relato de experiência

Recebido: 22/02/09

Aceito: versão revista em 10/10/09

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

## **Metodologia de Intervenção Psicossocial e Acompanhamento do Processo Grupal com Unidades Produtivas em Projeto de Inclusão Produtiva<sup>1</sup> da APRECIA<sup>2</sup>**

### **Methodology for Psychosocial Intervention and Group Process Work with Productive Unities Within the Productive Inclusion Project of APRECIA**

Aline Ogioni<sup>3</sup>

Lúcia Afonso<sup>4</sup>

Carolina Peixoto<sup>5</sup>

Daniela Dias Gomes<sup>6</sup>

Georgia Bicalho<sup>7</sup>

Neila Moreira<sup>8</sup>

Wanderson da Conceição Silva<sup>9</sup>

#### **Resumo**

O artigo apresenta a metodologia de intervenção psicossocial com unidades produtivas em um projeto de inclusão produtiva desenvolvido pela APRECIA em parceria com a SEDS-MG. Enfatiza o trabalho com a demanda bem como a interrelação entre o processo grupal, a produção e a auto-organização dos grupos. Descreve os princípios, estratégias e instrumentos utilizados no processo de intervenção psicossocial.

**Palavras-chave:** intervenção psicossocial; processo grupal; inclusão social.

---

<sup>1</sup> O Projeto de Inclusão Produtiva foi desenvolvido pela APRECIA em parceria com a Superintendência de Prevenção à Criminalidade da Secretaria Estadual de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. Aline Ogioni coordenou o trabalho de intervenção psicossocial e Eduardo Nobre de Moura gerenciou o projeto.

<sup>2</sup> APRECIA (Associação Preparatória dos Cidadãos de Amanhã) é uma OSCIP que desenvolve projetos sociais auto-sustentáveis. O gerente executivo é Eduardo Nobre de Moura e a diretoria de projetos de Israel Breder. Maiores informações em [www.aprecia.org.br](http://www.aprecia.org.br).

<sup>3</sup> Psicóloga, coordenadora do processo e da equipe de intervenção psicossocial do Projeto de Inclusão Produtiva.

<sup>4</sup> Psicóloga social e clínica, consultora externa para o processo de intervenção psicossocial no Projeto de Inclusão Produtiva.

<sup>5</sup> Psicóloga, membro da equipe de intervenção psicossocial do Projeto de Inclusão Produtiva.

<sup>6</sup> Psicóloga, membro da equipe de intervenção psicossocial do Projeto de Inclusão Produtiva.

<sup>7</sup> Psicóloga, membro da equipe de intervenção psicossocial do Projeto de Inclusão Produtiva.

<sup>8</sup> Psicóloga, membro da equipe de intervenção psicossocial do Projeto de Inclusão Produtiva.

<sup>9</sup> Psicólogo, membro da equipe de intervenção psicossocial do Projeto de Inclusão Produtiva.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

## Abstract

The paper presents the methodology for psychosocial intervention with productive unities within a project of productive inclusion developed by APRECIA in partnership with SEDS-MG. It emphasizes the group demand as well as the interrelationship among the group process, production and self-organization. It describes the principles, strategies and tools utilized in the process of psychosocial intervention.

**Key words:** psychosocial intervention; group process; social inclusion.

### O Projeto de Inclusão Produtiva - Objetivos e Público

Em 2007, a Associação Preparatória dos Cidadãos de Amanhã (APRECIA), através de parceria com a Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPC) da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS-MG), iniciou um Projeto de Inclusão Produtiva, com o objetivo de criar estratégias para a prevenção social à violência e à criminalidade. A parceria será finalizada em 2010, mas o trabalho com unidades produtivas terá continuidade através de outros projetos.

O Projeto de Inclusão Produtiva visa promover a qualificação e a inclusão no mercado de trabalho dos beneficiários dos seguintes programas: Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (CEAPA), Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), Programa Mediação de Conflitos e Programa de Controle de Homicídios – FICA VIVO!

O público do Projeto é composto de pessoas atendidas nos referidos programas e ainda outras pessoas das comunidades referenciadas pelos Núcleos de Prevenção à Criminalidade (da SEDS-MG) e que tenham sido indicadas por se encontrarem em situação de vulnerabilidade ou risco social.

### Princípios e Ações do Trabalho com Inclusão Produtiva na APRECIA

O trabalho de inclusão produtiva na APRECIA parte do princípio que: “Quanto maior a presença de fatores de proteção e menor a presença de fatores de risco, menor a probabilidade de incidência e de efeitos negativos de crimes e violência”. Assim, busca-se viabilizar “uma articulação efetiva entre os usuários da política de prevenção e o mercado, seja através do emprego formal ou projetos grupais de geração de renda e capital social.” (Termo de referência para a parceria entre APRECIA e SEDS, 2009).

Entendendo que a prevenção à criminalidade anda lado a lado com a promoção da inclusão social e dos direitos de cidadania, o Projeto de Inclusão Produtiva buscou orientar-se pelos princípios abaixo:

1. Inclusão social como princípio fundamentado na dignidade do ser humano e no respeito aos direitos de cidadania garantidos pela Constituição de 1988;
2. Responsabilidade do Estado, conforme a Constituição de 1988, de garantir os direitos de cidadania e as condições de acesso a esses direitos;
3. Participação da sociedade através da construção de uma cultura de paz e de inclusão social e do fortalecimento dos vínculos sociais e de redes de apoio social;
4. Articulação do trabalho em rede (entendendo-se aqui a rede de atendimento ao usuário), fortalecendo os meios e os fluxos para as ações de parceria;
5. Fortalecimento dos direitos de cidadania associado ao desenvolvimento das responsabilidades dos cidadãos diante da sociedade;
6. Autonomia dos indivíduos e grupos atendidos, visando não apenas a geração de renda como também a auto-organização e a auto-gestão das Unidades Produtivas, buscando a sua inserção digna e responsável na sociedade;
7. Protagonismo social, visando à construção de vínculos sociais entre as Unidades Produtivas e as suas comunidades, estimulando o empoderamento dos usuários e o seu potencial multiplicador na sociedade.

Seguindo tais princípios, a APRECIA desenvolve um conjunto de ações articuladas que inclui: (1) Encaminhamentos para oportunidade de emprego no mercado formal de trabalho; (2) Articulação com a rede empregadora; (3) Cursos de qualificação profissional, (4) Projetos comunitários de geração de renda e capital social por meio de Unidades Produtivas.

A metodologia apresentada refere-se ao acompanhamento psicossocial dos projetos comunitários de geração de renda e capital social com unidades produtivas.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

### **Projetos Comunitários de Geração de Renda e Capital Social por meio de Unidades Produtivas**

As Unidades Produtivas (UPs) são grupos que se dedicam a atividades de geração de renda buscando se constituir de maneira autônoma, organizando suas regras (através de Estatuto ou outros meios), processos de produção, vendas e relações com fornecedores e clientes. No Projeto de Inclusão Produtiva, as UPs são orientadas para se organizar de forma a promover a igualdade de participação na produção, nas decisões e na distribuição de recursos. O trabalho da APRECIA é voltado para a organização e desenvolvimento da autonomia das UPs, visando a sua “desincubação” (ou seja, que se tornem independentes).

No Projeto, o objetivo de geração de renda dá sustentação e materialidade ao objetivo principal que é a prevenção da criminalidade em áreas de risco social. O trabalho busca inserir pessoas cujo perfil encontra, hoje, pouca aceitação no mercado de trabalho formal, incluindo pessoas com baixa escolaridade, idosas, adolescentes e jovens a partir de 16 anos, egressos do sistema penitenciário e outras.

No período de março de 2007 a março de 2009, foram implantadas 24 (vinte e quatro) UPs na região da Grande Belo Horizonte e municípios vizinhos. Até então, o Projeto estava centrado apenas no desenvolvimento dos aspectos de produção e gestão das UPs. Com o avanço do trabalho, ficou clara a necessidade de se desenvolver também as interações humanas nas UPs, ampliando a percepção sobre o capital social desses grupos para incluir as suas competências psicossociais. Assim:

O desafio de constituição de uma Unidade Produtiva envolve o esforço de organização das relações internas ao grupo e das relações do grupo com a rede social da qual deverá fazer parte e proceder às suas trocas materiais e simbólicas. Trabalha-se com a UP visando a sua capacidade de auto-organização e auto-gestão, o que implica não apenas competências técnicas ligadas ao processo de trabalho e de gestão, mas também competências psicossociais ligadas ao processo grupal, por exemplo, construção de regras, constituição de vínculos, comunicação, cooperação, tomada de decisão e formas de distribuição de papéis, poderes e responsabilidades no grupo.

### **Fundamentos para o Trabalho com UPS no Projeto de Inclusão Produtiva**

No período de 2007-2008, nosso trabalho com as UPs mostrou que diversos fatores ameaçavam a coesão dos grupos em torno do seu próprio projeto. Por exemplo, era necessário definir melhor a relação entre coordenação e grupo, melhorar a comunicação e o processo de tomada de decisões e ampliar a rede social de apoio. Era preciso superar dificuldades e construir formas de cooperação que atuassem como fatores de promoção da dignidade e da cidadania dos sujeitos. Observou-se que:

1. O desenvolvimento das UPs (processo de organização, gestão do trabalho e produção) era atravessado por fatores da dinâmica interna do grupo em cada UP;
2. O avanço da dinâmica interna do grupo (processo grupal, na dimensão dos vínculos, da comunicação e da autonomia) necessitava, por sua vez, do seu desenvolvimento como unidade produtiva;
3. O desejado impacto positivo na vida dos participantes do Projeto dependeria da boa articulação entre essas duas dimensões das UPs.

Era necessário, então, construir e consolidar procedimentos e instrumentos de articulação entre essas duas dimensões do trabalho de inclusão produtiva com um público que nunca antes havia participado deste tipo de empreendimento solidário. A partir de abril de 2009, o trabalho com as UPs passou a ser desenvolvido por duas equipes, em duas dimensões entrelaçadas:

A Equipe Técnico-Administrativa (ETA)<sup>10</sup> se responsabiliza pelo *acompanhamento do processo de produção e gestão nas UPs* e a Equipe de Acompanhamento Psicossocial (EAP)<sup>11</sup> se responsabiliza pelo *acompanhamento do processo grupal nas UPs*.

As equipes buscam trabalhar de maneira articulada:

<sup>10</sup> Atualmente, a ETA é coordenada por Renata Siviero e composta por Cintia Franco(Financeiro), Kelly Martins(Assistente), Marcela Freire(Capacitações), Danielle Morais(Compras) e Daniele Portela(Comunicação).

<sup>11</sup> Coordenada por Aline Ogioni e composta por Carolina Peixoto, Daniela Dias Gomes, Geórgia Bicalho, Neila Moreira, Wanderson da Conceição Gomes. Consultoria externa de Lúcia Afonso.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

- Os técnicos de cada equipe podem agendar conversas com a sua coordenação sempre que necessário, no dia a dia do Programa;
- Há um fluxo contínuo de comunicação, via internet ou telefone, entre as coordenações para lidar com o dia a dia das demandas dos grupos e da operacionalização de respostas possíveis a estas demandas;
- Há uma reunião quinzenal com todos os componentes das duas equipes para discutir os diversos aspectos necessários ao trabalho no Projeto de Inclusão Produtiva;
- As UPs têm contato por telefone com as coordenações e os técnicos de cada equipe, mas a comunicação se faz preferencialmente através de visitas dos técnicos às UPs;
- A EAP tem uma agenda semanal de visitas às UPs, podendo agendar outras visitas sob demanda;
- A ETA tem uma agenda quinzenal de visitas às UPs e pode agendar outras visitas sob demanda.

Nesta divisão de tarefas, é importante notar que:

- O vínculo entre a Unidade Produtiva e os técnicos que a acompanham é uma parte essencial da nossa metodologia de intervenção psicossocial; e
- O contato frequente entre os técnicos da EAP e as UPs contribui para possam conhecer mais de perto as demandas dos grupos. Quando essas questões são relativas ao processo grupal (por exemplo, a relação entre coordenação e grupo), a EAP as trabalha diretamente com o grupo. Quando são relacionadas à produção e à gestão (por exemplo, compra de materiais), a EAP as encaminha à ETA, que entra em contato com a UP (por telefone ou visita) para dar soluções às questões apresentadas.

Em seguida, o trabalho das duas equipes é detalhado e relacionado aos fundamentos teóricos do trabalho com as UPs no Projeto de Inclusão Produtiva.

### **Duas dimensões entrelaçadas do trabalho com UPs**

Para definir a metodologia de acompanhamento e avaliação do processo grupal nas UPs, foram escolhidos conceitos e categorias da teoria do Grupo Operativo de Enrique Pichon-Rivière (1994). Comparamos assim a Unidade Produtiva com um Grupo Operativo cuja dinâmica interna e processo grupal devem ser compreendidos, analisados e trabalhados a partir da sua relação com o contexto sociocultural.

Os grupos definem objetivos explícitos na relação com o seu contexto. Percebem-se “em relação com” e para tanto definem o que vão fazer,

para quem e com que estratégias e instrumentos. Esse “fazer” do grupo é uma parte fundamental de sua construção de identidade e de sua autovalorização. O “fazer” do grupo – que o vincula ao contexto social, histórico e cultural – é a sua Tarefa Externa. Ou seja, é externa não porque aconteça fora do grupo, mas porque liga o grupo ao seu contexto.

No caso das UPs, a tarefa externa busca consolidar uma identidade de trabalhadores, auto-organizados e envolvidos com um projeto de inclusão social. Busca dar-lhes apoio para superar a exclusão social e construir condições concretas de construção de novas identidades sociais e novas formas de relação com a sociedade.

Porém, a tarefa externa exige, por sua vez, trabalho e organização. Ou seja, deve ser construída com o grupo de forma que, dentro de seu tempo, mas ao mesmo tempo dentro do tempo social oferecido pelo Projeto, a Unidade Produtiva consiga se tornar independente. O termo técnico utilizado dentro de programas de inclusão produtiva é “desincubar”, isto é, nascer, crescer e “caminhar com as próprias pernas”. Assim, o trabalho com a tarefa externa do grupo é organizada em diferentes etapas que devem, ao evoluir, contribuir para a autonomia da UP.

Da mesma forma, o grupo que compõe a UP deve cuidar de suas relações internas para conseguir desenvolver os seus projetos. Em outras palavras, para se tornar uma UP autônoma, o grupo precisa se organizar para criar uma identidade própria, construir suas regras, organizar as suas formas de coordenação e participação, organizar as suas formas de compartilhamento de saber e de recursos, dentre outras coisas. Para tanto, no grupo, tornam-se vitais os processos de comunicação, cooperação, participação, manejo de conflitos, tomada de decisões e outros aspectos similares.

Chamamos de Tarefa Interna à dimensão da vida do grupo que diz respeito às relações internas e à forma como estas relações internas permitem ou atrapalham a realização dos seus objetivos. Por exemplo, como um excesso de competição pode impedir o desenvolvimento de uma Unidade Produtiva mesmo quando ela conta com recursos para produzir e clientela para comprar os seus produtos.

As duas dimensões – tarefa externa e tarefa interna – não se desenrolam separadamente no grupo. Pelo contrário, estão entrelaçadas durante todo o tempo que chamamos de “processo grupal”. Por isso mesmo, devem ser trabalhadas em conjunto, dentro de uma mesma metodologia. Em

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

seguida, explicamos como organizamos o trabalho com a tarefa externa e a tarefa interna das UPs.

Antes, porém, devemos enfatizar que a concepção pedagógica de Paulo Freire (2003) está presente em todo o trabalho. A aprendizagem possível se faz com base no respeito aos interesses, à dignidade e à autonomia dos sujeitos. Os técnicos que trabalham com as UPs não são “ordenadores” e sim co-ordenadores, co-construtores junto ao grupo, mediante uma escuta qualificada e uma intervenção psicossocial contextualizada.

Por escuta qualificada queremos dizer uma escuta dos interesses do grupo, de sua busca por construção de identidade e dignidade, mas também de seus medos e defesas diante do desafio que lhe é colocado. Portanto, a intervenção que se faz é abrangente e desafiadora, buscando provocar nos sujeitos o desejo de investir em sua própria inclusão social, de exercer os seus direitos de cidadania, de se implicar e lutar para construir os seus projetos de vida. Isto se dá, evidentemente, no contexto de uma política pública e a partir do princípio da responsabilidade do Estado e da Sociedade para apoiar, defender e garantir tais direitos.

Conforme acima mencionado, o Projeto de Inclusão Produtiva conta com duas equipes. Cada qual trabalha com 06 dimensões de desenvolvimento das UPs, buscando sua contínua articulação. A ETA trabalha com seis etapas necessárias para que um grupo de pessoas possa se tornar uma *Unidade Produtiva*, ou seja, com a sua *tarefa externa*. A EAP responsabiliza-se por trabalhar com o processo das UPs como *grupos*, ou seja, com a sua *tarefa interna*, segundo uma concepção de intervenção psicossocial<sup>12</sup>.

### **Realização da tarefa externa das UPs: produção e gestão**

São trabalhadas 06 dimensões entrelaçadas em um processo dialético, isto é, podem acontecer de forma simultânea, há retrocessos e avanços na construção do grupo e o fortalecimento de uma dimensão tem impactos positivos nas outras:

#### *Formação da identidade através da escolha de produto e de público*

O grupo iniciante (ou que pretende reformular o seu projeto) deverá definir o seu produto, de acordo com os interesses, capacidades e

potencialidades de seus membros. A partir daí, a Equipe Técnico-Administrativa faz a busca por informação, a análise das possibilidades do mercado, a análise do potencial do grupo e das suas necessidades de capacitação técnica.

A EAP trabalha a identidade do grupo, o vínculo entre os participantes, o vínculo entre a APRECIA e o grupo, a pactuação em torno do pertencimento grupal, as regras, os objetivos e demais aspectos dos projetos do grupo.

#### *Aprendizagem técnica*

A aprendizagem técnica para a produção envolve o conjunto de habilidades e competências necessárias para produzir de acordo com padrões de qualidade e na quantidade necessária para o estabelecimento da UP, por exemplo, a habilidade de costura, de fazer móveis e outras.

A ETA busca conhecer as necessidades da UP e oferecer capacitações para o desenvolvimento de suas competências técnicas. A EAP busca trabalhar o reconhecimento de competências e limites, o compartilhamento de saberes e fazeres, as dificuldades relativas à aprendizagem, entre outros aspectos.

#### *Auto-organização e auto-gestão da produção e do trabalho*

Para a auto-organização da produção e auto-gestão do processo de trabalho na UP, é necessário criar consensos em torno da divisão de tarefas, a definição de horários, o planejamento da produção, entre outros elementos. A ETA busca conhecer as necessidades da UP e oferecer capacitações para o desenvolvimento de suas competências técnicas relacionadas aos aspectos gerenciais. A EAP busca trabalhar com o grupo o seu conjunto de regras e valores, os acordos e conflitos, a compreensão e definição sobre qual deve ser a relação coordenação-grupo, a divisão de responsabilidades, entre outros aspectos.

#### *Produção*

Após ter definido o seu produto e as suas formas de produção, a UP precisa organizar a produção propriamente dita tendo por referência tanto a quantidade quanto a qualidade do seu produto, principalmente na relação com o mercado e o público consumidor. Isto envolve uma comparação entre tipo, quantidade e qualidade do produto que o grupo desejaria produzir *com* tipo,

<sup>12</sup> Para uma discussão da intervenção psicossocial, ver Lévy (2001) e Machado (2001).

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

quantidade e qualidade do produto que o grupo consegue produzir, ou seja, uma comparação entre projeto e realização no contexto. Portanto, em sua relação com o contexto social, o grupo precisa continuamente rever e aprimorar suas competências técnicas e de auto-gestão.

A ETA ajuda a identificar padrões de qualidade, relação com o mercado, captação de recursos e de escoamento de produtos, entre outros aspectos. A EAP busca trabalhar o compartilhamento de saberes, as práticas de cooperação, a disposição para trabalhar em conjunto, a revisão de regras e valores, entre outros aspectos.

#### *Plano de vendas e negócios*

Envolve o planejamento da produção, os contatos para as vendas, as estratégias de venda, o plano de distribuição de mercadorias e controle de vendas, dentre outros aspectos.

A ETA oferece capacitações para o desenvolvimento de competências gerenciais e também faz a mediação com a rede parceira, orienta na elaboração do planejamento e dos relatórios financeiros, dentre outros aspectos. A EAP busca trabalhar as formas de cooperação, os conflitos que surgem em torno das divisões de responsabilidades e poder no grupo, estimulando a construção da autonomia do grupo, entre outros aspectos.

#### *Gestão de recursos*

Envolve a capacidade do grupo de captar, gerenciar, manter, renovar e aplicar seus recursos (incluindo o dinheiro), de forma a obter ganhos (capital material e capital social) para a UP, sempre de acordo com os critérios de distribuição escolhidos pelo grupo. Privilegiam-se as formas equitativas de distribuição, que envolvem decisões sobre as condições de vida, trabalho e produção de cada participante e as maneiras como o grupo pode apoiar cada um de seus membros e fortalecer a sua inclusão social. Envolve capacidades como fazer relatórios de contabilidade, dar telefonemas, fazer prestação de contas, calcular investimento e retorno de cada produto, etc.

A ETA oferece capacitações para o desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais necessárias. A EAP busca trabalhar o impacto dessa fase na organização e no projeto do grupo, os sentidos atribuídos ao trabalho e ao dinheiro, como isto afeta o vínculo grupal, entre outros aspectos.

### **Realização da tarefa interna nas UPs: o processo grupal**

Para acompanhar e avaliar a tarefa interna do grupo, fazemos uso dos vetores do processo grupal, conforme definidos na teoria do Grupo Operativo (Pichon-Rivière, 1994): pertencimento, comunicação, cooperação, aprendizagem, tele, pertinência. Observe-se que constituem também um conjunto de 6 dimensões entrelaçadas.

Os vetores do processo grupal são sempre pensados como “pares de oposição dialética”. Isto é, para cada categoria existe outra, oposta e contraditória, que ajuda a configurar um campo de intervenção no grupo. Por exemplo: a cooperação no grupo está dialeticamente relacionada à competição. Assim, quando se pretende ajudar a construir práticas de cooperação, é preciso perceber e discutir (ao invés de negar) as formas de competição e rivalidades presentes, compreender o seu sentido, construir com o grupo respostas a esses conflitos e formas *possíveis* de cooperação.

Ao se trabalhar com os vetores do processo grupal é necessário compreendê-los no contexto em que estão sendo utilizados, de forma a ampliar a visão do processo do grupo e a identificar competências psicossociais necessárias ao seu desenvolvimento. Os vetores estão intrinsecamente interligados no processo do grupo, sendo aqui apresentado de maneira separada por razões didáticas.

Finalmente, mas não menos importante, é enfatizar que o acompanhamento e a avaliação do processo grupal devem ser construídos sempre junto com o grupo, mostrando aos coordenadores ângulos que talvez não fossem percebidos sem o olhar de todos os envolvidos nos processos de decisão.

A seguir, comentamos os 6 (seis) vetores do processo grupal, em sua articulação dialética, refletindo sobre a sua contextualização em trabalhos de inclusão produtiva<sup>13</sup>.

*Sentimento de Pertencimento:* O desejo de cada participante de ser reconhecido como membro identificado aos objetivos do grupo *Versus* O reconhecimento pelo grupo de um desejo singular em cada participante.

<sup>13</sup> Além de Pichon-Rivière (1994), utilizamos como referências Afonso et al (2006a), Afonso et al (2006b), Castilho (1997), Castilho (2008) e Gayotto (2003).

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

O sentimento de pertencimento ao grupo é diferente da mera consciência de que se está “inscrito” nele. Enquanto a “inscrição” pode ser objetivamente mensurada, o sentimento de pertencimento é subjetivo. Expressa a história do vínculo e das identificações do participante com o grupo. Quanto maior o sentimento de pertencimento, maiores as demandas e as ofertas que o indivíduo traz para o grupo, buscando construir um “lugar” para si na rede de relações. Trata-se aqui do empenho (e não do desempenho) em contribuir para as discussões e atividades. Em todo grupo, o sentimento de pertencimento é vivido com ambivalência e flutuações – mas quanto maior o sentimento de pertencimento menor o impacto destas ao longo do processo. O comprometimento dos participantes pode ser avaliado a partir de suas atitudes diante do enquadre adotado, isto é, do conjunto de regras básicas de funcionamento do grupo. Através do sentimento de pertencimento pode ser deslançado também um processo de individuação, de desenvolvimento das potencialidades de cada participante, tendo por referência seus desejos e demandas como também as oportunidades criadas pelos vínculos no grupo.

Refletindo sobre o pertencimento, nas UPs, podemos sugerir:

- A situação de exclusão social dos participantes pode impactar, tanto positiva quanto negativamente, a sua disponibilidade para fazer vínculos, desenvolver identificação, enfrentar ambivalência e construir acordos.

- Sob o efeito da identificação negativa com o produto (por exemplo, reciclagem de lixo) alguns grupos sentem-se desvalorizados e desmotivados. Pode, então, resistir à própria autonomia por que esta requer responsabilidades e atitudes contextualizadas para as quais não se sente preparado. É preciso trabalhar com a mudança de identidade do grupo (identidades positivas) e com a ampliação da participação para lograr a construção de práticas de cooperação e solidariedade.

- Existe um forte estigma social relacionado ao fato de algumas pessoas das UPs terem passagem pelo sistema prisional ou cumprido penas alternativas. Outras situações também geram estigma, como desemprego continuado, pobreza, dificuldade para ler e escrever. O estigma pode gerar formas reativas nos sujeitos tais como auto-depreciação e/ou depreciação de pessoas em igual condição social (culpabilização do excluído), sentimento de inadequação social, descrença nas próprias capacidades. O estigma funciona como impedimento para formação do vínculo grupal. Por

outro lado, a superação do estigma através de outros traços de identificação no grupo (como ser habilidoso no trabalho, lutar para vencer dificuldades, etc.) facilitará o sentimento de pertencimento e a formação do vínculo grupal.

- Em algumas das UPs, o grupo foi formado através das indicações feitas pelos gestores da política pública dentro da comunidade, a partir de informação sobre pessoas que poderiam participar principalmente usuários de programas sociais. Nesses casos, o produto da UP é definido (por exemplo, vassoura ecológica) antes mesmo de haver um grupo. Há que se fazer um trabalho de apropriação do projeto pelo grupo e de formação de identidade grupal em torno do projeto inicial, inclusive com a possibilidade de mudança de produto.

- Muitas vezes, há necessidade de inclusão de novos membros para que a UP se desenvolva, mas os antigos membros resistem, alegando falta de confiança, falta de disposição para compartilhar saberes, etc. É interessante notar que a reprodução deste processo de exclusão pelo próprio grupo muitas vezes expressa as suas dificuldades de constituição de uma identidade positiva.

- O sentimento de pertencimento pode ser impactado negativamente pelas críticas e pressões advindas de outros grupos de referência, como a família e a comunidade. Por exemplo, a oposição dos cônjuges, a cobrança no contexto familiar de um retorno financeiro mais rápido, entre outros aspectos.

- Para os usuários, o pertencimento a um programa de uma política pública de prevenção à criminalidade também é um fator que traz ambivalências. Para aqueles que já estiveram envolvidos em algum tipo de conflito com a lei, a política pública traz a possibilidade do reconhecimento e do resgate de sua cidadania diante de sua comunidade e da sociedade. Mas para aqueles que nunca tiveram esta experiência, pode, ao contrário, haver dificuldade de se reconhecerem como usuários de um programa que *previne o seu possível envolvimento com a criminalidade*. Isto pode levá-los a uma atitude de negar o caráter de parceria da Unidade Produtiva ou “esquecer” que estão dentro de uma política pública. Torna-se fundamental trabalhar essas questões com as UPs, não apenas para ajudá-las a se constituírem, mas para criar uma cultura de apoio à cidadania e implicá-las de maneira responsável e participativa nas ações desenvolvidas.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

*Comunicação*: Construção de contextos de diálogo, participação e significação *Versus* Dificuldades históricas, sociais, culturais, intersubjetivas e subjetivas de comunicação

A comunicação é um processo denso, através do qual o grupo desenvolve seus pactos, objetivos, representações e valores, além de estabelecer e refletir sobre seus vínculos. A produção de sentido para a experiência está estreitamente ligada à comunicação, mas esta também gera incompreensão e conflitos. Comunicar-se com o outro e consigo mesmo são processos interligados. Podemos pensar na quantidade e qualidade da comunicação no grupo estando relacionadas aos processos de cooperação e de negociação de conflitos. A comunicação se dá na e pela linguagem, dentro do contexto social do grupo. Assim, tanto a comunicação quanto a reflexão se dá na linguagem do grupo (e não de formas pré-fixada e idealizada). A comunicação diz respeito não apenas à fala, mas à forma como alguém se faz presente no grupo. São sinais de uma boa comunicação: tratar de assuntos da tarefa externa de maneira contextualizada e operacional, expressar sentimentos e pensamentos, relatar experiências dentro do contexto de discussão do grupo, mostrar-se disponível para ouvir com atenção e respeito, trocar idéias, dar depoimentos, dialogar de forma contextualizada, dar e receber apoio, oferecer reflexões, ser criativo e operativo com a linguagem, buscar novas significações e ampliar o horizonte do diálogo, etc. São sinais de comunicação ruim: desatenção, desinteresse, conversas paralelas, agressividade na forma de se dirigir aos colegas, sarcasmo, estereotipia, reprodução de estigmas, etc.

Nos grupos do tipo “operativo” a comunicação está articulada com os processos de significação e decisão sobre os objetivos, as estratégias e as ações do grupo no contexto. Assim a participação dos sujeitos depende em muito da criação de um contexto democrático e dialógico de comunicação.

A comunicação não se limita ao raciocínio lógico, ou à linguagem da reflexão, mas inclui a afetividade, o que é fundamental para o vínculo grupal. Uma pessoa que fala pouco pode, mesmo assim, ter papel importante no grupo ao dar apoio e promover a solidariedade através de posturas e gestos que “comunicam” trocas simbólicas e afetivas. Assim, o trabalho com a comunicação no grupo visa uma melhor compreensão e apoio ao processo grupal. A abordagem das dificuldades de comunicação deve ser feita de maneira integrada ao seu processo, através de intervenções diversas e respeitando o ritmo e a linguagem do grupo.

Nesse sentido, é interessante ressaltar a ocorrência de situações que podem revelar a angústia do grupo diante de sua tarefa, tais como os fenômenos aparentemente opostos do silêncio e da algazarra (a “bagunça”). Diante de tais fenômenos, a coordenação sempre deve se perguntar pelo sentido que têm dentro do processo do grupo. Trata-se de um silêncio de compartilhamento de sentidos que, por alguns momentos, dispensa as palavras? Trata-se de um silêncio que evidencia um vazio de investimentos dos participantes? A cada situação de dificuldade de comunicação, a coordenação deve refletir sobre os seus possíveis sentidos no processo do grupo, buscando contribuir para a sua compreensão e elaboração.

Refletindo sobre a comunicação, nas UPs, podemos sugerir:

- Podem aparecer diversas dificuldades de comunicação relacionadas ao sentimento ainda muito frágil dos participantes de ter (ou não) legitimidade para participar e contribuir - a “falta coragem” para falar. Para “evitar conflitos”, muitos preferem não confrontar participantes agressivos ou lideranças centralizadoras. A suscetibilidade diante destes conflitos de comunicação parece bastante ligada à fragilidade das formas de simbolização da experiência social e das novas experiências que surgem com a constituição das UPs, que não são formas de organização usuais em nossa sociedade. Assim, o diálogo muitas vezes fica travado ou restrito à expressão de emoções ou queixas dentro de uma perspectiva imediatista e individualista. A superação desse individualismo e imediatismo é um desafio para o grupo e para construção de outra comunicação não apenas eficaz, mas também solidária e não-violenta.

- As dificuldades de comunicação não vêm apenas das características individuais mas, também, dos valores presentes no contexto cultural. Ou seja, é preciso investir na formação de uma cultura grupal (Pichon-Rivière, 1994) para expandir e diversificar a matriz discursiva do grupo, potencializar as capacidades para o diálogo, construindo contextos e regras para tal. Na medida em que as possibilidades de trocas e comunicação são realizadas, as competências comunicativas (tais como de expressão, interpretação, argumentação, negociação) dos sujeitos também são promovidas e desenvolvidas.

*Cooperação*: Necessidade e desejo de cooperar para construir um projeto em comum *Versus*

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

Relações de competição no interior do projeto coletivo

Nos grupos, as relações de cooperação e competição expressam uma forma de organização das relações de poder e conhecimento. Muitas vezes, no grupo, a cooperação já acontece com a troca de experiências, reflexões, sugestões, apoio mútuo e reconhecimento, não envolvendo necessariamente ações. A cooperação implica em empenhar-se em atividades conjuntas no grupo, colaborar para que os colegas consigam desempenhar a sua parte, facilitar a participação de todos e abrir-se para sugestões. Em processos de tomada de decisões, a postura de cooperação é visível na busca de consenso, ainda que consensos sejam sempre (conceitualmente falando) provisórios e instáveis. A competição não é necessariamente negativa. Pode ser equilibrada com formas de cooperação e ser negociada dentro das regras aceitas pelo grupo. Um aspecto importante da cooperação é relativo ao papel que o participante tem no grupo (na maior parte do tempo), podendo ser de liderança, participante ou alguém que não está bem integrado, podendo mesmo ser tomado como bode-expiatório pelo grupo, isto é, sendo estigmatizado ou rejeitado.

Nas UPs, existe a indicação de uma coordenação e, muitas vezes, de uma vice-coordenação, que dividirão com o grupo uma série de responsabilidades, criando assim um conjunto de regras que enfatizam a cooperação ou a centralização de poder e decisões. Faz parte do processo do grupo, na conquista de sua autonomia, refletir e decidir sobre a relação entre a coordenação e o grupo e sobre as suas formas de cooperação, tomada de decisões e participação.

- O vínculo de cada participante com a coordenação expressa pelo menos duas dimensões: a relação de transferência e a relação de poder. Pela relação de transferência, percebemos se o participante construiu um vínculo de confiança com a coordenação, se lhe traz demandas, se mostra ambivalência, passividade ou agressividade, etc. Na relação com a coordenação, os indivíduos podem mostrar dependência, disputa, paixão, desconfiança e diversos outros sentimentos e posturas. Para a elaboração deste processo, a participação no grupo deve ser potencializada, através dos vetores do processo grupal.

- As práticas de cooperação não dependem apenas da psicologia individual mas se apóiam, em larga escala, nas matrizes oferecidas pela cultura e pela sociedade. Há, entre os grupos, uma disputa pelos recursos existentes no Projeto, tais como espaço na

loja onde os produtos são comercializados, em eventos, etc.

- Às vezes, nas UPs, especialmente no início da construção de seu processo grupal, as lideranças podem apresentar postura centralizadora e autoritária, onde falam pelo grupo e decidem por ele (e às vezes até fazem por ele). Podem, por exemplo, se recusar a compartilhar informações e decisões com o grupo ou simplesmente não lograr sucesso em criar um contexto onde esse compartilhamento seja possível. O contexto sociocultural brasileiro, com a nossa história de autoritarismo político, social e institucional, pode estar contribuindo em muito para esta falta de saber promover comunicação e participação. Para estabelecer práticas cooperativas, a UP precisa estabelecer também uma relação democrática e participativa entre a coordenação e o grupo.

- A cooperação como suporte para a autonomia do grupo é uma conquista do ponto de vista social, cultural e subjetivo. Por exemplo, as UPs às vezes sentem-se despreparadas para colocar preço em suas mercadorias. Diante desta dificuldade, muitas vezes, delegam a responsabilidade aos seus coordenadores e depois se queixam de falta de valorização do seu produto quando comparado a outros. A necessidade de se organizar para enfrentar o mercado (como produzir, como colocar preço e vender, etc.), e de fazer isto coletivamente, vai gerando, aos poucos, uma aprendizagem sobre práticas de cooperação.

*Aprendizagem:* Interesse e o desejo de aprender tanto assuntos técnicos quanto vivenciais *Versus* Dificuldades para aprender e dificuldades para se posicionar como alguém que tem o direito a aprender e a capacidade de aprender.

Como explica Pichon-Rivière (1994), a aprendizagem no Grupo Operativo é considerada em três dimensões cuja articulação depende da direção que o processo grupal toma. São elas: (1) absorção de novas informações com o raciocínio lógico; (2) insight sobre a experiência, usando o conjunto de saberes aprendidos, e (3) mudanças de postura diante do mundo, a partir dos avanços conseguidos e da reflexão promovida.

Pensando sobre a aprendizagem, nas UPs, podemos sugerir:

- O desenvolvimento de uma UP implica na expansão e no fortalecimento das competências técnicas dos participantes de forma a possibilitar a qualidade e a quantidade da produção bem como a sua colocação no mercado. Mas, além disso, a participação, em todos os seus aspectos grupais,

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

sociais e culturais (e não apenas na produção de mercadorias), causa a necessidade de maiores informações e de novas reflexões sobre conteúdos e habilidades no contexto de vida dos participantes, o que chamamos de competências psicossociais.

- O grupo se constitui como campo e fonte de informações e de reflexão sobre a experiência. O envolvimento dos participantes pode ser pequeno ou grande, disto dependendo em muito o sucesso do empreendimento. Pela sua proposta de inclusão social e cooperação, o desenvolvimento de uma UP requer que os processos de aprendizagem não se limitem à absorção de informação e à aquisição de novas técnicas. Devem incluir as dimensões de *insight*, reflexão e transformação, sendo que esta última se refere tanto às atitudes dos sujeitos quanto às suas ações no e sobre o seu contexto sócio-cultural.

- Em cursos de capacitação deve-se cuidar de adequar à linguagem e as formas de comunicação, buscando tornar o conteúdo acessível sem perder a qualidade da formação, pois existe heterogeneidade de nível de educação formal bem como de acesso aos bens simbólicos que facilitam a interpretação e operacionalização das informações. Na relação de aprendizagem (educador-educando), deve-se buscar aumentar a capacidade de compreensão e interpretação da informação transmitida bem como a percepção de suas possíveis aplicações práticas no processo da UP.

- A construção de contextos de interação, diálogo e argumentação facilita o desenvolvimento das capacidades de interpretar, negociar, argumentar, decidir e operacionalizar. Os recursos lúdicos e pedagógicos podem auxiliar nessa tarefa. Nesse sentido, há ampliação e fortalecimento das competências psicossociais dos sujeitos e do capital social das UPs

*Tele*: Disposição para agir em conjunto *Versus* Falta de confiança no vínculo e no projeto grupal.

Na teoria do Grupo Operativo, o conceito “tele” expressa o vínculo de confiança entre os participantes e como se mostram disponíveis para trabalhar em conjunto<sup>14</sup>. Os participantes precisam acreditar que vale a pena investir no grupo e que os parceiros são confiáveis, *pelo menos no que diz respeito* às dimensões da interação envolvidas na tarefa externa.

<sup>14</sup> Essa disposição nasce justamente da trama das identificações, projeções e transferências múltiplas no grupo. Assim a “tele” é a expressão da rede transferencial no grupo.

Refletindo sobre a tele, nas UPs, podemos sugerir:

- No caso das UPs, a confiança envolve também o respeito às regras, à forma de se lidar com os recursos do grupo, incluindo o dinheiro, à abertura para negociar conflitos, entre outros aspectos. A racionalidade envolvida no estabelecimento da confiança mútua não está imune às influências de outros fatores tais como as relações pessoais, a capacidade de diálogo, os aspectos implícitos da vida grupal. Muitas vezes, a demanda que os participantes fazem ao grupo extrapola o pacto de trabalho e traz expectativas de confiança mútua para tratar de outras questões, tais como questões familiares, de história de vida, etc.

- É interessante notar que em algumas comunidades, antes de uma UP ser formada, o grupo já existia como “Grupo de Convivência”, constituindo um campo de apoio mútuo e sociabilidade. Ao se transformar em UP, esses grupos expressam a dificuldade em diferenciar seus diferentes papéis, funções e interações em um e outro modo de funcionamento. Então, a demanda de se reorganizar o grupo para obter tanto convivência quanto trabalho pode ser desestruturante para o acordo previamente existente. Contudo, quando se logra conservar a convivência ao mesmo tempo em que são criadas novas relações de trabalho, o vínculo grupal se fortalece e a UP se desenvolve. Mesmo o grupo que não teve a experiência anterior de convivência precisa desenvolver um mínimo de interação nesta dimensão para alcançar sucesso na sua auto-organização, na escolha de suas decisões, no compartilhamento de seus ganhos, na relação de lideranças-grupo, no acolhimento e desenvolvimento de seus participantes.

*Pertinência*: Construção de autonomia e protagonismo *Versus* Conformismo.

A pertinência diz respeito às formas como os participantes constroem saídas para as suas dificuldades, de maneira criativa e contextualizada, manejando limites e possibilidades nas situações enfrentadas. Longe do conformismo, o grupo desenvolve uma atitude protagonista em seu contexto.

Refletindo sobre a Pertinência, nas UPs, podemos sugerir:

- A pertinência muitas vezes é expressa, nas UPs, com um termo próprio: “capacidade de viração”. O grupo precisa ir além das idéias prontas e cristalizadas e abrir-se para novas idéias. É importante refletir o que é a “capacidade de

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

viração”, como a desenvolvem e como superam dificuldades.

- O protagonismo é construído em um percurso que, de um lado, é vivencial e reflexivo e, de outro, exige condições sociais, culturais e políticas que lhe dêem sustentabilidade e condições de defesa de sua cidadania. Os participantes precisam problematizar a sua situação e buscar respostas possíveis dentro do seu contexto. Mas é igualmente fundamental que encontrem apoio para levar a cabo as ações necessárias ao seu desenvolvimento.

Assim, pensar a pertinência das ações de um grupo é sempre avaliar a sua relação com o contexto social, cultural e político. São ações resultantes apenas da pressão do contexto? Ou são ações que buscam afirmar o grupo apesar destas pressões? São respostas conformadas às demandas sociais? Ou são respostas criativas capazes de contribuir para a mudança do grupo e da comunidade?

Como o contexto é sempre o resultado de uma dada organização da cultura e da sociedade, na qual a política social ajuda a compor um “campo de possibilidades”, a inserção de um grupo dentro de uma política social traz conseqüências diretas para a sua criatividade e para a pertinência de suas ações. Ou seja, o seu pertencimento a uma política social coloca limites mas também inaugura possibilidades. As UPs precisam se conscientizar e se apropriar dessas possibilidades.

## O Acompanhamento Psicossocial das UPs

O acompanhamento de cada Unidade Produtiva deve se pautar pela observação e escuta sensível e pelo respeito ao processo de cada grupo. Consideramos que o bom desenvolvimento do processo grupal contribui para o fortalecimento dos vínculos entre os participantes, para o desenvolvimento do *capital social* das UPs, e do *capital psicossocial* dos participantes.

Por desenvolvimento do capital social, entendemos que as UPs ampliarão as suas capacidades para a inserção produtiva, competências técnicas do trabalho e da produção, construção de vínculos de confiança e rede de apoio social, ampliação das formas de inserção comunitária e social dos sujeitos participantes.

Por desenvolvimento do capital psicossocial entendemos o trabalho com competências psicossociais ou habilidades de vida, empoderando os sujeitos para a participação social, a busca por

autonomia e o exercício da cidadania. Essas habilidades de vida são definidas pela Organização Mundial da Saúde<sup>15</sup> como: (1) problematização de questões no contexto de vida, enfrentamento e respostas a estes problemas; (2) pensamento criativo e crítico; (3) habilidades interpessoais e de comunicação; (4) consciência de si e capacidade de empatia; (5) manejo de emoções e do stress.

O desenvolvimento do capital social e psicossocial nas UPs é feito a partir da realidade dos grupos formados e através das potencialidades criadas pelo processo grupal. O grupo é uma rede de vínculos entre pessoas unidas por objetivos em comum e que se reconhecem como tais, inseridas em um contexto social e histórico. No trabalho com UPs, a forma “GRUPO” é um campo propício para o desenvolvimento das competências técnicas e psicossociais, sendo que o campo grupal está em contínua correlação com o campo social onde os sujeitos se inserem.

Trabalhar com o instrumento “grupo” é potencialmente positivo para os objetivos de inclusão social e empoderamento dos sujeitos. Entretanto, este trabalho deve ser cuidadosamente orientado pela fundamentação teórica sobre o processo grupal e deve estar estreitamente articulado com um projeto de intervenção psicossocial. É este projeto – com seus objetivos, estratégias e atores – que imprimirá um sentido ao trabalho com grupos, sentido este que poderá ser construído, ampliado, transformado ou mesmo desconstruído ao longo da intervenção.

O acompanhamento e a avaliação do processo grupal nas UPs contam, assim, com aspectos objetivos e subjetivos. O desenvolvimento de capital social e capital psicossocial devem estar estreitamente articulados entre si e principalmente precisam estar articulados a estratégias que garantam sustentabilidade à proposta de inclusão produtiva, tais como o apoio técnico e material efetivo às UPs, ao fortalecimento da rede e o respeito aos direitos de cidadania. A inclusão social não é mero efeito do desenvolvimento de competências sociais ou psicossociais junto aos grupos e aos indivíduos, mas estas são fatores de fortalecimento do processo de construção de uma sociedade democrática.

Podemos perceber que o trabalho com as dimensões e fenômenos do grupo já preconiza o desenvolvimento da autonomia do grupo e dos sujeitos, através do desenvolvimento de uma série de fatores do processo grupal. Por exemplo, as

<sup>15</sup> Ver World Health Organization (1999).

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

habilidades de comunicação e problematização estão compreendidas e conceitualizadas no processo grupal. Para definir os indicadores de acompanhamento e avaliação, utilizamos a teoria da Intervenção Psicossocial e a teoria do Grupo Operativo, tendo o cuidado de adequar os seus conceitos para o trabalho com UPs em um Projeto de inclusão produtiva, no contexto de uma Política

Pública de prevenção à criminalidade e de promoção de inclusão social.

Abaixo, o QUADRO 1 oferece uma visualização das articulações construídas. Em seguida, relacionamos os objetivos, princípios e ações do acompanhamento do processo grupal nas UPs.

**Quadro 1:** Objetivos, ações e dimensões trabalhadas com as UPs

Projeto	Objetivos	Ações	Dimensões Trabalhadas
Geração de renda e capital social por meio de UPs, com participação contínua dos grupos	Desenvolvimento de competências técnicas e capital social	Levantamento de mercado e discussão com UP para escolha de produto.	Demanda do grupo e realização no contexto. Identidade do grupo relacionada ao trabalho Identidade do grupo relacionada ao produto.
		Capacitação Técnica: capacidades de produção	Identificação e desenvolvimento de capacidades e potencialidades relacionadas à produção e estratégias para seu desenvolvimento
		Capacitação gerencial: capacidades de gestão e comercialização	Identificação e desenvolvimento de capacidades e potencialidades relacionadas à gestão e comercialização e estratégias para o seu desenvolvimento.
	Desenvolvimento do processo grupal e de competências psicossociais.	Visitas técnicas com recursos diversos (conversas sobre demandas e processos do grupo, material informativo, técnicas de dinamização, atividades programadas junto com o grupo).	Fortalecimento do vínculo grupal; Trabalho sobre a demanda do grupo; Identidade e coesão grupal; Acolhimento e reconhecimento mútuo; Vínculo com técnico social; Sentimento de pertença/implicação; Formação das regras do grupo; Desenvolvimento da comunicação no grupo; Desenvolvimento da cooperação no grupo; Abertura para processos de formação e aprendizagem Manejo dos processos decisórios no grupo; Divisão flexível de tarefas e responsabilidades; Manejo de conflitos; Diálogo e busca de consensos; Horizontalidade entre coordenação e grupo; Identificação e manejo de problemas internos; Proposições contextualizadas para problemas identificados; Criatividade no grupo; Reflexão sobre Inclusão Social, vínculos comunitários e sociais; Reflexão sobre projetos de trabalho e de vida.
	Rodas de Conversa.	Identificação de temas e questões de interesse junto ao grupo, rodas de conversa informativas e reflexivas p/ desenvolver competências sociais, culturais e interpessoais propiciando reflexão do grupo sobre seu processo, identidade e projeto bem como p/ ampliar horizontes de inclusão social. Fortalecimento de vínculos comunitários e sociais.	
	Trabalho em rede	Articulação em rede, Presença conjunta de técnicos em algumas visitas e rodas de conversa. Seminários de Rede. UPs participam dos Seminários e reuniões de rede. UPs trocam entre si saberes e experiências. UPs são encaminhadas a projetos de economia solidária.	Protagonismo social (participação das UPs na definição de estratégias do Projeto); Construção/fortalecimento de vínculos comunitários e sociais. Expansão da rede social de apoio das UPs; Fortalecimento da cidadania; Colaboração com rede para inclusão social Dar sustentabilidade às ações.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

## Princípios

- 1) *O vínculo grupal* é motor e continente para a construção/reconstrução de sentidos de vida e representações sociais;
- 2) *O vínculo grupal* é motor e continente para os processos de aprendizagem e empoderamento dos participantes;
- 3) *A identidade social* dos participantes é articulada às identidades sociais de seus grupos de referência;
- 4) A condução do processo grupal deve ser orientada pela respeito à *dignidade* e pela construção de *autonomia* do grupo e seus participantes;
- 5) Para se alcançar a autonomia do grupo é essencial partir da *análise de sua demanda*<sup>16</sup> dentro do seu contexto social, buscando esclarecer e co-construir com o grupo os seus projetos e possibilidades.

## Objetivos

- 1) Desenvolver as competências técnicas da UP, visando dar sustentação ao desenvolvimento de sua capacidade de auto-gestão e de autonomia;
- 2) Desenvolver as competências psicossociais dos participantes visando contribuir para o seu projeto de vida e para a sua participação social.

## Ações

As UPs são formadas, ao longo do trabalho, nos territórios de alto risco social, pela indicação do Núcleo de Prevenção à Criminalidade (SPC/SDS), congregando pessoas cujo perfil tem baixa adequação ao mercado de trabalho formal.

As Equipes da APRECIA fazem os primeiros contatos e iniciam o acompanhamento. Cada equipe se envolve com uma dimensão do trabalho de desenvolvimento das UPs, mas buscando trabalhar de maneira articulada:

A ETA inicia as etapas para o desenvolvimento da produção e da gestão da UP, realizando visitas programadas de acordo com as necessidades percebidas. Conforme já relatado, essas etapas são: escolha do produto e do público; aprendizagem técnica para produção; auto-gestão da produção e do trabalho; produção; plano de vendas e negócios; e gestão de recursos. A ETA é formada por uma

coordenadora e dois técnicos administrativos que se responsabilizam pela orientação da produção e gestão de todas as UPs do Projeto. Além disso, age no sentido de mobilizar entidades e pessoas que possam vir a compor a rede de apoio social das UPs, no que se refere à sua consolidação como unidade de produção (encomendas, vendas, divulgação do trabalho, entre outras).

Além da sua coordenadora, a EAP é formada por 5 (cinco) profissionais de psicologia sendo que cada um se responsabiliza pelo acompanhamento de 5 UPs. Uma consultoria externa acompanhou o processo. Busca-se *trabalhar com as demandas* dos grupos, esclarecendo e orientando os seus projetos dentro do contexto e refletindo sobre como as suas relações internas são organizadas (ou não) para realizar tais projetos. É dada importância não apenas à geração de renda como também à sociabilidade e cidadania dos participantes. Além disso, a EAP também desenvolve um contínuo investimento para a construção do trabalho em rede, buscando articular a relação das UPs com as suas comunidades e contexto social.

O trabalho com a demanda dos grupos é orientado por uma contínua dialética entre *demanda e campo de intervenção*. O Quadro 2 oferece uma visualização desta relação.

Assim, a demanda das UPs pode ser compreendida em 4 grandes direções:

- 1) - Demanda do *grupo* por capacitação técnica para o processo de produção e gestão (tarefa externa);
- 2) - Demanda do *grupo* por acompanhamento e facilitação do seu processo grupal (tarefa interna);
- 3) - Demanda do *grupo* por reflexão sobre questões e temas que vai levantando a partir de seu processo (relação interna ao grupo e deste com a sociedade) e que influenciam na elaboração dos projetos de trabalho e de vida dos participantes;
- 4) - Demanda da *rede* (APRECIA e SEDS) de consolidar uma proposta de inclusão social e de prevenção à criminalidade.

A *intervenção* tem o propósito de trabalhar com as demandas estabelecendo um *diálogo criativo*, mesmo que muitas vezes *tenso*, trazendo novas informações, provocando questões correlacionadas, entre outros aspectos. A demanda é, então, um fenômeno em movimento, provocada pelos diversos atores envolvidos e ajuda a configurar um campo de intervenção aonde algumas ações vão se tornando necessárias e possíveis, a partir das negociações entre os atores.

<sup>16</sup> Para referenciar o conceito de demanda, nosso trabalho se apóia em Lévy (2001) e Machado (2001).

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

**Quadro 2:** Dialética entre demanda e campo de intervenção

<b>DEMANDA DOS SUJEITOS SOCIAIS</b>	Capacitação técnica ->	← Encaminhamentos à ETA para resolutividade.	<b>AÇÕES DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL</b>
	Processo grupal →	← Trabalho com dimensões do processo grupal da UP.	
	Relações intragrupais →	← Trabalho com competências psicossociais	
	Reflexões temáticas →	← Desenvolvimento das Rodas de Conversa segundo interesses da UP e do campo de intervenção.	
	Demandas → advindas da Rede e dirigidas à Rede	←-Construção e fortalecimento de parceria entre APRECIA e SEDS. Construção e fortalecimento de Redes de Apoio Social para as UPs	

Por exemplo, quando a demanda do grupo é por capacitação técnica, esta será encaminhada à Equipe Técnica encarregada deste trabalho na APRECIA. Quando a demanda for por trabalho com elementos do processo grupal, estas serão tratadas nas Visitas Técnicas, através de recursos variados. Quando a demanda do grupo se dirige a outro parceiro da Rede, isto exige um diálogo na Rede para tomar as decisões sobre o que se deve fazer. Muitas vezes, esse diálogo terá de ser gerenciado pelas coordenações das instituições parceiras. E assim por diante.

Os técnicos sociais encarregados do acompanhamento do processo grupal poderão, a partir de seu contato com as UPs, propor a discussão de questões relevantes.

Ressalte-se que um aspecto fundamental – e, pode-se dizer *fundante* – do processo de acompanhamento das UPs, nesta visão metodológica, é justamente o *vínculo* que se estabelece entre os grupos e os técnicos sociais. Quanto maior a confiança depositada neste vínculo e quanto maior a possibilidade dos grupos desenvolverem com os técnicos uma relação de co-construção, maiores as possibilidades de alcançarem sustentabilidade e construir autonomia.

Os contatos com as UPs se realizam através das ações de *visitas técnicas* e *rodas de conversa*. Cada profissional da EAP faz *visitas técnicas* semanais e uma *roda de conversa* mensal com todas as UPs sob sua responsabilidade.

*Visitas Técnicas* – São visitas que os técnicos sociais fazem às UPs, usualmente em dia e hora previamente agendados com os participantes, para se inteirar sobre como vai o processo do grupo, as dificuldades e as demandas apresentadas. Eventualmente, um técnico pode fazer uma visita sem agendamento, mas respeitará o desejo do grupo de recebê-lo ou não. Durante as visitas, as pessoas do grupo podem ou não interromper as atividades produtivas para conversar com o técnico. Geralmente, interrompem as atividades e sentam-se em círculo para conversarem. A interação é focada em questões que o grupo traz ou que o técnico sugere, a partir de sua percepção do processo grupal. Nesses momentos, o trabalho do técnico é direcionado a construir com o grupo a resolução de suas dificuldades e o fortalecimento de seus vínculos, regras, projetos, dentre outros fatores, sempre considerando a interrelação entre a tarefa externa (produção e gestão) e a tarefa interna (processo grupal). Por exemplo, o técnico social pode perceber as tensões introduzidas na relação do grupo por uma nova etapa no processo de produção, ou então ser mediador de uma demanda que o grupo dirige à ETA.

*Rodas de Conversa*<sup>17</sup>: são encontros estruturados para discussão de temas e questões relevantes para o grupo de participantes da UP. Esses temas são

<sup>17</sup> Conforme conceito trabalhado por Afonso, Maria Lúcia M. & Abade, Flávia Lemos, 2008. Ver ainda Candau (2002) sobre Oficinas de Direitos Humanos.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

levantados com os grupos ou sugeridos pelos técnicos sociais a partir do trabalho com a inclusão produtiva, abrangendo, por exemplo, a cidadania, a violência intrafamiliar, os vínculos comunitários, dentre outras. A roda de conversa se diferencia de uma palestra por utilizar, além de informações, técnicas de dinamização<sup>18</sup> que buscam otimizar o saber do grupo sobre as questões abordadas e estimular a reflexão a partir tanto de novas informações quanto do conhecimento já existente no grupo a respeito. Assim, é possível estimular o pensamento crítico e criativo desde a análise das crenças já existentes, do respeito às experiências dos sujeitos e às suas formas de significar essas experiências até o desafio de construir novos significados e pontos de vista. Nas rodas de conversa também são utilizados recursos lúdicos e pedagógicos.

Foram criados *instrumentos* para acompanhamento do processo grupal nas UPs, que são a *Roda dos Tempos do Processo Grupal* e o *Quadro de relações entre vetores do processo grupal, competências psicossociais<sup>19</sup> e técnicas grupais* (anexo A e B). São instrumentos que ajudam a identificar as etapas de desenvolvimento das UPs no que se refere às competências técnicas e psicossociais e, a partir daí, propor temas, atividades ou questões a serem trabalhados nas visitas e nas rodas de conversa.

Os técnicos sociais da EAP elaboram *relatórios* sobre as visitas e rodas de conversa além de relatórios semestrais sobre o processo de cada UP (anexo C e D). Esses relatórios servem de base para a discussão de cada caso com a coordenação da equipe (contato diário) e com uma consultoria externa (reunião semanal) de forma a orientar e promover o acompanhamento de cada UP.

A cada semestre são realizadas *auto-avaliações* com as UPs sobre o seu processo grupal. A idéia é que essas avaliações fazem parte do processo grupal (e não são momentos “fora” dele) e que podem ser potencializadas para o seu favorecimento<sup>20</sup>. Foi criado um instrumento de *Instrumento de Acompanhamento do Processo Grupal, Auto-Avaliação e Avaliação com Parceiros da Rede Social de Apoio* (anexo E) que o grupo

responde junto com o técnico social. Esse instrumento visa tanto avaliar quanto refletir junto com a UP sobre o seu funcionamento no que diz respeito ao seu processo grupal e à conquista da sua autonomia.

Paralelamente, o técnico que acompanha a UP também responde a um instrumento (anexo F) de avaliação sobre a mesma, dando a sua opinião técnica e comparando-a com a opinião da UP. Os resultados servem para discussão e reflexão junto à UP, buscando fortalecer o seu movimento na direção da autonomia. Esses dados servem também para a avaliação do Projeto de Inclusão Produtiva da APRECIA com os parceiros. Finalmente, cada componente dos grupos responde a um pequeno formulário (anexo G) sobre a sua participação e sua avaliação sobre a UP.

Na metodologia de trabalho do Projeto de Inclusão Produtiva, há ainda ações destinadas a abrir discussões coletivas sobre assuntos e atividades de interesse de todas as UPs e da rede Parceira. São eles: Seminários, onde todos participam para apresentar, avaliar e acompanhar as ações; Reuniões de Rede, destinadas a articular as ações de parceria; Feiras, onde produtos são exibidos e comercializados, havendo também trocas de informação e conhecimento entre as UPs. Foram ainda incentivadas reuniões entre as UPs para troca de conhecimentos e ações conjuntas. Algumas UPs foram orientadas para se incluírem em projetos de economia solidária existentes na cidade.

Finalmente, mas não menos importante, deve-se mencionar as reuniões entre os parceiros do Projeto para discussão, avaliação e orientação do trabalho. Esse aspecto do trabalho em rede será objeto do próximo item desta metodologia.

## Intervenção Psicossocial e Trabalho em Rede

O presente Projeto de Inclusão Produtiva é um trabalho de parceria que articula uma instituição pública e uma OSCIP, visando uma intervenção psicossocial que, através do desenvolvimento de UPs, tenha efeitos positivos na prevenção à criminalidade e na promoção dos direitos. Dessa maneira, acrescentamos aqui uma reflexão sobre o trabalho em rede e sugerimos pontos necessários à construção da presente metodologia.

<sup>18</sup> Para opções de técnicas de dinamização ver Serrão & Boleiro (1999) e Yozo (1996).

<sup>19</sup> Sobre competências psicossociais ou habilidades de vida, ver World Health Organization (1999) e Parlamento Europeu & Conselho da União Européia (2006).

<sup>20</sup> Porém, como são auto-avaliações, a sua realização depende da concordância do grupo: alguns não se sentiram prontos para tal enquanto outros se envolveram intensamente.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

### **O trabalho em rede: alguns pontos fundamentais**

O trabalho em rede exige esforço para entrelaçar atores sociais e ações, construindo pontos de sustentação mútua e espaços para uma avaliação contínua que possa orientar e, sempre que necessário, reorientar as práticas e os seus fundamentos. O conceito de rede é um instrumento para se tentar desenvolver a flexibilidade, a conexão e a descentralização das ações na sociedade. Como afirma Olivieri (2003), o trabalho em rede supõe uma atuação colaborativa e se sustenta pela afinidade de propostas entre atores sociais. Nesse sentido, redes são “comunidades de sentido” e a deverá haver, entre os seus integrantes, acordos que possam embasar suas ações.

No trabalho em redes, existe uma tensão necessária entre as ações desenvolvidas no âmbito micro-social e aquelas pertencentes às decisões macro-sociais. As redes instalam novas dimensões para o trabalho com a sociedade, mas não oferecem respostas fáceis, pois também são permeadas por relações de poder, comunicação e influência dos atores envolvidos.

Por isto mesmo, uma rede necessita ser construída sobre princípios básicos: (1) responsabilidade dos atores envolvidos, na dimensão de sua prática, territorialidade, âmbito social, e assim por diante; (2) capacidade operativa desses mesmos atores, e (3) solidariedade entre os diversos atores sociais.

Esses princípios devem, por sua vez, levar à construção de consensos sobre o foco e os objetivos do trabalho, onde, como, com quem, por que e para que intervir. Os atores devem definir os âmbitos de sua responsabilidade e as formas como se darão o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação de sua atuação.

Preservar consensos ou adaptá-los ao curso das mudanças em um processo de intervenção pode ser tão ou mais árduo do que construí-los. Por isso mesmo, é necessário manter espaços de diálogo que permitam o contínuo reconhecimento mútuo entre os atores, o pensamento crítico e a avaliação da atuação de cada um dentro de um referencial comum. O objetivo é conseguir abordar as tensões próprias de todo e qualquer pacto entre atores sociais, otimizando os resultados da intervenção psicossocial para o público ao qual ela se dirige. Esses espaços de diálogo incluem espaços intra-institucionais, interinstitucionais e da rede existente com o contexto social mais amplo.

### **O diálogo interno á instituição**

O trabalho de Intervenção Psicossocial com as UPs, na APRECIA, envolve duas equipes, sendo cada uma responsável pelo desenvolvimento de uma das duas dimensões da intervenção: uma que diz respeito ao desenvolvimento das competências técnicas ligadas à produção e à gestão e outra que se refere ao desenvolvimento de competências psicossociais e do processo grupal.

O diálogo entre essas duas equipes vem se dando através do contato cotidiano entre as coordenações, o direcionamento das demandas das UPs para a equipe responsável e reuniões quinzenais entre todos os membros das duas equipes.

É importante fortalecer os vínculos de trabalho entre as equipes, esclarecendo não apenas as respectivas responsabilidades mas, também, o apoio mútuo que elas podem e devem construir. É preciso agilizar a comunicação entre as equipes, criando condições para que cada uma possa tomar as suas decisões com maior respaldo. Esta articulação é fundamental para o relacionamento com as UPs pois os seus vínculos de confiança com a APRECIA dependem, dentre outras coisas, da sua percepção sobre a coerência do trabalho entre as duas equipes.

### **O diálogo entre parceiros institucionais**

Como foi dito acima, a respeito das redes sociais, é importante se criar consensos e estratégias de ação que possam dar sustentação às parcerias criadas. Não é raro que, em um processo de intervenção psicossocial, alguns consensos fundadores precedam outros que vão sendo construídos ao longo do processo. Assim, é importante manter espaços de diálogo para o acompanhamento da relação de parceria ao longo do processo. Esse espaço vem sendo mantido entre a APRECIA e a SEDS através das reuniões entre gestores, de relatórios que a APRECIA apresenta para discussão com a SEDS e de Seminários. Esses espaços têm sido ricos em trocas entre os gestores e as coordenações. Entretanto, Uma das principais discussões das redes sociais, hoje, é a necessidade de articular os diferentes níveis e núcleos de ação da rede. Pode ser importante criar outros espaços (como reuniões mensais ou participação conjunta em seminários) para envolver os atores que atuam “na base”, isto é, os técnicos sociais de ambas as instituições, para ampliar e fortalecer a chamada “comunidade de sentidos”.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

### Rede e contexto social

Finalmente, é importante lembrar que todos os processos de intervenção psicossocial se passam no bojo de um contexto socio-cultural. Atualmente, com a expansão dos direitos de cidadania e dos direitos humanos, é forte o argumento de que uma das dimensões da prevenção à criminalidade é a inclusão social e o fortalecimento dos direitos, acompanhados pelo empoderamento dos sujeitos. Esse argumento contemporâneo ainda está em plena construção junto à sociedade e à cultura brasileiras.

Assim, o contexto de atuação do Projeto de Inclusão Produtiva mostra pontos de entrave – como a resistência de algumas comunidades em aceitar a proximidade física com as UPs – mas também pontos favoráveis – como a possibilidade de articular diferentes entidades e pessoas para estabelecer relações com as UPs, fortalecendo o seu capital social e construindo redes sociais de apoio. No caso das UPs, isto é ainda mais essencial para que possam, em um horizonte próximo, fortalecer a sua autonomia e desenvolver o seu potencial multiplicador na comunidade.

Além disso, as possibilidades de encaminhamento dos sujeitos participantes em dada política social (prevenção à criminalidade) para atendimentos em outras políticas (como, por exemplo, a saúde) devem ser pensadas como fator de fortalecimento do trabalho com os usuários. Essas articulações com o contexto são feitas a partir da rede já existente e com base no conhecimento da rede de serviços nos territórios referenciados.

### Referências

- Afonso, M. L. M. & Abade, F. L. (2008). *Para Reinventar as Rodas: rodas de conversa em direitos humanos*. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros, RECIMAM.
- Afonso, M. L. M. A. et al (2006a). *Oficinas de dinâmica de grupo na área da saúde*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Afonso, M. L. M. A. et al. (2006b). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Candau, V. et al. (2002). *Oficinas Pedagógicas em Direitos Humanos*. Petrópolis: Vozes.
- Castilho, Á. (1997). *A dinâmica do trabalho de grupo*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Castilho, W. C. P. (2008). *A dinâmica dos grupos populares*. Petrópolis: Vozes.
- Freire, P. (2003). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários* (27<sup>a</sup>. ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Gayotto, M. L. C. (2003). *Aprenda a coordenar grupos*. Petrópolis: Vozes.
- Lévy, A. (2001). *Ciências clínicas e organizações sociais: sentido e crise do sentido*. Belo Horizonte: FUMEC: Autêntica.
- Machado, M. N. da M. et al. (2001). *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.
- Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia (2006). *Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia de 18 De Dezembro de 2006 sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao longo da vida*. *Jornal Oficial da União Europeia*, em 30.12.2006.
- World Health Organization, Department of Mental Health (1999). *Partners in life skills education, Conclusions from a United Nations Inter-Agency Meeting*.
- Olivieri, L. (2009). *Redes*. Disponível em <http://www.rits.org.br>. Acesso em junho de 2009.
- Pichon-Rivière, E. (1994). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Serrão, M. & Boleiro, M. C. (1999). *Aprendendo a ser e a conviver*. São Paulo: Editora FTD.
- Yozo, R. Y. (1996). *100 Jogos para Grupos - uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas*. São Paulo: Agora.

Categoria de contribuição: Metodologias de intervenção psicossocial  
 Recebido: 10.01.10  
 Aceito: 12.03.10

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

## Anexos

### ANEXO A - Roda dos tempos do processo grupal

Como descrito nesta metodologia, existe uma forte articulação entre o acompanhamento do processo de produção e gestão (tarefa externa) nas *Unidades Produtivas* e o acompanhamento do seu *processo grupal* (tarefa interna). Na APRECIA, duas equipes se responsabilizam cada qual pelo acompanhamento de uma destas dimensões, buscando, para tal, o entrelaçamento de suas ações. Para orientar os técnicos da Equipe de Acompanhamento do Processo Grupal, foi criado o instrumento *Roda dos Tempos do Processo Grupal*.

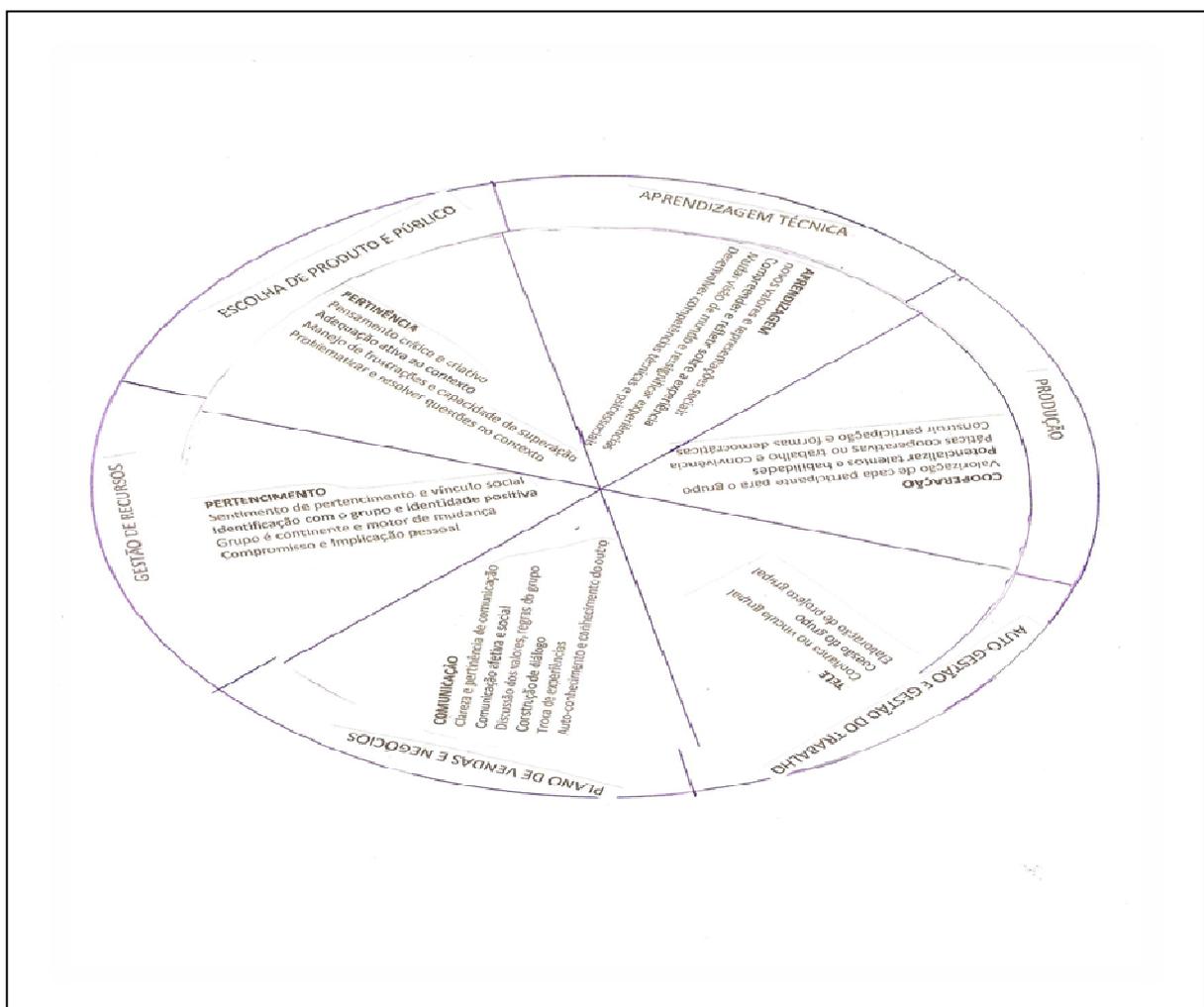
A *Roda dos Tempos* é composta por dois círculos concêntricos, de diferentes diâmetros, sobrepostos, sendo que o círculo menor representa a tarefa interna (com os diferentes vetores do processo grupal) e o círculo maior representa a tarefa externa (com as diferentes dimensões a serem trabalhadas).

Os círculos são móveis, de forma que, girando o menor sobre o maior, temos diferentes combinações entre a tarefa interna e a tarefa externa, caracterizando as diversas possibilidades vividas pelas Unidades Produtivas.

Assim, para cada dimensão da tarefa externa é possível trabalhar diferentes aspectos do processo grupal, adequando o acompanhamento às necessidades específicas de cada UP. Por exemplo, ao fazer o seu plano de negócios, uma UP pode precisar trabalhar a sua comunicação interna. Já outra UP que também esteja elaborando o seu plano de negócios pode precisar mais de avaliar as suas práticas de cooperação. A *Roda dos Tempos* permite ao técnico visualizar e planejar o seu trabalho de acordo com os momentos do processo do grupo.

O formato *Roda* foi escolhido porque, embora haja uma sequência lógica nas etapas necessárias ao processo de trabalho e gestão nas UPs, o processo grupal já não pode ser pensado em etapas sequenciais, sendo que os vetores indicam elementos que interagem ao longo de toda a história do grupo, colocando em evidência um ou outro aspecto em cada momento dessa história.

Abaixo, desenhamos a Roda dos Tempos do Processo Grupal com a legenda das dimensões em cada círculo.



Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

### Legendas:

**Círculo Externo:** São colocadas as dimensões do processo produtivo e competências técnicas necessárias ao desenvolvimento da Unidade Produtiva (tarefa externa).

*Escolha do produto e do público:* Definição de produto de acordo com os interesses, capacidades e potencialidades do grupo.

*Aprendizagem técnica:* Desenvolvimento e aprimoramento do conjunto de habilidades e competências necessárias para produzir de acordo com padrões de qualidade e quantidade.

*Auto-gestão da produção e do trabalho:* Organização coletivamente da produção e do processo de trabalho.

*Produção:* Tipo e forma de trabalho efetivamente investido na produção do produto

*Plano de vendas e negócios:* Planejamento de produção, distribuição de mercadorias, contatos, estratégias e controle de vendas.

*Gestão de recursos (incluindo dinheiro):* Captação, gerenciamento, renovação e aplicação de recursos (incluindo o dinheiro). Privilegiam-se as formas equitativas de distribuição e retribuição.

**Círculo Interno:** São enfatizados os vetores do processo grupal e as competências psicossociais que potencializam o grupo para realizar a tarefa externa (ser uma unidade produtiva)

*Cooperação:* Valorização de cada participante para o grupo; Potencializar talentos e habilidades; Práticas cooperativas no trabalho e convivência; Construir participação e formas democráticas

*Comunicação:* Clareza e pertinência de comunicação; Comunicação afetiva e social; Discussão dos valores e regras do grupo; Construção de diálogo; Troca de experiências; Auto-conhecimento e conhecimento do outro.

*Pertencimento:* Sentimento de pertencimento e vínculo social; Identificação com o grupo e identidade positiva; Grupo é continente e motor de mudança; Compromisso e Implicação pessoal.

*Pertinência:* Pensamento crítico e criativo; Adequação ativa ao contexto; Manejo de frustrações e capacidade de superação; Problematicar e resolver questões no contexto

*Tele:* Confiança no vínculo grupal; Coesão do grupo; Elaboração de projeto grupal;

*Aprendizagem:* novos valores e representações sociais; Compreender e refletir sobre a experiência; Mudar visão de mundo e ressignificar experiências; Desenvolver competências técnicas e psicossociais.

### ANEXO B - Quadro de relações entre vetores do processo grupal, competências psicossociais e exemplos de técnicas adaptadas ao acompanhamento das UPs

Como explicado, nesta metodologia, os técnicos da EAP realizam *visitas técnicas* semanais às Unidades Produtivas, para: conhecer as *demandas* das UPs; levantar temáticas e questões para a realização mensal das *Rodas de Conversa*; dialogar sobre o *processo grupal*, suas dificuldades, realizações e desafios e trabalhar *competências psicossociais* necessárias ao fortalecimento do processo grupal e da autonomia da UP.

Apontamos aqui a semelhança entre o desenvolvimento dos vetores do processo grupal e as competências psicossociais (ou habilidades de vida) tais como foram elencadas pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho da União Européia e pela Organização Mundial da Saúde.<sup>21</sup> O *Quadro 3* nos dá uma visão sobre essas correlações e acrescenta exemplos de técnicas de dinamização do processo grupal que têm sido utilizadas para o desenvolvimento dos vetores e das competências psicossociais nas Unidades Produtivas no bojo do Projeto de Inclusão Produtiva. Em seguida, essas técnicas são descritas com detalhamento para melhor conhecimento da nossa metodologia. É fundamental observar que as competências psicossociais (ou habilidades de vida) se interpenetram e que a maneira como são descritas, de forma separada, tem apenas o objetivo de explicar a metodologia.

Nesse sentido, reiteramos que o *empoderamento* dos sujeitos está ligado, em primeiro lugar, ao apoio das políticas públicas, ao desenvolvimento do capital social e de grupos de referência e também necessita do fortalecimento e ampliação de suas competências psicossociais, de forma que possam investir em seus projetos, buscar direitos, proteger os seus vínculos sociais e construir possibilidades para a sua vida.

<sup>21</sup> Parlamento Europeu & Conselho da União Européia (2006) e World Health Organization (1999).

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

**Quadro 3: Quadro de Relações Entre Vetores Do Processo Grupal<sup>22</sup>, Competências Psicossociais E Exemplos de Técnicas<sup>23</sup> Adaptadas ao Acompanhamento das UPs**

Vetores do processo grupal	Implicações de cada vetor para o Processo grupal	Competências psicossociais	Exemplos de técnicas adaptadas ao acompanhamento das ups
Pertencimento	Construção de vínculos e Processos Identitários (identificação e diferenciação entre sujeitos, percepção e posição diante da alteridade)	1) Problemática de questões no contexto de vida, enfrentamento e respostas a estes problemas; 2) Pensamento criativo e crítico; 3) Habilidades interpessoais e de comunicação; 4) Consciência de si e capacidade de empatia; 5) Manejo de emoções e do stress.	Árvore do Grupo
Comunicação	- Construção de valores e regras grupais; Trocas simbólicas e afetivas; Socialização do conhecimento; Reflexão sobre contexto de vida para indivíduos e grupo; Comunicação não-violenta.		Figura Humana Frases da Comunicação Colocando tudo no lugar
Cooperação	- Entrelaçamento dos projetos individuais ao projeto grupal; Apoio aos projetos individuais e ao coletivo; Escolha das estratégias de ação.		Jogo do Oxigênio Máquinas e Corpos
Tele	Implicação dos sujeitos com o grupo; Disposição para a ação coletiva; Participação; Expectativas mútuas; Demanda por reconhecimento.		Travessia
Aprendizagem	Desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos; Associação entre saber e experiência; Reflexão sobre cotidiano e vida; Expansão de horizontes.		Dinâmica da Vaca Jogo da Reciclagem Pedindo Bis
Pertinência	Vínculos do Grupo com o Contexto Social; Contextualização da ação grupal; Escolhas articuladas ao contexto; Criatividade e Operatividade.		Eu e minha comunidade

A seguir, são descritas algumas técnicas utilizadas, com um pequeno relato da experiência.

#### Nome da técnica - **Árvore do Grupo**

*Potencialidades:* Trabalhar com o grupo sentimentos de pertencimento, identidade, regras de convivência, valores e expectativas

*Procedimentos:* No primeiro momento, desenhar, individualmente, uma árvore, que deve ter raiz, tronco, folhas, fruto e semente. Depois, cada integrante faz uma apresentação da sua árvore, comentando se há alguma relação das partes da árvore consigo mesmo e explicando. Em um segundo momento os participantes desenham juntos (como GRUPO) uma única árvore. Nessa árvore, cada parte representará um aspecto do Grupo. As *raízes* representarão o contrato grupal (regras de convivência que possam potencializar o desenvolvimento do grupo). O *tronco* estará relacionado ao grupo propriamente dito, estabelecido a partir das raízes estruturadas e sustentando as demais partes. As palavras colocadas no tronco dizem respeito aos valores do grupo. Cada participante será

<sup>22</sup> Pichon-Rivière (1994).

<sup>23</sup> Para referências sobre técnicas de dinamização ver Serrão & Baleeiro (1999) e Yozo (1996).

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

uma *folha* da árvore. Os *frutos* representarão as expectativas de cada participante (relacionadas ao trabalho, ao desenvolvimento pessoal e/ou da unidade produtiva, aos impactos na comunidade e outros contextos). As *sementes* representarão o que cada participante gostaria que fosse produzido no/pelo grupo e multiplicado para outros meios (impactos na comunidade, na família e nas relações interpessoais; reconhecimento do trabalho e independência financeira).

*Materiais necessários:* Folhas em branco, uma folha grande de papel, fita crepe, giz de cera/canetinha coloridas, um pincel atômico

*Relato de uma experiência:* Ao realizar essa atividade na UP, foi possível perceber que os desenhos das árvores individuais colocaram as participantes em contato com sentimentos muito íntimos. Desses desenhos emergiram algumas características já percebidas pelos participantes e outras desconhecidas. As integrantes do grupo conseguiram expressar suas dificuldades e reconhecer potencialidades. Concluíram que precisavam melhorar a relação em grupo. Expressaram como percebiam as suas fragilidades, sentimentos de insegurança, dor, solidão, frieza, inflexibilidade, medo, dificuldades nas relações interpessoais, alguma imaturidade afetiva e superficialidade. Narraram suas histórias pessoais, momentos nos quais as relações vividas eram afetadas por estas questões. Atualmente, dizem de um forte desejo de mudança e vêem no grupo uma porta para essa mudança: “espero continuar aprendendo muito com o grupo, pois tudo o que eu estou vivendo aqui é diferente do que eu já vivi. Bom, eu tenho facilidade para trabalhar com o povo, mas numa relação de convivência em grupo eu não sabia. Espero desenvolver mais para que possamos dar certo, esse grupo dê certo” – disse a coordenadora. Todas reconheceram que possuem muitas cicatrizes, que sofreram muitas “podas” e, apesar de em alguns frutos as sementes não aparecerem, disseram que há esperança e expectativas de dias melhores. Apostam na melhora pessoal, inclusive participando do grupo. No segundo momento, ao desenhar a árvore, o grupo já se revelou mais operativo e participativo. A mobilização individual facilitou a sensibilização e a reflexão para que fosse construída uma identificação com o trabalho coletivo, valorizando os limites, a união e o diálogo. Seus valores, em alguns momentos, acabam se tornando regras. Têm expectativas de que o diálogo e a flexibilidade favoreçam os projetos e sonhos, estando abertas à construção conjunta desse caminho.

#### **Nome Técnica: Figura Humana**

*Potencialidades:* Trabalhar a comunicação clara e eficaz no grupo, promovendo maior percepção de cada integrante e do grupo sobre as dificuldades existentes.

*Procedimentos:* O grupo tem a missão de desenhar um corpo humano. Cada um recebe uma folha de papel ofício na qual deve desenhar uma parte de um corpo. Deverá ser ressaltada a seguinte regra: todos deverão desenhar e ninguém pode desenhar um pelo outro (pode-se ajudar mas não fazer pelo outro). Outra regra é que a pessoa não pode fazer duas partes iguais (por exemplo, o braço esquerdo e o braço direito), para que não haja monopólio dos desenhos. Perguntar ao grupo o quanto a comunicação interferiu nesse trabalho.

*Materiais Necessários:* Folha de papel em branco e lápis de cor.

*Relato de uma experiência:* Em uma UP o grupo relatou perceber a necessidade de uma melhor comunicação para a eficácia do trabalho que realizam. Assim, essa técnica foi trabalhada com o grupo. Após, relatar que conseguiram perceber que o grupo passa por um momento de comunicação falha, desenharam várias partes do corpo desconstruídas e repetidas, uma vez que não houve troca de informações. Assim, o fazer a tarefa foi o foco do grupo, que não se importou em estabelecer uma compreensão e um acordo mútuo antes de realizá-la. Assim, o próprio desejo de realizar bem a tarefa acabou frustrado. A partir da vivência da técnica e da discussão, foi possível conversar sobre a necessidade de uma comunicação mais clara e sobre a necessidade mútua de escuta e expressão, o respeito envolvido na comunicação além de sua efetividade para o trabalho.

#### **Nome da técnica: Frases da Comunicação**

*Potencialidades:* Trabalhar junto ao grupo as diferenças entre formas de comunicação agressiva e assertiva, potencializando a possibilidade de uma comunicação não violenta.

*Procedimentos:* A técnica consiste em colocar dentro de um balão, pares de frases que possuem o mesmo sentido, mas de forma diferente, ou seja, uma que seria exemplo de fala agressiva e outra de fala assertiva. Logo após se solta os balões e pede-se aos participantes para estourá-los e encontrar quem do grupo está com uma frase que faz par com a sua. Identificar quais destas frases é violenta e qual é a não violenta.

*Materiais Necessários:* Frases e balões.

*Relato de uma experiência:* Em uma UP foi feita uma reflexão sobre como a forma de comunicação entre as participantes estava trazendo conflitos dentro e fora do grupo. Perceberam e refletiram sobre a necessidade de

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

mudar a sua forma de comunicação e trabalhar com os conflitos de maneira mais assertiva, favorecendo o crescimento da UP.

**Nome da técnica: Colocando Tudo no Lugar**

*Potencialidades:* - Desenvolver com o grupo a possibilidade de uma comunicação mais clara e eficiente dentro e fora do seu contexto. Trabalhar com o grupo o desenvolvimento de uma identidade positiva do grupo para si, com a comunidade e com as instituições parceiras.

*Procedimentos:* Com o grupo sentado em círculo, conversar a respeito das questões mais relevantes ao grupo e a relação com as instituições ou órgãos parceiros. Abrir um espaço para a fala e o entendimento a respeito da construção das relações, conceituar com o grupo o tema de relacionamento, levantar as questões mais importantes no relacionamento de parceria ou apoio. Em seguida, apresentar a proposta de construção de dois recipientes nos quais um será destinado para questões da própria UP e outro para as instituições parceiras ou de apoio, os quais serão abertos em um período acordado conjuntamente para a leitura e discussão do conteúdo.

*Materiais Necessários:* Duas caixas de sapato e o desenvolvimento de um diálogo com o grupo que possibilite a participação e a fala de todos.

*Relato de uma experiência:* Em uma unidade produtiva localizada no Morro das Pedras – Reciclando, foi utilizada a técnica “Colocando tudo no lugar” foi aplicada durante uma visita da Técnica Social da Aprecia, no contexto no qual as relações de parceria e apoio e a unidade estavam sendo questionados e de certa forma confrontados pela mesma. A unidade foi levada a refletir a respeito da sua relação com as parcerias, sobre sua organização e imagem perante os gestores, parceiros e a comunidade onde vivem e trabalham; a pensar novas formas de organização e gestão do trabalho;

Foram estabelecidos com os membros pactos de convivência, em seguida, foram criadas duas ferramentas para acolher as demandas administrativas do parceiro atual e questões relacionadas à UP. Eram as mesmas caixas nas quais os membros poderiam durante o mês em pequenos papéis colocar queixas, dúvidas e demandas, ao final do mês juntamente com a técnica de acompanhamento ler-se-ia com a unidade elencando a ordem de prioridade e temas relevantes ao desenvolvimento da unidade.

**Nome da técnica: Jogo do Oxigênio**

*Potencialidades:* Trabalhar a cooperação, favorecer a reflexão sobre os vínculos no grupo e fortalecê-los; discutir papéis e funções dos integrantes e problematizar as diferentes formas de liderança; observar e trabalhar o ritmo individual e coletivo na realização de uma tarefa.

*Procedimentos:* O técnico diz a instrução: “Vou distribuir algumas balas para vocês. Vocês vão imaginar uma situação na qual o oxigênio do ambiente vai começar a faltar em alguns minutos. As balas serão a moeda de troca para vocês obterem oxigênios, isto é, vocês teram que trocar as balas por oxigênio para manterem-se vivos. O grupo terá dois minutos (este tempo pode ser modificado de acordo com o número de pessoas, porém não deve ser muito prolongado) para efetuar esta troca. Vocês só vão sobreviver se todos tiverem oxigênios. Cada sete balas de cores iguais dão direito a três oxigênios enquanto três balas de cores diferentes dão direito a um oxigênio. Entenderam?” Repetir as regras e, caso necessário, escrevê-las e exemplificar as possibilidades de troca antes de iniciar a ação. Entregar um número diferente e sortido de balas para cada integrante sendo que alguns podem até ficar sem receber nenhuma. O técnico deve observar a interação entre os participantes. Ao final do jogo, perguntar como todos se sentiram no decorrer da atividade, como cooperaram ou competiram, quem agiu como liderança, quem se viu isolado, e outros aspectos. O importante é refletir sobre a relação entre eles, a cooperação e a forma como o grupo se organiza diante de uma tarefa.

*Materiais necessários:* Relógio para medir tempo da atividade. Balas e bombons (número modifica-se conforme a quantidade de participantes). Exemplo: Para um grupo de vinte integrantes utilizar 10 balas verdes; 10 balas azuis; 10 balas amarelas; 7 balas vermelhas e 7 balas roxas. Total: 50 balas).

*Relato de uma experiência:* A técnica foi aplicada em uma UP que é uma cooperativa formada por um homem (presidente da Unidade) e várias mulheres, a maioria idosas. A coordenação é bastante centralizadora e as demais integrantes, de forma apática, participam pouco das decisões. Para aplicação da técnica, as regras foram explicadas e as balas entregues aos participantes, tendo início a contagem do tempo. Na primeira tentativa, o grupo não trocou as balas a tempo. A técnica foi repetida e Eles se reorganizaram conseguindo “sobreviver” juntos. Após, falaram sobre cooperação e a importância de trabalhar juntos, refletindo sobre o que os motiva a participar da UP. Outras questões discutidas foram a apatia e as diferenças individuais no ritmo de cada

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

integrante. Algumas afirmaram ser mais lentas que outras. O jogo cooperativo auxiliou o grupo a perceber a forma como os integrantes interagem na UP e a compreender as diferenças e semelhanças entre o ritmo individual e o coletivo. No cotidiano da UP, algumas integrantes esperavam que tudo fosse resolvida para elas, indicando a sua apatia. De acordo com o grupo, o presidente e a diretora administrativa foram mais ativos e “espertos” retirando as balas rapidamente de suas mãos para trocá-las por oxigênio. O presidente retirou rapidamente as balas das mãos das participantes, que sentiram-se usurpadas e sem compreender bem o que estava acontecendo. Ou seja, no jogo, iriam sobreviver (pela ação do Presidente) mas não teriam participação ativa. Isto serviu para que o grupo refletisse sobre as suas relações, liderança, participação, relacionando o que foi vivido no jogo com o cotidiano da cooperativa.

#### **Nome da técnica: Máquinas e Corpos**

*Potencialidades:* Cooperação interna do grupo a fim de fortalecer o vínculo e o desenvolvimento do mesmo.

*Procedimentos:* O grupo é dividido em duas equipes e cada uma deverá construir uma máquina com os próprios corpos, onde todos deveram ter seu papel e sua função. Após a criação da “máquina” cada equipe deverá realizar a apresentação desta, mostrando seu funcionamento e logo após refletir como o processo da criação da máquina esteve ou não ligado à cooperação no grupo.

*Materiais Necessários:* Ter no mínimo seis integrantes e um espaço amplo.

*Relato de uma experiência:* Em uma UP, foram construídas duas máquinas. O grupo discutiu sobre a necessidade de união e cooperação para desenvolver o seu projeto. Além disso, falaram sobre a importância de cada participante na UP.

#### **Nome da técnica: Travessia**

*Potencialidades:* Analisar com o grupo os fatores geradores de estresse, avaliando a participação e a implicação de cada um bem como o cumprimento de normas dentro do grupo; trabalhar o nível de organização com o grupo a fim de que consiga realizar as tarefas sob menos pressão e de forma mais solidária.

*Procedimentos:* Divide-se o grupo em dois subgrupos. Faz-se de conta que um determinado espaço da sala é um rio cheio de crocodilos. São desenhadas pedras no chão, com fita crepe. Cada subgrupo elege um líder para servir de guia na “travessia”. Os integrantes de cada subgrupo devem atravessar o rio de mãos dadas, pisando somente sobre as pedras, cuidando para que as mãos não se soltem e o subgrupo não se desfaça. Do outro lado do rio há um tesouro e o grupo vai em sua busca. Ao chegar do outro lado, pegam o tesouro (que são balões) e distribuem entre si sem soltar as mãos. Caso as mãos se soltem ou alguém do grupo pise fora das pedras, todos devem recomeçar o trajeto na fase em que estiverem. Ao retornar com o tesouro/balão, cada integrante deve enchê-lo e estourá-lo no corpo do colega sem usar as mãos. O subgrupo que fizer todo esse percurso em menos tempo ganha um brinde.

*Materiais necessários:* Balões e fita crepe.

*Relato de uma experiência:* Durante uma Roda de Conversa, em uma UP, buscou-se focalizar a questão do estresse no ambiente de trabalho conforme solicitação das próprias integrantes. O grupo falou de vários pontos geradores de tensão no seu dia-a-dia na UP. As diversas encomendas exigem a permanência das integrantes na UP durante todo o dia, gerando um sentimento de obrigação (ter que fazer) para com as tarefas. Na UP elas vinham constantemente modificando as regras, sem considerar os limites e potencialidades de cada uma. Durante a realização da técnica, duas participantes de mesmo subgrupo não conseguiam encher balões, o que foi motivo de grande estresse para elas e para o subgrupo. A obrigação do “ter que fazer” – mediada pela atividade lúdica – emergiu de maneira clara quando outra integrante falou de sua indignação com a atitude da coordenadora em relação aos pedidos que o grupo recebe e às tarefas distribuídas. O grupo tem recebido muitas encomendas, algumas com curto prazo de entrega. A coordenadora é a responsável por organizar as tarefas, estabelecer metas e prioridades com o grupo. Ela se vê “apertada” para dar conta de todas as demandas. Daí, tenta reorganizar as atividades e os pedidos com as demais integrantes. Embora todas as integrantes concordem e aceitem as novas atribuições, no momento em que são passadas, mas depois trabalham insatisfeitas por estarem sob pressão. As pressões são múltiplas: dentro do grupo referem-se ao cumprimento das tarefas e, fora dele, aos deveres cotidianos de cada uma. A realização da técnica tornou possível conversar com o grupo sobre as suas expectativas, o cuidado umas com as outras, as prioridades e os procedimentos (o que e como fazer) quando várias demandas aparecerem juntas e como respeitar potencialidades e limites de cada uma.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

### **Nome da técnica: Jogo da Reciclagem**

*Potencialidades:* Trabalhar a história do grupo evidenciando os conflitos existentes a fim de favorecer sua elaboração; Fortalecer os vínculos e valores grupais.

*Procedimentos:* Após um breve aquecimento a respeito da história da Unidade Produtiva, dar três folhas ao grupo e pedir que eles descrevam quais aspectos de sua trajetória eles gostariam de: 1- Preservar; 2- Reciclar e 3- Jogar fora. Em grupos maiores esta atividade também pode ser realizada em três ou mais subgrupos. Três folhas de papel; uma ou mais canetas.

*Relato de uma experiência:* Em uma das UPs, o grupo se queixava constantemente dos problemas referentes à divisão financeira e à comunicação, especialmente com o ex-presidente, sem elaborar a questão. Este participante havia saído do grupo após muitos conflitos. Isto resultou em desorganização da UP e saída de outros participantes. Os demais ficaram magoados, remoendo constantemente os conflitos passados. Decidimos, então, trabalhar com o grupo a sua reorganização, através do “jogo de reciclagem”. Após um aquecimento sobre a história do grupo, eles descreveram questões relativas aos três aspectos do jogo (preservar; reciclar; jogar fora) enquanto uma das integrantes os registrava. Os aspectos descritos relacionavam-se principalmente às regras e aos valores da Unidade tais como horário e respeito mútuo. Os participantes falaram sobre os problemas ocorridos no início da Unidade e os conflitos com o ex-presidente. A técnica perguntou ao grupo o que eles queriam fazer com isso, ao que eles responderam que gostariam de jogar tudo fora e não viver isso novamente. Uma das integrantes disse que se envergonhava quando falava-se sobre o ex-presidente, pois ela foi trazida ao grupo por ele. Desta forma, o grupo conseguiu refletir e aprender com os conflitos vividos. O grupo separou o que poderia tirar de toda a situação vivida (reciclar e preservar) e o que não gostariam mais que persistisse (jogar fora). Em seguida, discutiu-se as ações necessárias para que isto se efetivasse. Após esta discussão, o grupo conseguiu diminuir o tom de “queixa” e passou a discutir aspectos relacionados à sua manutenção e à entrada de novos integrantes visando o presente e o futuro da Unidade.

### **Nome da técnica: Pedindo Bis**

*Potencialidades:* Trabalhar com o grupo as formas e conteúdos da aprendizagem dentro do contexto de vida das participantes, incluindo o cotidiano da unidade produtiva, buscando possibilitar a reflexão sobre as facilidades e dificuldades no processo de aprendizagem; possibilitar a abertura ao processo de aprendizagem dentro da unidade, e a visualização de capacidades relacionadas a esse processo, facilitando o aumento do fluxo de informações dentro da UP.

*Procedimentos:* Com o grupo em círculo, colocar no centro da roda em uma mesa embalagens de chocolate bis, solicitar aos participantes que cada um pense em uma situação vivenciada no contexto do grupo relacionada à aprendizagem com um colega e, após pegar um chocolate para cada situação, o distribua ao respectivo colega e conte qual foi a experiência de aprendizagem que vivenciou e gostaria que se repetisse, ou seja, pedir **Bis**. Não existe um limite de entrega do chocolate, pode ser a partir de quantas experiências forem vivenciadas por cada participante. Durante as entregas intercalar perguntas ou pontuações relativas a essa aprendizagem como: conteúdo, tipos de aprendizagem, facilidades e dificuldades, conceito de aprendizagem.

*Materiais Necessários:* Cadeiras, uma mesa pequena, caixas de chocolate bis (a quantidade fica a critério de cada coordenador).

*Relato de uma experiência:* Em uma unidade produtiva em Nova Contagem – Flores do Ipê, a técnica “Pedindo Bis” foi aplicada durante uma visita da Técnica Social da Aprecia, pois o grupo estava passando por um período de cursos e capacitações e vivenciava uma situação de monopólio do conhecimento por parte de alguns participantes. Na tentativa de quebrar esse ciclo vicioso buscou-se trabalhar a aprendizagem na UP e ampliar as capacidades o conhecimento e as potencialidades de outras participantes. Para preparar o grupo foi realizado iniciou-se um levantamento dos conceitos de aprendizagem por parte das participantes, com a técnica da estrela de cinco pontas, cada uma expôs o seu conhecimento. Em seguida, com o grupo aquecido para o tema e disposto em círculo foi aplicada a técnica “Pedindo Bis”. Cada participante foi conduzida a refletir a respeito de uma experiência de aprendizagem vivenciada com um colega da UP, e após pensarem deveriam se levantar e pegando uma unidade do chocolate Bis entregar ao colega e contar qual foi a situação e a aprendizagem que obteve. Todos os membros da unidade nesse dia quiseram participar, durante as falas foram sendo intercaladas pontuações e questionamentos a respeito: da sua experiência de aprendizagem com as colegas da unidade, o conceito de aprendizagem, os conteúdos dessa aprendizagem, as dificuldades e facilidades nesse processo, os pontos fundamentais para se construir uma relação de aprendizagem. Dentro das falas a aprendizagem tem como prerrogativa: querer acertar, observar, a atenção, o diálogo, saber perguntar, o incentivo e a persistência. Nos

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

conteúdos das falas de aprendizagem com os colegas prevaleceu o aprender a se unir, a ter paciência, a serem pessoas mais calmas, a conversar, a ter mais fé, o saber falar e calar, ser mais persistente, aprendizagem de diversas técnicas, a ter uma boa relação de amizade, ser mais família.

#### **Nome da técnica: Eu e Minha Comunidade**

*Potencialidades:* Reflexão sobre Cidadania e participação social, no contexto em que se vive; Refletir sobre as problemáticas comunitárias de modo a perceber as mudanças desejadas e o que se faz necessário para que elas aconteçam; Responsabilização e implicação do sujeito em práticas sociais.

**Procedimentos:** Alguns papéis são colocados em um recipiente fechado que vai circulando entre as participantes ao som de uma música. Em dado momento, a música é interrompida e a pessoa que estiver com o recipiente em mãos é convidada a retirar um papel e completar oralmente a frase escrita. Dentre as opções de frase, sugere-se: Sinto-me cidadão quando... ; Daqui há 5 anos espero ver a minha comunidade ...; Minha contribuição para a comunidade é...; Moro aqui há (tempo) e sinto-me ...; Para melhorar meu bairro eu faço...; Minha relação com os moradores do bairro é... .

*Materiais Necessários:* Pedacos de papel, canetas, recipiente fechado, música.

*Relato de uma experiência:* A atividade foi realizada em uma Unidade Produtiva que trabalha com confecção de roupas, onde foram verificadas queixas acerca da realidade local mas pouco engajamento em ações comunitárias. Devido ao pequeno número de participantes e o grande interesse destas para discutir as questões locais, o grupo sugeriu que cada integrante pegasse um papel no recipiente ao invés de esperar as “rodadas” com música. À medida que as frases iam sendo completadas foi possível notar o nível de angústia das participantes em relação às precariedades locais: saneamento básico limitado, difícil acesso a saúde, ausência de escolas, escassez e péssimas condições do transporte coletivo, violência e criminalidade. Ao serem questionadas acerca do vínculo do grupo com o contexto social, as integrantes relataram possuir pouco conhecimento de como intervir e participar de forma ativa na melhoria da realidade local, pontuando intervenções mais individuais, em questões familiares e pessoas da própria convivência. A coordenadora convidou as integrantes a refletir sobre formas e estratégias de se implicar na reivindicação de melhorias no bairro, não abdicando das intervenções individuais com pessoas da rede de convivência, mas associando-as a questões maiores. Além disso, ressaltou-se o fato de que quando as ações partem de grupos locais, há maior visibilidade que quando estas partem de iniciativas individuais. O grupo levantou como possibilidade de articulação com as ações já existentes na comunidade, a realização de um evento de integração da UP com outros grupos que atuam na comunidade.

#### **ANEXO C - Relatório de visita de campo<sup>24</sup>**

Unidade Produtiva: (nome)

Local:

Facilitador(a): Wanderson Conceição

Número de presentes: 08

Horário: 9:20 Data: 01/09/ 2009

##### **1. Objetivos da visita**

- Proporcionar uma reflexão sobre o que é trabalho;
- Proporcionar uma reflexão sobre o trabalho da mulher, enfocando o desenvolvimento de suas relações no grupo e em outros espaços, principalmente na família;
- Proporcionar uma reflexão sobre a reorganização das tarefas no grupo e em casa, para que tenham melhor qualidade de vida.

##### **2. Descrição**

A partir da última roda de conversa realizada, cujo tema foi “administrando o estresse”, as integrantes se comprometeram em pensar a reorganização do seu tempo de permanência dentro da unidade, uma vez que relataram algumas dificuldades pessoais ligadas ao trabalho e que lhes provocam muito estresse. Nunca haviam se organizado para conversar sobre este assunto no grupo. O técnico da APRECIA havia preparado uma intervenção para estimular a reflexão sobre o estresse. Para facilitar a discussão, realizou a “técnica do cochicho”. Com as participantes sentadas em duplas, foram distribuídos, de forma aleatória, papéis com os temas: “o que é trabalho?”, “democracia e trabalho”, “mulher e trabalho” e o verso de um poema de Nazaré Flor

<sup>24</sup> Para proteção da privacidade dos sujeitos foram retirados os nomes das UPs.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

(“ A mulher vai à roça todo dia, volta ao meio-dia para o almoço preparar; à tarde volta novamente ao seu roçado, lembrando o gado e o preparo do jantar”). Cada dupla deveria conversar entre si sobre os temas. Após alguns minutos, o grupo inteiro se juntou novamente e todas relataram as suas opiniões e percepções. Ocorreu, então, uma discussão importante, na qual buscaram compreender os pontos de vista uns dos outros e onde foi questionada a obrigação da mulher ser aquela que “tem que fazer” o trabalho doméstico. As participantes afirmaram que o trabalho significa, ao mesmo tempo, necessidade e distração. Este ponto de vista estava ligado ao fato de que o trabalho assalariado traz uma remuneração certa ao final do mês, dentro de uma lógica capitalista. Lembraram que a mulher lutou e ainda luta por condições de trabalho iguais às dos homens. No entanto, ainda têm “trabalho em casa”, ou seja, o trabalho doméstico é caracterizado como “trabalho de mulher”. Portanto, trabalham muito mais do que os homens e não são valorizadas por isto. Ficam sobrecarregadas pois não há cooperação por parte dos maridos que não ajudam em casa com as tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos (levar à escola, por exemplo). Raramente os maridos fazem essas tarefas, usualmente é em uma situação de confronto. Conversaram sobre os diversos papéis que a mulher assume na família e na sociedade, acabando não tendo tempo para si mesma. Uma das participantes disse que o trabalho doméstico é muito estressante e que vê na UP uma oportunidade de distração e “terapia”. Porém, também afirmou que “o trabalho aqui mexe muito com o emocional da gente porque todas nós trabalhamos muito com a cabeça, criando e precisando estar atentas. Sem falar que, quando a gente está aqui fica pensando nas coisas de casa. Quando está em casa fica pensando nas coisas daqui, igual a esse poema aqui” (referia-se ao verso dado para discussão). O técnico da APRECIA fez algumas observações referentes ao tipo de relações que elas estabelecem com os seus companheiros e demais familiares, nas quais tendem a reforçar o lugar de “Amélia”, não sendo valorizadas nem pelo seu trabalho doméstico nem pelo trabalho desenvolvido na UP. Essa discussão ocorreu a partir de algumas falas que naturalizavam o trabalho da mulher, associando-o estritamente ao âmbito doméstico e desvalorizando-o. Reclamaram que não têm tempo para si, enquanto os maridos e filhos têm um tempo livre quando chegam do trabalho. Entretanto, elas mesmas sempre atendem às solicitações que lhes são feitas, sem nenhuma forma de contestação ou negociação, sem fazer os outros perceberem o seu cansaço. O técnico perguntou se elas percebiam que também contribuíam para esta situação, que as coloca em um lugar de “subordinação”. Houve um silêncio no grupo. Depois, a discussão foi retomada e o grupo concluiu que precisava mudar a forma como lidavam com o trabalho e com as relações familiares, buscando uma forma mais participativa de todos nas tarefas domésticas e a melhoria da qualidade de vida. Como uma forma de mostrar o valor de seus trabalhos na UP, o grupo decidiu criar um portfólio com o seu histórico e as fotos das participantes e dos produtos. Levantaram, também, a hipótese de criar um blog para divulgar o seu trabalho. Ficou também definida uma visita a uma outra UP, cujos preparativos seriam discutidos na próxima visita técnica.

### **3. Demandas**

#### **3.1. Psicossociais:**

Ao longo das visitas, é necessário observar a relação que as participantes estabelecem entre o que foi discutido e o que é vivenciado na UP, para se conseguir desenvolver um trabalho que favoreça as habilidades de vida, fortalecendo o vínculo grupal. O aumento do trabalho do grupo tem gerado estresse mas também demandam reconhecimento para este trabalho.

#### **3.2. Administrativas / Operacionais**

Não se aplica

### **4. Observações e Proposições**

É importante estar atento ao momento vivido pelo grupo, para não sobrecarregá-lo com mais atividades além do que está conseguindo realizar. O grupo tem se mostrado bastante maduro para discussões que envolvem conflitos externos e internos, buscando solucioná-los. A busca pela excelência e qualidade no trabalho e nas relações interpessoais tem servido como “motor” que as impulsiona e as motiva.

Técnico Social Responsável

Coordenador

## **ANEXO D - Relatório interno - roda de conversa (eventos de socialização do conhecimento e promoção de cidadania)**

Facilitador (a): Georgia Bicalho

Unidade Produtiva:

Data do encontro: 27/07/2009 - Horário: 13:00

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

Local: Unidade Produtiva

Tema: Lei Maria da Penha

### **1. Técnicas utilizadas**

#### **Apresentação**

A apresentação foi iniciada com cada participante dizendo seu nome e sua função no grupo.

Além dos participantes e da técnica da APRECIA, estiveram presentes 02 técnicas sociais do NPC Morro Alto.

#### **Dificuldades e Soluções**

Foi iniciada a reflexão contextualizando a Roda de Conversa, informando que é “um espaço para pensar e trocar conhecimentos” e que trata sempre de um assunto solicitado pelo grupo ou acordado com ele. A técnica utilizada foi o “cochicho”: cada participante cochicha com o colega do lado sobre algumas questões elencadas para proporcionar uma discussão referente ao tema, como: Quem é essa Maria da Penha, Que Lei é essa? Para que essa lei? Todos estavam muito disponíveis e realizaram a técnica tranquilamente. Algumas pessoas ressaltaram que nunca ouviram falar da Lei e outros demonstraram muito conhecimento sobre ela. Foi realizado, inicialmente, um momento de leitura de uma música que traz uma reflexão sobre a forma de reagir contra a violência doméstica.

#### **2. Reflexão**

Foi iniciada a reflexão a partir da colocação de um integrante do sexo masculino, que ressaltou ter participado de um grupo denominado “Grupo de Convivência”, no qual se discutia muito sobre violência doméstica. Ele demonstrou bastante apropriação do assunto, relatando a história de Maria da Penha e dizendo o que conhecia sobre a Lei. Duas participantes do sexo feminino relataram nunca ter ouvido nada sobre o assunto e que, após ter escutado colegas do lado “cochichando”, souberam que era uma lei referente à violência contra a mulher. Outras participantes sabiam algumas coisas sobre o assunto, mas tinham dúvidas com relação à Lei. Neste momento, uma técnica social do NPC Morro Alto da área do direito fez uma intervenção importante, na qual inclusive retratava a situação da comunidade local em relação à violência doméstica e as dificuldades de atuação a partir da Lei. Ressaltou a necessidade de união e participação da comunidade para que consigam resultados mais efetivos contra a violência. Todos se mostraram muito atentos ao escutá-la. Foram colocadas para o grupo as diversas formas de violência previstas pela Lei, incentivando a reflexão sobre elas. Alguns participantes relataram conhecer a diferença entre a violência verbal e a violência física. Este foi um momento muito importante, no qual a discussão tomou um caráter mais contextualizado. Os participantes começaram a relatar vivências de violência em sua comunidade e em suas próprias casas. A discussão então prosseguiu, colocando mais informações sobre outros tipos de violência e incentivando a reflexão sobre como enfrentá-las. A violência Patrimonial foi primeiramente explicitada por uma participante: relatou que, certa vez o esposo estava alterado pelo uso de álcool e queria levar pertences de sua casa. Ela disse que, na época, chamou a polícia e foram tomadas algumas providências. Esta mesma participante disse que, se a mulher for agredida deve revidar, pois “nunca deve apanhar de homem nenhum”. Neste momento, foi questionado se esta seria a melhor forma de resolver a situação. Alguns participantes argumentaram que isso seria “legítima defesa”. A técnica social da área do direito (Núcleo da SEDS) ressaltou que, às vezes, a reação da mulher é mesmo em legítima defesa, mas que é importante agir sempre de acordo com a Lei. Outros participantes do grupo ressaltam que violência só gera mais violência. Uma participante relata muito emocionada, o quanto sua mão sofreu agressões físicas do seu pai até o momento que este saiu de casa. Anos depois, ele retornou, quando ela (participante do grupo) estava já no período de sua adolescência. Ele pediu para a esposa (mãe da participante do grupo) para retornar para casa. Mas as agressões recomeçaram, aumentando a cada dia. Até que, como ela conta, “teve que agir”, batendo em seu pai, mandando-o embora e chamando a polícia. A sua fala foi muito acolhida pelo grupo. Ressaltaram que, às vezes, no momento da agressão, a reação não é premeditada. Porém é importante pensar formas não violentas para solucionar o problema ou para se buscar mudar a situação de violência. Foi muito comentada a necessidade de se realizar esforços para que haja mudanças nestas relações. O grupo afirmou a necessidade de se ter um olhar para os filhos que crescem em meio a relações violentas pois, hoje, na comunidade quem mais sofre são os filhos. É relevante observar que, ao final da discussão, um integrante do grupo perguntou às três técnicas sociais presentes se elas (ou pessoas próximas a elas) teriam vivido algum caso de violência. A riqueza desse momento estava no fato de que o grupo saía do lugar de “vítima” e procurava compreender a violência também em outros grupos sociais, exercitando um diálogo, a alteridade de suas posições. As técnicas foram muito receptivas a esse questionamento e cada uma relatou uma experiência (buscando respeitar os limites éticos necessários à manutenção de vínculo com o grupo), o que foi muito rico, uma vez que, para eles, surtiu como um questionamento sobre a relação entre classe social e violência de gênero.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

### 3. Dificuldades encontradas

Foi feita a experiência de utilizar um horário comum aos dois turnos (13 horas) para fazer a roda de conversa, sendo acordado que todos da manhã almoçariam na UP. Mas alguns participantes não compareceram sendo necessário combinar com o grupo outro horário, buscando mobilizar a participação de todos.

### 4. Demandas

Trabalhar questões relacionadas à família e à educação dos filhos, pois há uma queixa, na comunidade, sobre como o papel de pais e mães tem se tornado mais complicado. Houve a demanda por se trabalhar, na próxima roda de conversa o tema “A adolescência e o Trabalho” uma vez que querem entender melhor as razões pelas quais os adolescentes com certa idade não podem trabalhar, sendo que, muitas vezes acabam se envolvendo com a criminalidade.

### 5. Observações

O grupo iniciou com uma reflexão bastante “racional” sobre o assunto, limitando-se a discutir idéias e a esclarecer dúvidas. No decorrer da discussão, foi se envolvendo com o tema, se mobilizando e falando do assunto, havendo a apropriação de algo que as pessoas já experimentavam em seu dia a dia.

Técnico Social Responsável

Coordenadora

## ANEXO E - Instrumento de acompanhamento do processo grupal, auto-avaliação e avaliação com parceiros da rede social de apoio

### Instruções

Este instrumento serve para ajudar o grupo a fazer uma auto-avaliação e melhorar o diálogo com os parceiros da sua rede social de apoio. Em cada item, vocês são convidados a pensar sobre um aspecto do processo do grupo. Para cada um desses itens, há um quadro que descreve as fases do processo de construção de uma Unidade Produtiva. Nesse quadro, vocês devem marcar a coluna que expressa melhor o momento que o seu grupo está vivendo.

Antes de escolher, é importante ler cuidadosamente todas as colunas em cada quadro, pois existe uma sequência entre elas. Esta sequência foi construída para ajudar na reflexão e no diálogo. Sabemos que cada grupo é único e tem o seu próprio processo. Mas também sabemos que esse processo pode ser enriquecido a partir da reflexão sobre as relações internas e externas do grupo.

Por favor, respondam, agora, às questões de cada item. Vocês verão, ao final, que o instrumento pode ser usado para acompanhar o grupo, fazer auto-avaliação, refletir sobre a relação com os parceiros e até mesmo propor novas atitudes e formas de ação.

Muito obrigado e... Bom trabalho!

### DADOS DA AVALIAÇÃO

Nome da UP: \_\_\_\_\_ Número \_\_\_\_\_

Localização (bairro/município): \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Grupo existente desde \_\_\_\_\_

Número atual de participantes \_\_\_\_\_

Nome do (a) coordenador (a) \_\_\_\_\_

Nome do (a) vice-coordenador (a) \_\_\_\_\_

Datas da avaliação: \_\_\_\_\_

Quem estava presente ao processo de avaliação? (marque com X a alternativa que mais se aproxima da situação de avaliação)....

- (1) SÓ a coordenação e/ou a vice-coordenação;
- (2) A coordenação e/ou a vice-coordenação e menos da metade dos participantes do grupo;
- (3) Menos da metade do grupo SEM a presença da coordenação ou da vice-coordenação;
- (4) A coordenação e/ou a vice-coordenação e mais da metade dos participantes do grupo;
- (5) Mais da metade do grupo SEM a presença da coordenação e/ou vice-coordenação;
- (6) Todos os participantes do grupo incluindo a coordenação e a vice-coordenação.

Outras Observações: \_\_\_\_\_

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

## 1. Objetivos e Auto-organização no Grupo

NIVEL 1 ( )	NIVEL 2 ( )	NIVEL 3 ( )	NIVEL 4 ( )	NIVEL 5 ( )
Os objetivos do grupo não foram definidos.	Os objetivos do grupo foram definidos. Mas não houve distribuição de papéis e tarefas para os membros.	Foram definidos objetivos, papéis e tarefas no grupo. Mas isto foi feito sem a participação do grupo ou sem levar em consideração o desejo e as habilidades dos membros.	O grupo definiu seus objetivos, papéis e tarefas de forma participativa e levando em consideração o desejo e as habilidades de cada um. Mas quando surgem problemas sobre essas definições, o grupo não consegue negociar uma mudança.	O grupo definiu seus objetivos, papéis, tarefas e funções de forma participativa e levando em consideração o desejo e as habilidades de cada um. Periodicamente, ou quando há necessidade, os objetivos, papéis e tarefas são discutidos no grupo para adequá-los aos projetos e às mudanças que o grupo vive.

- 1.1. Que dificuldades o seu grupo tem encontrado para definir os seus objetivos?
- 1.2. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 1.3. Que dificuldades vocês têm encontrado para dividir os papéis e as tarefas no grupo?
- 1.4. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 1.5. Que atitudes vocês precisariam tomar para superar essas dificuldades?
- 1.6. Que tipo de apoio seria importante para vocês superarem essas dificuldades?

## 2. Regras e participação na construção das regras

NIVEL 1 ( )	NIVEL 2 ( )	NIVEL 3 ( )	NIVEL 4 ( )	NIVEL 5 ( )
A UP não definiu suas regras de funcionamento.	A UP definiu suas regras de funcionamento. Mas o grupo não participou da construção e/ou da definição dessas regras.	A UP definiu suas regras de funcionamento, com participação do grupo. Mas as regras não são cumpridas ou não são adequadas. O grupo não dialoga sobre a situação, fazer cumprir ou renegociar as regras.	A UP definiu suas regras de funcionamento, com participação do grupo. Mas as regras não são cumpridas ou não são adequadas. O grupo está negociando para compreender a situação, fazer cumprir ou mudar as regras.	A UP definiu as suas regras de funcionamento, com participação do grupo. As regras são cumpridas e são adequadas. Periodicamente, ou quando necessário, o grupo faz uma revisão das regras para adequá-las ao desenvolvimento da UP e de seus membros.

- 2.1. Que dificuldades o seu grupo tem encontrado para definir as suas regras de funcionamento?
- 2.2. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 2.3. Que dificuldades vocês têm encontrado para cumprir as regras de funcionamento?
- 2.4. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 2.5. Que atitudes vocês precisariam tomar para superar essas dificuldades?
- 2.6. Que tipo de apoio seria importante para vocês superarem essas dificuldades?

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

### 3. Relação da Coordenação com o Grupo na Unidade Produtiva

NIVEL 1 ( )	NIVEL 2 ( )	NIVEL 3 ( )	NIVEL 4 ( )	NIVEL 5 ( )
A UP não tem coordenação e não definiu como serão organizados os poderes e responsabilidades de cada um.	A UP tem uma coordenação que não foi escolhida ou explicitamente aprovada pelo grupo. A divisão de responsabilidades entre coordenação e grupo não foi feita ou foi feita sem a participação do grupo.	A UP tem uma coordenação escolhida ou explicitamente aprovada pelo grupo. Não foi definida a divisão de responsabilidades entre coordenação e grupo. Quando há problemas entre coordenação e grupo, o assunto é evitado ou abordado apenas de forma indireta.	A UP tem uma coordenação escolhida ou explicitamente aprovada pelo grupo. Foi definida a divisão de responsabilidade entre coordenação e grupo. Quando surgem problemas entre coordenação e grupo, eles são explicitados, mas de maneira agressiva e conflituosa. O grupo não consegue estabelecer diálogo para buscar soluções.	A UP tem uma coordenação escolhida ou explicitamente aprovada pelo grupo e trabalha de forma democrática. Foi definida a divisão de responsabilidades entre coordenação e grupo. Quando surgem conflitos entre coordenação e grupo, tem sido possível dialogar e tentar construir soluções para os problemas de forma a dar continuidade ao projeto coletivo de desenvolvimento da UP.

- 3.1. Que dificuldades o seu grupo tem encontrado para definir as responsabilidades da coordenação e do grupo?
- 3.2. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 3.3. Que dificuldades vocês têm encontrado para trabalhar de forma participativa?
- 3.4. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 3.5. Em sua opinião, qual deve ser o papel da coordenação na UP?
- 3.6. Que atitudes vocês precisariam tomar para superar essas dificuldades?
- 3.7. Que tipo de apoio seria importante para vocês superarem essas dificuldades?

### 4. Processos de decisão no grupo

NIVEL 1 ( )	NIVEL 2 ( )	NIVEL 3 ( )	NIVEL 4 ( )	NIVEL 5 ( )
A UP está apenas iniciando e o grupo ainda não teve de tomar qualquer decisão.	As decisões sobre as atividades e o funcionamento da UP são tomadas apenas pela coordenação ou por técnicos que não pertencem ao grupo. O grupo raramente participa da tomada de decisões.	As decisões sobre as atividades e o funcionamento da UP são tomadas em conjunto pela coordenação e pelo grupo, mas sempre com a ajuda dos técnicos que o acompanham. Raramente o grupo procura se informar sobre os prós e contras antes de tomar as suas decisões. Também é raro que o grupo faça uma avaliação sobre a coerência de suas decisões e se elas são adequadas ao seu contexto.	As decisões sobre as atividades e o funcionamento da UP são tomadas em conjunto pela coordenação e pelo grupo, com ou sem a ajuda dos técnicos que o acompanham. O grupo procura se informar sobre os prós e contras antes de tomar decisões. Mas é raro o grupo fazer uma avaliação sobre a coerência de suas decisões e sua adequação ao contexto. Quando uma decisão leva a resultados indesejados, o grupo entra em conflito, culpando um ou mais membros e/ou querendo desistir de seu projeto.	As decisões sobre as atividades e o funcionamento da UP são tomadas em conjunto pela coordenação e pelo grupo, com ou sem a ajuda dos técnicos que o acompanham. O grupo procura se informar sobre os prós e contras de suas decisões. Também busca avaliar se as decisões estão sendo coerentes com os seus objetivos e se são adequadas ao seu contexto. Quando uma decisão leva a resultados indesejados, o grupo busca compreender o que está acontecendo, compartilhar responsabilidades e reorganizar seu projeto e suas ações.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

- 4.1. Que dificuldades o seu grupo tem encontrado para tomar decisões sobre o seu funcionamento e ações?
- 4.2. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 4.3. Que dificuldades vocês têm encontrado para adequar as suas decisões ao contexto?
- 4.4. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 4.5. Que atitudes vocês precisariam tomar para superar essas dificuldades?
- 4.6. Que tipo de apoio seria importante para vocês superarem essas dificuldades?

### 5. Cooperação e competição no processo grupal da UP

NIVEL 1 ( )	NIVEL 2 ( )	NIVEL 3 ( )	NIVEL 4 ( )	NIVEL 5 ( )
Não foram construídas práticas de cooperação entre os membros da UP.	A cooperação no grupo é frequentemente desorganizada pela competição entre os membros. Isto prejudica a disposição para trabalhar em conjunto.	A cooperação no grupo supera a competição e há disposição para trabalhar em conjunto. Porém a competição ainda se manifesta forte e de maneiras diversas. O grupo não consegue conversar sobre isto.	A cooperação no grupo supera a competição e há disposição para trabalhar em conjunto. Quando surge competição, o grupo procura enfrentá-la, mas isto se tem se dado de forma tensa e agressiva com ameaça para o próprio vínculo grupal.	A cooperação no grupo supera a competição e há disposição para trabalhar em conjunto. Quando surge competição, o grupo procura compreender a situação, negociar e fortalecer o vínculo grupal. O grupo consegue desenvolver o seu trabalho e apoiar o crescimento de cada membro.

- 5.1. Que dificuldades o seu grupo tem encontrado para construir práticas de cooperação entre os membros?
- 5.2. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 5.3. Que dificuldades vocês têm encontrado para lidar com a competição no grupo?
- 5.4. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 5.5. Que atitudes vocês precisariam tomar para superar essas dificuldades?
- 5.6. Que tipo de apoio seria importante para vocês superarem essas dificuldades?

### 6. Vínculos, comunicação e apoio ao desenvolvimento dos membros no grupo

NIVEL 1 ( )	NIVEL 2 ( )	NIVEL 3 ( )	NIVEL 4 ( )	NIVEL 5 ( )
Os membros do grupo ainda não desenvolveram vínculos entre si e não se sentem unidos como grupo. A comunicação no grupo é pouca e superficial.	Há vínculo entre alguns membros, mas não há um sentimento de união no grupo. Os problemas de comunicação são muitos tanto no que diz respeito ao funcionamento da UP quanto à troca de experiências e ao apoio entre os participantes.	Os membros do grupo têm um vínculo entre si e se sentem unidos como grupo. Mas há muitos problemas de comunicação tanto no que diz respeito ao funcionamento da UP quanto na troca de experiências e apoio entre os participantes.	Os membros do grupo têm um vínculo forte entre si e se sentem unidos como grupo. O grupo consegue se comunicar bem sobre os aspectos necessários ao funcionamento da UP. Mas ainda não existe uma boa comunicação quando se trata da troca de experiências e apoio entre os participantes.	Os membros do grupo têm um vínculo forte entre si e se sentem unidos como grupo. O grupo consegue se comunicar bem sobre os aspectos envolvidos no funcionamento da UP. Existe também a troca de experiências e o apoio mútuo entre os participantes. Na maior parte do tempo, os membros se sentem compreendidos e incentivados a investir em seus projetos de vida.

- 6.1. Que dificuldades o seu grupo tem encontrado para ter uma boa comunicação sobre o funcionamento da UP?
- 6.2. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

- 6.3. Que dificuldades vocês têm encontrado para uma boa troca de experiências entre os membros e construir apoio mútuo?  
 6.4. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?  
 6.5. Que atitudes vocês precisariam tomar para superar essas dificuldades?  
 6.6. Que tipo de apoio seria importante para vocês superarem essas dificuldades?

### 7. Desenvolvimento de competências técnicas para o projeto da UP

NIVEL 1 ( )	NIVEL 2 ( )	NIVEL 3 ( )	NIVEL 4 ( )	NIVEL 5 ( )
O grupo ainda não recebeu capacitações para desenvolver as competências para produzir o seu produto, organizar e gerenciar a UP.	O grupo já recebeu uma ou mais capacitações. Mas o conhecimento não foi bem apropriado pelos membros. Assim, o grupo ainda não desenvolveu as competências necessárias para iniciar a sua produção ou para conseguir um nível de qualidade da mesma.	O grupo já recebeu uma ou mais capacitações. O conhecimento foi bem apropriado por alguns membros, mas não foi ainda socializado no grupo. O grupo consegue produzir, mas precisa repetir capacitações já feitas ao mesmo tempo em que solicita novas capacitações.	O grupo já recebeu várias capacitações. Houve uma boa apropriação desse conhecimento e ele foi compartilhado entre os membros. Mas o conhecimento adquirido ainda não agregou qualidade à produção ou ainda não foi suficiente para que o grupo desenvolva as competências necessárias para a produção, a organização e/ou a gestão da UP.	O grupo já recebeu várias capacitações para produção, organização e gestão da UP. Houve uma boa apropriação desse conhecimento por parte do grupo. O conhecimento foi compartilhado entre os membros. O conhecimento adquirido agregou qualidade à produção, à organização e à gestão da UP. O grupo se sente suficientemente capacitado para desenvolver a UP.

- 7.1. Que dificuldades o seu grupo tem encontrado para aproveitar bem as capacitações?  
 7.2. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?  
 7.3. Que dificuldades vocês têm encontrado para compartilhar o conhecimento no grupo?  
 7.4. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?  
 7.5. Que dificuldades vocês têm encontrado para utilizar o conhecimento adquirido para melhorar o funcionamento da UP?  
 7.6. Que atitudes vocês precisariam tomar para superar essas dificuldades?  
 7.7. Que tipo de apoio seria importante para vocês superarem essas dificuldades?

### 8. Rede social de apoio e Autonomia da UP

NIVEL 1 ( )	NIVEL 2 ( )	NIVEL 3 ( )	NIVEL 4 ( )	NIVEL 5 ( )
A UP conta apenas com o Núcleo da SEDS e com a APRECIA como Rede Social de Apoio. Depende totalmente deste apoio para funcionar como UP.	Em sua Rede Social de Apoio, o grupo conta com o Núcleo da SEDS, a APRECIA e outras entidades e pessoas. Mas depende do apoio da SEDS e da APRECIA para realizar todos os aspectos envolvidos na produção, na organização e/ou na gestão da UP.	Em sua Rede Social de Apoio, o grupo conta com o Núcleo da SEDS, a APRECIA e outras entidades e pessoas. Mas depende do apoio da SEDS ou da APRECIA uma vez que só consegue realizar de forma autônoma uma parte dos aspectos envolvidos na produção, na organização e/ou na gestão da UP.	Em sua Rede Social de Apoio, o grupo conta com o Núcleo da SEDS, a APRECIA e outras entidades e pessoas. Porém, não depende mais da SEDS ou da APRECIA para caminhar por conta própria, sendo capaz de se responsabilizar por todos os aspectos envolvidos na produção, na organização e na gestão da UP.	Em sua Rede Social de Apoio, o grupo ainda conta com a SEDS, a APRECIA e outras entidades e pessoas. Porém, não depende mais da SEDS ou da APRECIA para caminhar por conta própria. É capaz de se responsabilizar por todos os aspectos envolvidos na produção, na organização e na gestão da UP. Além disso, tem trazido contribuições importantes para a sua comunidade ou para outros grupos sociais.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

- 8.1. Que dificuldades o seu grupo tem encontrado para ampliar a sua Rede de Apoio?
- 8.2. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 8.3. Que dificuldades vocês têm encontrado para trabalhar com maior autonomia?
- 8.4. Que experiências positivas o grupo tem a esse respeito?
- 8.5. Que atitudes vocês precisariam tomar para superar as dificuldades na relação com a Rede Social de Apoio?
- 8.6. Que tipo de apoio seria importante para vocês superarem essas dificuldades?
- 8.7. Como tem sido a relação do Grupo com o Núcleo da SEDS?
- 8.8. Que sugestões vocês gostariam de dar para o trabalho de prevenção à criminalidade aqui na sua comunidade?

### 9. Relação com a APRECIA

NIVEL 1 ( )	NIVEL 2 ( )	NIVEL 3 ( )	NIVEL 4 ( )	NIVEL 5 ( )
O grupo ainda não formou vínculo com a APRECIA embora precise do seu apoio para vir a se organizar como uma Unidade Produtiva.	O grupo formou um vínculo com a APRECIA através dos técnicos que o acompanham. Mas está totalmente insatisfeito com o acompanhamento que recebe. Há conflitos com a APRECIA que não são conversados.	O grupo formou um vínculo com a APRECIA através dos técnicos que o acompanham. Mas ainda está parcialmente insatisfeito: ou com o acompanhamento do processo do grupo <sup>25</sup> ou com o acompanhamento do processo de produção, organização e gestão da UP. O vínculo com a APRECIA envolve conflitos, mas o grupo está buscando conversar e resolver os problemas com os técnicos.	O grupo formou um vínculo com a APRECIA através dos técnicos que o acompanham. Está satisfeito com o acompanhamento que vem sendo feito do processo do grupo e também com o acompanhamento do processo de produção, organização e gestão da UP. Quando há conflito, o grupo e os técnicos conversam para resolver. A APRECIA ajuda a UP a construir a sua autonomia. Mas a UP ainda depende do acompanhamento da APRECIA.	O grupo formou um vínculo com a APRECIA através dos técnicos que o acompanham. O grupo está satisfeito com o acompanhamento que vem sendo feito do processo do grupo e também com o acompanhamento do processo de produção, organização e gestão da UP. A APRECIA ajudou a UP a construir a sua autonomia. Atualmente, o grupo consegue dar continuidade ao seu trabalho como Unidade Produtiva sem necessitar do acompanhamento da APRECIA.

- 9.1. Que dificuldades vocês têm encontrado na relação com a equipe técnica da APRECIA que faz o acompanhamento do processo do grupo (psicólogos)?
- 9.2. Quais são os pontos positivos da relação do grupo com a equipe técnica da APRECIA que faz o acompanhamento do processo do grupo (psicólogos)?
- 9.3. Que dificuldades vocês têm encontrado na relação com a equipe técnica da APRECIA que faz o acompanhamento do processo de produção da UP?
- 9.4. Quais são os pontos positivos da relação do grupo com a equipe técnica da APRECIA que faz o acompanhamento do processo de produção da UP?
- 9.5. Em sua opinião, como essas dificuldades poderiam ser superadas?
- 9.6. Que sugestões vocês gostariam de dar para o trabalho da APRECIA com as Unidades Produtivas?

<sup>25</sup> O acompanhamento do processo grupal diz respeito ao acompanhamento das relações que o grupo vai construindo para se tornar uma UP, se organizar e conquistar a sua autonomia.

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

### ANEXO F - Instrumento de avaliação do processo grupal da unidade produtiva pelo(a) técnico(a) que o acompanha

(Esta avaliação poderá ser compartilhada com a unidade produtiva apenas depois que ela fizer a sua auto-avaliação e com objetivos de fortalecer a sua autonomia. Eventualmente, os técnicos do acompanhamento e a coordenação do programa podem escolher não compartilhar esta avaliação com a Unidade Produtiva.)

Unidade Produtiva: \_\_\_\_\_ Número \_\_\_\_\_  
 Localização  
 (bairro/município): \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
 Grupo existente desde: \_\_\_\_\_ Número atual de participantes \_\_\_\_\_  
 Nome do(a) coordenador(a) \_\_\_\_\_  
 Nome do(a) vice-coordenador(a) \_\_\_\_\_  
 Nome do técnico: \_\_\_\_\_ Data da avaliação técnica \_\_\_\_\_  
 (assinatura/rubrica) \_\_\_\_\_

1. Com base nos indicadores das fases de desenvolvimento da UP já dadas no instrumento de avaliação do grupo, indique, em sua opinião, em que FASE de desenvolvimento esta UP se encontra:

INDICADOR	FASE				
1. Objetivos e Auto-organização no Grupo	1	2	3	4	5
2. Regras e participação na construção das regras	1	2	3	4	5
3. Relação da Coordenação com o Grupo na Unidade Produtiva	1	2	3	4	5
4. Processos de decisão no grupo	1	2	3	4	5
5. Cooperação e competição no processo grupal da UP	1	2	3	4	5
6. Vínculos, comunicação e apoio ao desenvolvimento dos membros no grupo	1	2	3	4	5
7. Desenvolvimento de competências técnicas para o projeto da UP	1	2	3	4	5
8. Rede social de apoio e Autonomia da UP	1	2	3	4	5
9. Relação com a APRECIA	1	2	3	4	5

2. A sua avaliação coincide com a auto-avaliação do grupo? Se não, por que você acha que foi diferente?
3. Em sua opinião, que tipo de trabalho ainda seria necessário com esta UP para sua maior autonomia?
4. Você já discutiu essa sua opinião com a Unidade Produtiva? Comente sobre os efeitos que isto teve na UP (auto-avaliação da UP, mudanças de percepção, resistências, propostas de planejamento, etc.).  
(Se necessário, use folhas adicionais, numeradas, datadas, com o nome/número da UP e rubricadas)

### ANEXO G - Instrumento de acompanhamento individual e avaliação do processo grupal pelos participantes da unidade produtiva

Considerando apenas o período dos últimos seis meses, como você avalia:

Aspecto avaliado	péssimo	ruim	bom	ótimo
A quantidade da produção da sua UP				
A qualidade da produção de sua UP				
A capacidade de vendas da sua UP				
O aproveitamento que você acha que a sua UP tem tido das capacitações				
O seu aproveitamento pessoal nas capacitações oferecidas para a UP				
A sua satisfação pessoal com o trabalho na UP				
A união do grupo de pessoas em sua UP				
A disposição que o seu grupo tem para trabalhar junto				
A existência de cooperação entre as pessoas na sua UP				
A sua disponibilidade pessoal para cooperar com as pessoas na UP				

Ogioni, A.; Afonso, L.; Peixoto, C.; Gomes, D. D.; Bicalho, G.; Moreira, N. & Silva, W. da C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA

A qualidade da participação de todos na UP				
A sua própria participação na UP				
A qualidade da comunicação entre as pessoas na sua UP				
A eficiência da comunicação no grupo para resolver problemas encontrados				
A comunicação que você mesmo está tendo em sua UP				
A facilidade que o grupo tem para resolver os conflitos que surgem				
A facilidade que você tem para ajudar a resolver os conflitos que surgem				
O crescimento de sua competência para o trabalho desenvolvido pela UP				
A contribuição que a UP trouxe para a sua qualidade de vida				
O trabalho do técnico social da APRECIA que acompanha o seu grupo através de visitas e rodas de conversa				
As visitas técnicas realizadas				
As rodas de conversa realizadas				
Os temas trabalhados pelo técnico da APRECIA junto ao grupo				
O trabalho dos técnicos da APRECIA que acompanham o processo de produção e gestão da Unidade Produtiva				
A relação da UP com a APRECIA				

Noriega, J. Á.V. & Quijada, A. I. Y. La filosofía del pensamiento complejo

## **La Filosofía del Pensamiento Complejo**

## **The Philosophy of the Complex Thought**

José Ángel Vera Noriega<sup>1</sup>

Adrian Israel Yañez Quijada<sup>2</sup>

**RESEÑA DEL LIBRO:** Savater, F. (2008). *La aventura de pensar*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Sudamericana S.A.

---

<sup>1</sup> Investigador Titular. Departamento de desarrollo humano y bienestar social. Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo. Correo electrónico: [avera@ciad.mx](mailto:avera@ciad.mx).

<sup>2</sup> Apoyo Técnico. Departamento de Psicología y Ciencias de la Comunicación. Universidad de Sonora. Correo electrónico: [adriani.yanezq@correoa.uson.mx](mailto:adriani.yanezq@correoa.uson.mx).

Podríamos decir que el siglo XX, más allá de sus grandes descubrimientos tecnológicos, informáticos, médicos, militares, que dan origen no sólo a las computadoras, al Internet, a las estaciones espaciales y a las nuevas armas de destrucción masiva, produjo algo que la mayoría de las veces no somos capaces de entender, reflexionar y mucho menos criticar. Me refiero a una nueva conceptualización sobre la existencia y sobre la vida misma, a una explicación que dejó de lado los edificios que y las pirámides para dar paso a los entramados y a las redes, que abandonó las propuestas mecanicistas y radicales para abrir paso a las teorías de campo, sistémicas y relativas, una nueva visión del hombre y su relación del universo una nueva perspectiva que tiene implicaciones ético-morales, educativas, filosóficas y científicas trascendentales que nos obligan a repensar nuestro papel como especie en el universo y a reflexionar sobre el papel de la ciencia, la tecnología, las religiones y las ideologías.

Edgar Morin (2000), Capra (1996) y muchos otros pensadores de la multidiversidad dejaron atrás la idea del pensamiento disciplinar de los estamentos fundamentales del poder como coacción y propusieron formas alternativas para las sociedades del conocimiento y de la información. Es en este contexto, en el que es pertinente reseñar el libro de Fernando Savater, pues en su recorrido histórico de los grandes pensadores va colocando al lado de cada uno de ellos una visión integrativa y holística que permita al lector percibir la idea de continuidad e interconexión y a la vez explicar el estado, la parte, los contextos que hicieron posibles las ideas que en diferentes momentos de la historia revolucionaron a los imperios, a los estados y a las ciudades.

Con una prosa sencilla y un conjunto de anotaciones bibliográficas que enriquecen el análisis del momento histórico Savater va dando cuenta en cada uno de los capítulos de las restricciones y simplicidad de las tesis fundamentales de la filosofía y a su vez explora las necesidades personales de los pensadores y su compromiso religioso, político, ideológico y científico con diferentes grupos locales o nacionales que hacen ver a la idea como resultante de un entramado de condiciones que superan en mucho la motivación personal y el interés particular. Hace ver que el pensamiento implica variables personales, sociales, culturales, económicas y es mucho más

complejo y mucho más parcial de lo que la historia puede suponer, porque a cada párrafo se encuentra una posición de un Savater comprometido en su posición de libre pensador con un paradigma sistémico, holístico, ecológico y humanístico.

Se trata pues de un cambio conceptual de la ciencia que implica una transformación cultural que partiendo de la definición de paradigma científico de Kuhn (1978) Capra (1996) describe como una constelación de conceptos, valores, percepciones y prácticas compartidos por una comunidad que conforman una particular visión de la realidad que su vez es la base del modo en que dicha comunidad se organiza, este proceso de transición de un paradigma centralista, mecanicista y fundamentalista hacia uno basado en redes relativas, sistémicas y de campo es lo que nos plantea la obra de Savater. A través del libro podemos observar la transición de una visión del universo como un sistema mecánico compuesto de piezas a un cuerpo humano como una máquina a la concepción de la vida como una lucha competitiva por la existencia a la creencia del progreso material y limitado a través del crecimiento económico y tecnológico y no menos importante, la creencia de que en una sociedad en la que la mujer está por doquier sometida al hombre y no hace sino seguir leyes naturales, todas estas suposiciones y creencias han sido cuestionadas por los hallazgos recientes de la filosofía y de la ciencia y un cambio radical está ocurriendo en nuestros días.

Desde el inicio del libro considerando a Platón y Aristóteles y después pasando por la escolástica de santo Tomás de Aquino y la patristica de San Agustín Savater se introduce en la filosofía de occidente a través de Thomas Hobbes y recorre el camino de mecanicismo planteado por Descartes hacia el monismo planteado por Leibniz hasta llegar a la crítica de la razón de Kant para dar paso a Hegel a Kierkegaard a Marx a Nietzsche y a Henri Bergson que se ubicarán ya en los límites del siglo XX.

Un nuevo pensamiento emerge con Miguel de Unamuno, Bertrand Russell, Ortega y Gasset, que finalmente tomará una visión integral y profundamente ecologista con Adorno, Sartre y Michael Foucault. Así pues, es en esta época del siglo XX cuando la filosofía comienza a incursionar en el modelo sistémico

especialmente entre los años veintes con diferentes científicos y filósofos.

Savater desarrolla el planteamiento del Aristóteles y de Platón y considera que Aristóteles es el primer filósofo de la tradición occidental que distingue entre materia y forma pero al mismo tiempo las vinculaba a través de un proceso de desarrollo en donde resulta fundamental el proceso de entelequia como proceso de autorrealización de la esencia en el fenómeno real, se trata de un proceso desarrollo un empuje hacia la plena autorrealización materia y forma son caras de dicho proceso separables sólo mediante la abstracción.

Hasta Rene Descartes la visión basada en la filosofía Aristotélica y platónica es convertida en la teología cristiana y cambió radicalmente, dado por varios descubrimientos en la física la astronomía y las matemáticas asociados con los nombres Copérnico, Galileo, Bacon, Newton. Descartes creo el método de pensamiento analítico consistente en desmenuzar los fenómenos complejos en partes. Para comprender desde las propiedades de estas el funcionamiento del todo basó su visión de la naturaleza en la relación entre los dos reinos independientes y separados el de la mente y la materia el universo material era una maquina que podía ser entendida en sus pequeñas partes.

Descubrimientos mecanicistas como el de la circulación sanguínea de William Harvey como la de Antonio Lavoisier que demostró que la respiración era una forma específica de oxidación confirmando así la importancia de los procesos químicos en el funcionamiento de los organismos vivos y de allí al movimiento romántico Emmanuel Kant argumentaba, que la naturaleza de los organismos en contraste con la de las máquinas son autoproducidos y auto organizadores, en una maquina las partes sólo existen una para las otras en el sentido de apoyarse mutuamente dentro de un todo funcional, mientras que en un organismo las partes existen además por medio de las otras en el sentido de reproducirse así mismas, la idea de la tierra como un ser vivo y espiritual continuo floreciendo a través de la edad media y del renacimiento hasta que toda la visión medieval fue remplazada por la imagen Cartesiana del mundo máquina.

El planteamiento sistémico actual considera que las propiedades de las partes sólo se pueden comprender desde la organización del conjunto por lo tanto, el pensamiento sistémico no se concentra en los componentes básicos sino en

los principios esenciales de la organización, el pensamiento sistémico por tanto es contextual en contrapartida del analítico, análisis significa aislar algo para estudiarlo y comprenderlo, mientras que el pensamiento sistémico encuadra este algo dentro del contexto de un todo superior.

## Referencias

- Capra, F. (1996). *La trama de la vida: Una perspectiva de los sistemas vivos*. Ed. Anagrama.
- Kuhn, T. (1978). *La revolución copernicana*. Barcelona, España: Ed. Ariel.
- Morin, E. (2000). *El método: tomo II: la vida de la vida*. Madrid: Cátedra–Teorema.
- Savater, F. (2008). *La aventura de pensar*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Sudamericana S.A.

Categoria de contribuição: Resenha  
 Recebido: 16/09/09  
 Aceito: 20/10/09